

**Expediente:**

Associação Rondoniense de Municípios – AROM
MUNICIPALISMO UNIDO, MUNICÍPIO FORTE

Diretoria 2019/2021

Conselho Deliberativo

Presidente: CLAUDIOMIRO ALVES DOSW SANTOS
Vice-Presidente: GISLAINE CLEMENTE
Tesoureiro: CLEITON ADRIANE CHEREGATTO
1º Secretária: HELMA SANTANA AMORIM

Conselho Fiscal

Titular: EDUARDO BERTOLETTI
Titular: JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Titular: MARCOS AURÉLIO MARQUES FLORES

Diretoria FUNDADORA 2011/2012

Conselho Deliberativo

Presidente: LAERTE GOMES
Vice-presidente: Roberto Eduardo Sobrinho
Secretário Geral: Kleber Calistode Souza
Membros: Eloisa Helena Bertolotti, Daniel Deina, Silvino Alves Boaventura

Conselho Fiscal

Titular: Luiz Gomes Furtado
Titular: Augusto Tunes Praça
Titular: Valcir Silas Borges

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Contatos com a entidade:
 web-site: www.arom.org.br
 facebook page: [facebook.com/AROM](https://www.facebook.com/AROM)
 e-mail de contato: arom@arom.org.br

ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 005/2020/FMS

PORTARIA Nº. 005/2020/FMS

“DESIGNA ALOCAÇÃO DOS MOTORISTAS, TÉCNICOS EM ENFERMAGEM E AUXILIARES DE ENFERMAGEM NAS ESCALAS DE VIAGENS E SERVIÇOS COM CARROS OFICIAIS DESTE MUNICÍPIO”.

ADENILSON ANACLETO GOMES, Secretário Municipal de Saúde do Município de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais conforme Portaria Municipal nº.723/2018 de 01 de fevereiro de 2018 de acordo com a Lei Municipal nº. 1.382/2017 de 25 de abril de 2017.

Resolve:

Art. 1º - Alocar os Motoristas, Técnicos em Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem abaixo relacionados para exercerem suas funções nas escalas de viagens e serviços com carros oficiais do município.

Antônio Rogério de Oliveira – Motorista Viat. Pesada
 Augustinho Radwanski – Motorista Viat. Leve
 Celso Vieira dos Santos – Motorista Viat. Pesada
 Cleilson Rocha – Motorista Viat. Leve
 Cleverson da Silva Assis – Motorista Viat. Leve
 Devanir da Costa – Motorista Viat. Leve
 Dilair de Mello Lima – Téc. em Enfermagem
 Edir Ellias Serschon – Motorista Viat. Pesada
 Gelson Rocha – Motorista Viat. Pesada
 Gilmar Piana – Motorista Viat. Pesada
 Igor Vieira Dias – Téc. em Enfermagem
 Indiomarcio Pedroso Gonçalves – Aux. de Enfermagem
 Irândi Alves Pereira – Motorista Viat. Pesada
 Ivan de Souza Lucena – Motorista Viat. Pesada
 Jackson da Cruz de Deus – Motorista Viat. Leve
 João Freitas de Oliveira – Motorista Viat. Pesada
 Kleber Moreira Fernandes – Motorista Viat. Leve
 Leivino Pereira Otoni – Motorista Viat. Pesada
 Marta Goulart Vicente – Téc. em Enfermagem
 Moisés Bento de Oliveira – Motorista Viat. Leve
 Sirlei Fatima Roman Castoldi – Auxiliar de Enfermagem
 Zuleide Bispo dos Santos Ferreira – Aux. de Enfermagem

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de abril de 2020, revogando as disposições em contrário.

Alta Floresta D'Oeste, 08 de abril de 2020

SIDNEY ALVES DE CARVALHO

Secretário Adjunto
 Secretaria Municipal de Saúde
 Portaria Nº. 077/2020/GAB

Publicado por:

Aparecido de Jesus Furtuoso Filho
Código Identificador:D54793E7

PODER EXECUTIVO

AVISO DE PRORROGAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO, através do Pregoeiro designado pelo Decreto n.º.930 de 04 de junho de 2019, torna público **A PRORROGAÇÃO** da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº **039/2020, processo nº 265/2020, objeto aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para o dia 11/05/2020 as 10h00min** (horário de Brasília).

Alta Floresta D'Oeste - RO, 23 de Abril de 2020 as 10:59 min

CELIA FERRARI BUENO.

Pregoeira

Publicado por:

Celia Ferrari Bueno
Código Identificador:3E1FEF2E

PODER EXECUTIVO

HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 42/2020

HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 42/2020

O Secretário Municipal da SEMIE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e

alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Assessoria Jurídica, resolve:

01 – HOMOLOGAR o presente Dispensa de Licitação nestes termos:
Processo nº: 412/2020
Modalidade: Dispensa
Dispensa nº 42//2020
Data da Homologação; 23 DE ABRIL DE 2020.
Objeto Homologado: Aquisição de MÁSCARA DE PROTEÇÃO EM MATERIAL POLIPROPILENO (TNT) COM 2 CAMADAS, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura na questão de prevenir e combater a proliferação do COVID-19, através de dispensa de licitação aos moldes do art. 24, inciso IV, da lei 8666/93.

Fornecedor: RONDOLAB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ/CPF: 18.964.366/0001-46
Valor Total Homologado –R\$1.642,50 (hum mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Fornecedor: JOSIANE KAROLINA GUERRA
CNPJ/CPF: 27.206.881/0001-58
Valor Total Homologado –R\$4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

ALTA FLORESTA, 23 de Abril de 2020.

LUCIANO DUARTE
 Secretário Municipal

Publicado por:
 Celia Ferrari Bueno
Código Identificador:A0A53460

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 123 DE 22 DE ABRIL DE 2020

PORTARIA Nº 123 DE 22 DE ABRIL DE 2020

“EXONERAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS”

A Prefeita Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Sra. **PATRÍCIA DE ARAÚJO LIMA** inscrita no CPF/MF sob o número 000.424.272-66, do cargo de ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com data retroativa a 01 de Abril de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 22 de Abril de 2020.

HELMA SANTANA AMORIM
 Prefeita Municipal

Publicado por:
 Eliene dos Santos Barros
Código Identificador:C6CE770F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
3ºTERMO ADITIVOAO CONTRATO-005/PJM/2019

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/PJM/2019

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL E ELÉTRICA QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – RO E A EMPRESA MANO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM – EPP.

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, com sede na Rua Marechal Cândido Rondon, 3031 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 63.762.025/0001-42, nesta cidade de Alto Paraíso/RO, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Sr.^a **Helma Santana Amorim**, Prefeita Municipal, RG nº 1.867.629 SESP/DF, CPF nº 557.668.035-91, com a interveniência da Secretária Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer, a Sr.^a **ERALDO MICHELS DE OLIVEIRA**, RG nº 381.011 SSP/RO, CPF nº 204.751.442-87, residente no município de Alto Paraíso/RO e, de outro lado à empresa e, de outro lado a empresa: **MANO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM-EPP**, pessoa jurídica de direito privado com inscrição no CNPJ/MF sob nº 18.098.506/0001/40, estabelecida na Rua Travessa das Flores, nº 3210-B, Bairro Olímpia, CEP 76.940-000, Rolim de Moura-RO, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **DILMAR BENETTI**, portador do RG nº 35560530SSP/PR e inscrito no CPF nº 493.047.809-00, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente que será regido pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e legislação correlata, em conformidade como o que consta do **Processo Administrativo nº 1-810/2018**, através da Tomada de Preço nº 10/CPL/2018, mediante as seguintes cláusulas totalmente nos termos e fundamentados na Lei Federal nº 8.666/93, mediante as cláusulas:

DO OBJETO

Cláusula Primeira – O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o contrato realizado na Tomada de Preço nº 10/2018, pelo período de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de assinatura deste termo, em conformidade com o Processo Administrativo nº 1-810/2018.

DA RATIFICAÇÃO

Cláusula Segunda – Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo.

DO REAJUSTE

Cláusula Terceira – Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Termo Aditivo que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para a sua publicação e execução devidamente autenticadas na forma da lei.

Alto Paraíso – RO, 02 de Abril de 2020.

HELMA SANTANA AMORIM
 Prefeita Municipal

MANO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM-EPP
 CNPJ: 18.098.506/0001/40
 Contratada

ERALDO MICHELS DE OLIVEIRA
 Secretário Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer

TESTEMUNHA (s):

Nome: _____
 CPF: _____

Nome: _____
 CPF: _____

Publicado por:
Lucilene Castro de Sousa
Código Identificador:3DEF7FE8

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
DECRETO 3214 DE 23 DE ABRIL DE 2020

DECRETO 3214 DE 23 DE ABRIL DE 2020

ATRAVÉS DESSE DECRETO MUNICIPAL, O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, PRORROGA A CALAMIDADE PÚBLICA DECLARADA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO DECRETO MUNICIPAL 3155 DE 20 DE MARÇO DE 2020, ALTERADO PELO DECRETO MUNICIPAL 3170 DE 27 DE MARÇO DE 2020 e PELO DECRETO MUNICIPAL 3192 DE 06 DE ABRIL DE 2020, DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, EM RAZÃO DA PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), EM CONSONÂNCIA COM O DECRETO ESTADUAL 24.919 DE 05 DE ABRIL DE 2020 E DECRETO ESTADUAL 24.961 DE 17 DE ABRIL DE 2020 DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA.

A Sra. **HELMASANTANA AMORIM**, Prefeita Municipal de Alto Paraíso, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e visando regulamentar, especialmente através do inciso IX do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, no âmbito do Município o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e CONSIDERANDO o término do prazo estabelecido ao Decreto Estadual nº 24.919, de 05 de abril de 2020, bem como a edição de novo Decreto Estadual nº 24.961, de 17 de abril de 2020, e, ainda,

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 24.961/2020 altera, modifica, revoga e estabelece novas regras inerentes ao ESTADO DE CALAMIDADE;

CONSIDERANDO que o Estado de Rondônia prorrogou a CALAMIDADE PÚBLICA até o dia 25 de abril de 2020;

CONSIDERANDO que o Estado de Rondônia regulamentou que a suspensão das aulas da rede de ensino Estadual está definida até o dia 25 de abril de 2020.

CONSIDERANDO que a prorrogação da quarentena após 40 (quarenta) dias, depende de autorização do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública - COE-nCoV, nos termos do § 3º do art. 4º da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde;

DECRETA

Art. 1º. Fica mantido o disposto no art. 1º do Decreto Municipal 3155 de 20 de Março de 2020 e art. 1º do Decreto Municipal 3170 de 27 de Março de 2020 e art. 1º do Decreto Municipal 3192 de 06 de Abril de 2020, que o “**DECLARA O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO**”, em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0), em decorrência da pandemia, causada pelo Coronavírus (COVIC-19), que gera doença infecciosa viral respiratória aguda grave.

Art. 2º. Ficam mantidas todas as disposições e medidas que envolvem a discricionariedade da administração municipal, em especial aquelas concernentes a finanças, orçamento, atingimento dos resultados fiscais, limitação de empenho, licitações, bem como, quanto a regulações, restrições e condições para o atendimento ao público e as atividades dos servidores públicos e dos prestadores de atividades para administração municipal, conforme disposições estabelecidas no Decreto Municipal de Calamidade 3155 de 20 de março de 2020 e suas alterações, assim como suas medidas restritivas, desde que não contrariem o Decreto Estadual nº 24.961 de 17 de abril de 2020.

Parágrafo Único - Ficando estabelecidas até o dia 25 de abril de 2020, podendo este prazo se estender caso haja autorização expressa do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública - COE-

nCoV, conforme redação do § 3º do art. 4º da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde.

Art. 3º. Ficam suspensas até o dia **25 de abril**, as aulas escolares da rede municipal de ensino.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 21 de Abril de 2020.

Palácio dos Pioneiros, 23 de Abril de 2020.

HELMASANTANA AMORIM
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eliene dos Santos Barros
Código Identificador:F01E082E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3215 DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3215 DE 23 DE ABRIL DE 2020.

"REGULAMENTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO A FLEXIBILIZAÇÃO DO COMÉRCIO DURANTE O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Alto Paraíso/RO, Estado de Rondônia, Srª Helma Santana Amorim, no uso de suas atribuições legais, e especialmente do inciso do IX do Art. 94 da lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do Art. 30 da Constituição Federal, que prevê que é de competência dos municípios "legislar sobre assuntos de interesse local";

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal - STF, no bojo do julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADF nº 672 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 6.341 DF, reafirmou a competência concorrente dos Municípios para legislar sobre de normas que cuidem da saúde, dirigirem o sistema único e executarem ações de vigilância sanitária e epidemiológica, nos termos dos inciso II do art. 23, inciso I do art. 30, inciso I do art. 198 e inciso II do art. 200 da Constituição Federal de 1988.

CONSIDERANDO as previsões contidas na Lei Federal 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Federais nº 10.282, de 20 de março de 2020 e nº 10.288, de 22 de março de 2020, que definem os serviços públicos e atividades essenciais, sem, contudo, representarem um rol taxativo de atividades autorizadas a funcionar;

CONSIDERANDO Decreto Estadual de nº 24.961, de 17 de abril de 2020, especialmente o disposto no art. 10;

CONSIDERANDO a absoluta necessidade de adoção de medidas preventivas a fim de minimizar os efeitos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), com vistas a proteger de forma adequada a saúde e a vida da população alto-paraisiense;

CONSIDERANDO que a Dignidade da Pessoa Humana e os Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa constituem fundamentos da República Federativa do Brasil, consoante o disposto nos incisos III e IV do art. 1º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO a manifestação da Associação Comercial e Industrial de Alto Paraíso-RO, protocolada em 22 de abril de 2020, propondo medidas de atuação do comércio local;

CONSIDERANDO a imediata necessidade de manutenção da economia, pleno emprego e bem-estar social cumulado com o direito fundamental à saúde, à luz dos postulados da razoabilidade e proporcionalidade, todos com espeque constitucional;

CONSIDERANDO que há 01(caso) notificado de COVID-19, no município de Alto Paraíso/RO.

Art. 1º Ficam autorizados a abertura e o funcionamento parcial do comércio e serviços abaixo relacionados a partir da data de 24.04.2020, desde que atendidas estritamente as normas estabelecidas

pelo Ministério da Saúde, com o cumprimento obrigatório das medidas de prevenção estabelecidas nos protocolos de segurança para enfrentamento da COVID-19, e as regras deste Decreto.

I – Academias;

II – Comércio de confecções;

III – Comércio de calçados;

IV – Escritórios Contábeis;

V – Demais prestadores de serviços com local fixo de atendimento (escritórios de advocacia, vistoriadores, estampadores, escritório de consultoria rural, autoescolas e despachantes), exceto bares, boates danceterias, pubs e similares;

VI – Concessionárias de automóveis, motocicletas e lojas de veículos novos e seminovos;

VII – Óticas, relojoarias, fotos;

VIII – Comércio de móveis e eletrodomésticos;

IX – Comércio de tecidos e aviamentos;

X – Lojas de utilidades, comércio de doces e embalagens;

XI – Salões de cabeleireiro, clínicas de estética, barbearias, massoterapeuta, manicure, pedicure, depilador e similares;

XII – Papelarias;

XIII – Gráficas;

XIV – Conveniências e distribuidoras de bebidas;

XV – Lotéricas.

§1º - Ficam as atividades comerciais previstas nos incisos I, autorizadas a funcionar no horário de 05h às 19h, de segunda a sexta-feira, com atendimento de no máximo 04 (quatro) alunos por horário, e com intervalos de trinta minutos entre as aulas para limpeza e higienização dos aparelhos.

§2º - Ficam as atividades comerciais previstas nos incisos II e III autorizadas a funcionar na segunda, quarta e sextas-feira, no horário compreendido entre às 07h30min às 15h00min.

§3º - As atividades previstas no item IV e V, ficam autorizadas a funcionar no horário de 7h30min às 15h00min, de segunda a sexta-feira, apenas com horário agendado, sendo permitido apenas 01 (um cliente por estabelecimento).

§4º - As atividades previstas no item VI e VII, ficam autorizadas a funcionar no horário de 07h30min às 15h00min, às segundas, terças e quintas-feira.

§5º - As atividades previstas no item VIII, ficam autorizadas a funcionar no horário de 07h30min às 15h00min, às terças, quinta, sexta e sábado.

§6º - As atividades previstas no item IX, ficam autorizadas a funcionar no horário de 07h30min às 15h00min, às terças, quartas e quintas-feira.

§7º - As atividades previstas no item X, ficam autorizadas a funcionar no horário de 07h30min às 15h00min, às segundas, terças, quintas e sábados.

§8º - As atividades previstas no item XI, ficam autorizadas a funcionar no horário de 12h00min às 20h00min, de quarta a sábado, sendo obrigatório que exerçam seu mister com máscaras, avental ou jaleco e luvas descartáveis, devendo as luvas serem trocadas a cada procedimento. Ficam ainda, complementarmente obrigadas a atender exclusivamente com horário marcado e permitir entrada de apenas um cliente dentro do estabelecimento, com exceção de menores de idade onde haja necessidade da presença de pais ou responsáveis.

§ 9º - As atividades previstas no item XII, ficam autorizadas a funcionar no horário de 7h30min às 15h00min, às terças, quarta e sextas-feira.

§10º - As atividades previstas no item XIII, ficam autorizadas a funcionar no horário de 7h30min às 15h00min, às terças, quintas e sextas-feira.

§11º - Ficam as atividades comerciais previstas nos incisos XIV, autorizadas a funcionar de segunda a sábado no horário de 09h00min às 19h00min, e aos domingos das 08h00min às 12h00min.

§12º - As atividades previstas no item XV, ficam autorizadas a funcionar no horário de 7h30min às 16h00min, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º Os estabelecimentos do ramo alimentício, que processem alimentos, tais como restaurantes, cafeterias, padarias, lanchonetes, churrascarias e congêneres ficam autorizados a funcionar, com atendimento local, devendo adotar as seguintes medidas, cumulativas:

I - higienizar, após cada uso, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (maçanetas, mesas, cadeiras, cardápios, guanapeiras, balcões etc), com álcool preferencialmente 70% (setenta por cento), ou com biguanida polimérica ou peróxido de hidrogênio e ácido peracético;

II - higienizar, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos e paredes do ambiente de atendimento ou local de pedidos para viagem, preferencialmente com água sanitária, ou com peróxido de hidrogênio ou ácido peracético;

III - higienizar, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos e paredes de banheiros, preferencialmente com água sanitária, ou peróxido de hidrogênio ou ácido peracético;

IV - manter à disposição, na entrada no estabelecimento ou em lugar estratégico, álcool preferencialmente 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários;

V - não permitir que o cliente utilize a modalidade self-service, devendo os utensílios de uso comum, tais como conchas, espátulas, pegadores, escumadeiras, bandejas, serem manuseados apenas por funcionários, que deverão utilizar luvas, máscaras, toucas e demais equipamentos recomendados para manutenção da higiene pessoal;

VI - manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

VII - manter disponível para a higiene de mãos nos banheiros de clientes e de funcionários, pia com água corrente, sabonete líquido e toalhas de papel não reciclado;

VIII - manter os talheres higienizados e devidamente embalados individualmente de forma a evitar a contaminação cruzada;

IX - diminuir o número de mesas no ambiente de atendimento de forma a aumentar a separação entre as mesas, diminuindo o número de pessoas no local e buscando guardar a distância mínima de 2m (dois metros) lineares entre as mesas e 1m (um metro) entre as cadeiras ocupadas pelos consumidores;

X - fazer a utilização, se necessário, de agendamento, uso de senhas ou outro sistema eficaz para evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento, seja no seu ingresso ou na saída;

XI - atendentes devem fazer a utilização adequada de máscaras e luvas, no atendimento ao cliente, realizar a higienização com álcool preferencialmente 70% (setenta por cento) da máquina de cartão, devendo a mesma ser envolvida em filme de pvc em cada utilização e, se for o caso, priorizar e orientar pagamentos por meios diversos do dinheiro em espécie, evitar aproximação e contato físico;

XII - fica proibido a reprodução de música ao vivo ou outra atração artística visando atrair público e que possa gerar a aglomeração de pessoas, exceto a reprodução mecânica de música ambiente, que fica permitida;

XIII - fica limitado o atendimento ao público no ambiente dos estabelecimentos até as 22h, excetuado os pedidos para viagem (encomenda ou entrega), que continuam permitidos, sem limitação de horário.

§ 1º - A lotação não poderá exceder a 10 (dez) clientes por estabelecimento.

§ 2º - Excluem-se deste permissivo os estabelecimentos de danceteria, boates, pubs, tabacarias e similares justificadamente pela impraticabilidade de evitar aglomeração, continuando portanto, proibido o seu funcionamento.

Art. 3º Todas as empresas que tenham suas atividades retomadas no disposto neste Decreto estão obrigadas fixar a porta de entrada do estabelecimento informações de quantidade máxima de lotação e critérios para ingresso ao estabelecimento, bem como permitir a circulação de clientes na proporção de 1/10m² (uma pessoa a cada 10 metros quadrados do ambiente de circulação do estabelecimento) com limitação máxima de 10 pessoas,

I – é obrigatório ainda, a designação de um funcionário para efetuar os cuidados com a higienização evitar a formação de aglomerações nos locais de acesso (entrada e saída do estabelecimento) e que somente permitam o ingresso de pessoas que estiverem usando máscara.

Art. 4º - As medidas previstas nesse Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, a depender da fase epidemiológica do contágio e da evolução dos casos no Município.

Art. 5º - Ficam mantidas, no que couber e não conflitar com o presente Decreto, as medidas já determinadas nos Decretos Municipais n.º 3151 de 17 março de 2020, Decreto n.º 3160 DE 23 DE MARÇO DE 2020, Decreto n.º 3170 DE 27 DE MARÇO DE 2020, e Decreto n.º 3192 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, 23 de abril de 2020.

HELMA SANTANA AMORIM

Prefeita Municipal

Publicado por:

Eliene dos Santos Barros

Código Identificador:601F2320

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE**

**SUPEL - SUPER. MUN. LICITACAO
PROCESSO Nº 039/SAAE/2020 - AVISO DE ERRATA PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 009/CPL/2020 - REGISTRO DE PREÇOS**

**ERRATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/CPL/2020
PROCESSO Nº 039/SAAE/2020
REGISTRO DE PREÇOS**

No processo administrativo nº 039/2020, cujo objeto é à formação de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de **(material hidráulico)**, por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Alvorada d'Oeste/RO, conforme termo de referência e demais documentos inclusos nos autos, publicado no Correio Popular, site www.alvoradadoeste.ro.gov.br ário da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal no dia 17 de abril de 2020.

ONDE SE LÊ:

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS.

Cadastro de Propostas até o dia:	01/05/2020 às 08h55
Abertura das Propostas:	01/05/2020 às 09h00
Início do Pregão:	01/05/2020 às 09h30

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF.

LEIA-SE:

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS.

Cadastro de Propostas até o dia:	04/05/2020 às 08h55
Abertura das Propostas:	04/05/2020 às 09h00
Início do Pregão:	04/05/2020 às 09h30

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF.

Alvorada d'Oeste, 23 de abril de 2020.

OLDIGLEI ODAIR VERONEZ

Pregoeiro

Publicado por:

Oldiglei Odair Veronez

Código Identificador:EBB7327B

**SUPEL - SUPER. MUN. LICITACAO
EXTRATO DE CONTRATO 043/2020 PROC.325/2020**

Extrato de Contrato

Contrato Nº 043/2020.

Processo Nº 325/SEMOURB/2020.

Contratante: **Município de Alvorada D'Oeste - RO**

Contratado: **RAMOS CONSTRUTORA ME.**

Objeto: **Aquisição De Tubos de Concreto Armados** Valor: **R\$85.248,00 (oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais.)**

Dotação Orçamentaria: **0213. 23.782.0018.2068. 4.4.90.52-99**

Ficha **854/855**

Recurso: **convenio Nº033/PJ-DER-RO**

Empenho: **724/723**

Data: **09/04/2020**

Assinam: **José Walter da Silva** - Prefeito Municipal

Ramos construtora me. – Empresa Contratada

Laercio Silvério- Interviniente

Obs.: Contrato assinado nos autos respectivo.

Publicado por:

Oldiglei Odair Veronez

Código Identificador:E4716D5C

**SUPEL - SUPER. MUN. LICITACAO
PROCESSO Nº 179/FMS/2020 - AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/CPL/2020 - CONVÊNIO Nº
261/PGE/2019**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/CPL/2020
PROCESSO Nº 179/FMS/2020
CONVÊNIO Nº 261/PGE/2019**

A Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste/RO, por seu Pregoeiro nomeado pelo **Decreto Nº 014/GAB/PREF/2020**, torna público que realizará Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI**, fica estabelecido a preferência na contratação de empresas localizadas no município de **ALVORADA D'OESTE**, até o limite de **10%** acima do melhor preço válido, caso não houver **ME/EPP/MEI** no município o benefício se estenderá aos municípios que fazem parte da **MICROREGIÃO**, ou seja, **Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Urupá, Nova Brasilândia D'Oeste e Presidente Médici e MESORREGIÕES de Rondônia**, conforme a **(Lei Municipal 878/2017 Art. 1º)**; (Lei Complementar 123/2006 Arts. 47º, p.u e 49º, I; II; III; IV e V); (Lei. 147/2014 Art. 48º, I) e (Decreto 8538/2015 Art. 9º, I), **PODERÁ PARTICIPAR** outros municípios do Estado de Rondônia, abrangendo as **MESORREGIÕES** bem como empresas de outros Estados **cientes** da preferência da **MICROREGIÃO**, do tipo menor preço, e será julgado **pelo menor preço por ITEM**, nos termos da lei nº 10520/02 decreto federal 5.450/05, decreto federal 7.892/13, decreto estadual 18.340/13, decreto Municipal nº 27/07, aplicando-se subsidiariamente a lei nº 8.666/93, **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 e no que couber Decreto 8.538/2015**, para atender a FMS. **DO OBJETO:** Aquisição de material de consumo (**medicamentos hospitalares**), dentro do plano de trabalho conforme **convênio nº 261/PGE/2019**, para atender as necessidades da Unidade Mista de Saúde do Município de Alvorada d'Oeste/RO, valor estimado: **R\$ 109.516,49** (cento e nove mil quinhentos e dezesseis reais e quarenta e nove centavos), conforme especificações e condições complementares descritas nos Anexos deste Edital.

b) Da sessão de abertura:

Cadastramento de propostas até o dia: 08/05/20 às 08:55 hs.

Abertura das propostas: 08/05/20 às 09:00 hs.

Início do pregão: 08/05/20 às 09:30 hs.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF.

LOCAL: www.licitanet.com.br

c) Da Autorização: Processo Administrativo Nº 179/FMS/2020.

d) Da Fonte de Recursos:

Programação	Categ. Econômica	F. de Recursos	Ficha
10.302.0009.2038	33.90.30-09	CONVÊNIO Nº 261/PGE/2019	871
10.302.0009.2038	33.90.30-09	CONVÊNIO Nº 261/PGE/2019	872

Maiores Informações serão fornecidas de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 13h00min, na sala de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste, sito a Av. Marechal Deodoro N.4695 – Bairro: três poderes, através do telefone nº (0xx69) 3412-2647 ou pelo site www.alvoradadoeste.ro.gov.br Onde Poderá ser adquirido o Edital completo e seus anexos.

Alvorada d'Oeste – RO, 23 de abril de 2020.

OLDIGLEI ODAIR VERONEZ

Pregoeiro

Publicado por:

Oldiglei Odair Veronez

Código Identificador:48209AC4

**SUPEL - SUPER. MUN. LICITACAO
EXTRATO DE CONTRATO 1 °TERMO ADITIVO DE VALOR
PROC.347/2018**

Extrato De Termo Aditivo De Valor Contrato

Contrato Nº 079/2018.

Processo Nº 347/2018.

Contratante: **Município de Alvorada D'Oeste - RO**

Contratado: **RAMOS CONSTRUTORA LTDA ME.**

Objeto: **Aquisição De Tubos de Concreto Armados Valor: R\$ 41.301,65 (Quarenta e um mil, sessenta e cinco reais.)**

Dotação Orçamentaria: **0213. 26.782.0018.2068. 4.4.90.51-99**

Ficha **287**

Prazo: **06(seis meses).**

Recurso: **convenio Nº130/17/PJ-DER-RO**

Empenho: **724/723**

Data: **09/04/2020**

Assinam: **José Walter da Silva - Prefeito Municipal**

Ramos construtora me. – Empresa Contratada

Laercio Silvério- Interveniente

Obs.:Contrato assinado nos autos respectivo.

Publicado por:

Oldiglei Odair Veronez

Código Identificador:01A7C62E

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**

**CASA DOS CONSELHOS
RESOLUÇÃO Nº 023/CMAS/2020 CASA DA CRIANÇA**

**CMAS- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ARIQUEMES -RO
RESOLUÇÃO Nº 023/CMAS/2020 DE 23 DE ABRIL DE 2020.**

“Dispõe sobre a aprovação de deliberação para repasse financeiro referente ao projeto Prevenção E Saúde da Casa da Criança São Francisco de Assis”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares na Lei Municipal de n.º 1.732, de 16 de outubro de 2012. Nos termos da Ata da **3ª Reunião Extraordinária**, realizada em 17 de abril de 2020.

CONSIDERANDO o parecer da equipe técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ariquemes.

CONSIDERANDO o parecer da Comissão de Análise de Projetos do CMAS.

CONSIDERANDO a ata da 3ª reunião extraordinária.

RESOLVE:

Art.: 1º - Aprovar a deliberação de **R\$10.000,00** (Dez Mil Reais), para aquisição de Material de Consumo e Equipamento de Proteção Individual para a Casa da Criança Francisco de Assis, **CNPJ 04.702.918/0001-33**.

Publique-se,

Ariquemes 23 de abril de 2020.

PATRÍCIA DA SILVA COSTA

Presidente do CMAS

Decreto nº 15.925/19

Publicado por:

Marco Antonio Lazaretti do Prado

Código Identificador:1D3F0550

**CASA DOS CONSELHOS
RESOLUÇÃO Nº 024/CMAS/2020 ALLAN KARDEC**

**CMAS- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ARIQUEMES -RO
RESOLUÇÃO Nº 024/CMAS/2020 DE 23 DE ABRIL DE 2020.**

“Dispõe sobre a aprovação de deliberação para repasse financeiro referente ao “Projeto Proteção do Lar” do Centro espírita Allan Kardec”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares na Lei Municipal de n.º 1.732, de 16 de outubro de 2012. Nos termos da Ata da **3ª Reunião Extraordinária**, realizada em 17 de abril de 2020.

CONSIDERANDO o parecer da equipe técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ariquemes.

CONSIDERANDO o parecer 024/CMAS/2020 da Comissão de Análise de Projetos do CMAS.

CONSIDERANDO a ata da 3ª reunião extraordinária.

RESOLVE:

Art.: 1º - Aprovar a deliberação de **R\$10.000,00** (Dez Mil Reais), para aquisição de Material de Consumo e Equipamento de Proteção Individual para o Centro Espírita Allan Kardec, **CNPJ 63.761.084/0001-04**.

Publique-se,

Ariquemes 23 de abril de 2020.

PATRÍCIA DA SILVA COSTA

Presidente do CMAS

Decreto nº 15.925/19

Publicado por:

Marco Antonio Lazaretti do Prado

Código Identificador:24B32E65

**CASA DOS CONSELHOS
RESOLUÇÃO Nº 025/CMAS/2020 DE 23 DE ABRIL DE 2020.**

**CMAS- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ARIQUEMES -RO
RESOLUÇÃO Nº 025/CMAS/2020 DE 23 DE ABRIL DE 2020.**

“Dispõe sobre a aprovação de destinação de alimentos para complementação de cestas básicas”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares na Lei Municipal de n.º 1.732, de 16 de outubro de 2012. Nos termos da Ata da **3ª Reunião Extraordinária**, realizada em 17 de abril de 2020.

CONSIDERANDO o parecer 024/CMAS/2020 da Comissão de Análise de Projetos do CMAS.

CONSIDERANDO os termos da ata da 3ª reunião extraordinária.

CONSIDERANDO a suspensão dos atendimentos nos Centros de Convivência Idade Viva e Espaço Conviver. (Decreto nº16.271)

CONSIDERANDO estoque de alimentos adquiridos com recurso da União.

RESOLVE:

Art.: 1º - Aprovar a doação dos alimentos para complementar a cesta básica a ser entregue às famílias conforme Lei 2.178/2018 de Benefícios Eventuais.

Publique-se,

Ariquemes 23 de abril de 2020.

PATRICIA DA SILVA COSTA

Presidente do CMAS

Decreto nº 15.925/19

Publicado por:

Marco Antonio Lazaretti do Prado

Código Identificador:79A347AC

CASA DOS CONSELHOS ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

LOCAL: CASA DOS CONSELHOS

DATA: 19/02/2020

Ata da 1ª (primeira) reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Ariquemes realizada em 19 de fevereiro de 2020 (dois mil e vinte) nas dependências da Casa dos Conselhos às 15:00hrs com pauta conforme edital número 001/2020: **1-** Leitura e aprovação da Ata anterior; **2-** Formação da Comissão Disciplinar 2020; **3-** Curso de capacitação Conselheiros Tutelares; **4-** Análise de Projetos FIA; **5-** Resposta ao MP; **6-** Outros assuntos propostos. A reunião inicia-se às 15h10min contando com a presença de **08 instituições** representadas, sendo 07 titulares e 03 suplentes: Sandra Mara Rodrigues – **SEMSAU** (titular), Camila Streiling Tineli Milani – **SEMED** (suplente), Thayná Priscilla Folle Alves – **SEMDES** (titular), Geani Cleide da Silva – **SEMPOG** (titular), Erli Luiz de Oliveira – **SEMPOG** (suplente), Loreni Flosina de Jesus – **CASA DA CRIANÇA** (suplente), Enilson Sebastião da Silva – **PMM** (titular), Ana aparecida Paulo – **PMM** (suplente), Alessandra Cristiane Ayres – **Grupo de voluntários** (titular), Marco Aurélio soares Fernandes – **OAB** (titular), com a presença das Senhoras Ana Claudia Andrade, Flávia Martins e Gisele Jasset de Mendonça Secretária de assistência Social. Com a ausência da secretária não foi feito a leitura da ata anterior. O Presidente solicita a a senhora Thayná que secretarie esta reunião, no qual foi prontamente atendido sem objeção dos membros presentes. O Presidente sugeriu formar Comissão disciplinar para Conselho Tutelar, Enilson e Sandy se dispuseram em participar, ficando assim a formação da Comissão Disciplinar do ano de 2020: Sandra Mara Rodrigues, representante Governamental; Enilson Sebastião da Silva, representante da Sociedade Civil e um Conselheiro Tutelar. Para Comissão de prestação de Contas e Projetos do FIA: Thayná - SEMDES, Marco - OAB, Eliane -CRP. Comissão de Legislação e Atos Internos, Marco - OAB, Geane - SEMPOG, Alessandra - GV. Foi apresentado: curso de capacitação, aquisição de camisas Leãozinho, projeto conduzir/SEMDES, projeto Juntos Transformando/KIGOL, Projeto Elos Azuis/AMAAR, para análise. Gisele apresentou e explicou o objetivo e motivo do projeto que diz respeito a aquisição de complementar recurso adquirido pelo Basa para comprar dois veículos para o Conselho Tutelar. Foi sugerido pelo Presidente que seja encaminhado à Comissão para posterior aprovação ou não, após a aprovação do Superávit, na próxima reunião. Ana apresentou a AMAAR, o Projeto explicando a necessidade e objetivo dele. O Projeto é para pagamento de folha de funcionários. O Projeto será encaminhado para Comissão e posterior aprovação ou não. Gisele falou sobre o Projeto de camiseta Leãozinho, para trabalhar na campanha de arrecadação do FIA. O Projeto foi para apresentar o modelo e solicitar aprovação de recurso para comprar as camisetas, deliberado **R\$ 7.000,00** para a campanha, para camisetas, panfletos e materiais que forem necessários. Foi apresentado proposta de Projeto

KIGOL, que vai ser passado para a comissão para avaliação. Presidente sugeriu a elaboração de um plano para aprovação liberação de recursos do FIA, o percentual será discutido na próxima reunião. Foi sugerida a formação de uma equipe para organizar o evento “capacitação do Conselho Tutelar e rede” Camila, Loreni e Alessandra, se dispuseram a ficar a frente. Evento de capacitação em Florianópolis será encaminhado 1 Conselheiro Tutelar e 1 Conselheiro Municipal. A reunião se encerra às 17:00. Não tendo nada mais a registrar, eu, Thayná Priscilla Folle Alves, secretária “ad hoc” do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, leio e assino a presente ata, juntamente com o presidente e demais Conselheiros, conforme consta no Livro de Registro de Presença página 27. Registra-se a ausência do representante do CRP.

Aprovaram esta ata:

Titular

Geani Cleide da Silva – SEMPOG _____

Sandra Mara Rodrigues – SEMSAU _____

Loreni Flosina de Jesus - CASA DA CRIANÇA _____

Enilson Sebastião da Sila – PMM _____

Alessandra Cristiane Ayres – Grupo de voluntários _____

Suplente

Camila Streiling Tineli Milani – SEMED _____

Ana Aparecida Paulo – PMM _____

Erli Luiz de Oliveira – SEMPOG _____

THAYNÁ PRISCILLA FOLLE ALVES

Secretária “Ad Hoc”

MARCO AURÉLIO SOARES FERNANDES

Presidente

Publicado por:

Marco Antonio Lazaretti do Prado

Código Identificador:C1B3792F

CASA DOS CONSELHOS ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

LOCAL: CASA DOS CONSELHOS

DATA: 18/03/2020

Ata da 2ª (segunda) reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Ariquemes realizada em 18 de março de 2020 (dois mil e vinte) nas dependências da Casa dos Conselhos às 15:00hrs com pauta conforme edital número 002/2020: **1** - Leitura e aprovação da ata anterior; **2** - Apresentação do parecer da comissão e **3** – Outros assuntos propostos. A reunião inicia-se às 15h:15min contando com a presença de **06 instituições** representadas, sendo 05 titulares e 03 suplentes: Sandra Mara Rodrigues – **SEMSAU** (titular), Camila Streiling Tineli Milani – **SEMED** (suplente), Adriana Fátima de Oliveira **CASA DA CRIANÇA** (titular), Loreni Flosina de Jesus - **CASA DA CRIANÇA** (suplente), Enilson Sebastião da Silva – **PMM** (titular), Ana aparecida Paulo – **PMM** (suplente), Alessandra Cristiane Ayres – **Grupo de voluntários** (titular), Marco Aurélio soares Fernandes – **OAB** (titular), com a presença da Senhor Marco Antonio Lazaretti do Prado, diretor da Casa dos Conselhos. **1 - Leitura e aprovação da ata anterior** - Sendo ata 09ª da última reunião ordinária realizada em 09/12/2019 e a leitura da ata 01ª realizada em 19/02/2020. Tendo duas atas a ser lida a secretária Adriana solicitou aos membros do conselhos presentes na reunião que se um pudesse se dispor a ler, no momento a conselheira Camila representante da SEMDES, fez a leitura da 09ª ata ordinária de 2019 e a secretária Adriana realizou a leitura da 1ª ata de reunião ordinária de 2020. Após a leituras das duas atas todos os membros do CMDCA presentes aprovaram as atas. **2 - Apresentação do parecer da comissão:** O senhor presidente do CMDCA Marco Aurélio apresentou o parecer referente ao projeto para compra de veículos do conselho tutelar com recurso do FIA 2020. No qual na reunião anterior a Secretária Gisele Jasset - SEMDES, havia mencionado e em contrapartida a SEMDES já consta

o valor de R\$ **30.000,00** (trinta mil reais) e para a complementação do projeto o valor é de R\$ **68.000,00** (sessenta e oito mil reais). Os veículos serão para atendimento dos conselhos 01 e conselhos 02 do município de Ariquemes, sendo **aprovado** por todos membros presentes. Apresentado o plano de utilização do recurso do FIA para 2020 com: **70% Projetos de Fomentos** para atendimento com crianças e adolescentes de ambos os sexos de 0(zero) a 18(dezoito) anos, **20% com formação e aprimoramento** e **10% reserva**. Em andamento foi apresentado o projeto da KI GOL, que não foi aprovado devido a prestação de conta 2019 referente ao recurso recebido do FIA, estar pendente com o conselho. A Conselheira Camila menciona que o representante da Kigol já foi notificado em estar prestando contas para dar andamento ao projeto FIA 2020. Fica acordado que na próxima reunião será apresentado o projeto da Kigol.

3 – Outros assuntos propostos; O presidente Marco Aurélio informa que a conselheira Eliane pede afastamento da comissão de projetos e prestação de contas, pois encontra - se de licença maternidade, solicitando que compõe um novo membro na comissão. Ficando composto a nova comissão realizada entre os conselheiros presentes e atual: Marco Aurélio, Tayna e Loreni. O senhor presidente Marco Aurélio informou que o FIA arrecadou o valor **R\$260.000,00**(duzentos e sessenta mil reais) para utilizar em 2020. Tendo como superávit de 2019 o valor de **R\$153.000,00**(cento e cinquenta e três mil reais). Do valor mencionado de **R\$260.000,00**(duzentos e sessenta mil reais), foram deliberado **R\$10.000,00** (dez mil reais) viagem com capacitação do conselho tutelar e conselho –CMDCA, **R\$7.000,00**(sete mil reais) campanha do leãozinho 2020 e **R\$ 55.000,00** (cinquenta e cinco mil reais) para curso de formação do conselho tutelar do município de Ariquemes. Ficando um saldo de **R\$ 238.000,00** (duzentos e trinta e oito mil reais). Que após a aprovação para compra dos veículos para o conselho tutelar ficará o saldo de **R\$ 170.000,00**(cento e setenta mil reais). Coloca-se a observação que o valor do superávit ainda não está em conta, portanto os projetos a serem apresentados não podem contar com o valor. Acordado entre os membros do conselho –CMDCA presentes de enviar a resolução do conselho ao MP – Ministério Público, Juiz da vara da criança e juventude e a publicação da resolução da comissão disciplinar: Enilson, Sandra Mara (titulares) e Camila e Adriana (Suplente). A reunião se encerra as 16:35min. Não tendo nada mais a registrar, eu, Adriana Fatima de Oliveira, secretária” do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, leio e assino a presente ata, juntamente com o presidente e demais Conselheiros, conforme consta no Livro de Registro de Presença página 27 verso. Registra-se a ausência dos representantes: SEMDES – SEMPOG – FUNCET - CRP

Aprovaram esta ata:

Titular

Sandra Mara Rodrigues – SEMSAU _____
Enilson Sebastião da Sila – PMM _____
Alessandra Cristiane Ayres – Grupo de voluntários _____

Suplente

Loreni Flosina de Jesus - CASA DA CRIANÇA _____
Camila Streiling Tineli Milani – SEMED _____
Ana Aparecida Paulo – PMM _____

ADRIANA FÁTIMA DE OLIVEIRA

Secretária

MARCO AURÉLIO SOARES FERNANDES

Presidente

Publicado por:

Marco Antonio Lazaretti do Prado
Código Identificador:DEFBC8EA

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES SECRETARIA
DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ESTADO DE RONDÔNIA**

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO TERMO DE
FOMENTO Nº 075/2019**

Processo nº 11469/2019–Semdes/FMAS

CELEBRAÇÃO: 22/04/2020

PARTES:

1-) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

2-) CEPROM – CENTRO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE MAANAIM.

OBJETO: Fica aditado o prazo do presente Termo de Fomento nº 075/2019, conforme justificativa apresentada pela entidade às fls. 199.

VIGÊNCIA: Até 20 de dezembro de 2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11469/2019

PAOLA WANESKA DE OLIVEIRA GASQUES

Secretária Municipal de Des. Social

Decreto nº 16.286/PGM/2020

Publicado por:

Fabiana de Mattos

Código Identificador:4EC4AA2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

LEI MUNICIPAL DE Nº 2.387, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ATÉ O MONTANTE DE R\$ 2.051.223,89 (DOIS MILHÕES E CINQUENTA E UM MIL E DUZENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E OIT

LEI MUNICIPAL DE Nº 2.387, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ATÉ O MONTANTE DE R\$ 2.051.223,89 (DOIS MILHÕES E CINQUENTA E UM MIL E DUZENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS) EM FAVOR DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO, no uso das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar abertura de Crédito Adicional Extraordinário resultante de Excesso de Arrecadação, até o montante de **R\$ R\$ 2.051.223,89 (dois milhões e cinquenta e um mil e duzentos e vinte e três reais e oitenta e nove centavos)** no exercício financeiro de 2020, em favor da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSAU.

Parágrafo Único. O Crédito aberto na forma do artigo 1º será coberto com recurso proveniente de recurso do Governo Federal e Estadual conforme a Portaria nº 774 de 09 de abril de 2020 do Ministério da Saúde destinados às ações de serviços públicos de Saúde destinados ao custeio de ação e serviços relacionados ao COVID 19, conforme as Fontes de Recursos abaixo descritas:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	2.051.223,89
Fontes de Recursos	
1.027.0016 - Recursos do Tesouro – Exercício Corrente - Transferência de Recursos do SUS - Custeio - Média Alta Complexidade - MAC	2.051.223,89

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a funcional programática, natureza da despesa e detalhamento da fonte de recurso e a definição dos valores através de decreto, conforme previsão do Artigo 41, inciso III e 43, §1º inciso II e art. 44 da Lei n. 4.320/1964.

Art. 3º Os Créditos desta Lei foram solicitados e justificados através dos autos do Processo Administrativo 1-4287/2020 do dia 07 de abril de 2020, memorando n.º 412/FMS/SEMSAU/2020.

Art. 4º Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2018/2021, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º desta Lei.

Art. 5º Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2020, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA

Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Autoria do Poder Executivo Municipal: - Processo de nº 1-4287/2020, Mensagem de nº 40/2.020, Projeto de Lei de nº 2958/2.020, Ofício de nº 031/20 SEC.LEG./CMA – 2.020 (Câmara Municipal de Ariquemes)

Publicado por:

Gleiciane Natal Babolim Arantes

Código Identificador:A556C58E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO
ORDEN DE SERVIÇO**

A Prefeitura Municipal de Ariquemes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **THIAGO LEITE FLORES PEREIRA**, conforme certame licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 013/2019/CPL/SML/PMA emite **ORDEN DE SERVIÇO** à empresa **CONSTRUTORA ROYALES LTDA**, inscrita no CNPJ de nº 24.178.090/0001-73 com sede na Av. Jarú, nº 3128 – Setor 05 da cidade de Ariquemes/RO, **Contrato de nº 059/2020**, Processo Administrativo N.º8356/2019 cujo objeto é a **REFORMA E ESTRUTURAÇÃO DO PRÉDIO DO ALMOXARIFADO CENTRAL** do Município de Ariquemes/RO, conforme especificações técnicas e proposta apresentada pela Contratada, com prazo de execução de 120 (Cento e vinte) dias contados a partir da data de emissão desta ordem de serviço.

Ariquemes-RO, 14 de Abril de 2020.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA

Prefeito Municipal

RECEBIMENTO: ____/____/____.

CONSTRUTORA ROYALES LTDA

Assinatura e Carimbo

Publicado por:

Mateus Henrique Souza Peres

Código Identificador:1A75F8B8

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 189, DE 22 DE ABRIL DE 2020**

Portaria nº 189, de 22 de abril de 2020.

“Designa servidor para exercer a função de Fiscal do contrato abaixo”

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Considerando que as Secretarias Municipais devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela Administração Pública;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 14.497 de 09 de agosto de 2018;

Considerando que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

•Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração Pública;

•Verificar se a entrega de materiais, execução de prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

•Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços contratados;

•Indicar eventuais glosas das faturas.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor **RICARDO ALEXANDRE GONÇALVES DE MEDEIROS**, matrícula 6138-7, como fiscal do Contrato nº 068/2020, que tem por objeto a aquisição de OXÍGENIO MEDICINAL para atender às necessidades da SEMSAU.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se na forma da Lei.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 22 de abril de 2020.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA

Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:

Scarlett Ianara Ayres Moura

Código Identificador:0713B460

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECISÃO DO SECRETÁRIO DE SAÚDE QUANTO A
APURAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Processo nº. 1-4432/2020

Proc. Administrativo nº. 1282/2020

Fornecedor: **A.E. DE SOUZA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA**

CNPJ: 24.872.725/0001-38

A.R.P. 009/2019 e P.E. 003/2019

Empenhos nº. 536, 537 e 538 – Aquisição de Cartuchos e Toners

DECISÃO

A empresa A.E. DE SOUZA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA foi vencedora dos empenhos nº. 536, 537 e 538, os quais eram para aquisição de Cartuchos e Toners Originais à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

Com base nas legislações aplicáveis (Lei 8.666/93, Pregão Eletrônico 0003/2019, ARP 009/2019, Decreto Municipal 14.851/2018 e parecer 410/2020/PGM) e considerando que está fartamente comprovado que a empresa descumpriu a obrigação contratual de entrega no prazo legal, com atraso de mais 30 (trinta) dias, descumprindo assim o item 2.3, subitem 2.3.2 do edital do P.E n. 003/2019;

DECIDO aplicar as seguintes penalidades: **ADVERTÊNCIA e MULTA.**

Conforme item 19.1, inciso II, alínea a) do edital do pregão n. 003/2019, a multa será de **0,3%** (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor fornecimento ou serviço realizado com atraso, calculados conforme a memória de Cálculo de Multa anexo.

Perfazendo um total de **R\$ 359,67 (trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos).**

As aplicações das penalidades serão cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar **RECURSO** no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida ao Secretário de Saúde, podendo ser enviada nesse referido e-mail eletrônico ou na Secretaria Municipal de Saúde, (térreo, sala 03) da Prefeitura de Ariquemes, localizada na Avenida Tancredo Neves, nº. 1586, Setor Institucional no município de Ariquemes-RO, CEP 76872-854.

Após decorrido prazo para recurso será emitida guia de pagamento no valor da multa e descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela administração nos autos deste processo, ou em demais processos com a autorização da empresa, caso não houver, a guia será encaminhada à empresa e se não efetuar o pagamento em 15 dias será encaminhada para dívida ativa com possibilidade de cobrança judicial, conforme artigo 87, § 1º da Lei 8.666/93.

Por oportuno, informo que os autos do **Processo Administrativos 1282/2020 e Processo nº. 1-4432/2020 – Apuração de Sanções**, encontram-se à disposição para vista do interessado, na Secretaria Municipal de Saúde, no endereço supracitado.

Ariquemes, RO, 23 de Abril de 2020.

MARCELO GRAEFF

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 14.638/PGM/2018

Publicado por:

Larissa Bissoli da Silva Peterle

Código Identificador:B0E1F979

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**

**ASSESSORIA JURÍDICA
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE PROCESSO DE
SINDICÂNCIA Nº 1-696/2020.**

Processo nº 1-696/2020.

Buritis/RO, 23 de abril de 2020.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste ATO prorrogado por mais 30 (trinta) dias, com fulcro no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97, a contar de **27 de abril de 2020** para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes. Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Josilene Carlos de Oliveira

Código Identificador:BBD57009

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
048/2020/CPLMS PROCESSO N.º 466/SEMUSA/2020 – SRP**

O Município de Buritis-RO, através da sua pregoeira designada pelo Decreto **9895/GAB/PMB/2020**, torna pública a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO (POR ÍTEM), na forma da Lei 10.520/02, tendo como **Objeto: Futura e eventual aquisição de medicamentos**. Valor prévio total R\$ 112.653,45 (cento e doze mil seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos). Início da sessão pública virtual será às **10h00min do dia 11/05/2020** (Horário de Brasília-DF), endereço <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> (COMPRASNET). **CÓDIGO DA UASG PREFEITURA DE BURITIS: 452286**. Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, <http://www.buritis.ro.gov.br> ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 3238-2658 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.

Buritis – RO, 23 abril de 2020.

DAIANE SANTANA FONTES

Pregoeira

Publicado por:

Renilda Carlos de Moraes

Código Identificador:BD08BB7B

**GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 014/PMB/2020**

TERMO DE CONTRATO – COVID-19 (LEI 13.979/20)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS (UTILIZADAS NAS BARREIRAS SANITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE BURITIS CONTRA O COVID-19).

O MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.266.058/0001-44 com sede no município de Buritis/RO, no presente ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: 469.598.582-91 e RG sob nº. 504.848 SSP/RO, estabelecido na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, CEP nº 76.880-000, nesta cidade e comarca de Buritis-RO, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **ALESSANDRO PIMENTA DA SILVA – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.427.224/0001-40, sediada na Rua Tucanos, nº 774, Setor 09, município de Ariquemes Rondônia, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **ALESSANDRO PIMENTA DA SILVA**, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 860270 SEDESC/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 754.460.812-34, residente e domiciliado na Rua Avenida Rio Branco, 2245, Sala 01, Bairro Jardim Jorge Teixeira, Cep.: 76.876-536, na cidade de Ariquemes/RO, tendo em vista o que consta no Processo nº 916/2020/SEMUSA e em observância às disposições da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº 038/2020/CPLMS**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de **Locação, montagem e desmontagem de Tendas (utilizadas nas barreiras sanitárias no município de Buritis contra o COVID-19)**, que serão prestados na íntegra nas condições estabelecidas no **Termo Referência**.

Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD TOTAL
01	Locação de Tendas por dia, em estrutura metálica, medindo 5x5 metros, com calhas e lona anti-chamas e anti-mofo, fabricada em chapa dobrada de 14 milímetros e pés de 8 milímetros, com 2,7 metros de altura, com fechamento lateral.	Serv	180

Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Tendo como objetivo atender em caráter de urgência em cumprimento das ações pela equipe da vigilância, epidemiologia e núcleo em um período de **03 (três) meses**, sendo utilizado a quantidade de 02 (duas) tendas por dia, na prevenção ao combate ao COVID-19.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato será de **03 (três) meses**, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação de seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

Podendo ser prorrogável por períodos sucessivos, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, com antecedência mínima de **15 (quinze) dias**. Enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Sr. Ministro de Estado da Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

1.3. O valor total da contratação será **R\$ 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais), com **valor unitário de R\$ 80,00** (oitenta reais), referente ao quantitativo total de **180 (cento e oitenta) serviços de locação de tenda**, considerando que está previsto a utilização do quantitativo de 02 (dois) serviços diários.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou

impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

02.08.01 - Secretaria Municipal de Saúde
10.301.1003.2036.0000 – Manutenção das Atividades do PAB
3.3.90.39.99 – Outros Serviços - PJ
Ficha: 534.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

Efetuar o pagamento, em **até 30 (trinta) dias**, mediante ordem bancária em moeda corrente, **contados do dia em que a Nota Fiscal, devidamente acompanhada das certidões atualizadas, atendidas às disposições contidas no Termo de Referência, conter o recebimento definitivo e ser atestado no verso, efetuadas pelo Fiscal deste Contrato, sendo efetuadas as retenções legais.**

Os valores relativos a obrigações financeiras decorrentes de aplicação de penalidade pela Administração Municipal poderão ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste contrato;
- b) Executar os serviços solicitados no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Faturamento;
- c) Comunicar de forma oficial a Contratante a data de instalação dos serviços para a sua utilização;
- d) Substituir, as suas expensas, os materiais/serviços recusados e devolvidos, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa do Serviço;
- e) Solicitar se necessário, dentro do prazo de entrega e/ou substituição, a prorrogação do mesmo;
- e.1) Somente serão processados os pedidos de forma oficial, protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição dos serviços/bens.
- f) Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação, sob pena de rescisão contratual;
- g) Atender às determinações da Administração para o cumprimento de obrigação contratual assumida no prazo estabelecido na notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento;
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- i) Fica proibida a subcontratação de qualquer entrega de material/prestação de serviços objetos deste termo de referência.
- j) Arcar com todas as despesas destinadas a execução dos serviços, como por exemplo: as taxas do corpo de bombeiro e CREA, quando necessários, apresentando no ato da entrega da nota fiscal os documentos/laudos comprobatórios de regularidade junto a esses órgãos ou outros;
- k) Possuir profissional habilitado e devidamente registrado no seu conselho competente;
- l) Assumir inteira responsabilidade pelos serviços que efetuar, de acordo com as especificações constantes deste contrato;
- m) Qualquer dano material ou moral cometido comprovadamente pela equipe prestadora de serviço ao patrimônio local (estrutura física, mobiliário), bem como às pessoas, é de inteira responsabilidade da empresa prestadora de serviço;

n) Nos preços ofertados deverão estar inclusos os custos de deslocamento dos itens e funcionários até o local de prestação dos serviços, alimentação dos funcionários da montagem, bem, como eventuais custos do produto e serviço, quando for o caso;

o) Todo o material necessário à instalação/montagem e desmontagem das tendas, incluindo fixação completa, assim como a aplicação de qualquer material complementar necessário aos trabalhos, tais como: ferramentas, instrumentos de medição, parafusos, pregos, corda, amarras, pesos, contrapesos, produtos de limpeza, etc., deverá ser fornecido pela empresa contratada sendo de sua exclusiva responsabilidade;

p) As tendas deverão estar limpas na instalação e em perfeitas condições de uso.

q) Efetuar a desmontagem/retirada após o encerramento do evento ou no dia posterior, informado pelo fiscal da contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste contrato;
- b) Solicitar formalmente à Contratada, mediante requisição, o fornecimento do serviço;
- c) **Certificar e atestar a data de utilização dos serviços, após, o recebimento do comunicado oficial emitido pela empresa contratada, para efeito de pagamento do período contratado;**
- d) Efetuar o recebimento provisório dos serviços, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório dos serviços;
- d.1) O recebimento provisório não implica aceitação.
- e) Efetuar o recebimento definitivo dos serviços realizados, após a verificação do cumprimento das especificações, nos termos deste instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.
- f) Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa dos Serviços emitido pela comissão de recebimento, os serviços realizados em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;
- f.1) O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa dos serviços, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.
- g) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;
- h) Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à execução do objeto deste instrumento;
- i) Determinar à Contratada, mediante notificação, o cumprimento de obrigação contratual assumida, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;
- i.1) A notificação deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação.

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, a qual designará os servidores nomeados, através de decreto do gabinete do prefeito para fiscalizar e acompanhar o objeto da presente licitação, esses servidores determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal).

1.8. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a entrega dos serviços, inclusive às quantidades máximas a serem adquiridas, rejeitar os que estiverem em desacordo com as especificações do termo de referência e edital, bem como, dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer da execução, dando ciência de tudo ao licitante adjudicado, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula primeira. Fica a Secretaria de origem e/ou setor responsável incumbido por providenciar o encaminhamento de 01 (uma) cópia deste contrato devidamente assinado e publicado em

mural, na AROM e Portal de Transparência do Município, a cada setor/departamento, conforme a seguir:

Controladoria geral do município, para acompanhamento e fiscalização;

Fiscal deste contrato qual deverá ser nomeado, para acompanhamento e fiscalização;

Subcláusula segunda. Deve a Secretaria de origem e/ou Departamento responsável, se atentar quanto ao acompanhamento e a fiscalização do presente contrato referente aos prazos e demais procedimentos necessários, sob pena de responsabilização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Licitação, a Administração **poderá garantir** a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções, quando for o caso:

Advertência, quando descumprir qualquer cláusula do contrato, inclusive prazo de entrega;

Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega e por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Termo, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos bens não entregues, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos bens não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos, porventura causados a Prefeitura Municipal de Buritis - RO, pela não execução parcial ou total do contrato;

IV. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

V. O prazo facultado a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas neste Termo;

VI. Se a multa for de valor superior ao valor da Nota de Empenho, além da perda deste, responderá a empresa vencedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso cobrado judicialmente;

VII. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedor ou Prestador de Serviços da Prefeitura Municipal de Buritis - RO, da respectiva empresa, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais;

VIII. Não serão aceitas justificativas posteriores a adjudicação aos vencedores, por parte da licitante que não poderá manter a proposta seja escrita ou por meio de lance, com a justificativa que houve erro na formulação, engano nos preços ou erro de digitação da proposta, não será admitida a desistência da proposta para estes casos, sendo a licitante penalizada com multa e declarada inidoneidade e impedida de licitar com a Administração pelo período de 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico; amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:

Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 4º, I, da Lei n. 13.979/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.979, de 2020, na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A lavratura do presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação nº. 38/2020, é feita com base no artigo 24 incisos IV da Lei 8666/1993 e 4º da Lei 13.979/2020, devendo o contratante disponibilizar em site oficial específico na rede mundial de computadores (internet), no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação.

O presente Contrato se vincula ao Termo de Referência da Contratante na íntegra e à proposta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMASEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, o Município providenciará a publicação do Extrato do presente contrato, de acordo com a alteração do parágrafo único ao art. 61 da Lei 8.666/93, através da Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994.

"Art. 61.".

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta lei."

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Buritis, para nele dirimir as dúvidas ou questões oriundas deste Contrato, renunciando as partes, desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma. Para firmeza e validade do pactuado, o

presente Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado.

Buritis/RO, 17 de abril de 2020.

Município de Buritis/RO
RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
 Prefeito

Alessandro Pimenta da Silva -ME
 CNPJ Nº 18.427.224/0001-40
ALESSANDRO PIMENTEL DA SILVA

Data da Assinatura do Contrato:

____/____/2020

Testemunhas:

CPF:

CPF:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/PMB/2020

PROCESSO Nº 916/2020 - SEMUSA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/PMB/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
CONTRATADO: ALESSANDRO PIMENTA DA SILVA - ME

OBJETO: LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS (SERVIÇOS EM PREVENÇÃO CONTRA CORONAVÍRUS)

NOTA DE EMPENHO: 722/2020

ORÇAMENTO: 02.08.01 – 10.301.1003.2036 – 3.3.90.39.99

FICHA: 534

VALOR DO EMPENHO: R\$ 14.400,00

VALOR TOTAL ESTIMATIVO DO CONTRATO: R\$ 14.400,00

VALOR UNITÁRIO DOS SERVIÇOS: R\$ 80,00

QUANTIDADE ESTIMATIVA: 180 (CENTO E OITENTA) SERVIÇOS

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03 (TRÊS) MESES

Município de Buritis/RO
RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
 Prefeito

Publicado por:
 Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:EF75A575

GABINETE DO PREFEITO **DECRETO Nº 10.239/GAB/PMB/2020 BURITIS, 23 DE ABRIL DE 2020.**

“Dispõe sobre suspensão de descontos dos empréstimos consignados dos servidores públicos municipais de Buritis em cumprimento a Lei Estadual 4.737/2020 e dá outras providências”.

Considerando que no Diário Oficial do Estado de 22 de abril de 2020, foi publicada a Lei 4.737 de 22 de abril de 2020.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A

Artigo 1º. Em caráter excepcional nos termos da Lei Estadual n. 4.737/2020, fica suspenso os descontos dos empréstimos consignados dos servidores públicos municipais de Buritis pelo prazo de 90

(noventa) dias, podendo ser prorrogado nos termos do Parágrafo Único do Artigo 1º da referida Lei.

Artigo 2º. Caberá a Secretaria Municipal de Fazenda em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração promover os meios adequados para o cumprimento junto às Instituições Financeiras e ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:937C7878

GABINETE DO PREFEITO **PORTARIA Nº 147/GAB/PMB/2020 BURITIS, 22 DE ABRIL DE 2020.**

O Prefeito do Município de Buritis, no uso de suas Atribuições Legais, considerando a LC 003/2016 e Lei 1088/2017 e 1137/2017.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar a servidora **Marina de Arruda Colman Lenz**, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sobre o n. 631.670.932.-34 do **cargo de Assessor (a) Executivo (a) - SEMUSA.**

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:3C1A2766

GABINETE DO PREFEITO **PORTARIA Nº 148/GAB/PMB/2020 BURITIS, 22 DE ABRIL DE 2020.**

O Prefeito do Município de Buritis, no uso de suas Atribuições Legais, considerando a LC 003/2016 e Lei 1088/2017 e 1137/2017

RESOLVE

Artigo 1º. Nomear a servidora **Hélen Silva Matias**, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sobre o n. 011.592.442-60 no **cargo de Assessor (a) Executivo (a) – SEMUSA.**

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:1D29DFBA

GABINETE DO PREFEITO **DECRETO Nº 10222, DE 14 DE ABRIL DE 2020 - LEI N.1444**

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

Resolve:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R\$9.803,79 distribuídos as seguintes dotações:

020601 SECRETARIA MUNIC DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

584 26.782.1008.2212.0000MANUTENÇÃO DO FITHA 9.803,79

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0614
6 Recursos de Outras Fontes - Exercícios Anteriores
002121 FITHA 2019

Artigo 2º.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: 9.803,79

Fontes de Recurso
6 14 9.803,79

Artigo 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BURITIS, 14 de abril de 2020

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:AA7C361C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 10.237/GAB/PMB/2020 BURITIS, 22 DE ABRIL DE 2020.

“Baixar auxílio deslocamento para os servidores lotados na SEMECE e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e memorando 228/RH/SEMECE/2020.

D E C R E T A

Artigo 1º. Baixar o auxílio deslocamento para os servidores abaixo relacionados em conformidade com a Lei 601/2011 e 1412/2019.

ORD.	NOME: SERVIDOR	MAT.
•	Antonio Augusto da Rocha	2075
•	Cleide Aparecida dos Santos	411
•	Edirlene Maria de Oliveira	1389-1
•	Egley da Costa Freitas	1633
•	João Pereira Dorneles	80-1
•	Jorge Luis de Oliveira	1128
•	Juliana Ribeiro da Silva	3402-1
•	Kássia Luciene Borges	4040
•	Kátia Cristina G. Colombi	678
•	Kátia Pifer Bosio	143-1
•	Lucélia Rodrigues de Matos	2511-2
•	Margareth Maria R. Rocha	1650
•	Maria José de O. Souza	1479
•	Paulo Roberto Massuquini	1142
•	Reovaldo de Campos	1004
•	Sônia dos Santos Souza	508
•	Valdelice A. Rodrigues	300-1
•	Vilmar Siqueira	1013-1

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com seus efeitos retroagindo a 1º de abril de 2020.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:54FBBB29

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 10.238/GAB/PMB/2020 BURITIS, 22 DE ABRIL DE 2020.

“Alterar membro da Comissão Organizadora do Teste Seletivo 2020 e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A

Artigo 1º. Alterar membro da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada através do Decreto 10.030/GAB/PMB/2020, conforme segue:

Onde se lê:

Natalino José de Meira Silva – Presidente

Leia-se:

Alcioni Bezerra de Oliveira – Presidente

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:22DC86D2

GABINETE DO PREFEITO
PEDIDO DE LICENÇA DE PRÉVIA

A Prefeitura Municipal de Buritis - RO, localizada na Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06, em Buritis -RO, CNPJ nº 01.266.058/0001-44, torna público que requereu junto a SEMMAS, em 22/04/2020 a Licença de Instalação referente a Construção do Ginásio Poliesportivo – 3ª Etapa, a ser construído no Lote 01, Quadra 09-A do Setor 11, Rua Aníbal Afonso Amaral.

Publicado por:
Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:8A837C2C

GABINETE DO PREFEITO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/PMB/2017

“TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/PMB/2017 E PROCESSO Nº 1085/SEMA/2017”.

O MUNICÍPIO DE BURITIS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.266.058/0001-44, no presente ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 504.848 SSP/RO e CPF nº 469.598.582-91, estabelecido na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, CEP nº 76.880-000, nesta cidade e comarca de Buritis-RO, com intervenção da Secretaria Municipal de Administração, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a **WORLDNET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 18.456.569/0001-21, com sede na **Avenida Juscelino Kubischek, nº 3.678, Sala B, no município de Ariquemes/RO**, CEP 76.873-594, tendo como representante legal o Sr. **JULIANO MURILO CÔCO**, brasileiro, casado, Analista de Sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 053373410 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob nº 003.747.089-24, residente e domiciliada na Rua Capitão Silvio, nº 383, apartamento 106, Bairro Centro, Ji-Paraná – RO, Cep.: 76.900-126, conforme documentos de fls. 566 a 568, fica justo e acertado o presente **TERMO ADITIVO ao Contrato nº 038/PMB/2017 e Processo nº 1085/SEMA/2017**, sendo regido pelo estabelecido nas seguintes cláusulas:

Cláusula primeira - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto a alteração da denominação social, do quadro societário e do endereço da sede da matriz e acréscimo do link de internet (sem reajuste do preço), da empresa CONTRATADA por meio do Contrato nº 038/PMB/2017, firmado entre as partes em 31.10.2017, a partir de abril de 2020, conforme documento acostado a fl. 588 deste processo.

Cláusula segunda - DAS ALTERAÇÕES

Fica alterada a Razão Social da Contratada, passando de empresa: **WORLDNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA** para **WORLDNET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI**, CNPJ/MF nº 18.456.569/0001-21; o endereço da sede, passando de Rua Helenita Ferreira de Souza, nº 1.601, Setor 01, no município de Buritis/RO, CEP: 76.880-000 para Avenida Juscelino Kubitschek, nº 3.678, Sala "B", no município de Ariquemes/RO, CEP 76.873-594, acostada as fls. 569/570 destes autos.

Cláusula terceira – ACRÉSCIMO DA VELOCIDADE DO LINK
Fica justo e acertado que será disponibilizado ao município de Buritis, o **aumento da velocidade de link de internet, referente aos serviços contratados ao contrato nº 038/PMB/2017 de 70MB para 250MB (sem reajuste de preço)**, conforme ofício nº 02/2020 expedido pela empresa, acostado as fls. 563/564 destes autos.

Cláusula quarta – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo decorre das justificativas exaradas no Processo nº 1085/2017 - SEMA, e encontra amparo legal no artigo 65, caput, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula quinta - DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das Cláusulas anteriores, ficam **RATIFICADAS** todas as demais Cláusulas e condições do Contrato original e seus respectivos termos aditivos, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

Cláusula sexta - As condições omissas do presente Termo Aditivo serão regidas em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula sétima – Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis para dirimir eventuais dúvidas do presente Termo Aditivo, com renúncia expressa de outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas as partes, assinam o presente instrumento, em 06 (seis) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Buritis/RO, 16 de abril de 2020.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito do Município

WORLDNET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI

CNPJ nº 18.456.569/0001-21

Representante Legal

Testemunhas:

CPF

2. _____
CPF

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/PMB/2017

PROCESSO Nº 1-1085/2017-SEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2017/CPLMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
CONTRATADO: WORLDNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS PARA INTERLIGAÇÃO DE PONTOS INCLUINDO TORRE PARA TRANSMISSÃO DE SINAL AOS REFERIDOS PONTOS, ATRAVÉS DE LINK DEDICADO DE INTERNET, REDE FÍSICA E LÓGICA, ALÉM DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS

OBJETO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, DO QUADRO SOCIETÁRIO E DO ENDEREÇO DA SEDE DA MATRIZ E ACRÉSCIMO DO LINK DE INTERNET

EMPENHO Nº 1583/2020

SEMA

Ficha nº 032

Unidade Orçamentária: 02.03.01 – 04.122.1001.2004 – 3.3.90.40.99

Valor empenhado: R\$ 70.000,00

Valor Mensal: R\$ 10.000,00

Saldo do valor total: R\$ 70.000,00

EMPENHO Nº 1558/2020

SEMECE

Ficha nº 132

Unidade Orçamentária: 02.07.01 – 12.361.1002.2100 – 3.3.90.40.99

Valor empenhado: R\$ 17.500,00

Valor Mensal: R\$ 2.500,00

Valor Total: R\$ 17.500,00

EMPENHO Nº 1559/2020

SEMECE

Ficha nº 123

Unidade Orçamentária: 02.07.01 – 10.361.1002.2022 – 3.3.90.40.99

Valor empenhado: R\$ 20.300,00

Valor Mensal: R\$ 2.900,00

Valor Total: R\$ 20.300,00

EMPENHO Nº 710/2020

SEMUSA - PAB

Ficha nº 196

Unidade Orçamentária: 02.08.01 – 10.301.1003.2036 – 3.3.90.40.99

Valor empenhado: R\$ 7.500,00

Valor Mensal: R\$ 7.500,00

EMPENHO Nº 711/2020

SEMUSA MAC

Ficha nº 208

Unidade Orçamentária: 02.08.01 – 10.302.1003.2035 – 3.3.90.40.99

Valor empenhado: R\$ 17.500,00

Valor Mensal: R\$ 2.500,00

Valor Total: R\$ 17.500,00

VALOR TOTAL: R\$ 132.800,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31.10.2020

Município de Buritis/RO

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito

Publicado por:

Gleixcineia Peske Ferreira

Código Identificador:C4E0AE5A

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Buritis, **Ronaldo Rodrigues de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos licitatórios efetuados pela Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviço e Parecer Jurídico, através do **Tomada de Preços n. 004/CPLMS/PMB/2020**, Processo Administrativo de nº. **1-510/SEMPLAN/2020** de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação vigente, **HOMOLOGA** e **ADJUDICA** e autoriza a despesa na forma da lei em favor da empresa:

CAMPEÃO CONSTRUTORA EIRELI CNPJ 20.754.249/0001-08 a proposta no valor de R\$ 672.950,88 (seiscentos e setenta e dois mil novecentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos).

Buritis – RO, 23 de abril de 2020.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito

Publicado por:
Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:9221BD83

GABINETE DO PREFEITO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Buritis, **Ronald Rodrigues de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos licitatórios efetuados pela Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviço e Parecer Jurídico, **através da dispensa de licitação 40/CPLMS/2020**, Processo Administrativo de nº 1 – 923/SEMUSA/2020 de acordo com inciso IV, artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, Homologa e Adjudica em favor das empresas:

• **JR LACERDA MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI – CNPJ 03.595.984/0001-99** a proposta no valor de R\$ 15.960,00 (quinze mil novecentos e sessenta reais).

• **W.M. COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME – CNPJ 10.497.302/0001-70** a proposta no valor de R\$ 5.290,00 (cinco mil duzentos e noventa reais).

Buritis – RO, 23 de abril de 2020.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:1DB329AF

GABINETE DO PREFEITO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Buritis, **Ronald Rodrigues de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos licitatórios efetuados pela Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviço e Parecer Jurídico, através do **Pregão Eletrônico nº 33/CPLMS/2020**, Processo Administrativo de nº. 1 – 383/SEMAGRI/2020, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações e demais legislação vigente, **HOMOLOGA e ADJUDICA e autoriza as despesas na forma da Lei** em favor da empresa:

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. CNPJ 61.074.175/0001-38 a proposta no valor de R\$ 1.233,00 (um mil duzentos e trinta e três reais).

Buritis/RO, 22 de abril de 2020.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:868858F5

GABINETE DO PREFEITO CONVÊNIO Nº 002/PMB/2020 PROCESSO Nº 1-804/2020-SEMECE

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA.

O MUNICÍPIO DE BURITIS/RO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.266.058/0001-44, com sede na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, município de Buritis /RO, neste ato representado por Senhor Prefeito **RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 504.848 SSP/RO e CPF nº 469.598.582-91, estabelecido na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, CEP nº 76.880-000, nesta cidade e comarca de Buritis-RO, doravante denominada simplesmente de CONCEDENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO

DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.536.126/0001-73, com sede na Rua Brasília, 2790, Setor 07, município de Buritis/RO, representada pela sua Presidente **OSMAR FERMIANO ROBERTO**, brasileiro, inscrito no cadastro de pessoa física sob o nº CPF nº 821.448.422-72 e RG nº 000771833 SSP/RO, residente e domiciliada na Rua Nova Mamoré, 1363, Setor 03, neste, doravante denominada simplesmente de CONVENIENTE, resolvem celebrar o presente Convênio, visando a execução de ações em benefício da instituição, conforme Plano de Trabalho, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto repasse financeiro para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, em conformidade ao Plano de Trabalho apresentado, que faz parte integrante ao presente Convênio referente ao exercício de 2020, com base na Lei Municipal nº 1415/2019 e Lei Municipal nº 1090/2017 que autoriza o repasse no valor de **R\$ 239.990,53** (duzentos e trinta e nove mil novecentos e noventa reais e cinquenta e três centavos), sendo **R\$ 214.990,45** (duzentos e quatorze mil, novecentos e noventa reais e quarenta e cinco centavos) e valor de **R\$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais) ao repasse anual a ser repassados em **09 (nove) parcelas mensais**, conforme AUTORIZAÇÃO de fl. 192, para os fins estabelecidos no termo de referência e plano de trabalho previamente pactuado, de acordo com as Leis deste Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPEIS

A Concedente compromete-se a:

I – Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio, devendo ser empenhado o valor total de **R\$ 239.990,53** (duzentos e trinta e nove mil novecentos e noventa reais e cinquenta e três centavos), que será pago em **09 (nove) parcelas**, conforme discriminado autorização de fl. 192, para os fins estabelecidos no termo de referência e plano de trabalho previamente pactuado, que faz parte integrante deste instrumento de acordo com as Leis deste Município.

II – Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste Convênio diretamente.

III – Analisar e aprovar a Prestação de Contas da aplicação dos recursos alocados no presente Convênio.

A Conveniente compromete-se a:

I – Executar diretamente, nos termos da legislação pertinente, a consecução do objeto que trata este Convênio, observando sempre os prazos previstos.

II – Aplicar os recursos recebidos da Concedente exclusivamente na consecução do objeto pactuado, conforme Plano de Trabalho.

III – Registrar em sua contabilidade os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados a este Convênio.

IV – Prestar contas dos recursos alocados pela Concedente conforme Cláusula Nona deste instrumento, nos termos da legislação vigente.

V – Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificadas com o número deste Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas da Concedente.

VI – Arcar com quaisquer ônus de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrente da execução deste Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de **R\$ 239.990,53** (duzentos e trinta e nove mil novecentos e noventa reais e cinquenta e três centavos), a serem repassados em **09 (nove) parcelas**, as quais poderão ser transferidos conforme termo de referência e cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Os recursos serão oriundos do Orçamento da Concedente, da Dotação Orçamentária:

02.07.01 – Secretaria Municipal de Educação
04.122.1001.2018 – Apoio Financeiro a APAE - Extra
3.3.50.41 – Contribuições
Ficha 089
Valor total: R\$ 239.990,53

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A Concedente transferirá os recursos previstos na Cláusula Terceira, em favor da Conveniente, através de Cheque Administrativo.

§ 1º - O pagamento da importância far-se-á somente após assinatura do presente instrumento.

§ 2º - A ausência de prestação de contas no prazo estabelecido pela Concedente importará na imediata devolução de todo o recurso repassado.

§ 3º - É obrigatória a restituição pela Conveniente a Concedente de eventual saldo de recursos, após a conclusão deste Convênio, caso o valor repassado realize tudo que consta no Plano de Trabalho e no final tenha saldo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO

A Conveniente, para o atingimento do objeto avençado, obriga-se a cumprir o Plano de Trabalho aprovado e acostado nos autos do **Processo Administrativo nº 1-804/2020**, que faz parte integrante deste Convênio.

Parágrafo Único – Poderá ser alterado o Plano de Trabalho, devendo para tanto a Conveniente apresentar as modificações pertinentes, devendo para tanto haver aprovação da Concedente, que será devidamente juntado no processo.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

As faturas, notas fiscais e outros documentos de despesas, relativas à execução físico-financeira do objeto avençado, deverão ser emitidos em nome da Conveniente, devidamente identificado com o número deste Convênio.

Parágrafo Único – Não poderão ser pagas com recursos deste Convênio despesas que não estejam especificadas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

Toda e qualquer alteração ao presente Termo de Convênio, será processada mediante Termo Aditivo, com devida autorização e aprovação da Concedente.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente Convênio terá vigência de **09 (nove) meses**, ou seja, até **31.12.2020**, prazo este para o cumprimento do objeto deste convênio, sendo mais **60 (sessenta) dias** para prestação de contas, conforme consta na lei autorizativa.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas será de acordo com o estabelecido na Portaria Internacional nº 507/2011, art. 72, “O órgão ou entidade que recebe recursos na forma nesta Portaria estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação, observando-se o seguinte”:

O prazo para a apresentação das prestações de contas será de até **60 (sessenta) dias**, após o encerramento da vigência ou a conclusão da execução do objeto, ou a conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;

O prazo mencionado na alínea anterior constará no convenio.

A prestação de contas será analisada e avaliada pela CONCEDENTE, que emitirá parecer e deverá ser feito em forma de relatório acompanhado necessariamente destes documentos:

Ofício de encaminhamento da prestação de contas;
Cópia do termo do convenio;
Plano de trabalho na forma estabelecida na legislação pertinente;
Relatório de execução físico/financeiro;
Relação de pagamentos realizados, com os respectivos números de notas fiscais por ordem de datas destes pagamentos;
Demonstrativos da execução da receita e das despesas, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação financeira, se for o caso e os saldos;
Extrato bancário integral da conta corrente;
Cotações de preços empregados, para aquisição dos bens e realizações dos serviços;
Cópia das notas fiscais, recibos de pagamentos, dos cheques, dos manuais relativos aos produtos adquiridos, com as garantias, ordem bancária e/ou guia de recolhimento bancário;
Conciliação bancária;
Comprovante do recolhimento do saldo bancário do recurso, se houver;
Toda documentação referente às compras e serviços;
Comprovante de recolhimento do saldo de recursos a conta indicada pela concedente.

IV - No tocante a prestação de contas dos valores recebidos esta deverá ser feita com toda a clareza não existindo nenhuma falha por menor que seja podendo a associação responder pelos seus atos administrativos, referente à utilização do recurso além de que a incorreta aplicação autoriza o Poder Executivo Municipal a suspender o repasse, realizar o cancelamento do convenio e a revogação da Lei.

V - A liberação total dos recursos dar-se-á conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

§ 1º - Após a liberação de todo o recurso objeto do presente convênio, com a execução do objeto do convênio conforme Plano de Trabalho será apresentado à prestação de contas final relativa ao total dos recursos recebidos.

§ 2º - A Conveniente deverá apresentar a prestação de contas até 60 (sessenta) dias após a execução do objeto, sob pena de devolução de todo o recurso recebido.

§ 3º - A prestação de contas final dos recursos recebido por força deste instrumento, conforme **ITEM 13** do termo de referência, bem como deverá ser acompanhada das seguintes peças:

- Relatório do Cumprimento do Objeto;
- Cópia do Plano de Trabalho;
- Cópia do Termo de Convênio, com as suas publicações;
- Relatório de Execução Físico - Financeira e Demonstrativo da Receita e Despesa;
- Relação da execução do objeto realizado com os recursos da Concedente, acompanhado de suas notas fiscais em nome da Conveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

A Concedente providenciará, como condição de eficácia deste Convênio, sua publicação, em Extrato no Diário Oficial do Município, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido por qualquer dos partícipes, em face de superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutável, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, em especial no tocante a:

I – Falta de prestação de contas no prazo estabelecido, sem justa causa e devidamente justificado;

II – Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio, conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo Único – No caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir a Concedente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos por este transferido para a consecução do objeto avençado, ou o valor do repasse na falta de prestação de contas e descumprimento deste convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Convênio, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro de Buritis/RO.

E para validade do que pelos partícipes foram avençados, firmou-se este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.

Buritis/RO, 15 de abril de 2020.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito do Município

Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais – APAE

OSMAR FERMIANO ROBERTO

Presidente

Testemunhas:

CPF

CPF

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/PMB/2020

PROC. 1-804/2020-SEMECE

CONCEDENTE: O MUNICÍPIO DE BURITIS/RO

CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE BURITIS/RO

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS EM **09 (NOVE) PARCELAS**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

NOTA DE EMPENHO: 1560/2020

02.07.01 – 04.122.1001.2018 – 3.3.50.41

FICHA: 89

VALOR TOTAL: R\$ 239.990,53

VIGÊNCIA: 31.12.2020

RONALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito do Município

Publicado por:
Gleixcineia Peske Ferreira
Código Identificador:A0F30D1B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
PROCESSO Nº 00035/2020 – AVISO DE RATIFICAÇÃO DE
DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Cacaulândia, através do Presidente, torna Público, para conhecimento de todos os interessados a DISPENSA DE LICITAÇÃO que tem por objeto: Aquisição de um painel de fachada com letras caixa, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Cacaulândia.

FORNECEDOR: GOMES & BEVILAQUA

CNPJ: 01.815.929/0001-31

VALOR:R\$ 4.300 (quatro mil e trezentos reais)

Cacaulândia – RO, 23 de Abril de 2020.

ANTONIO PEREIRA DA SILVA

Presidente

Publicado por:
Jurandir Bruno Mazo Rodrigues
Código Identificador:F959C46D

CÂMARA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA **PORTARIA Nº007/CMC/2020**

CÂMARA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA **GABINETE DA PRESIDENTA**

PORTARIA Nº007/2020
23 de abril de 2020

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA SÔNIA SILVA DE OLIVEIRA NA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA GERAL”.

O **Presidente da Câmara Municipal de Cacaulândia**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do Município e no Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR, o senhor **SÔNIA SILVA DE OLIVEIRA** na função de **SECRETÁRIA GERAL**, da Câmara Municipal de Cacaulândia – RO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTONIO PEREIRA DA SILVA

Presidente-CMC

Publicado por:
Karol do Carmo Vilela da Silva Bruniere
Código Identificador:21A3C642

DRH - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS **DECRETO Nº 4.175/GP/2020 DE 23 DE ABRIL DE 2020.**

“EXONERA A Sra. **SÔNIA SILVA DE OLIVEIRA** DA FUNÇÃO DE ASSESSORA TÉCNICA NÍVEL IV”

EDIR ALQUIERI, Prefeito do Município de Cacaulândia, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. “1º - Exonera a Senhora **SÔNIA SILVA DE OLIVEIRA**, da função de **ASSESSORA TÉCNICA NÍVEL IV**.”

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIR ALQUIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Agriele da Silva Souza
Código Identificador:BB9A80BB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
LEI Nº 4.440/PMC/2020

DENOMINA “QUADRA POLIESPORTIVA
EDUARDO KIPER” A QUADRA
POLIESPORTIVA SITUADA NA LINHA 21,
LOTE 43, GLEBA 13 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA DE CACOAL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A quadra de esportes do Ginásio Poliesportivo, localizada na Linha 21, Lote 43, Gleba 13, passa a denominar-se “Quadra Poliesportiva Eduardo Kiper”.

Art. 2º O Executivo, através da Autarquia Municipal de Esportes de Cacoal, providenciará a colocação de placa alusiva à denominação da “Quadra Poliesportiva Eduardo Kiper”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 20 de abril de 2020.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI
Prefeita

CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA
Procurador-Geral do Município
OAB/RO 6390

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:DA56512F

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
LEI Nº 4.442/PMC/2020

INSTITUI O DIA E A SEMANA DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA DE CACOAL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal da Agricultura Familiar, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de julho, e a Semana Municipal da Agricultura Familiar, a ser comemorada, anualmente, naquela que compreender o dia 25 de julho.

Art. 2º As comemorações referentes ao Dia e a Semana Municipal da Agricultura Familiar têm como objetivos:

I - fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar e suas formas associativas e cooperativas de produção, gestão, comercialização, processamento e agroindustrialização;

II - incentivar a criação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar;

III - viabilizar, profissionalizar, conscientizar e ofertar alternativas para o agricultor familiar;

IV - debater com agricultores questões relacionadas ao tema e seu desenvolvimento, bem como sobre futuro do jovem rural.

Art. 3º O Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura, poderá promover atividades e eventos como palestras, cursos e seminários visando ampliar o acesso às ações de apoio à agricultura familiar e aos produtores do Município de Cacoal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 20 de abril de 2020.

GLAUCIONE MARIA R. NERI
Prefeita

CAIO RAPHAEL R. VECHE E SILVA
Procurador-Geral do Município
OAB/RO 6390

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:92C10060

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
LEI Nº 4.444/PMC/2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO
VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA DE CACOAL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento vigente municipal um CRÉDITO ESPECIAL, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de R\$425.659,08 (quatrocentos e vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove reais e oito centavos)

Suplementação

13.000.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
13.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
13.001.10.122.0029.2.280. ENFRENTAMENTO EMERGENCIAL
DE SAÚDE PÚBLICA – COVID 19
144 - 3.3.90.30.00.00 10210000 MATERIAL DE CONSUMO
173.824,42
145 - 3.3.90.30.00.00 10270000 MATERIAL DE CONSUMO
171.834,66
146 - 3.3.90.39.00.00 10270000 OUTROS SERVIÇOS DE
TERCEIROS – PESSOA 80.000,00
JURÍDICA

Total Suplementação: R\$ 425.659,08

Art. 2º Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de **Recurso Vinculado (Provável Excesso de Arrecadação)**, conforme anexo TC-18 da Inst. Normativa Nº 13/TCERO-2004, em consonância com disposto no **art. 43, da Lei 4.320/64**.

Receita

Receita: 1.7.1.8.03.91.20.00000000 Fonte: 10270000 251.834,66
Receita: 1.7.2.8.03.12.00.00000000 Fonte: 10210000 173.824,42

Total da Receita: 425.659,08

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 20 de abril de 2020.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI
Prefeita

CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA
Procurador-Geral Do Município
OAB/RO N. 6390

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:77DDC376

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
LEI Nº 4.443/PMC/2020

PRORROGA O PRAZO PARA PAGAMENTO DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA DE CACOAL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam prorrogados, excepcionalmente para o exercício de 2020, os prazos estabelecidos no §2º do Art. 69 da Lei 2.554/PMC/2010, para que sejam as datas bases para cobrança da licença de funcionamento relativa aos meses de março e abril de 2020 exigíveis nos meses de maio e junho, respectivamente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cacoal/RO, 20 de abril de 2020.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita

CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA

Procurador-Geral do Município

OAB/RO 6390

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:430BAD13

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
072/PMC/2019**

CONTRATANTE: Município de Cacoal/SEMUSA
CONTRATADA: M F PROPAGANDA & PUBLICIDADE LTDA.
PROCESSO: 700/ORDINÁRIO/2018 e volumes
OBJETO: alterar a ementa do Contrato nº 072/PMC/2019, bem como dedução do valor contratual para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato n. 072/PMC/2019.
DATA: 17/04/2020.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita

Secretaria Municipal de Saúde -SEMUSA

CÉLIA ALVES CALADO HOSSEN

Secretária

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:8AA2D053

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
DECRETO N. 7.639/PMC/2020**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. SIDCLEY JOSE SOTELE PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA DE CACOAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Lei 2.543/PMC/2009, e;

CONSIDERANDO teor do Memorando 50/GAB/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. SIDCLEY JOSE SOTELE, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n. 000754087 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF/MF n. 715.125.942-53, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Art. 2º A remuneração do cargo corresponde ao subsídio de Secretário Municipal, previsto na Lei n. 3.682/PMC/16.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua edição.

Cacoal/RO, 20 de abril de 2020.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita

CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA

Procurador-Geral Do Município

OAB/RO N. 6390

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:CC987CAE

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
DECRETO N. 7.635/PMC/2020**

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRA. JOSIANE APARECIDA RODRIGUES E DA SRA. MARIA DO CARMO MOURA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA DE CACOAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Lei n. 2.543/PMC/09 e suas alterações e;

CONSIDERANDO o teor do memorando n. 049/2020 – PMC/GAB, de 20 de abril de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. JOSIANE APARECIDA RODRIGUES, inscrita no CPF/MF n. 618.800.432-20, do cargo de Secretária Chefe de Gabinete.

Art. 2º Fica exonerada a Sra. MARIA DO CARMO MOURA DA SILVA, inscrita no CPF/MF n. 348.320.332-04, do cargo interino de Secretária Municipal de Administração.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos n. 7.125/PMC/2019 e 7.598/PMC/2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 19/04/2020.

Cacoal/RO, 20 de abril de 2020.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita

CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA

Procurador-Geral do Município

OAB/RO 6.390

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:27DF08EA

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
DECRETO N. 7.636/PMC/2020**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. JOSIANE APARECIDA RODRIGUES PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA DE CACOAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Lei 2.543/PMC/2009, e;
CONSIDERANDO teor do Memorando 049/2020 – PMC/GAB.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. JOSIANE APARECIDA RODRIGUES, brasileira, portadora da Carteira de Identidade n. 578.844 SSP/RO e devidamente inscrita no CPF/MF n. 618.800.432-20, para exercer o cargo de SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º A remuneração do cargo corresponde ao subsídio de Secretário Municipal, previsto na Lei n. 3.682/PMC/16.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos da data de sua edição.

Cacoal/RO, 20 de abril de 2020.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita

CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA

Procurador-Geral Do Município

OAB/RO N. 6390

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa

Código Identificador:0BF1C870

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

DECRETO N. 7.638/PMC/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SR. PAULO HENRIQUE CARVAIS PIMENTEL DO CARGO INTERINO DE SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DE CACOAL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Lei n. 2.543/PMC/09 e suas alterações e;

CONSIDERANDO o teor do memorando n. 050/GAB/2020, de 20 de abril de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. PAULO HENRIQUE CARVAIS PIMENTEL, portador da Cédula de Identidade n. n. 1225320 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF/MF n. 706.937.301-53, do cargo interino de Secretário Municipal de Agricultura.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 7.612/PMC/2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de sua edição.

Cacoal/RO, 20 de abril de 2020.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita

CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA

Procurador-Geral do Município

OAB/RO 6.390

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa

Código Identificador:D5F63540

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

DECRETO Nº 7.641/PMC/2020

Fica autorizada a Agência Bancária BANCO DO BRASIL S.A realizar a renegociação dos empréstimos consignados dos servidores públicos da administração pública direta e indireta, e dá outras providências.

A PREFEITA DE CACOAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Lei 2.543/PMC/2009, e;

Considerando a existência de pandemia do COVID-19, nos termos declarados pela Organização Mundial de Saúde – OMS;

CONSIDERANDO o Ofício n. 036/SEMAD/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Agência Bancária BANCO DO BRASIL S.A a realizar renegociação dos empréstimos consignados dos servidores públicos da administração pública municipal direta e indireta, com a concessão de carência de até 180 (cento e oitenta) dias para pagamento das parcelas.

§1º A renegociação deverá ser solicitada e autorizada pelo servidor, observada a margem salarial.

§2º As instituições financeiras deverão, obrigatoriamente, informar ao Município, por meio do CONSIGNET, as novas condições dos empréstimos, valores, quantidades de parcelas e reinício da data dos descontos.

§3º Será de responsabilidade da instituição financeira as adoções de providências necessárias para o atendimento das renegociações realizadas pelos servidores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 22 de abril de 2020.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita

CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA

Procurador-Geral do Município

OAB/RO 6390

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa

Código Identificador:CCB478E4

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

DECRETO N. 7.637/PMC/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. HERINEIA CRISTINA FLOR DE OLIVEIRA PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA-CHEFE DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DE CACOAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Lei 2.543/PMC/2009, e;

CONSIDERANDO teor do Memorando 049/2020 – PMC/GAB.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. HERINEIA CRISTINA FLOR DE OLIVEIRA, brasileira, devidamente inscrita no CPF/MF n. 249.117.982-20, para exercer o cargo de SECRETÁRIA-CHEFE DE GABINETE.

Art. 2º A remuneração do cargo corresponde ao subsídio de Secretário Municipal, previsto na Lei n. 3.682/PMC/16.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua edição.

Cacoal/RO, 20 de abril de 2020.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita

CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA

Procurador-Geral Do Município

OAB/RO N. 6390

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa

Código Identificador:0163488C**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 7.640/PMC/2020****DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO
VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A PREFEITA DE CACOAL, no uso das atribuições legais, em especial o que dispõe o art. 41, 42 e 43 da Lei 4.320/64, Art. 7º §1º da Lei 4.365/PMC/2019 e Lei 4.444/PMC/2020.

Considerando o momento de pandemia e o Decreto nº 24.887, de 20 de março de 2020, o qual declara Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Rondônia, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19 e a Resolução n. 106/2020/SESAU-CIB que aprova a transferência de recurso financeiro aos 52 municípios do Estado de Rondônia, em parcela única, destinado ao custeio das ações de saúde relacionadas ao enfrentamento da circulação do "COVID-19", sendo destinado ao município de Cacoal o valor de R\$ 173.824,42 (cento e setenta e três mil oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos); Considerando a Portaria Ministerial nº 3.992/17-GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que estabelece que os processos administrativos relativos à Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam definidos e deliberados nos âmbitos das Comissões Intergestores Bipartite e a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus - COVID-19.

Considerando a Portaria nº 480-GM/MS, de 23 de março de 2020, que estabelece recurso do bloco de custeio das ações e serviços públicos de saúde, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento ao Coronavírus - COVID-19, destinando o valor de R\$ 5.243.949,38 (cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil, novecentos e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos) Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (SESAU-RO) que obrigatoriamente deverá repassar recursos aos municípios;

Considerando Resolução n. 107/2020/SESAU-CIB que aprova ad referendum a alocação dos recursos financeiros no valor de R\$ 251.834,66 (duzentos e cinquenta e um mil oitocentos e trinta e quatro mil e sessenta e seis centavos) ao município de Cacoal para realização das ações de saúde de enfrentamento do Coronavírus - COVID-19; Considerando orientação da Nota Técnica SEI nº 12774/2020/ME faz-se necessário a criação de ação específica para as despesas relacionadas ao COVID - 19, tendo em vista futura prestação de contas e que a ação tem objetivo exclusivo de fortalecer os serviços de saúde com medidas que se fizerem necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19) visando atender população geral do município de Cacoal.

Considerando que os repasses já foram realizados e encontra-se em conta conforme extratos bancários e as resoluções do Conselho Municipal de Saúde n. CMS n. 005 e 006/CMSC/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente municipal um **CRÉDITO ESPECIAL**, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de R\$425.659,08 (quatrocentos e vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove reais e oito centavos).

Suplementação

13.000.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
13.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
13.001.10.122.0029.2.280. ENFRENTAMENTO EMERGENCIAL DE SAÚDE PÚBLICA – COVID 19
144 - 3.3.90.30.00.00 10210000 MATERIAL DE CONSUMO 173.824,42

145 - 3.3.90.30.00.00 10270000 MATERIAL DE CONSUMO 171.834,66
146 - 3.3.90.39.00.00 10270000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA 80.000,00 JURÍDICA

Total Suplementação: R\$ 425.659,08

Art. 2º Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de **Recurso Vinculado (Provável Excesso de Arrecadação)**, conforme anexo TC-18 da Inst. Normativa Nº 13/TCERO-2004, em consonância com disposto no **art. 43, da Lei 4.320/64.**

Receita

Receita: 1.7.1.8.03.91.20.00000000 Fonte: 10270000 251.834,66

Receita: 1.7.2.8.03.12.00.00000000 Fonte: 10210000 173.824,42

Total da Receita: 425.659,08

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 20 de abril de 2020.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita

CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA

Procurador-Geral do Município

OAB/RO 6390

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa

Código Identificador:2B7C3597**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

A Secretária Municipal de Saúde de Cacoal, CELIA ALVES CALADO HOSSEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR nestes termos:

a) Processo Nº :	53/2019
b) Modalidade :	Inexigibilidade nº 073/2019
c) Data Homologação :	22/04/2020
d) Objeto Homologado :	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS INSTALAÇÕES DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: MC MOVEIS COMERCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME.
CNPJ/CPF: 04.790.881/0001-42
Item: I R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil).
Item: II R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos)
Valor Homologado - R\$ 177.600,00 (cento e setenta e sete mil e seiscentos).

Valor total homologado - R\$ 177.600,00 (cento e setenta e sete mil e seiscentos)

Cacoal/RO, 22 de Abril 2020.

CELIA ALVES CALADO HOSSEN

Secretária Municipal de Saúde

Decreto n. 7.281/PMC/2019

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa

Código Identificador:92DEBBF0

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 010/SEMUSA/2020.**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE
DESIGNAÇÃO DE DIRETOR TÉCNICO DA UCS.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de atribuições que lhe confere a Lei 2.543/2009 e o Decreto 7.281/PMC/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor LAERTE MENDES FERRAZ JUNIOR como Diretor Técnico da UCS, o servidor ora designado poderá assinar toda a documentação pertinente a Direção Técnica da UCS.**Art. 2º** - Esta Portaria não se vincula a recebimento de remuneração;**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cacoal/RO, 23 de Abril de 2020.

CELIA ALVES CALADO HOSSEN

Secretária Municipal de Saúde

Decretonº 7.281/PMC/2019

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:581439B4**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2020****PREGÃO FORMA ELETRÔNICA N. 2/2020****PROCESSO ADM. N. 8516/2020****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (POLPAS DE FRUTAS E HORTIFRUTIGRANJEIRO)****PRAZO DE VALIDADE: 12 (doze) meses.****EMPRESA DETENTORA: EVANDRO WALTER - EPP** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. **10.692.108/0001-46.****ITENS E VALORES REGISTRADOS:****LOTE 1:**

Item	Valor Unit. R\$
1	R\$ 9,05
2	R\$ 8,85
12	R\$ 3,69
18	R\$ 4,49
20	R\$ 15,49
32	R\$ 2,65
35	R\$ 4,65
38	R\$ 10,43
46	R\$ 3,18
48	R\$ 3,21
49	R\$ 3,15
51	R\$ 7,02
53	R\$ 2,83
TOTAL:	151.102,69

Obs.: A íntegra da Ata de Registro de Preços n. **50/2020** poderá ser obtida no site da Prefeitura Municipal www.cacoal.ro.gov.br**Cacoal/RO, 23 de abril de 2020****ELAINE CRISTINA UBEDA**

Chefe de Coordenação de Registro de Preços

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:32F9ED87**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2020****PREGÃO FORMA ELETRÔNICA N. 2/2020****PROCESSO ADM. N. 8516/2020****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (POLPAS DE FRUTAS E HORTIFRUTIGRANJEIRO)****PRAZO DE VALIDADE: 12 (doze) meses.****EMPRESA DETENTORA: C. R. DO CARMO & CIA LTDA - ME.** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. **07.278.947/0001-08.****ITENS E VALORES REGISTRADOS:****LOTE 1:**

Item	Valor Unit. R\$	Item	Valor Unit. R\$
5	R\$ 10,60	33	R\$ 5,70
9	R\$ 2,50	37	R\$ 3,20
11	R\$ 2,77	39	R\$ 5,12
15	R\$ 3,25	40	R\$ 4,65
16	R\$ 3,71	41	R\$ 7,30
19	R\$ 3,40	44	R\$ 6,06
23	R\$ 3,41	45	R\$ 10,90
27	R\$ 5,50	47	R\$ 3,36
28	R\$ 4,00	50	R\$ 3,15
31	R\$ 2,82	52	R\$ 3,85
TOTAL:	160.954,43		

Obs.: A íntegra da Ata de Registro de Preços n. **49/2020** poderá ser obtida no site da Prefeitura Municipal www.cacoal.ro.gov.br**Cacoal/RO, 23 de abril de 2020****ELAINE CRISTINA UBEDA**

Chefe de Coordenação de Registro de Preços

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:8A782A34**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2020****PREGÃO FORMA ELETRÔNICA N. 2/2020****PROCESSO ADM. N. 8516/2020****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (POLPAS DE FRUTAS E HORTIFRUTIGRANJEIRO)****PRAZO DE VALIDADE: 12 (doze) meses.****EMPRESA DETENTORA: EZEQUIAS MUNIZ LOIOLA EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. **19.813.206/0001-69.****ITENS E VALORES REGISTRADOS:****LOTE 1: Lote 1**

Item	Valor Unit. R\$
3	R\$ 12,79
4	R\$ 11,44
6	R\$ 12,99
7	R\$ 11,99
13	R\$ 18,60
26	R\$ 14,44
TOTAL	119.024,76

Obs.: A íntegra da Ata de Registro de Preços n. **52/2020** poderá ser obtida no site da Prefeitura Municipal www.cacoal.ro.gov.br**Cacoal/RO, 23 de abril de 2020****ELAINE CRISTINA UBEDA**

Chefe de Coordenação de Registro de Preços

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:16364CBB**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES AVISO DE
PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
69/2020 PROCESSO Nº 2428/GLOBAL/2020 EXCLUSIVO
PARA ME/EPP/MEI**

O Município de Cacoal-RO, através da Superintendência de Licitações - SUPEL torna público a realização de licitação na

modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS REUTILIZÁVEIS EM TECIDO, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA. Valor prévio R\$ 62.800,00. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A abertura da sessão pública será no dia **08/05/20 às 09h00** (Horário de Brasília-DF) no endereço <http://www.licitanet.com.br>. Obtenção do edital nos sites: <http://www.cacoal.ro.gov.br> e <http://www.licitanet.com.br> ou diretamente na SUPEL no endereço: Rua Anísio Serrão, nº 2100. Telefone: (69)3907-4278. Horário: 07h30 às 13h30.

Cacoal – RO, 23 de abril de 2020.

FILLIPY AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro

Portaria 015/GP/20

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa

Código Identificador:7B2135D1

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.
034/PMC/19**

PROC: 7957/Global/2018.

LOCATÁRIA: MUNICIPIO DE CACOAL/ AMEC/ FUNCCAL/ SEMUSA

LOCADORA: CLICK PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA-ME

OBJETO: Inclusão de ponto, a fim de contemplar o Conselho Municipal de Educação, para prestação de serviço de link de acesso à internet por meio de IP dedicado, por fibra óptica e (ou) Via Rádio, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

VALOR: R\$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais)

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n. 034/PMC/2019.

DATA: 09/04/2020

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita

WELITON NUNES SOARES

Autarquia Municipal de Esportes de Cacoal - AMEC

JOSIANE APARECIDA RODRIGUES

Fundação Cultural de Cacoal -FUNCCAL

CELIA ALVES CALADO HOSSEN

Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa

Código Identificador:20E34486

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 016/AMEC/2020**

O DIRETOR GERAL DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACOAL – AMEC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 20 de abril a servidora **Roselena Clara da Conceição**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade do RG. nº 621.502 SSP/RO e inscrita no CPF nº 569.193.872-04, do cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Divulgação e Marketing da Autarquia Municipal de Esportes de Cacoal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cacoal/RO, 23 de abril de 2020

WELITON NUNES SOARES

Diretor Geral/AMEC

Decreto nº 6.216/PMC/2017

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa

Código Identificador:266A5607

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA PEDAGÓGICA Nº
002/SEMED/2020/CACOAL/RO.**

Dispõe sobre normas orientadoras, pedagógicas e administrativas, em caráter excepcional, para a reorganização do calendário escolar 2020, e do ensino em regime especial de aulas não presenciais para as escolas da Rede Municipal de Ensino de Cacoal, como medida de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública para o combate ao Covid-19, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 26 da Lei n. 2.543/2009 e pelo Decreto n. 7.527/PMC/2020, e considerando a Lei Nº 13.979 de 06/02/202, o Decreto Estadual Nº 24.871 de 16/03/20, o Decreto Estadual Nº 24.887 de 20/03/20, o Decreto Estadual Nº 24.919 de 05/04/20, o Decreto Municipal Nº 7.583/PMC/2020 de 17/03/20, o Decreto Municipal Nº 7.596/PMC/2020 de 30/03/20, o Decreto Municipal Nº 7.619/PMC/2020 de 02/04/20, o Decreto Municipal n. 7.607/PMC/2020 de 05/04/20, o Decreto Municipal n. 7.596/PMC/2020 de 07/04/2020, a LDB Nº 9.394/96 no art.23 no § 2º, no art.24 incisos I e II, no art.31, e no o art. 32 no § 4º, o parecer do CNE/CNE/CEB Nº 05/1997, o parecer do CNE/CNE/CEB Nº 19/2009, a Medida Provisória Nº 934 de 01/04/20, Nota Pública da UNDIME de 30/03/20 e Resolução Nº 1253/20-CEE/RO de 13 de Abril de 2020.

Tendo em vista a importância da gestão do ensino e da aprendizagem, dos espaços e dos tempos escolares, bem como a compreensão de que as atividades escolares não se resumem ao espaço de uma sala de aula, deverão reorganizar seus calendários escolares nesta situação emergencial, podendo propor, para além de reposição de aulas de forma presencial, formas de realização de atividades escolares não presenciais.

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer normas orientadoras pedagógicas e administrativas, para execução técnica em caráter excepcional, para a reorganização do Calendário Escolar 2020 e do ensino em regime especial para as escolas do Sistema Municipal de Ensino de Cacoal, como medida de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública para o combate ao Covid-19.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES EXTRACLASSE.

Art. 2º. São objetivos das atividades extraclasse em regime especial:

§1º. Fortalecer a parceria das instituições educacionais com as famílias na construção dos vínculos por meio de atividades pedagógicas, interações e brincadeiras no período de isolamento social causado pela pandemia do Covid-19, tendo em vista a importância da gestão do ensino e da aprendizagem, dos espaços e dos tempos escolares, bem como a compreensão de que as atividades escolares não se resumem ao espaço de uma sala de aula;

§2º. Manter o contato do aluno com o currículo escolar;

§3º. Incentivar a família/responsável a participar das atividades escolares dos seus filhos apoiando a execução das atividades pedagógicas encaminhadas pelos docentes, fomentando a autonomia dos alunos;

§4º. Fortalecer o vínculo afetivo entre família/responsável e a criança/adolescente;

§5º. Promover o aprendizado através das atividades pedagógicas impressas e diversas técnicas, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, biopsicossocial e habilidades;

§6º. Estabelecer rotinas de estudos e atividades pedagógicas durante o período de isolamento social, e nos dias de reposições escolares;
 §7º. Computar nas 800 (oitocentas) horas de atividade escolar obrigatória as atividades extraclasse;

CAPÍTULO II DO PÚBLICO ALVO DAS ATIVIDADES EXTRACLASSE

Art. 3º. As medidas adotadas de reorganização do calendário escolar 2020 e do ensino em regime especial de aulas não presenciais contemplarão o seguinte público:

§1º. Alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino em Centros de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais);

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS PARA O ENSINO EM REGIME ESPECIAL DE AULAS NÃO PRESENCIAIS.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Educação é responsável por:

§1º. Coordenar as ações de reorganização do calendário escolar 2020 e do ensino em regime especial de aulas não presenciais em toda a Rede Municipal de Ensino;

§2º. Estabelecer normas gerais para o planejamento das atividades extraclasse, acompanhar, monitorar e avaliar a execução das atividades nas unidades escolares;

§3º. Prover as unidades escolares de recursos materiais e didáticos para confecção das apostilas de atividades extraclasse;

§4º. Prover o transporte escolar para os profissionais da educação se deslocarem às unidades escolares rurais para a entrega das atividades às famílias dos estudantes, bem como recepcionar as atividades executadas para avaliação;

§5º. Elaborar e divulgar o novo calendário escolar 2020 após retorno do isolamento social e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação para apreciação;

§6º. Definir um local adequado nas escolas municipais localizadas na zona urbana, onde os profissionais atuantes nas escolas rurais possam trabalhar para execução, impressão, organização e correção das atividades extraclasse;

Art. 5º. A Direção e a Supervisão Escolar são responsáveis por:

§1º. Coordenar, administrar e acompanhar as ações das equipes sob sua coordenação, do ensino em regime especial de aulas não presenciais no âmbito da unidade escolar.

§2º. Organizar escalas dos docentes para organização e impressão das atividades extraclasse, evitando aglomerações de pessoas;

§3º. Monitorar, avaliar, aprovar e acompanhar as atividades extraclasse elaboradas pelos docentes;

§4º. Organizar e coordenar as estratégias de distribuição das atividades extraclasse aos pais/responsáveis, por escala dos docentes, bem como, da recepção das famílias nas escolas, a fim de se evitar aglomerações;

§5º. Organizar escalas com equipe de apoio para higienização dos espaços das unidades escolares para o atendimento ao público e acolhimento dos funcionários;

§6º. Garantir e monitorar a utilização do uso de máscaras no ambiente escolar por todos os servidores e do público, bem como da higienização das mãos com água e sabão ou por álcool;

§7º. Arquivar uma cópia de todas as atividades extraclasse elaboradas pelos professores como comprovação documental da execução das atividades;

§8º. Acompanhar e monitorar junto aos professores as devolutivas e avaliação das atividades executadas pelos alunos, procedendo o arquivamento das atividades após a correção, em portfólio individual;

§9º. Elaborar relatórios bimestrais descritivos e fotográficos das ações realizadas durante regime especial de aulas não presenciais, e após retorno do isolamento social também as aulas presenciais, manter arquivado na escola e apresentar durante a visita de monitoramento pedagógico da SEMED ou possível fiscalização de órgãos de controle externos;

§10º. Organizar e coordenar reuniões administrativas e pedagógica com a equipe escolar para tratar ações do regime especial de aulas não presenciais no âmbito da unidade escolar, preferencialmente com pequenos grupos ou por recursos de vídeo conferência;

§11º. Zelar pela segurança e bem-estar de todos os profissionais da unidade escolar seguindo as medidas de segurança no combate ao Coronavírus;

§12º. Convocar os servidores públicos de sua unidade escolar, a pedido da Secretaria de Educação para possíveis ações relacionadas ao momento emergencial de pandemia que estamos vivendo;

Art. 6º. Os docentes são responsáveis por:

§1º. Planejar as aulas não presenciais em seus cadernos de planejamento, ou devem constar diretamente na abertura da apostila os objetivos de aprendizagem, os Campos de Experiência para Educação Infantil, os objetos do conhecimento e as habilidades propostas para aquelas atividades;

§2º. Elaborar as atividades extraclasse de acordo com os conteúdos programáticos do plano de curso anual 2020 que já estão alinhados a BNCC;

I – Os Professores lotados no AEE – Atendimento Educacional Especializado devem orientar/ auxiliar os professores das salas comuns quanto à adequação das atividades para os alunos que frequentam o mesmo.

§3º. Utilizar de todos os recursos pedagógicos e/ou tecnológicos para tornar as atividades o mais dinâmico e atrativo possível aos estudantes/crianças;

§4º. Elaborar um roteiro programático de atividades de forma clara, instrutivo de fácil compreensão dos estudantes/crianças e de sua família que estará auxiliando nas atividades pedagógicas;

§5º. Apresentar à supervisão escolar e/ou a direção com antecedência as atividades elaboradas para apreciação;

§6º. Providenciar junto a escola a impressão do material para ser entregue aos estudantes/crianças;

§7º. Participar da entrega das apostilas as famílias que acontecerá na unidade escolar;

§8º. Realizar a correção das atividades ao retorno das apostilas na data prevista;

§9º. Proporcionar condições e meios para sanar as dúvidas que possam surgir referente as atividades encaminhadas aos estudantes, através do telefone, e-mail, aplicativos, WhatsApp, ou atendimento individualizado na escola com prévio agendamento;

§10º. Arquivar em portfólio individual as atividades dos alunos que forem retornando após execução, e guarda-las até o final do ano letivo como documentação comprobatória para possíveis fiscalização. Sendo que, ao final do ano letivo fica autorizado entregá-las aos estudantes;

§11º. Registrar em protocolos de entrega e recebimento das atividades encaminhadas aos pais ou responsáveis pelos estudantes/crianças (com assinatura do responsável);

§12º. Apresentar a Supervisão Escolar e/ou a Direção as atividades que estarão retornando, apresentando um feedback aos gestores quanto ao andamento das atividades da turma, e o compromisso da família em realizar as devolutivas;

Art. 7º. O planejamento dos docentes poderá ser realizado em suas residências a fim de colaborar com o isolamento social em virtude do Covid-19, evitando aglomerações, podendo ser realizada também escalas de plantão nas unidades escolares para elaboração das atividades extraclasse.

Art. 8º - Os docentes terão autonomia para organização do acompanhamento e orientação das atividades junto a família através dos recursos tecnológicos de redes sociais como: WhatsApp, correio eletrônico, Messenger, Facebook, zoom, chat entre outros meios digitais, considerando o de mais fácil acesso e viabilidade aos pais e alunos;

CAPÍTULO IV DAS ATIVIDADES EXTRACLASSE EM REGIME ESPECIAL DE AULAS NÃO PRESENCIAIS.

Art. 9º - As atividades extraclasse deverão ser organizadas conforme as seguintes orientações:

§1º. Deverá ser composto uma apostila com atividades planejadas pelos docentes com base no plano de curso anual que já está alinhado a BNCC, e com base também no livro didático adotado pela Rede Municipal de Ensino através do PNLD/FNDE, disponibilizado para cada unidade escolar;

§2º. As atividades devem ser específicas para cada etapa de ensino, e para cada ano escolar, apresentadas com clareza, sendo auto instrucional por meio de material impresso, em forma de apostilas e/ou utilização do livro didático do aluno, com cronograma de execução quinzenal;

§3º. A apostila deve conter um cronograma claro das atividades de cada dia, observando o horário de aulas da semana já estabelecido ao início do ano letivo, computando assim a carga horária semanal de cada componente curricular;

§4º. As atividades da apostila da etapa da Educação Infantil devem conter atividades propostas com os 05 (cinco) campos de experiência, com base nos 06 (seis) direitos de aprendizagem e conforme os eixos estruturantes, interações e brincadeiras;

§5º. As atividades do Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) devem conter atividades propostas de todos os componentes curriculares, observando a carga horária de cada componente e o horário da aula do dia, para haver um equilíbrio no quantitativo das atividades;

§6º. As atividades ministradas durante o regime especial, serão avaliadas como um dos componentes de conceito e notas bimestrais, considerando que ao retornar as aulas presenciais os alunos serão submetidos a avaliações escritas que serão acrescidas da notas e conceitos parciais das atividades extraclasse; as notas apuradas destes dois processos avaliativos poderão ser atribuídas aos bimestres afetados pela medida do isolamento social;

§7º. As atividades extraclasse deverão computar nas 800 (oitocentas) horas de atividade escolar obrigatória, cada dia de atividade deverá contar um dia letivo específico conforme o horário das aulas; e fazer os assentamentos no diário de classe;

§8º. Deverá ser elaborado um protocolo de entrega das atividades para assinatura dos pais ou responsáveis, bem como das devolutivas das atividades;

§9º. Deverá ser arquivada uma amostra das atividades de cada turma e de cada docente na supervisão ou direção escolar;

§10º. As atividades após resolução e devolutivas dos estudantes/crianças deverão ficar arquivadas pelo professor na escola em portfólio para fins comprobatórios das ações realizadas;

§11º. A primeira quinzena de atividade extraclasse será referente às datas de 20/04 a 01/05 e a segunda de 04/05 a 15/05; e assim sucessivamente;

§12º. Em todas as apostilas enviadas deverão conter orientações de prevenção e combate ao Coronavírus;

Art. 10º. Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11º. Esta instrução normativa entra em vigor na data da publicação.

Cacoal, 23 de Abril de 2020.

MÁRCIA REGINA ARAÚJO PIRES

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 7.527/PMC/2020

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa

Código Identificador:4AC5BB97

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 03/2020/CME/CACOAL/RO.

Estabelece normas orientadoras em caráter excepcional para a reorganização do Calendário Escolar 2020, e do ensino em regime especial de aulas não presenciais, para as Escolas do Sistema Municipal de Ensino de Cacoal, como medida de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública para o combate ao covid-19 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACOAL no exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal de n. 1.826/PMC/05, em conformidade com o artigo 74 da Lei Municipal n. 1.822/PMC/05 e em

cumprimento ao disposto na Medida Provisória n. 934 de 1º de abril de 2020, e:

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia e que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para restringir a disseminação da COVID-19, além da necessidade de se reduzir a circulação de pessoas e evitar aglomerações em toda a cidade, inclusive no transporte coletivo;

Considerando a Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2020;

Considerando o Decreto Estadual Nº 24.871, de 16 de março de 2020, que decreta a situação de emergência no âmbito da Saúde Pública do Estado de Rondônia e dispõe sobre medidas temporária de prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus, COVID-19, e que determinou a paralisação das atividades escolares em todo o território do Estado de Rondônia, entre outras ações;

Considerando o Decreto Estadual Nº 24.887, de 20 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado de Rondônia, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19 e revoga o Decreto Nº 24.871, DE 16 DE MARÇO DE 2020;

Considerando o Decreto Estadual Nº 24.919, de 5 de abril de 2020, que dispõe sobre o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Rondônia;

Considerando o Decreto Municipal Nº 7.583/PMC/2020 de 17 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus - Covid-19 no Município de Cacoal, no art. 2º que definiu a suspensão das atividades educacionais em todas as instituições da rede municipal de ensino e unidades particulares pertencentes ao sistema municipal de ensino;

Considerando o Decreto Municipal Nº 7.596/PMC/2020 de 30 de março de 2020, que mantém as medidas temporárias de prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus - Covid-19 no Município de Cacoal; e decreta a prorrogação por mais 15 (quinze) dias o prazo de suspensão das atividades educacionais em todas as instituições da rede municipal de ensino e unidades particulares pertencentes ao sistema municipal de ensino;

Considerando o Decreto Municipal Nº 7.602/PMC/2020 de 02 de abril de 2020, que dispõe sobre a reposição e carga horária das aulas da rede municipal de ensino, com adequação ao Calendário Escolar, quando do retorno das atividades, e dá outras providências;

Considerando o Decreto Municipal Nº 7.607/PMC/2020 de 05 de abril de 2020, que mantém as medidas de prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus - Covid-19 no Município de Cacoal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto Municipal Nº 7.619/PMC/2020 de 07 de abril de 2020, que dispõe sobre novas medidas de prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus - Covid-19 no Município de Cacoal, e dá outras providências;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96 dispõe no inciso I do artigo 24 e no inciso II do artigo 31, que a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Considerando o artigo 24 e, em especial, o artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que dispõe em seu § 2º que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

Considerando que o Parecer do CNE/CEB Nº 05/97 que dispõe que não são apenas os limites da sala de aula, propriamente dito, que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que trata a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação inclusiva da proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados.

Considerando que o Parecer do CNE/CEB Nº 19/2009, que dispõe sobre a reorganização dos calendários escolares durante a pandemia da Gripe H1N1 no ano letivo de 2009, a qual o Conselho Nacional de

Educação atendeu à solicitação de flexibilização do cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos e das 800 oitocentas horas aos entes Federados onde houve a necessidade do adiamento do retorno das atividades escolares, a Câmara da Educação Básica aprovou por maioria a flexibilização;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96 no Art. 32 § 4º, dispõe que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais, podendo assim ser considerada diante do estado de calamidade pública em todo o território do Estado de Rondônia em virtude da Pandemia;

Considerando a Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior, decorrentes das medidas para o enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; a MP dispensa em caráter excepcional a obrigatoriedade dos dias letivos, desde que cumprida a carga horária mínima anual conforme estabelecida na LDB, e dispõe que sejam observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.

Considerando as notas públicas da UNDIME de 30 de março de 2020, que dispõe sobre orientações quanto a flexibilização do calendário escolar e as atividades EAD;

Considerando a resolução Nº 1.253/20-CEE/RO, 13 de abril de 2020, que estabelece normas orientadoras, em caráter excepcional, para a reorganização do calendário escolar 2020 e do ensino, em regime especial para as escolas do Sistema Estadual de Ensino de Rondônia, como, medida de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública para combate ao COVID-19, e dá outras providências.

Tendo em vista a importância da gestão do ensino e da aprendizagem, dos espaços e dos tempos escolares, bem como a compreensão de que as atividades escolares não se resumem ao espaço de uma sala de aula, deverão reorganizar seus calendários escolares nesta situação emergencial, podendo propor, para além de reposição de aulas de forma presencial, formas de realização de atividades escolares não presenciais.

Resolve:

Art. 1º. Estabelecer normas orientadoras, em caráter excepcional, para a reorganização do Calendário Escolar 2020 e do ensino em regime especial para as escolas do Sistema Municipal de Ensino de Cacoal, como medida de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública para o combate ao COVID-19;

§ 1º. O Sistema Municipal de Ensino nos termos desta resolução, compreende as instituições de educação básica da rede municipal de ensino e das instituições privadas de Educação Infantil pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino;

§ 2º a reorganização do calendário escolar de que trata esta resolução, abrange as etapas da educação básica – Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Art. 2º. O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, previsto no inciso I e no § 1º do artigo 24 e no inciso II do artigo 31 da Lei Nº 9.304/96 de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas anuais estabelecida nos respectivos dispositivos legais;

Parágrafo Único. A dispensa de que trata o caput deste artigo, se aplicará para o ano letivo de 2020, considerando as medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º. A execução do novo calendário escolar e do ensino, em regime especial ocorrerá durante os períodos, de isolamento social, por meio de atendimento não presencial e; após o término do isolamento social, com aulas presenciais, perdurando até a conclusão dos dias letivos necessários para computação da carga horária mínima anual exigida.

§ 1º. As atividades escolares não presenciais deverão ser contabilizadas como horas letivas desde que a instituição de ensino cumpra o disposto no artigo 4º desta Resolução, devendo a comprovação da atividade estar organizada, arquivada e disponível para a fiscalização dos pais, conselho escolar, da Secretaria de

Educação, Conselho Municipal de Educação e dos órgãos de controle externos.

Art. 4º. As instituições de ensino na oferta de atividades escolares não presenciais visando a organização dos dias letivos e a contabilização da carga horária mínima anual, terão as seguintes atribuições:

§ 1º. Planejar, elaborar e monitorar, as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas com o objetivo de viabilizar material didático de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos alunos e familiares;

§ 2º. Divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

§ 3º. Preparar material específico para cada etapa de ensino, com clareza, sendo auto instrucional, por meio de material impresso, em forma de apostilas e utilização do livro didático do aluno, com cronograma de execução quinzenal.

I. As instituições escolares terão autonomia para organização do acompanhamento e orientação das atividades junto as famílias, através dos recursos tecnológicos de redes sociais como: WhatsApp, correio eletrônico, Messenger, Facebook, chat entre outros meios digitais, considerando o de mais fácil acesso e viabilidade aos pais e alunos;

§ 4º. As atividades e trabalhos ministrados durante o regime especial, serão avaliados como um dos componentes de conceito e nota bimestral;

§ 5º. O planejamento e o material didático adotado/disponibilizado deverão estar em conformidade com o referencial curricular a luz da BNCC que já estão alinhados ao plano de curso 2020 das unidades escolares e de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, e deverá contemplar os conteúdos/habilidades/campos de experiência programados para o período letivo;

§ 6º. Respeitar as especificidades, possibilidades e necessidades da etapa da educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, em seus processos de desenvolvimento e aprendizagem; organizando as atividades de acordo com os campos de experiência, os direitos de aprendizagem conforme os eixos estruturantes: interações e brincadeiras;

§ 7º. As atividades extraclasse deverão ser planejadas e elaboradas pelo docente com antecedência e apresentadas ao supervisor escolar ou a direção para verificação, avaliação e acompanhamento, bem como a apresentação das atividades depois de realizadas pelos alunos ao serem devolvidas para a correção, e devem ficar arquivada em pastas individuais (portfólio) até o encerramento do ano letivo de 2020, para possível comprovação;

§ 8º. As atividades encaminhadas aos alunos deverão ficar arquivada uma amostra de cada turma, no arquivo pedagógico da supervisão ou direção escolar; para fins comprobatórios; e a escola deverá a cada encerramento de bimestre emitir um relatório descritivo e fotográfico das atividades extraescolares;

§ 9º. As atividades extraclasse deverão ser retiradas quinzenalmente na unidade escolar que o aluno é matriculado, pelos seus responsáveis, bem como, serem entregues na próxima data de retirada da nova atividade, para correção e avaliação dos professores.

Art. 5º. Com a previsão do retorno as atividades escolares presenciais nas unidades de ensino, a Secretaria Municipal de Educação deverá reorganizar o calendário letivo para toda a rede municipal de ensino a fim de garantir o cumprimento das 800 (oitocentas) horas letivas.

§ 1º. O novo calendário escolar será encaminhado ao CME – Conselho Municipal de Educação para apreciação.

§ 2º as instituições de ensino da rede privada que pertencem ao sistema municipal de ensino deverão também reorganizar e adequar seus calendários escolares e encaminhar ao CME para apreciação;

§ 3º - As premissas para a reorganização do calendário escolar são:

I. Adotar providências que minimizem as perdas educacionais dos alunos com a suspensão de atividades nos ambientes escolares;

II. Assegurar que os objetivos educacionais de ensino e aprendizagem previstos nos planos de cada escola, para cada um dos anos/etapas de ensino, sejam alcançados até o final do ano letivo;

III. Garantir que o calendário escolar seja adequado às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e de saúde, sem com isso reduzir o número de horas letivas previstas em Lei, ou seja, sem redução das oitocentas horas de atividade escolar obrigatória, conforme previsto no § 2º, do art. 23, da LDB;

IV. Computar nas 800 (oitocentas) horas de atividade escolar obrigatória, as atividades presenciais e as programadas fora da escola, atividades extraclasse - não presencial;

V. Utilizar para a programação da atividade escolar obrigatória, todos os recursos disponíveis;

VI. Utilizar um eventual período de atividades de reposição para:

a) atividades/reuniões com profissionais e com as famílias/responsáveis;

b) realização dos conselhos de classe e de professores;

VII. Compor o novo calendário escolar, considerando feriados municipais, estaduais e federais, adotando execução de atividade extraclasse;

VIII. Compor novo calendário escolar considerando sábados com execução de atividades extraclasse;

§ 4º. O Cumprimento do calendário escolar 2020 se dará:

Utilizando os dias letivos já lecionados anterior ao isolamento social;

Utilizando o recesso escolar do mês de julho conforme dispõe o Decreto n. 7.583/PMC/2020;

Utilizar a composição do novo calendário;

As aulas presenciais deverão cumprir a carga horária integral diária, sendo proibida a junção de turmas ou horário corrido;

Art. 6º Os casos omissos nesta resolução serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e os casos que competem ao Conselho Municipal de Educação deverão ser submetidos para apreciação do pleno.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal, 22 de abril de 2020.

CLEUDO PINHEIRO DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Decreto n. 7.452/PMC/2019

ANDRESSA ORMIDEA RIGO	DENISE MARINGUES DA SILVA ARAÚJO
Conselheira	Conselheira
NILTON CESAR DA MATA	VERGÍNIA VALÉRIO PINTO DE ASSIS
Conselheiro	Conselheira – Secretária Geral
ROSANA DE OLIVEIRA NUNES	RUBIA CARLA DE SOUZA COSTA
Conselheira	Conselheira

Publicado por:

Kelly Samara Duarte da Rosa

Código Identificador:1D5933E1

CÂMARA MUNICIPAL DE CACOAL **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003** **/CPL/2020**

Requisitante: CÂMARA MUNICIPAL DE CACOAL.

Processo Administrativo Nº 12/CMC/2020.

1. DO OBJETO

1.1 – CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE PREGÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICO ELETRÔNICO E MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS E IMÓVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA CASA DE LEIS.

PREÂMBULO

• RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 10h00min do dia 12/05/2020.

• ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 10h10min do dia 12/05/2020.

• INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir das 10:45 horas do dia 12/05/2020.

• REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

• LOCAL: www.licitanet.com.br “Acessar o Sistema”.

• TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Câmara Municipal de Cacoal, com sede na Rua Presidente Médici, 1849, Jardim Clodoaldo, Cacoal - RO - através de seu Pregoeiro (a), JOYCE RODRIGUES VIANA, designado pela portaria Nº. 57/GP-2019 de 03 de junho de 2019, torna público que se encontra instaurada

a licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como regime de execução a ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, que será julgada pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo em conformidade com as regras estipuladas na Lei n.º 10.520/02, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar Nº 147/2014, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666/93 e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº. 8.078/90, e do disposto no presente edital e demais legislações municipais pertinentes, segundo as condições e especificações adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

JOYCE RODRIGUES VIANA

Pregoeiro (a)

Publicado por:

Luiz Felipe de Barros Vasconcellos Pinto

Código Identificador:8A669A10

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

Pregão Eletrônico n. 08/2020; Processo Nº 129/2019;

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, CNPJ n. 04.395.067/0001-23

Objeto da Homologação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER O SETOR OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO DO SAAE/CACOAL;

Empresas declaradas vencedoras: 1) P.H.B MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELLI, inscrita no CNPJ sob o nº 26.915.509/0001-58; vencedora dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 2021, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 3940, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52 – com valor global de R\$ 215.065, 30 (duzentos e quinze mil e sessenta e cinco reais e trinta centavos);

2) ROHDEMAC COMÉRCIO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI (ALANA ROHDE COMÉRCIO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.125.873/0001-87; vencedora dos item 12 – com valor global de R\$ 5.176, 00 (cinco mil cento e setenta e seis reais);

Cacoal – RO, 06/03/2020.

JADIR ROBERTO HENTGES

Presidente do SAAE

Publicado por:

Daniel Oliveira da Paixão

Código Identificador:3522D74A

ESTADO DE RONDÔNIA **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE** **RONDÔNIA**

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2020**

Processo nº: 00553/2020.

Interessado: Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo.

Assunto: Contratação de Empresa para realizar os Serviços de Revisão Obrigatória de 5.000km, sendo a 1ª revisão obrigatória para o Veículo CAMINHÃO C. C. ABERTA, DIESEL, 2019/2020, MOD. VW/9.170 DRC 4X2, placa OHU-0674, tombamento nº 9062.

Valor Total: R\$: 1.554,46 (um mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Prazo de execução: Imediata após solicitação feita pela Secretaria.

Prazo de pagamento: Em até 30 (trinta) dias, após execução mediante emissão da Nota Fiscal acompanhada das CNDs de FGTS e INSS, dentro dos prazos de validade.

Dotação Orçamentária: 20.606.0018.1013.0000 – Apoio e Projetos de Agricultura Familiar e Associativismo Rural; Natureza da Despesa – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo, ficha 302;

20.606.0018.1013.0000 – Apoio e Projetos de Agricultura Familiar e Associativismo Rural; Natureza da Despesa – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica, ficha 304.

Fornecedor: BURITI CAMINHOES LTDA, CNPJ: 84.652.296/0001-15.

Fundamento: Art. 24, inciso XVII, Lei nº 8.666/93.

Campo Novo de Rondônia, 23 de abril de 2020.

MARCIA XAVIER PEREIRA COSTA

Secretária de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo – Port. Nº 145/2020.

RATIFICO o procedimento nos termos do Parecer Jurídico. Em 23/04/2020.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Loana de Assis Costa

Código Identificador:3D0D9EDC

**DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020**

PROCESSO Nº 017/2020.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 006/2020.

IZOLDA MADELLA, Superintendente do Instituto de Previdência do Município de Campo Novo de Rondônia, no uso de suas atribuições e:

CONSIDERANDO o Distrato do Contrato 001/2020, com a empresa **D. C. BRAZ & CIA LTDA**, CNPJ. 20.602.045/0001-43;

CONSIDERANDO a convocação da empresa remanescente, conforme edital;

CONSIDERANDO que a empresa convocada apresentou proposta e documentos de habilitação conforme edital;

RESOLVE:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR o Pregão Presencial 006/2020, em favor da empresa **GELSON LOPES 67399525234**, CNPJ. 26.646.808/0001-34, no valor total de **R\$ 8.760,00** (oito mil setecentos e sessenta reais).

Campo Novo de Rondônia, 23 de Abril de 2020.

IZOLDA MADELLA

Superintendente do IPECAN

Publicado por:

Loana de Assis Costa

Código Identificador:FD06F47D

**DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 002/2020**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/PMCN-CPL/2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2020.

EMPENHO N. 67/2020.

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA-CNPJ n.º 84.722.560/0001-40.

CONTRATADO: **GELSON LOPES 67399525234**, CNPJ. 26.646.808/0001-34

OBJETO: Prestação de Serviço de Limpeza em Geral e Conservação nas Instalações do IPECAN.

VALOR: R\$ 8.760,00 (oito mil setecentos e sessenta reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas deste contrato correrão à conta do IPECAN; Dotação: 09 122 0002 2099; Despesa 33.90.39; Ficha Orçamentária 335; Fonte de Recursos: Taxa Administrativas 2%

Campo Novo de Rondônia/RO, 23 de abril de 2020.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA – IPECAN
Contratante

IZOLDA MADELLA

Superintendente do IPECAN

Publicado por:

Loana de Assis Costa

Código Identificador:699A8D32

**DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 158, DE 22 DE ABRIL DE 2020**

Nomeia o servidor MARCIO DA COSTA MURATA para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI, XV e XXIV do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor MARCIO DA COSTA MURATA, CPF nº 470.751.552-53 e RG nº 657.802 SSP/RO, para ocupar o cargo comissionado de Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer com as atribuições definidas na Lei da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA

Prefeito

Publicado por:

Eunice Souza dos Santos

Código Identificador:7DAE9746

**DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 159, DE 22 DE ABRIL DE 2020.**

Nomeia HURANDIRA KHAN DANIEL DE SOUZA para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Administração e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI, XV e XXIV do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear HURANDIRA KHAN DANIEL DE SOUZA, CPF nº 332.167.112-34 e RG nº 372.500 SSP/RO, para ocupar o cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração com as atribuições definidas na Lei da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA

Prefeito

Publicado por:

Eunice Souza dos Santos

Código Identificador:9B6F9F61

**DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 160, DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Exonera ELAINE GUIMARÃES DE OLIVEIRA do cargo de Gerente do Hospital Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ELAINE GUIMARÃES DE OLIVEIRA do cargo comissionado de Gerente do Hospital Municipal da Secretaria Municipal de Saúde, revogando a Portaria n.º 048/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA

Prefeito

Publicado por:

Eunice Souza dos Santos

Código Identificador:0A433863

**DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 161, DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Exonera MARCELA LOPES SANTIAGO do cargo de Diretora de Departamento de Apoio a Unidade de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARCELA LOPES SANTIAGO do cargo comissionado de Diretora de Departamento de Apoio a Unidade de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, revogando a Portaria n.º 548/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA

Prefeito

Publicado por:

Eunice Souza dos Santos

Código Identificador:F03863AE

**DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 162, DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Nomeia RUBENS MARCO RIGON para ocupar o cargo de Gerente do Hospital Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI e XV do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RUBENS MARCO RIGON, CPF n 580.958.619-87 e RG n. 824652 SESDEC/RO, para ocupar o cargo de Gerente do Hospital Municipal na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA

Prefeito

Publicado por:

Eunice Souza dos Santos

Código Identificador:9DF406DC

**DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 163, DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Designa a servidora CLEUDINEIA RAMOS DA SILVA para desempenho de atividades na Secretaria Municipal de Assistência Social como Coordenadora do CRAS e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI e XV do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora CLEUDINEIA RAMOS DA SILVA, CPF nº 704.816.602-91 e RG nº 827.811 SESDEC/RO, para desempenho de suas atividades como Coordenadora do CRAS, responsável pelas atividades dos Sistemas: SISC, RMA, PRONTUÁRIO/SUAS, CENSO SUAS/CRAS, SCFV (alimentação sistema do SCFV, registro mensal de atendimento do CRAS, alimentação de sistema de encaminhamentos dos serviços executados no CRAS, preenchimento das informações das atividades do CRAS e SCFV) da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA

Prefeito

Publicado por:

Eunice Souza dos Santos

Código Identificador:9A1F480A

**DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 164, DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Nomeia MARIA RAIMUNDA DE SENA para ocupar o cargo de Encarregada de Setor de Limpeza Predial e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI e XV do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA RAIMUNDA DE SENA, CPF n.º 174.656.658-25 e RG n. 270495563 SSP/SP, para ocupar o cargo de para ocupar o cargo comissionado de Encarregada de Setor de Limpeza Predial, designando a prestação de serviços na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA

Prefeito

Publicado por:

Eunice Souza dos Santos

Código Identificador:676C651A**DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 165, 23 DE ABRIL DE 2020**

Revoga Portaria nº 123/2019 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 123, de 15 de abril de 2020, que nomeia a servidora ELAINE GUIMARÃES DE OLIVEIRA para ocupar, interinamente, o cargo de Gerente do SAMU da Secretaria Municipal de Saúde.**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA

Prefeito

Publicado por:

Eunice Souza dos Santos

Código Identificador:8CAEECD**DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 166, DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Nomeia RUBENS MARCO RIGON para ocupar, interinamente, o cargo de Gerente do SAMU e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI, XV e XXIV do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RUBENS MARCO RIGON, CPF nº 580.958.619-87 e RG nº 824652 SESDEC/RO, para ocupar, interinamente, o cargo comissionado de Gerente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU na Secretaria Municipal de Saúde.**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA

Prefeito

Publicado por:

Eunice Souza dos Santos

Código Identificador:F45C602A**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI****COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 001/CPL/2020****Processo: 2113-1/2019:** A Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO, torna público que realizará Licitação na modalidade Tomada de Preço, Menor Preço Global, Objeto: Contratação de empresa para **OBRAS DE RECUPERAÇÃO DE 21,71KM DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI ATRAVES DO (CONVÊNIO: 048/2019/FITHA)** - Valor estimado de R\$ **507.177,48**. Data para entrega das propostas dia **12 de****Maio de 2020** a partir das **10:00 Horas**, Maiores informações e quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos junto a CPL – Avenida Tancredo Neves – 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia – CEP: 76.860-000 – Telefone (069) 3230-1330/ 3230-1200, de Segunda à Sexta Feira das 07h30min às 13h30min ou no endereço citado acima e no site www.candeiasdojamari.ro.gov.br (Portal da Transparência).Candeias do Jamari-RO, **23 de Abril de 2020.****BRUNO MAURÍCIO GALHARDO**

Presidente da CPL/PMCJ/RO

Publicado por:

Lucivaldo Silva da Costa

Código Identificador:4D506E16**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 002/CPL/2020****Processo: 1869-1/2019:** A Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO, torna público que realizará Licitação na modalidade Tomada de Preço, Menor Preço Global, Objeto: Contratação de empresa para **OBRAS DE RECUPERAÇÃO DE 25,00KM DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI ATRAVES DO (CONVÊNIO: 047/2019/FITHA)** - Valor estimado de R\$ **601.951,23**. Data para entrega das propostas dia **12 de Maio de 2020** a partir das **12:00 Horas**, Maiores informações e quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos junto a CPL – Avenida Tancredo Neves – 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia – CEP: 76.860-000 – Telefone (069) 3230-1330/ 3230-1200, de Segunda à Sexta Feira das 07h30min às 13h30min ou no endereço citado acima e no site www.candeiasdojamari.ro.gov.br (Portal da Transparência).Candeias do Jamari-RO, **23 de Abril de 2020.****BRUNO MAURÍCIO GALHARDO**

Presidente da CPL/PMCJ/RO

Publicado por:

Lucivaldo Silva da Costa

Código Identificador:2AEB2723**GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 4.833 DE 22 DE ABRIL DE 2020.****“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA PROVIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO”.****O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.**DECRETA****Art. 1º** - Fica NOMEADO EDIFEIPE FROTA BARROS, para exercer o Cargo Comissionado de Subsecretário Municipal de Obras – CC-9, pertencente à **Secretaria Municipal de Obras - SEMOB**, desta Prefeitura de Candeias do Jamari.**Art.2º** - Este Decreto entra em vigor data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**Art. 3º** - Publique-se, registre-se e cumpra-se.**LUCIVALDO FABRICIO DE MELO**

Prefeito

Publicado por:

Patricia Miranda Andrade

Código Identificador:E6377188**GABINETE DO PREFEITO-GP
HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO DA ATA Nº 10/2019**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019
PROCESSO LICITATÓRIO 041.001.095/2018

O Prefeito Municipal de Candeias do Jamari, Exmo. Sr. **LUCIVALDO FABRICIO DE MELO**, de acordo com adesão a ata de registro de preço nº 10/2019 do Pregão Eletrônico 16/2019, processo 041.001.095/2018, objeto: Contratação de Empresa Especializada para Execução dos Serviços Comuns de Engenharia para reforma das escolas da rede pública Municipal, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA a ADESÃO** referente ao Processo: 1492-1/2019 - **SEMED**, em favor de:

LICITANTE GANHADOR:

RVA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO EIRELI
 CNPJ: 20.936.189/0001-36

Valor Total: R\$ 505.107,07 (quinhentos e cinco mil cento e sete reais)

Candeias do Jamari - RO, 23 de Abril de 2020.

LUCIVALDO FABRICIO DE MELO
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Patricia Miranda Andrade
Código Identificador:7639FF9E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

CPL
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020.

EQUIPE LICITACAO MODALIDADE PREGAO LEI 10.520/2002
 ATO DE DESIGNACAO EQUIPENº051/GAB/2019

AVISO DE LICITAÇÃO
 Pregão Eletrônico nº 014 /2020
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE Castanheiras/RO, através do Pregoeiro nomeado, no exercício das atribuições que lhe são conferidas da sua designação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação com sessão Virtual (On-line) no dia 08 de maio de 2020, com abertura às 08:55 (Horário de Brasília) horas e início das disputas às 09:00 (nove) Horas (Horário de Brasília), no endereço eletrônico www.licitanet.com.br “Acessar o Sistema” cujo Objeto: **Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de realização de eventos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde-SEMUSA.** Nos termos, especificações técnicas e condições do Edital de Licitação.

RESUMO DE EDITAL
 EDITAL DE LICITACAO nº 014/2020

Tipo: Pregão
 Modalidade: ELETRONICO – REGISTRO DE PREÇO
 Finalidade: AQUISIÇÃO IMEDIATA MEDIANTE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
 Julgamento: Menor Preço Por Lote Global, conforme Edital de LICITAÇÃO
 Processo Administrativo: 60/2020-PMC
 Órgão Solicitante: Secretaria de Saúde - SEMUSA
 Valor estimado: R\$ 344.799,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e setecentos e noventa e nove reais).

1 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente procedimento licitacional é disciplinado pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993 e demais condições fixadas neste edital, e subsidiariamente a Lei 8.078/1990 e alterações.

1.5 Tendo em vista o disposto no artigo 48 da LC 123/2006 e suas alterações, a presente licitação será reservada cotas de 25% para

empresas ME e EPP na forma Lei, desde que atendam o disposto no Inciso II do artigo 49 da LC 123/2006 e suas alterações.

1.6 Encontra-se reservado a cota de que trata o inciso III do artigo 48 da LC 123/2006 e suas alterações para os itens/lotas na forma da Lei.

1.7 Em face do disposto no Inciso II do artigo 49 da LC 123/2006 e suas alterações poderão cadastrar as propostas de preços todas as empresas em ampla concorrência e serão submetidas a aprovação das propostas a fim de se verificar a existência de 03(três) empresas ME e EPP que possam ter concorrência na forma da Lei.

2 - OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente Licitação tem por objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL EXPEDIENTE PRODUZIDO POR GRAFICA PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO**, nos termos, especificações técnicas e condições do Edital de Licitação, com pagamento conforme Projeto Básico.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação pessoas jurídicas interessadas, do ramo com atuação compatível com o objeto desta Licitação e que atendam a todas as exigências constantes deste Edital. A interessada, vencedora do certame deverá firma declaração de existência de Material disponível à entrega imediata conforme solicitação dos requisitantes, após empenho dos materiais.

3.2. Até a data e hora no endereço eletrônico www.licitanet.com.br “Acessar o Sistema” constante do Edital os licitantes deverão ter as suas propostas devidamente cadastradas.

4 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DISPUTAS E LANCES

4.1. As propostas deverão ser cadastradas no período de 22 de abril de 2020 até o dia 08 de maio de 2020 as 08:55, conforme enunciado no Edital de Licitação.

4.2. A data para a fase de lances e propostas no dia 08 de maio de 2020, às 09:00 horas (Horário de Brasília), no endereço eletrônico www.licitanet.com.br “Acessar o Sistema”.

5 - EDITAL

Cópia do Edital encontra-se disponível, sem custos, exclusivamente mediante requerimento à CPL na Prefeitura Municipal no Horário das 07:30 as 13:30 Horas em dias úteis. **Apenas as Informações** poderão ser obtidas por meio dos telefones 69 3474 2050 ou ainda pelo e-mail plccastanheiras@outlook.com, ou ainda no endereço eletrônico www.licitanet.com.br “Acessar o Sistema” e disponível no portal [transparencia](http://transparencia.castanheiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) em <http://transparencia.castanheiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>.

Castanheiras, 22 de abril de 2020.

MELISSA DE CÁSSIA BARBIERI
 Pregoeiro Oficial
 Ato de Designação 051/GAB/2019

Publicado por:
 Melissa de Cassia Barbieri
Código Identificador:CD6D7D2D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE MATERIAIS E OBRAS - CPLMO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2020 EXCLUSIVO MEI, ME E EPP

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal de nº 1.904/2019, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA Nº 28/2020**, do tipo **Menor Preço Por Item**. Nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Decretos regulamentares, que tem como objeto Aquisição de Uniformes, para atender o projeto Bom de Bola, através do Centro de Referência de Assistência Social – SEMAS. Processo Administrativo nº **490/2020**. Valor total de R\$: 15.700,00. (quinze mil e setecentos reais). Data para recebimento de proposta: às **08:00 horas do dia 23 de abril de 2020**; data para término de recebimento de proposta: às **08:00 horas do dia 07 de maio de 2020**; data da abertura de propostas: às **08:30 horas do dia 07**

de maio de 2020;data de início da sessão pública: às**09:00 horas do dia 07 de maio de 2020;**horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br“acesso identificado no link - licitações”. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência www.chupinguaia.ro.gov.br, maiores informações através do telefone (69) 3346-1460.

Publique-se!

CHUPINGUAIA, 22 de abril de 2020

ROGÉRIO GIOTTO

Pregoeiro

Publicado por:

Rogério Giotto

Código Identificador:890F23F2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE MATERIAIS E OBRAS - CPLMO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020 EXCLUSIVO MEI, ME E EPP

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal de nº 1.904/2019, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO Nº 29/2020**, do tipo **Menor Preço Por Item**. Nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Decretos regulamentares, que tem como objeto Aquisição de no-break e mobiliário em geral sob entrega e montagem pela contratada, e assim atender as necessidades da prefeitura de Chupinguaia, junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP Processo Administrativo nº . Valor total de R\$: 4.999,98. (quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos). Data para recebimento de proposta: às **08:00 horas do dia 23 de abril de 2020**; data para término de recebimento de proposta: às **08:00 horas do dia 07 de maio de 2020**; data da abertura de propostas: às **08:30 horas do dia 07 de maio de 2020**; data de início da sessão pública: às **09:00 horas do dia 07 de maio de 2020**; horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br “acesso identificado no link - licitações”. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência www.chupinguaia.ro.gov.br, maiores informações através do telefone (69) 3346-1460.

Publique-se!

CHUPINGUAIA, 22 de abril de 2020

MOISÉS CAZUZA DE ANDRADE

Pregoeiro

Publicado por:

Moises Cazuza de Andrade

Código Identificador:308BCEB1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE MATERIAIS E OBRAS - CPLMO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2020 EXCLUSIVO MEI, ME E EPP

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal de nº 1.904/2019, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO Nº 27/2020**, do tipo **Menor Preço Por Item**. Nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Decretos regulamentares, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA USO NA COMPANHIA DE COMBATE A DENGUE CONFOME A NECESSIDADE DA SEMUSA. Processo Administrativo nº **594/2020**. Valor total de R\$: 18.630,00. (dezoito mil, seiscentos e trinta reais). Data para recebimento de proposta: às **10:00 horas do dia 07 de maio de 2020**; data para término de recebimento de proposta: às **10:30 horas do dia 07 de maio de 2020**; data da abertura de propostas: às **10:55 horas do dia 07 de maio de 2020**; data de início da sessão pública: às **11:00 horas do dia 07 de maio de 2020**; horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br “acesso identificado no link -

licitações”. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência www.chupinguaia.ro.gov.br, maiores informações através do telefone (69) 3346-1460.

Publique-se!

CHUPINGUAIA, 22 de abril de 2020

ROGERIO GIOTTO

Pregoeiro

Publicado por:

Rogério Giotto

Código Identificador:D6F71A1B

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2019 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2020

O Prefeito do Município de Colorado do Oeste – RO, no uso de suas atribuições legais **CONVOCA** os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 003/2019, realizado nos **dias 01 a 06 de Junho de 2019**, resultado final publicado no Diário da Arom no dia 08 de Julho de 2019. De acordo com as categorias funcionais e classificações abaixo relacionados, a comparecerem na Divisão de Recursos Humanos no prazo de **05 (cinco)** dias úteis a contar da publicação do presente Edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do cargo, munidos dos seguintes documentos acompanhados por 01 (uma) Xerox.

- Comprovante de Residência atual;
- 1 (uma) Foto 3x4 recente;
- Carteira de identidade;
- Cadastro de Pessoas Físicas;
- Título de Eleitor + comprovante que votou na última eleição;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Cartão de Inscrição PIS/PASEP;
- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Carteira Nacional de Habilitação nas categorias exigidas;
- Carteira de Registro profissional (Conselho de Classe);
- Certificado ou Diploma de Escolaridade;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;
- Declaração de Bens; **(02) Vias**
- Declaração de que não acumula aposentadoria ou cargos no serviço Público na esfera federal, estadual ou municipal, salvo nos cargos previsto em Lei; **(02) Vias**
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhando da Carteira de Vacinação e comprovante de frequência à escola devidamente autorizada;
- Atestado de Aptidão física e mental, emitido por junta médica oficial e nos casos de deficientes Físicos, laudo comprobatório da deficiência;
- Numero de conta corrente, agencia de Colorado/RO.

ASSISTENTE SOCIAL

1-LUCINEIA HEREDIA DE QUEIROZ

PSICOLOGO

1-RIVANIA CASSIA CAMPOS LIMA RIBEIRO

Colorado do Oeste, 23 de Abril de 2020.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Gonçalves do Carmo
Código Identificador:6F8600E3

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E
TURISMO**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2019

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2019, CELEBRADOS ENTRE A PREFEITURA DE COLORADO DO OESTE/RO E A EMPRESA HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº 04.391.512/0001-87, com sede Avenida Paulo de Assis Ribeiro nº 4.132, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA**, prefeito, doravante denominado **ADITANTE**, e a Empresa **HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.084.435/0001-67, com sede na Av. Quintino Cunha, nº 365, centro, na Cidade de Vilhena/RO, representada neste ato por **ANDERSON MONTEIRO GOMES DA SILVA**, brasileiro, empresário, portador do RG 717099 SESDEC/RO e inscrito no CPF sob nº 888.663.432-34, mesmo endereço, doravante denominada simplesmente **ADITADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente **TERMO ADITIVO** cuja celebração foi autorizada pelos despachos nos autos do **Processo Administrativo nº 802/2019**, e que se regerá pela Lei 8.666/93 e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo Aditivo encontra-se amparado legalmente no artigo 57 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA- Este Termo Aditivo tem por objeto aditamento temporal pelo período de 161 (cento e sessenta e um dias) dias, de 25/02/2020 a 04/08/2020, vez que a ordem de serviço fora emitido em 04/12/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – Perfaz por fim este aditivo, a correção do valor expresso no contrato, onde se lê “...R\$ 684.842,20 (seiscentos e oitenta e quatro mil oitocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos)...”, leia-se “...R\$ 684.847,20 (seiscentos e oitenta e quatro mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos)...”

CLÁUSULA TERCEIRA – Mantém-se as demais cláusulas do Contrato, em seus termos e no previsto no certame licitatório.

Para firmeza e prova do acordo é lavrado o presente Termo Aditivo no LIVRO ESPECIAL DE TERMO ADITIVO da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste/RO, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes aditantes e pelas testemunhas abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para o seu fiel cumprimento.

Colorado do Oeste, 15 de abril de 2020.

JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA	HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI
Aditante	Aditado

FRANCESCO DELLA CHIESA OAB/RO 5025

Advogado do Município
Mat. 408781

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Publicado por:
Marcio da Silva
Código Identificador:92A18258

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
CONTRATO Nº 09/2020**

CONTRATO QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE/RO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E CONSTRUTORA DALLA VALLE LTDA.

CONTRATO Nº 09/2020

Processo nº 763/2019 TP Nº 04/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE, CNPJ nº 04.391.512/0007-87, com sede à Avenida Paulo de Assis Ribeiro, 4132, centro da cidade de COLORADO DO OESTE - RO, doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Prefeito, Sr. **JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 365183/82 SSP/CE e CPF nº 223.051.223-49, domiciliado à Rua Bahia, nº 4119, Bairro Centro, nesta cidade de Colorado do Oeste RO, através da **SEMOSP SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a firma **CONSTRUTORA DALLA VALLE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.862.072/0001-80, com sede à Av. Marechal Rondon nº 4.844, no município de Colorado do Oeste, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio Sr. **RICARDO DALLA VALLE**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG. 555.512 SSP/RO e do CPF nº 615.198.042-53, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, na execução das Obras/Serviços, autorizados pelo **Processo Administrativo nº 763/2019**, licitado através da **TP nº 04/2019**, submetendo-se, os mesmos aos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, e das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO AMPARO LEGAL:

I. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, nos Termos do Art. 48, Inciso II da Lei Complementar Nº 123/2006, com Redação dada pela LC Nº 147/2014 bem como **Nota(s) de Empenho nº 662-663/2019**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I. O objeto da presente é Contratação de Empresa Especializada para a total execução (compreendendo material e mão de obra), para Pavimentação Asfáltica e Drenagem Profunda e Superficial de Águas Pluviais nas Vias Urbanas do Município de Colorado do Oeste, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme Planilhas, Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro, Projetos e Demais Anexos, em atendimento às necessidades da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**, conforme Planilhas, Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro, Projetos e Demais Anexos proveniente do Convênio nº 312/DPCN/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA– DO PREÇO

I. A contratante pagará à contratada, pela execução total do objeto referido na cláusula primeira, à importância de **R\$ 308.965,37 (trezentos e oito mil novecentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos)**, irrevogável que inclui o fornecimento de materiais e mão de obra, todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhista, constituindo a única remuneração pela execução total dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

I. A Prefeitura do Municipal de Colorado do Oeste designará uma comissão para acompanhamento e fiscalização dos serviços;

II. A fiscalização referida no subitem anterior não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução dos serviços;

III. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. É direito de a fiscalização recusar quaisquer serviços quando entender que os mesmos ou que os materiais empregados não sejam os especificados, ou, ainda, quando entender que a execução está irregular.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

I. Os serviços, objeto deste Contrato, deverão ser executados de acordo com as especificações técnicas constantes do Projeto Executivo.

II. O recebimento dos serviços se efetivará nos seguintes termos:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada.

b) Definitivamente, por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, não superior a 30 (trinta) dias da vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

c) A contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste projeto quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos serviços ou de materiais empregados.

III. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.

IV. Quando, na execução do objeto contratual, forem solicitados pela contratante, serviços e/ou materiais não previstos, mas, que seja pertinentes e compatíveis ao implemento do objeto licitado acompanhados de laudo técnico, a contratada levantará previamente os custos, submetendo-os à Prefeitura Municipal, através da comissão por esta designada e/ou por profissional por ela indicado que, se os aprovar, providenciará a autorização formal para a respectiva realização, respeitando o limite estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. O valor do contrato será de acordo com os valores especificados na Proposta e. Todas as despesas decorrentes do objeto do presente Contrato correrão à conta dos recursos orçamentários e financeiros a seguir discriminados:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste

Unidade Orçamentária: 06.01 – SEMOSP

Atividade: 1.020 – Drenagem e Pavimentação Asfáltica em Vias Urbanas

Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações

Fonte de Recursos: Convênio nº 312/DPCN/2017 - Próprio

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

I. Prazo de Execução:

II. Máximo 150 (cento e cinquenta) dias, após emissão da Ordem de Serviços, de acordo com Cronograma Físico - Financeiro constante nos autos.

III. Local de Execução: Vias Urbanas do Município de Colorado do Oeste – RO, conforme abaixo relacionadas:

Rua Castanheira – Trecho: Avenida Juruá / Avenida Rio Madeira

Avenida Rio Madeira – Trecho: Rua Castanheira / Rua Açaí

CLÁUSULA OITAVA - FORMA DE PAGAMENTO

I. O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma físico financeiro constante nos autos, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pela comissão permanente de recebimento de obras e serviços públicos de engenharia, desta administração municipal, constituída através da Portaria nº 007, de 3 de janeiro de 2017;

II. A Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório e ainda, se for constatado, no ato do recebimento, que o objeto fornecido não corresponde às especificações apresentadas na proposta.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Executar os serviços dentro das Especificações Técnicas, Plano de Trabalho, Planilha Quantitativa e Orçamentária, bem como outros documentos constantes nos autos;

II. Cumprir o prazo estipulado de 150 (cento e cinquenta) dias, conforme cronograma físico financeiro constante nos autos, contados do recebimento da Ordem de Serviços emitida pela SEMOSP;

III. Observar todos os cuidados a fim de evitar danos a terceiros, por ocasião na montagem dos equipamentos, isolar o local dos serviços para que o acesso esteja restrito apenas aos profissionais que estarão realizando a obra a fim de que haja um bom andamento dos trabalhos e sejam tomados os devidos cuidados com a prevenção de acidentes;

IV. Manter, durante todo período de execução dos serviços, as condições de habilitação exigida para a contratação;

V. Obedecer às normas de segurança e higiene do trabalho inclusive exigindo da subcontratada;

VI. Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços;

VII. Responsabilizar-se por danos causados pela atuação da contratada a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros.

VIII. A Empresa contratada é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, bem como, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.

IX. A Empresa contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade e aplicação dos materiais empregados.

X. Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços.

XI. Garantir durante a execução a proteção e a conservação de todos os serviços, até o seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

I. Para garantia da fiel execução dos compromissos ajustados no futuro Contrato a Contratada prestará a caução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global avençado, devendo ser efetuada antes da emissão da Ordem de Serviços, sendo-lhe facultada prestá-la mediante caução em dinheiro e deverá ser depositada a favor da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste, na conta corrente nº 7.723-2, Agência nº 1381, Banco do Brasil S.A, Agência de Colorado do Oeste, até 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

I. Pela inexecução total ou parcial, das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à contratada as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 0,2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso na execução do serviço, até o 20º (vigésimo) dia;

c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso na execução do serviço, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, o que ensejará o cancelamento do mesmo, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

II. As multas estipuladas nos subitens anteriores serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

III. A multa aplicada após regular processo administrativo será descontada da garantia prestada pela Contratada;

IV. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta responderá a contratada pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

V. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na execução dos serviços for devidamente justificado pela contratada, e aceito pela Administração,

que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS

I. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do presente Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESPONSABILIDADE E GARANTIA

I. Dispor de pessoal com qualificação para a realização dos referidos serviços, ficando a mesma responsável pela eventual necessidade de reparos inclusive do subcontratado, caso ocorra qualquer tipo de defeito na obra realizada durante o período de garantia a contar da data do Termo de Recebimento Definitivo.

II. A Empresa contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade e aplicação dos materiais empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

I. O presente Contrato terá vigência durante o período de garantia a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I. A autoridade competente para a aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II. As licitantes deverão ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades dos locais de execução dos serviços objeto desta licitação, não podendo invocar, posteriormente, o desconhecimento como fato impeditivo do perfeito cumprimento das obrigações assumidas ou pela cobrança de serviços extras;

III. É vedada a subcontratação parcial ou total, de empresa para realizar os Serviços objeto desta Tomada de Preços, exceto nos casos previstos no Artigo 48 da Lei nº 123/2016 alterada pela Lei nº 147/2014;

IV. Os esclarecimentos adicionais sobre, Plano de Trabalho, Planilhas, Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos poderão ser obtidos no horário das 7 às 13h, de 2ª a 6ª Feira, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos pelo telefone: 69 3341-3421 – Ramal 222.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

I. São responsáveis pela execução deste contrato os elencados no cabeçalho e engenheiro da prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DOS CASOS OMISSOS

I. Os casos omissos e não previstos neste contrato administrativo, serão aplicadas as normas e regulamentações vigentes, que também prevalecerão quando houver conflitos em suas cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

I - As partes elegem o Foro da Comarca de *Colorado do Oeste* – RO para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

II - E assim, ajustados e contratados na melhor forma de direito, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato administrativo, em duas vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Colorado do Oeste, RO, 03 de abril de 2020.

JOSE RIBAMAR DE OLIVEIRA	Construtora Dalla Valle LTDA
Prefeito de Colorado do Oeste	RICARDO DALLA VALLE

FRANCESCO DELLA CHIESA

OAB/RO 5025

Advogado do Município Mat. 408781

TESTEMUNHAS:

1.	2.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Publicado por:

Jean Lopes Reis

Código Identificador:5C272E60

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2019, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE/RO E A GISELE ALVES DE BRITO.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2019,
CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA
MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE/RO E A
GISELE ALVES DE BRITO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1242/2019

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO, inscrita no CNPJ sob o nº 04.391512/0001-87, com sede à Avenida Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132, neste ato representada pelo **Prefeito Municipal JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA**, domiciliado nesta cidade de Colorado do Oeste/RO, doravante denominada **ADITANTE/LOCATARIO**, e a **GISELE ALVES DE BRITO**, inscrita no CPF sob o nº 348.744.962-53, RG nº 295.406 SSPRO mesmo Av. Tapajos, nº 4777, Colorado do Oeste-RO, doravante denominada **ADITADA/LOCADOR**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente **TERMO ADITIVO** cuja celebração foi autorizada pelos despachos nos autos, doravante denominado processo e que se regerá pela Lei 8.666/93 e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira - O presente Termo Aditivo encontra-se amparado legalmente no artigo 57 e s/s da Lei nº. 8.666/93 bem como despacho exarado em anexo.

Cláusula Segunda - Este termo aditivo tem por objeto prorrogar o contrato por 12 (doze) meses com início em 09/05/2020 termino em 08/05/2021, adstrito a vigência dos créditos orçamentários.

Cláusula Terceira – Mantêm-se as demais cláusulas do Contrato, em seus termos e no previsto na Licitação.

Para firmeza e prova do acordo é lavrado o presente Termo no Livro Especial de Termo Aditivo da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste/RO, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes aditantes e pelas testemunhas abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para o seu fiel cumprimento.

Colorado do Oeste/RO, 14 de abril de 2020.

JOSE RIBAMAR DE OLIVEIRA	GISELE ALVES DE BRITO
Prefeitura Do Município De Colorado Do Oeste/RO	Aditada
Aditante	Locador
Locatária	

FRANCESCO DELLA CHIESA

OAB/RO 5025

Advogado do Município

Mat. 408781

TESTEMUNHAS:

1.	2.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Publicado por:

Willian Batista Moreno

Código Identificador:38982675

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020
PROCESSO Nº 297/SEMECEL/2020
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP e MEI

A Prefeitura Municipal de Costa Marques, Estado de Rondônia, por meio do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, na forma da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 889/GAB/2011, e aplicando-se subsidiariamente a Lei 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, e alterações, a Licitação na Modalidade de **Pregão**, na forma **Eletrônica**, tipo menor preço por **item**, que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços com software de gestão escolar (Diário Eletrônico), com controle de frota e merenda integrado**, visando atender ao solicitado da Secretaria Municipal de Educação do Município de Costa Marques, conforme descrito no Termo de Referência, anexo ao Edital, no valor Total de R\$ 18.333,30 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais e trinta centavos).

Da sessão de abertura:

Cadastramento de propostas pode ser feito das **09:00hs** do dia **27/04/2020**, até as **09:30hs** do dia: **08/05/2020**.

Abertura das propostas: **08/05/2020 às 09:45hs**.

Início do pregão: **08/05/2020 às 10:00hs**.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF.

LOCAL: www.licitanet.com.br

Da Autorização: Processo Administrativo nº 297/SEMECEL/2020.

Da Fonte de Recursos: Recurso Próprio.

A cópia do Edital do Pregão e seus anexos estarão disponíveis aos interessados através do site www.costamarques.ro.gov.br, do portal onde será realizado a licitação www.licitanet.com.br, do email cplcostamarque@hotmail.com, e na Sala da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura em dias úteis, no horário das 07:30 às 13:30. Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares poderá ser obtida nos endereços acima, e pelo telefone (69) 3651-3786.

Costa Marques/RO, 23 de Abril de 2020.

ALTAIR ORTIS

Pregoeiro

Dec. 473/GAB/2017

Publicado por:

Altair Ortis

Código Identificador:85C0E936

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA

PORTARIA DE DIARIA 044/2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º - CONCEDER a SERVIDORA, **ROSEMARY APARECIDA DARTIBA**, Portadora do CPF nº 315.878.872-15, 0,5 (meia) diária para o dia 23/04/2020 se deslocar do Município de

Cujubim/RO. Com destinos a Ariquemes, na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, realizar pagamentos.

Art. 2.º - O Proposto da diária supracitado terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.

Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO E ADJUDICO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 23 de Abril de 2020.

MABELINO ADOLFO D. MUNARI.

Presidente

Publicado por:

Adriana Cardoso de Santos

Código Identificador:8CF33894

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO
LICITATÓRIO

O Prefeito do Município de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, baseados nos valores adjudicados pelo Pregoeiro e mediante Parecer Técnico da Controladoria, resolve:

HOMOLOGAR nos termos ao Art. 43, Inciso VI da Lei Federal nº: 8.666/93 e posteriores alterações e Art. 4º, Inciso XXI da Lei Federal nº: 10.520/2002, e Art. 13, Inciso VI do Decreto Municipal nº 616/2020, a presente Licitação nestes termos:

Processo Administrativo de nº 331/2020 - VOL I

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 005/2020.

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Cesta de Alimentos para assistência e ajuda humanitária, com composição pré definida esugerida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC/MI e Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas

Data Homologação: 23/04/2020

Valor Total R\$: **85.715,00 (Oitenta e Cinco Mil Setecentos e Quinze Reais).**

Empresa: **INOVAÇÃO EIRELI ME**

CNPJ: **19.634.357/0001-50**

Autorizo a emissão da nota de empenho correspondente.

Cujubim – RO, 23 de Abril de 2020.

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito do Município de Cujubim/RO

Publicado por:

Sérgio Henrique Santuzzi Zuccolotto

Código Identificador:7E36A9A4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍLIO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.273, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO”.

O **PREFEITO DE ESPÍGÃO DO OESTE**, estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso IV e o artigo 84, § 7º, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município; c/c o artigo 165, § 8º, da Constituição Federal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 163.367,43 (cento e sessenta e três mil trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e três centavos), destinados a atender a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU, provenientes de transferência de recursos Federal e Estadual, conforme resolução nº 106/2020/SESAU-CIB e resolução nº 107/2020/SESAU-CIB.

Art. 2º - Para efeito de contabilização do crédito mencionado no art. 1º desta Lei, será obedecido à seguinte ordem de classificação, nos termos da Lei nº 4.320/64:

I. Primeiro Acréscimo:

- a. PODER: 02 – Poder Executivo;
- b. ÓRGÃO: 02 07 – Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU;
- c. PROGRAMA: 10 302 1010 – Gestão Pública de Saúde;
- d. ATIVIDADE: 10 302 1010 4056 – Enfrentamento da Emergência de Saúde – Coronavírus (COVID-19);
- e. FONTE DE RECURSO: 0.2.22 – Recursos Destinados a enfrentamento de Calamidade Pública;
- f. FICHA/NATUREZA DA DESPESA: 954/3.3.90.30 – Material de Consumo - R\$ 95.513,01 (noventa e cinco mil quinhentos e treze reais e um centavo).

II. Segundo Acréscimo:

- a. PODER: 02 – Poder Executivo;
- b. ÓRGÃO: 02 07 – Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU;
- c. PROGRAMA: 10 302 1010 – Gestão Pública de Saúde;
- d. ATIVIDADE: 10 302 1010 4056 – Enfrentamento da Emergência de Saúde – Coronavírus (COVID-19);
- e. FONTE DE RECURSO: 0.2.22 – Recursos Destinados a enfrentamento de Calamidade Pública;
- f. FICHA/NATUREZA DA DESPESA: 955/3.3.90.30 – Material de Consumo - R\$ 67.854,42 (sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

Art. 3º - Para dar cobertura ao crédito mencionado no artigo 1º será utilizada a seguinte fonte de recursos:

I. Tendência de Excesso de Arrecadação, provenientes de recursos financeiros, no valor de R\$ 163.367,43 (cento e sessenta e três mil trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e três centavos), destinados a atender a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU, provenientes de transferência de recursos Federal e Estadual, conforme resolução nº 106/2020/SESAU-CIB e resolução nº 107/2020/SESAU-CIB.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor nesta data.

Palácio Laurita Fernandes Lopes, Espigão do Oeste/RO, 23 de abril de 2020.

NILTON CAETANO DE SOUZA

Prefeito Municipal

JACKELINE COELHO DA ROCHA

Procuradora Geral do Município

VALDINEIA VAZ LARA

Coordenadora Municipal de Planejamento e Orçamento

Publicado por:

Jackeline Coelho da Rocha

Código Identificador:307C9BCA

GABINETE DO PREFEITO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**AVISO DE REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO
PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL nº: 006/C.P.L/2020
PROCESSO Nº 1777/SEMAF/2019**

O Município de Espigão do Oeste, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações - CPL, torna público, para conhecimento dos interessados e, especialmente aos que RETIRAM O EDITAL da licitação, na modalidade Pregão na forma Presencial nº 006/2020, **ENCONTRA-SE REVOGADA CONFORME OS DECRETOS MUNICIPAL O AVISO DE SUSPENSÃO DO CERTAME, BEM COMO A REVOGAÇÃO NA FORMA PRESENCIAL, PASSANDO-SE PARA FORMA ELETRÔNICA ONDE SERÁ PUBLICADO NOVO AVISO DE LICITAÇÃO E EDITAL EM SUA FORMA ELETRÔNICA**, cujo objeto é: contratação de empresa especializada em serviços de **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA OU PRIVADA PARA CONCESSÃO REMUNERADA DA FOLHA DE PAGAMENTO, INCLUINDO O PAGAMENTO DE SALÁRIO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, MEDIANTE CRÉDITO EM CONTA. AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS SÃO AS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA- ANEXO I DESTA EDITAL**, media do valor da folha de pagamento de **R\$ 1.037.711,40 (Um milhão, trinta e sete mil, setecentos e onze reais e quarenta centavos)**, que iria ocorrer em **07/04/2020 às 09h**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste - RO, sito à Rua Alagoas nº 2688, no antigo prédio da Vigilância Sanitária, Bairro Vista Alegre. **Será publicado um novo edital com algumas alterações**, o mesmo encontrar-se-á a disposição dos interessados no endereço supracitado, de Segunda à Sexta Feira, no horário de expediente das 07 às 13 Horas, e no portal de transparência www.espiogaodoeste.ro.gov.br.

Espigão do Oeste-RO, 23 de abril 2020

ZENILDA RENIER VON RONDON

Pregoeira Oficial do Município

Decreto 4025/2019

Publicado por:

Zenilda Renier Von-Rondon

Código Identificador:7DF53AA1

GABINETE DO PREFEITO CAMARA MUNICIPAL DE ESPÍGÃO DO OESTE

PORTARIA Nº 043/GP/2020

NOMEIA A VEREADORA LIRVANI FAVERO STORCH PARA REPRESENTAR A CÂMARA MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DO CORONAVÍRUS COVID-19.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPÍGÃO DO OESTE-RO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 252, II, do Regimento Interno da Câmara, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 4371, de 18 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 4396, de 13 de abril de 2020.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Vereadora **Lirvani Favero Storch** para representar a Câmara Municipal de Espigão do Oeste na Comissão Municipal responsável pela elaboração do Plano de Contingência do Coronavírus COVID-19.

Art. 2º A Vereadora participará das reuniões da Comissão Municipal e acompanhará as ações e medidas adotadas pelo Poder Executivo para enfrentamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus Covid-19.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Palácio Romeu Francisco Melhorança, Gabinete da Presidência, 23 de abril de 2020.

JOVECI BEVENUTO SOUZA

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:

Elze Margareth Moreno

Código Identificador:C8DE87CD**GABINETE DO PREFEITO****DECRETO Nº 4402, DE 23 DE ABRIL DE 2020.**

Dispõe sobre novas medidas de prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente da COVID-19 no Município de Espigão do Oeste/RO, devido ao término do prazo de vigência estabelecido no Decreto nº 4376, de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto Municipal nº 4386, de 26 de março de 2020; altera dispositivos do Decreto Municipal nº 4376, de 23 de março de 2020; revoga o Decreto Municipal nº 4395/2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10, inciso XIV, e artigo 60, inciso IV, todos da Lei Orgânica do Município de Espigão do Oeste/RO, e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde declarou a infecção humana do Coronavírus (COVID-19) pandemia, com declaração de emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN);

CONSIDERANDO que o Ministro de Estado da Saúde declarou estado de transmissão comunitária do Coronavírus (COVID-19) em todo o território da federação, conforme portaria nº 454 de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a confirmação de caso positivo para o Coronavírus (COVID-19) no Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO o Decreto nº 24.961, de 17 de abril de 2020, do Governo do Estado de Rondônia, que altera, acrescenta e revoga dispositivos do Decreto nº 24.919, de 5 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a prerrogativa constitucional prevista no inciso II do art. 23, inciso I do art. 30, inciso I do art. 198 e inciso II do art. 200 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a prevenção é a única alternativa para assegurar a vida dos moradores do município de Espigão do Oeste e o art. nº 23 da Constituição Federal, estabelece no inciso II que: “é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública”;

DECRETA:

Art. 1º. Fica mantido o disposto no art. 1º, do, que “Declara Estado de Calamidade Pública no âmbito do município de Espigão do Oeste, Estado de Rondônia, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pela Novo Coronavírus, COVID-19 e dá outras providências”, com o objetivo de resguardar a saúde pública e o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no controle da propagação do Coronavírus, COVID-19.

**CAPÍTULO I
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E SERVIDORES**

Art. 2º. Fica determinado o retorno do atendimento ao público presencial, em todos os órgãos e entidade integrantes da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste, exceto os da Secretaria Municipal de Saúde, que permanecerão limitados ao indispensável a promoção e à preservação da saúde pública no

enfrentamento à epidemia causada pela pandemia, a partir do dia 27 de abril de 2020.

Art. 3º. As Secretarias Municipais ficam autorizadas a adotarem regime especial de trabalho, por meio de ato próprio da Secretaria, conforme a excepcionalidade de cada caso, inclusive a realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo Municipal, aos servidores públicos pertencentes ao grupo de risco.

Parágrafo único. O regime especial de trabalho poderá autorizar que os servidores que atuam nos serviços administrativos executem os trabalhos em regime de home office, regulados por telefone e canais eletrônicos de comunicação, como e-mails, WhatsApp, sistema de videoconferência entre outros, a fim de que municípios e servidores não necessitem deslocar-se até os prédios públicos de atendimento da Administração Municipal.

Art. 4º. Fica suspenso o deslocamento e viagens de servidores de todos os Órgãos e institutos da Administração Municipal, para fora dos limites do município, exceto as que sejam por consequência do trabalho realizado pela gestão municipal para controle da pandemia, ou tratamentos essenciais e urgentes de Saúde que não possam ser adiados, como o de saúdes crônicas.

Art. 5º. Servidores idosos com sessenta (60) anos ou mais, gestantes e os portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos poderão ser dispensados, mediante apresentação de declaração ou atestado médico, sem prejuízo de sua remuneração, ficando a critério dos mesmos a realização dos serviços em seus domicílios, em ocorrendo possibilidade.

§ 1º – Para os efeitos deste artigo, consideram-se doenças crônicas:

I – Doenças cardiovasculares;

II – Hipertensão;

III – Diabetes;

IV – Doença respiratória crônica;

V – Insuficiência renal crônica; e

VI – Câncer.

§ 2º - A chefia imediata estabelecerá as atividades a serem exercidas no sistema de trabalho em domicílio, em regime excepcional, com a indicação dos prazos de execução e o acompanhamento das entregas.

Art. 6º. É vedado ao servidor que esteja em “home office” ou dispensado de suas atividades por consequência de atestado médico ou por pertencer ao grupo de risco, não ficar em quarentena.

Parágrafo único – O servidor que descumprir e realizar viagem, participar de eventos como reuniões e outros com aglomeração de pessoas, pescaria, atividade desportiva fora de sua residência, em sendo comprovado, este responderá procedimento disciplinar, resultante se comprovado em demissão e/ou perda da função pública;

Art. 7º. Permanecem suspensos os prazos de processos administrativos disciplinares, tomada de contas e sindicâncias que porventura estejam em andamento, até o dia 27 de abril de 2020.

Art. 8º. Aos servidores públicos municipais que possam apresentar sintomas do vírus ou casos em familiares que exista convivência de agente patogênico ou que está sob investigação epidemiológica, será emitido licença compulsória de 14 (quatorze) dias, ou até que comprove a ausência de infecção.

Art. 9º. Ficam suspensas licenças prêmios e férias de servidores da saúde, que por conveniência e necessidade do Secretário Municipal de Saúde que se convocados, deverão retornar as suas atividades, e gozar do direito em outro momento.

Art. 10. Os servidores municipais na condição de gestores dos contratos, deverão notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão, conscientizem seus funcionários quanto aos riscos e prevenção do COVID-19, e ainda quanto à necessidade de reportarem a ocorrência dos sintomas.

Parágrafo único – As obras e/ou serviços prestados por terceiro não deverão ter aglomeração de pessoas, caso ocorra deverá ser suspensa pelo gestor de contratos e/ou secretário da pasta.

Art. 11. O atendimento ao público presencial, em todos os órgãos e entidade integrantes da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste, deverão obedecer às regras descritas no art. 31, deste Decreto.

Art. 12. Os Secretários Municipais e os Dirigentes máximos das entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta adotarão as providências necessárias para, no âmbito de suas competências limitar o atendimento presencial ao público apenas aos serviços essenciais, observada a manutenção do serviço público, preferencialmente por meio de tecnologias que permitam a sua realização a distância.

Art. 13. Havendo necessidade, fica autorizado, a convocação de servidores que estejam no gozo de férias, licenças ou em regime de cedência, ao retorno de suas atividades, na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU.

§ 1º - Fica o Município autorizado a remanejar servidores entre Secretarias ainda que sejam diversas as funções exercidas, observada a área de conhecimento, bem como a capacidade mínima e aptidão do servidor para a realização do serviço.

§ 2º - Fica o Município de Espigão do Oeste autorizado a remanejar mão de obra terceirizada, em especial prestadores de serviço de obra, fiscal, limpeza e higienização, para execução dos respectivos serviços em áreas definidas como prioritárias neste Decreto, independentemente da secretaria à qual o respectivo contrato estar vinculado.

Art. 14. Aos servidores e aos empregados públicos municipais que tenham regressado, nos últimos 5 (cinco) dias ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de países, estados e municípios em que há transmissão comunitária do vírus da COVID-19, conforme boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, bem como aqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I - os que apresentem sintomas (sintomáticos) de contaminação pelo COVID-19, poderão ser afastados do trabalho, sem prejuízo de sua remuneração, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ficando ao cargo da chefia imediata autorizar ou conforme apresentação de Laud Médico; e

II - os que não apresentem sintomas (assintomáticos) de contaminação pelo COVID-19, poderão preferencialmente desempenhar, em domicílio, em regime excepcional, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, a contar do retorno, as funções determinadas pela chefia imediata, respeitadas as atribuições do cargo ou do emprego, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito da repartição pública, ficando ao cargo da chefia imediata analisar o caso para autorização.

§ 1º - A efetividade do servidor ou do empregado público a que tenha sido aplicado o regime de trabalho de que trata o inciso II deste artigo dependerá do cumprimento das metas e dos níveis de produtividade estabelecidos pela chefia imediata, com a chancela do Secretário da Pasta ou Dirigente da Entidade, devendo apresentar o mesmo desempenho funcional.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos órgãos ou às entidades que, por sua natureza ou em razão do interesse público desenvolvam atividades de indispensável continuidade, como as unidades de saúde, arrecadação, fiscalização, coleta de lixo, vigia, e, sem prejuízo de outras atividades (a juízo dos respectivos dirigentes), as quais deverão ser priorizadas com as medidas emergenciais de higiene e assepsia.

§ 3º - O prazo máximo para o sistema de trabalho em domicílio, em regime excepcional, é de 15 (quinze) dias, com a possibilidade de ser prorrogado por ato de cada gestor, por decisão fundamentada.

§ 4º - Na unidade administrativa que tiver contato próximo com servidor contaminado pelo novo Coronavírus, o titular do Órgão ou da Entidade fica autorizado a estabelecer o sistema de trabalho em domicílio, em regime excepcional, sem a observância dos critérios relacionados nos incisos do caput, com o dever de comunicar esse fato imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.

Art. 15. A autoridade gestora de cada Pasta, observado o período aquisitivo de férias do servidor, poderá determinar a sua fruição, ou flexibilização da jornada com efetiva compensação.

§ 1º - As reuniões administrativas serão, preferencialmente, não presenciais (virtuais) utilizando-se dos meios tecnológicos de informação e de comunicação disponíveis.

§ 2º - Os servidores que estiverem em fruição de férias, os termos do *caput*, não poderão se ausentar da Comarca de Espigão do Oeste, podendo ser convocado para o trabalho a qualquer momento.

Art. 16. Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para a contratação de profissionais e pessoas jurídicas da área de saúde, aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, nos termos do art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§ 1º - Fica determinado o contingenciamento de despesas no âmbito das Secretarias Municipais e autorizado o contingenciamento para composição de reservas e suplementações para a Secretaria de Saúde, no montante que for necessário para garantir as medidas de emergência e enfrentamento do COVID-19 necessárias.

CAPÍTULO II

DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 17. Permanecem suspensas até a data de 25 de abril de 2020, as atividades educacionais em todas as instituições das redes de ensino pública, ficando determinado a reorganização do Calendário Escolar do ano letivo de 2020, para as escolas da Rede Pública Municipal de Espigão do Oeste/RO, adequando o ensino em regime especial, com oferta de aulas não presenciais, como medida de enfrentamento à COVID-19 e combate à situação de emergência de saúde pública.

§ 1º - Considerando essa situação emergencial, os docentes, inclusive os que atuam na Sala de Recurso Multifuncional, e a equipe pedagógica das escolas passam a desenvolver suas atividades em regime de tele trabalho, permanecendo os gestores em regime presencial, a exceção daqueles em situação de risco que também ficarão em regime de tele trabalho.

§ 2º - O plano de trabalho de cada servidor será definido juntamente com o diretor da escola na qual está lotado, com a orientação e supervisão da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º - O período de 17 a 31 de março de 2020 foi contabilizado como recesso escolar, devendo ser informado no Diário Eletrônico: Recesso Escolar com amparo no Decreto Municipal nº 4376/2020.

Art. 18. As atividades escolares não presenciais, realizadas durante o regime especial de aula, visando à organização dos dias letivos e a contabilização da carga horária mínima anual, terá a seguinte organização:

I - ser planejada, elaborada e monitorada, com a colaboração dos docentes e equipe pedagógica, com ações pedagógicas e administrativas que viabilizem a disponibilização de material didático de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e/ou familiares;

II - divulgação do referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III - preparação de material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidades de execução, sendo autoinstrucional, por meio de videoaula, conteúdos disponibilizados em plataformas virtuais, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades escolares por parte dos estudantes;

IV - monitoramento do acesso do estudante nos meios pelos quais as aulas e atividades forem disponibilizadas.

§ 1º Os conteúdos ministrados durante o regime especial, com atividades escolares não presenciais, poderão compor, a critério de cada escola a nota das avaliações.

§ 2º No caso das aulas remotas veiculadas por meio de aplicativos de sala virtual, essas são gravadas e ficam disponibilizadas para acesso posteriormente.

Art. 19. O regime especial de aula caracterizado pela oferta de atividade escolar não presencial, será contabilizado como hora letiva, sendo ofertada por meio de:

I - aulas remotas;

II - videoaulas;

III - material impresso e disponibilizado pela escola;

IV - orientação com cronograma de utilização do material didático do estudante;

V - outros definidos pela escola que permita ao estudante o acesso aos conteúdos.

§ 1º - Compreende os meios pelos quais se dará o regime especial de aula: Google Classroom, WebeX, Whatsapp, Telegram, Facebook, Google Meet, Zoom, Microsoft Teams, Revisa Enem, dentre outros.

§ 2º - O docente, o supervisor escolar e ou coordenador pedagógico e o orientador educacional acompanharão as aulas e definirão a melhor maneira de interagir com os estudantes, juntamente com a direção da escola.

§ 3º - Dentre as atividades de interação com o estudante, os docentes definirão cronograma de plantão tira dúvidas.

§ 4º - Aos estudantes que não consigam participar das atividades do regime especial de aula, no retorno as aulas presenciais será definido Plano de estudo a fim de assegurar a cada um o direito à aprendizagem.

§ 5º - As escolas e ou as turmas que deram continuidade as atividades educacionais de forma não presencial, e que atenda ao disposto no artigo 15 desta Portaria, deverão contabilizar essas horas como letivas.

§ 6º - Todo o planejamento e o material didático adotado e disponibilizado deverão estar em conformidade com o Projeto Pedagógico da escola e deverá contemplar os conteúdos programados para o período letivo.

§ 7º - O registro das aulas no Diário Eletrônico será realizado pelo docente que leciona o componente curricular e validado pela equipe gestora e pedagógica de cada unidade escolar.

Art. 20. As escolas se organizarão da seguinte forma:

I - orientação de atividades dirigidas utilizando o livro didático;

II - disponibilização de atividades impressas;

III - sugestão de plataformas com atividades compatíveis com o ano escolar e o desenvolvimento dos estudantes, como uma ação complementar e não obrigatória;

IV - definição e divulgação de cronograma para entrega dos itens dos incisos I e ou II aos pais e responsáveis e das datas de devolução das atividades realizadas pelos estudantes pelos pais ou responsáveis.

Parágrafo único. A escola definirá se o período de recebimento das devolutivas das atividades escolares será semanal ou quinzenalmente, da mesma forma que o repasse delas para os docentes.

Art. 21. Avaliação da aprendizagem deverá ser definida pela Secretaria Municipal de Educação e informado aos pais ou responsáveis, podendo inclusive, ocorrer por meio tecnológico, sendo os resultados participados aos estudantes e pais/responsáveis após o retorno das atividades presencialmente.

Parágrafo único. As avaliações tradicionais ou provas escritas estão temporariamente suspensas, enquanto perdurar essa excepcionalidade de calamidade pública, cabendo ao professor aferir o conhecimento através da observação das atividades realizadas pelos alunos.

Art. 22. A reorganização do Calendário Escolar compreenderá quantos dias forem necessários ao cumprimento da carga horária mínima anual constante na Matriz Curricular que a escola desenvolve, em atendimento ao disposto na Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020 e na Resolução nº 1253/20-CEE/RO.

§ 1º - Para a reorganização do Calendário Escolar será realizado levantamento do déficit da carga horária por componente curricular, definição da estratégia a ser adotada para a reposição das horas letivas e se calculará o número de dias necessários ao cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º - Na reorganização do Calendário Escolar será contemplado, excepcionalmente neste ano letivo de 2020 as seguintes estratégias:

I - aulas aos sábados e feriados; e

II - aulas no contra turno.

§ 3º - O calendário escolar reorganizado será informado à comunidade escolar, com registro em ata e submetido à aprovação do Conselho Escolar, para posterior validação pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º - A Secretaria Municipal de Educação orientará as equipes gestoras e pedagógicas nessa reorganização, devendo o parecer favorável e o Quadro Resumo ser enviado para validação pelo Titular da pasta.

§ 5º - Na reorganização do calendário das escolas que tenha estudantes que utilizam o transporte escolar, o município deverá assegurar a oferta desse serviço aos mesmos.

Art. 23. No processo de reorganização dos calendários escolares deve ser assegurado que a reposição de aulas e a realização de atividades escolares possam ser efetivadas de forma que se preserve o padrão de qualidade previsto no inciso IX do artigo 3º da LDB e inciso VII do artigo 206 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III

DAS RESTRIÇÕES A EVENTOS E ATIVIDADES EM LOCAIS PÚBLICOS OU DE USO PÚBLICO

Seção I

Das Congregações Religiosas, Igrejas, Templos, Doutrinas e Demais

Art. 24. Permanecem suspensos os encontros em igrejas, templos, residências, demais estabelecimentos religiosos, como missas, cultos, encontro de células, ou outra cerimônia de qualquer doutrina, fé ou credo, que resultem em aglomeração com mais de 5 (cinco) pessoas até o dia 24 de abril de 2020.

Art. 25. A partir do dia 25 de abril de 2020 poderão os Ministros religiosos abrir as igrejas, templos, residências, demais estabelecimentos religiosos, como missas, cultos, encontro de células, ou outra cerimônia de qualquer doutrina, fé ou credo, sendo que todos os signatários devem se comprometer em observar, além das regras descritas no art. 31, deste Decreto, as seguintes recomendações:

I - Manter distanciamento aproximado de 2m (dois metros) entre os participantes das missas, cultos, encontro de células, ou outra cerimônia de qualquer doutrina, fé ou credo.

II - Não permitir a participação das pessoas que figurarem nos grupos de risco (idosos com sessenta (60) anos ou mais, gestantes e os portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos).

III - Determinarem a utilização de máscaras por todos que se fizerem presentes nas missas, cultos, encontro de células, ou outra cerimônia de qualquer doutrina, fé ou credo, não permitindo a entrada daqueles que não possuírem máscaras, ou oferta-las na entrada.

IV - O número de pessoas nos templos será proporcional à 30% (trinta por cento) da capacidade do espaço físico, atendendo ao distanciamento aproximado de 2m (dois metros) entre os presentes.

V - Higienização antes e depois das missas, cultos, encontro de células, ou outra cerimônia de qualquer doutrina, fé ou credo.

VI - Colocar à disposição dos participantes álcool gel 70% (setenta por cento) em pontos estratégicos e de fácil acesso.

VII - Deverá ser evitado contatos corporais como abraços, beijos e aperto de mãos.

VIII - Caso seja identificada pessoa no templo com sintomas de coronavírus (COVID-19), como tosse, coriza, dor de garganta e/ou febre, não será permitida a participação no culto e será orientada a procurar às autoridades sanitárias municipais, através do telefone (069) 3912-8039, a fim de que possam ser realizados os diagnósticos com brevidade.

IX - Organizar eventual fila para que haja um distanciamento entre as pessoas.

X - Os cultos e reuniões terão a duração máxima de 1h e 30m (uma hora e trinta minutos).

XI - Entre a realização de um culto e outro, deverá haver um intervalo de 01h (uma hora), para que o ambiente seja higienizado, tempo esse que impossibilitará o contato das pessoas do culto anterior com o culto posterior.

XII - A realização de no máximo 03 (três) missas, cultos, encontro de células, ou outra cerimônia de qualquer doutrina, fé ou credo, por semana, desde que observado o tempo de 01h (uma hora), entre um evento e outro, bem como o distanciamento de aproximadamente 2m (dois metros) entre os participantes.

Seção II

Dos Velórios

Art. 26. Os velórios serão realizados exclusivamente na capela do cemitério municipal, com número reduzido de pessoas, em sistema de rodízio, bem como carecerão de disponibilizar dispensadores com

álcool 70% (setenta por cento), gel antisséptico, em locais visíveis e fácil acesso, mantido ventilados os ambientes de uso coletivo, e observar a distância mínima entre pessoas, de 2 (dois) metros.

§ 1º - Caso o óbito seja por Coronavírus (COVID-19), o velório deve ocorrer sem concentração de pessoas.

§ 2º - Sendo a causa morte outra, limita-se o público ao velório à presença máxima de 15 (quinze) pessoas por sala, sendo seu funcionamento permitido somente das 07h00 às 22h00 horas.

Seção III

Dos Eventos

Art. 27. Permanecem suspensos no Município de Espigão do Oeste, até a data de 15 de maio de 2020:

a) a realização de eventos e de reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, com mais de 5 (cinco) pessoas, exceto reuniões de governança para enfrentamento da epidemia no âmbito municipal;

b) a permanência e trânsito de pessoas em áreas de lazer e convivência, pública ou privada, inclusive em condomínios e residenciais, com objetivo de promover atividade física, passeios, eventos esportivos, eventos de pescas e outras atividades que envolvam aglomerações, exceto quando necessário para atendimento de saúde, humanitário ou se tratar de pessoas da mesma família que coabitam;

c) o funcionamento de teatros, ginásios, campos e quadras de esportes coletivos públicos e privados, banhos/balneários, casas de shows e boates, casas noturnas e demais estabelecimentos dedicados à realização de festas, eventos ou recepções;

d) eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público;

e) a utilização de restaurantes e lanchonetes para realização de atividades de natureza recreativa ou de lazer, tais como jogos de baralho, dominó e afins.

§ 1º. Os estabelecimentos listados neste artigo deverão manter fechados os acessos do público ao seu interior.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica às atividades internas dos estabelecimentos indicados neste artigo, bem como à realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares e os serviços de entrega de mercadorias (delivery).

Art. 28. Fica suspensa a emissão de alvarás de autorização para eventos temporários, durante o período que pendurar o estado de calamidade pública.

CAPÍTULO IV

DOS EMPREENDIMENTOS PRIVADOS

Art. 29. Sem prejuízo dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços já autorizados a funcionar, a partir da data de 25 de abril de 2020, ficam autorizados a funcionar:

I. açougues, panificadoras, distribuidoras, supermercados, atacadistas, ou qualquer estabelecimento do ramo alimentício, de materiais de saúde e materiais de construção civil;

II. agências bancárias, cooperativas de crédito, lotéricas, caixas eletrônicos e serviços de pagamentos, de crédito e de saques e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;

III. serviços funerários, clínicas de atendimento na área da saúde, clínicas odontológicas, laboratórios de análises clínicas, farmácias, consultórios veterinários e óticas;

IV. postos de combustíveis;

V. indústrias, fábricas, frigoríficos, laticínios e armazéns, lojas de máquinas e implementos agrícolas;

VI. obras e serviços de engenharia e lojas de materiais de construções;

VII. oficinas mecânicas, autopeças e serviços de manutenção;

VIII. hotéis e hospedarias;

IX. escritórios de contabilidade, advocacia e cartórios;

X. bares, restaurantes e lanchonetes, exceto self-service;

XI. lojas de equipamentos de informática, de eletrodomésticos, de confecções e calçados, livrarias, papelarias, armarinhos, perfumarias, óticas e relojarias;

XII - concessionárias, locadoras e vistorias de veículos, auto escolas;

XIII - lojas de máquinas e implementos agrícolas;

XIV. academias comuns e de artes marciais;

a) as academias de musculação, ginástica e centros de treinamentos, deverão funcionar com redução de 50 (cinquenta por cento) dos alunos por horário/turma, com como disponibilizar máscara, luva e recipiente com álcool 70% (setenta por cento) para cada aluno, sem prejuízo de observar o disposto no artigo 31 deste Decreto.

b) partir do retorno das atividades das Academias de KARATE, ou outra arte marcial, todos deverão, ainda, observar o distanciamento entre 1.5 a 2.0m entre os participantes; não fazer treinos de kumite; fazer Kata e kihon individualmente; manter a Academia ventilada; os alunos devem usar sua própria água (garrafas); deve ser feita a higienização de todo espaço (cadeiras, sofá, bancadas inclusive TATAME) a cada aula; todos devem usar máscara durante os treinos e durante a permanência na Academia.

XV – gráficas, entidades e empresas que prestam serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados;

XVI – lavadores de veículos;

XVII – cabeleireiros, barbearias e salões de beleza e estéticas, mediante horário marcado, com atendimento individual.

§ 1º - As atividades autorizadas deverão adotar as providências previstas no artigo 31 deste Decreto, como condição para permanência de suas atividades.

§ 2º - Os empreendimentos deverão na sua totalidade disponibilizar sistema de atendimento eletrônico, ou por telefone, bem como entrega em domicílio.

§ 3º - Todos os demais empreendimentos que exercem atividades na cidade e que não estão listados neste artigo, encontram-se com suas atividades SUSPENSAS pelo período previsto neste Decreto de Calamidade Pública, de forma excepcionalíssima, com o objetivo de resguardar o interesse público e a saúde coletiva.

§ 4º - As lojas varejistas, restaurantes, lanchonetes e serviços não excepcionadas neste artigo poderão realizar vendas on-line com possibilidade de retirada no local ou ofertar serviços de entrega em domicílio, desde que o entregador esteja utilizando máscara, luvas e realizado a higienização com álcool líquido ou em gel 70% (setenta por cento) no veículo ou no baú de entrega, se for o caso.

Art. 30. Fica autorizado o transporte de táxi e motoristas de aplicativos sem exceder à capacidade de 1 (um) motorista e 2 (dois) passageiros e com uso de máscaras por todos os ocupantes;

I - os concessionários e permissionários do transporte coletivo e seletivo por lotação, bem como a todos os responsáveis por veículos do transporte coletivo e individual, público e privado, de passageiros, inclusive os de aplicativos, deverão adotar, no mínimo, as seguintes medidas:

a) a realização de limpeza minuciosa diária dos veículos com utilização de produtos que impeçam a propagação do vírus, como álcool líquido 70% (setenta por cento), solução de água sanitária, quaternário de amônio, biguanida ou glucoprotamina;

b) a realização de limpeza constante de superfícies e pontos de contato com as mãos dos usuários, como roleta, bancos, balaústres, corrimão e apoios em geral, com álcool líquido 70% (setenta por cento) a cada viagem no transporte individual e, no mínimo, a cada turno no transporte coletivo;

c) a realização de limpeza contínua com álcool líquido 70% (setenta por cento) dos equipamentos de pagamento eletrônico (máquinas de cartão de crédito e débito), após cada utilização;

d) a disponibilização, em local de fácil acesso aos passageiros, preferencialmente, na entrada e na saída dos veículos, de álcool em gel 70% (setenta por cento);

II - a circulação com janelas e alçapões de teto que devem ser mantidos abertos, visando manter o ambiente arejado, sempre que possível;

III - a utilização, preferencialmente, para a execução do transporte e montagem da tabela horária, veículos que possuam janelas passíveis de abertura (janelas não lacradas), utilizando os demais veículos apenas em caso de necessidade e para fins de atendimento pleno da programação de viagens;

IV - constante higienização do sistema de ar-condicionado;

V - adoção de cuidados pessoais pelos motoristas e cobradores, sobretudo da lavagem das mãos ao fim de cada viagem realizada, da utilização de produtos assépticos durante a viagem, como álcool em gel 70% (setenta por cento), e da observância da etiqueta respiratória;

VI - fixação, em local visível aos passageiros, de informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção do COVID-19.

§ 1º - Fica autorizada a utilização de mototáxi, na forma do *caput* deste artigo, e caso for autorizada, atenda as seguintes condições:

I - o passageiro utilize máscara e o próprio capacete, sendo vedado ao condutor portar capacete extra;

II - o condutor utilize máscara; e

III - seja realizada higienização, a cada viagem, com álcool líquido 70% (setenta por cento) do:

a) assento e alça de segurança da motocicleta; e

b) colete e capacete do condutor.

§ 2º - O transporte coletivo de passageiros em todo o território do município de Espigão do Oeste, incluindo o intermunicipal de passageiros, público ou privado, deverá ser realizado sem exceder à metade da capacidade de passageiros sentados, observadas as medidas de prevenção previstas no inciso I, do *caput*, deste artigo.

Seção I

Do funcionamento dos empreendimentos autorizados

Art. 31. Os estabelecimentos do comércio e serviços autorizados ao funcionamento, na forma do art. 24º deste Decreto, deverão adotar as seguintes medidas, cumulativas:

I - Higienizar, a cada 2 (duas) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (corrimão de escadas rolantes e de acessos, maçanetas, portas, inclusive de elevadores, trinco das portas de acesso de pessoas, carrinhos, etc.), preferencialmente com álcool em gel 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, bem como com biguanida polimérica, quartenário de amônio, peróxido de hidrogênio, ácido peracético ou glucopratamina;

II - Higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada 2 (duas) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes e banheiro, preferencialmente com álcool em gel 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, bem como com biguanida polimérica, quartenário de amônio, peróxido de hidrogênio, ácido peracético ou glucopratamina;

III - manter à disposição e em locais estratégicos, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local; e

IV - Manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, quando possível, manter pelo menos uma janela externa aberta, contribuindo para a renovação de ar.

V - Disponibilizar todos os insumos e equipamentos de proteção individual, como:

a) locais com água e sabão para lavar as mãos com frequência e/ou disponibilização de álcool 70% (setenta por cento); e

b) luvas, máscaras e demais equipamentos recomendados para a manutenção de higiene pessoal dos funcionários, distribuidores e demais participantes das atividades;

VI - Fazer uso de barreiras de proteção descartáveis e de uso único nos equipamentos compartilhados entre pessoas;

VII - Proibir e controlar o ingresso de clientes com sintomas definidos como identificadores do COVID-19;

VIII - Determinar e fiscalizar a distância, mínima, de 2 m (dois metros), entre os funcionários e clientes que utilizam das atividades do estabelecimento;

IX - Controlar e permitir a entrada apenas de clientes com máscaras ou ofertá-las a todos na entrada do estabelecimento;

X - Designar um funcionário para efetuar os cuidados com a higienização evitar a formação de aglomerações nos locais de acesso (entrada e saída do estabelecimento);

XI - Dispensar a presença física dos trabalhadores enquadrados nos grupos de riscos, podendo ser adotado teletrabalho, férias individuais e coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados e outras medidas estabelecidas no art. 3º da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, adotando para os demais trabalhadores sistemas de escalas, revezamentos de turnos e alterações de jornadas, com o objetivo de reduzir fluxo, contatos e aglomerações;

XII - Limitar a 40% (quarenta por cento) da área de circulação interna de clientes, não computando área externa e administração, sendo no caso de filas fora do estabelecimento, os clientes deverão manter distância de, no mínimo, 2 m (dois metros) um do outro, cabendo a

responsabilidade ao proprietário de manter a ordem e o distanciamento deles na área externa da loja;

XIII - Manter o respeito ao afastamento social, limitando em seus ambientes o quantitativo de pessoas conforme a área comum de circulação, sendo uma a cada 10 (dez) metros quadrados, devendo os estabelecimentos fixarem em suas entradas o quantitativo máximo de pessoas permitidas a adentrarem no ambiente;

XIV - Restringir a entrada de pessoas nos estabelecimentos quando atingido o limite de acesso descrito no inciso anterior, sendo o responsável pelo estabelecimento o controle de acesso, tanto interno quanto externo.

XV - Estabelecer limites quantitativos para a aquisição de bens essenciais à saúde, à higiene e à alimentação, para evitar o esvaziamento do estoque de mercadorias, visando que todos os consumidores tenham acesso aos produtos; e

XVI - No caso de hotéis e hospedarias, o serviço de café da manhã, almoço, jantar e afins deverão ser servidos de forma individualizada na própria acomodação do hóspede, sendo obrigatório o uso dos equipamentos e insumos pelos funcionários dos estabelecimentos.

§ 1º - As lojas de conveniência, inclusive aquelas localizadas junto aos postos de combustível, não poderão manter mesas e cadeiras ou fornecer produtos para consumo no local do estabelecimento.

§ 2º - O funcionamento das lojas dos estabelecimentos previstos no art. 23º deste Decreto deve ser realizado com equipes reduzidas e com restrição ao número de clientes concomitantemente, como forma de controle da aglomeração de pessoas.

§ 3º - Fica vedado o funcionamento de brinquedotecas, espaços kids, playgrounds, e espaços de jogos, eventualmente existentes nos estabelecimentos previstos no art. 23º deste Decreto.

§ 4º - Nos empreendimentos de do ramo alimentício, que processem alimentos, tais como restaurantes, cafeterias, lanchonetes, churrascarias e congêneres, além das regras dos incisos do *caput* deste artigo, deverão:

a) realizar limpeza minuciosa e periódica de todos os equipamentos, móveis, peças e utensílios do estabelecimento;

b) promover a higienização das mesas e cadeiras sempre que terminado um atendimento e antes da disponibilização da mesa ao próximo consumidor;

c) não permitir que o cliente utilize a modalidade self-service, devendo os utensílios de uso comum, tais como conchas, espátulas, pegadores, escumadeiras, bandejas, serem manuseados apenas por funcionários, que deverão utilizar luvas, máscaras, toucas e demais equipamentos recomendados para manutenção da higiene pessoal;

d) dispor para uso dos entregadores, caso o estabelecimento ofereça serviço de entrega a domicílio, máscaras faciais e, preferencialmente, promover mecanismos que não necessitem do toque do entregador nos itens da entrega e, promover higienização e assepsia dos instrumentos de uso comum a cada entrega.

e) prezar pelo afastamento social, pela manutenção da distância mínima de 2 (dois) metros entre os usuários, clientes ou frequentadores, entre as mesas e locais de uso comum, e limitar o ingresso de pessoas a 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do estabelecimento, conforme avaliação técnica do Corpo de Bombeiros.

f) manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

g) manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel 70% (setenta por cento) e toalhas de papel não reciclado;

h) fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento, aguardando mesa.

§ 5º - Os estabelecimentos e atividades em que necessitem de itens de utilização comuns entre os usuários, tais como em centros de estética e salões de cabeleireiros, barbearias, manicures e pedicures, academias de ginástica e musculação, táxis e transporte por aplicativos, dentre outros, os instrumentos e os locais de realização das atividades deverão obrigatoriamente serem higienizados imediatamente após o uso pelo usuário.

CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO E PRECALÇÃO

Art. 32. O munícipe residente no Município de Espigão do Oeste/RO que tomar conhecimento de pessoa que se encontra de passagem ou residente, proveniente de outro países ou Estados de risco ou de alta incidência do Coronavírus, com quadro de suspeita de contaminação pelo coronavírus, deve comunicar às autoridades sanitárias municipais, através do telefone (069) 3912-8039, a fim de que possam ser realizados os diagnósticos com brevidade.

Parágrafo único: Mesmo a pessoa não apresentando os sintomas da doença, deverá permanecer em isolamento domiciliar por no mínimo 14 (quatorze) dias.

Art. 33. Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso X, do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e do Decreto Estadual nº 22.664, de 14 de março de 2018, sujeitando-se às penalidades previstas em ambos os normativos.

Art. 34. Fica vedado o compartilhamento de utensílios usuais em especial aos jovens, tais como Chimarrão, tererê e narguilé.

Art. 35. Ficam **SUSPENSOS** os serviços públicos, enquanto perdurar a situação de calamidade pública;

I. Atendimento nas creches municipais e área de convivência de idoso;
II. As atividades de capacitação, treinamento, seminários, oficinas, encontros, conferência, realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal, direta e indireta, que impliquem a aglomeração de pessoas, exceto as de extrema relevância a tratar da pandemia.

III. As ações públicas ou eventos coletivos que causem aglomerações em áreas públicas ou privadas, internas ou externas;

IV. Autorizações para o evento privados;

V. Visitação a presídios e abrigo para menores;

VI. Abertura de parques de exposição, turísticos, praça e locais de eventos ao ar livre;

VII. Eventos culturais, cinema, teatro;

VIII. Eventos esportivos;

IX. Inaugurações e atos da prefeitura, exceto nos casos que não tenham a presença do público;

X. Abertura de balneários, banhos, lagoas e parques aquáticos;

XI. Visita hospitalares e em asilos, assim como atividades que envolvam grupos da terceira idade, projetos sociais, casas de convivência, entre outros que o Município julgar necessário;

XII. As atividades esportivas, pesca esportiva e outras que possam ser objeto de aglomeração por consequência.

Parágrafo único. As feiras livres funcionarão somente em locais cobertos (barracões) e, desde que obedecidas as regras de higiene estabelecidas neste decreto, além das orientações e normas baixadas pelos órgãos centrais dos sistemas que disciplinam atividades e funções sob sua competência.

Art. 36. Fica determinado que na circulação e permanência de pessoas em espaços e vias públicas é obrigatório:

I – o uso geral de máscaras faciais quando o cidadão deixar sua residência, devendo ser utilizadas em locais públicos e de uso comum no Município de Espigão do Oeste;

II – o afastamento social de 2 (dois) metros entre os cidadãos, devendo cada um respeitar o afastamento do outro, salvo atividades que dependam de contato, as quais deverão tomar medidas de higienização e proteção individual.

Art. 37. Fica restringida a circulação dos cidadãos pertencentes ao grupo de risco, permitido apenas em deslocamentos estritamente necessários para realização de atividades essenciais.

§ 1º Considera-se como grupo de risco, os idosos com 60 (sessenta) anos ou mais, gestantes, imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas (hipertensão, diabetes, doença respiratória crônica, insuficiência renal crônica, doenças cardiovasculares e câncer).

§ 2º Para fins do disposto neste artigo considera-se como atividades essenciais aquelas voltadas à aquisição de gêneros alimentícios, medicação e socorro médico.

Art. 38. Os estabelecimentos que desenvolvem serviços públicos e atividades essenciais poderão reservar horário e espaço exclusivo, limitar o quantitativo de caixas e terminais de autoatendimento disponíveis no estabelecimento para o atendimento das pessoas que integram o grupo de risco, recomendando-se a adoção dos seguintes horários:

a) Agência bancárias: das 9:00h às 10:00h;

b) Casas lotéricas: 08:00h às 09:30h.

Art. 39. Fica determinado que o horário de funcionamento geral das atividades comerciais e de serviços será das 06:00 às 20:00, exceto para as atividades previamente estabelecidas como essenciais, e sem atendimento ao público.

Art. 40. Ficam **AUTORIZADOS** a serem realizadas em todas as vias que deem acesso o perímetro municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, condicionado a parecer da Comissão Municipal responsável pela elaboração do Plano de Contingência do Coronavírus COVID-19, criada pelo Decreto nº 4371, de 18 de março de 2020:

I – Bloqueios “barreiras sanitária”, realizando com agentes de endemias, fiscais sanitários, tributários e/ou requisitar quaisquer outros servidores que possam exercer a atividade;

II – Utilização de máquinas pesadas, a fim de fechar a entrada e saída da cidade entre as **22h e 06h**, aumentando assim o controle;

III – Produção e entrega de informativo, bem como só permitir a entrada de morador, ou que possua parente e/ou afinidade, desde que com declaração de que irá cumprir a quarentena, firmada pelo dono do domicílio e o visitante; e

IV – Controlar a entrada e descarga de mercadoria evitando contato

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Fica autorizada a Secretaria Municipal de Saúde, limitando-se ao indispensável a promoção e à preservação da saúde pública no enfrentamento à epidemia causada pela pandemia, mediante ato fundamentado do Secretário, observados os demais requisitos legais:

I. Requisite bens ou serviços de pessoas naturais e jurídicas, em especial de médicos e outros profissionais da saúde e de fornecedores de equipamentos de proteção individual (EPI), medicamentos, leitos de UTI, produtos de limpeza, dentre outros que s e fizerem necessários;

II. Importe produtos sujeitos à vigilância sanitária s em registro na ANVISA, desde que registrados por autoridade sanitária estrangeira e estejam previstos em ato do Ministério da Saúde;

III. Adquirir bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de corrente do COVID-19 (novo Coronavírus), mediante dispensa de licitação, observado o disposto no art. 4º da Lei Federal nº13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Parágrafo único - Sempre que necessário, a Secretaria solicitará o auxílio de força policial para o cumprimento do disposto no inciso I.

Art. 42. Os parâmetros, destinados ao cumprimento das medidas de emergências no âmbito do Município de Espigão do Oeste, previstos no artigo 28 e seguintes do Decreto Municipal nº 4.376, de 23 de março de 2020 permanecem em vigor.

Art. 43. Fica vedada a realização de quaisquer despesas que dependam de recursos próprios, se a anuência do chefe do Executivo Municipal, devendo eivar todos os esforços na área de saúde pública.

Art. 44. As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto, e o seu descumprimento acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei ou ato normativo próprio.

Parágrafo único. Caminhadas, passeios a pé ou de bicicleta, devem ser realizados sem desprezar o distanciamento físico, uma vez que, em atividades físicas ao ar livre, as simulações computadorizadas apontam que há risco potencial em determinadas distâncias e modalidades.

a) Caminhada: simulação aponta risco quando a distância é inferior a entre 4 e 5 metros da pessoa que está à sua frente;

- b) Corrida: simulação aponta risco quando a distância é inferior a 10 metros da pessoa que está à sua frente;
 c) Pedalada: simulação aponta risco quando a distância é inferior a 20 metros da pessoa que está à sua frente.

Art. 45. A fiscalização das disposições deste decreto será exercida pela Fiscalização de Posturas, Fiscalização Tributária, Fiscalização Sanitária, Fiscalização Ambiental, Fiscalização de Trânsito, bem como com o apoio dos demais órgãos de fiscalização e forças policiais do Governo, por meio da aplicação de suas legislações específicas.

Art. 46. O descumprimento das medidas tratadas neste Decreto acarretará nas sanções impostas do art. 268 do Código Penal Brasileiro, bem como àquelas previstas no Decreto nº 4399, de 17 de abril de 2020, sem prejuízo de demais sanções previstas na legislação nacional.

Art. 47. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, acrescentando-se outras, a depender da fase epidemiológica do contágio e da evolução dos casos no Município.

Art. 48. Ficam revogados os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, todos do Decreto Municipal nº 4376, de 23 de março de 2020.

Art. 49. Fica revogado o Decreto Municipal nº 4395, de 13 de abril de 2020.

Art. 50. Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Espigão do Oeste/RO, 23 de abril de 2020.

NILTON CAETANO DE SOUZA
 Prefeito Municipal

JACKELINE COELHO DA ROCHA
 Procuradora Geral do Município

Publicado por:
 Jackeline Coelho da Rocha
Código Identificador:E83FE1C0

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA
 MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE
 RESOLUÇÃO Nº 04, DE 22 DE ABRIL DE 2020**

**DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE MANUAL
 DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS NO
 ÂMBITO DESTES INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA.**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE – RO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do disposto no artigo 69, da Lei nº 1.796/2014,

Considerando a necessidade de regulamentar o sistema de controle de contratos no Instituto de Previdência de Espigão do Oeste, estabelecendo as atribuições do gestor e do fiscal de contratos, além de disponibilizar algumas orientações sobre os procedimentos que devem ser adotados nas contratações realizadas, em especial, quanto a penalidades e rescisão contratual;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Manual de Gestores e Fiscais de Contratos, elaborado pela Unidade Central de Controle Interno.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Espigão do Oeste, 22 de abril de 2020.

WELITON PEREIRA CAMPOS

Presidente do IPRAM

Port. nº 010/GP/2017

Este texto não substitui o original publicado e arquivado no Instituto de Previdência Municipal.

Publicado por:
 Valquimar Dias de Oliveira
Código Identificador:03062AF8

**ESTADO DE RONDÔNIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE
 TEIXEIRA**

**COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
 AVISO DE SEGUNDA CHAMADA LICITAÇÃO PREGÃO
 ELETRÔNICO Nº 010/SUPEL/2020**

**AVISO DE SEGUNDA CHAMADA LICITAÇÃO PREGÃO
 ELETRÔNICO Nº 010/SUPEL/2020**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO, por intermédio da Comissão de Licitação e através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº. 034/GP/2020 do dia 26 de Fevereiro de 2020 torna público para conhecimento de empresas interessadas que realizará a segunda chamada da Licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica, Tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP** em conformidade com as disposições da Lei Federal nº. 10.520, de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações subsequentes, Lei Federal nº. 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal nº. 2.420/GP/2007 em virtude do cancelamento da licitação que equivocadamente havia sido marcada para o feriado. Objeto: **AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETOS ARMADOS DN=0,60,00M,CA-1, QUE VISA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONVENIO Nº029/19/FITHA CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA E O GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA.**

Proc. Administrativo nº 136-1/2020.

Data para cadastro de proposta: a partir das 10h00min. Do dia 23/04/2020.

Abertura de propostas dia 07/05/2020, às 09h00min.

Sessão de disputa, 07/05/2020, às 09h30min, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. O edital poderá ser obtido através do site www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br, através do E-mail: cpl@governadorjorgeteixeira.ro.gov.br ou na Comissão Permanente de Licitações, sito à Av Pedras Brancas, nº. 2676, Bairro Centro, de Segunda à sexta-feira 07h30min às 17h30min, exceto feriados, informações através do tel. (69) 3524-1182.

Gov. Jorge Teixeira, 23 de Abril de 2020.

FERNANDES LUCAS DA COSTA
 Pregoeiro Oficial

Publicado por:
 Fernandes Lucas da Costa
Código Identificador:D2E63A18

**COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
 AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
 011/SUPEL/2020**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO, por intermédio da Comissão de Licitação e através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº. 018/GP/2020 do dia 26 de Fevereiro de 2020 torna público para conhecimento de empresas interessadas que realizará Licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica, Tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº. 10.520, de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações subsequentes, Lei Federal nº. 123/2006 e 147/2014, Decreto

Municipal nº. 2.420/GP/2007. Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE CAMINHÃO PRANCHA, MOTONIVELADORA E PÁ CARREGADEIRA A SEREM UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS, ONDE A MESMA ESTARÁ TRABALHANDO NA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS COM TUBOS METÁLICOS, NAS ESTRADAS VICINAIS DO NOSSO MUNICÍPIO E DA SEDE DO MUNICÍPIO E NO DISTRITO DE COLINA VERDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**

Proc. Administrativo nº 249-1/2020.

Data para cadastro de proposta: a partir das 10h00min. Do dia 24/04/2020.

Abertura de propostas dia 06/05/2020, às 09h00min.

Sessão de disputa, 06/05/2020, às 09h30min, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. O edital poderá ser obtido através do site www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br, através do E-mail: cpl@governadorjorgeteixeira.ro.gov.br ou na Comissão Permanente de Licitações, sito à Av Pedras Brancas, nº. 2676, Bairro Centro, de Segunda à sexta-feira 07h30min às 17h30min, exceto feriados, informações através do tel. (69) 3524-1182.

Gov. Jorge Teixeira, 23 de Abril de 2020.

FERNANDES LUCAS DA COSTA

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Fernandes Lucas da Costa

Código Identificador:7CF8E9B0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EDITAL DE SEGUNDA CHAMADA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA-RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de Organizações da Sociedade Civil – OSC's, qualificadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações posteriores, para celebrar TERMO DE COLABORAÇÃO que tenha por objeto O presente edital tem por objeto a cedência de uma grade aradora hidráulica com 14 discos recorte de 14x26"pneus p/ transporte mod. GACR, maca PICCIN serie 18/04263, uma grade aradora hidráulica com 14 discos recorte. de 14x26"pneus p/ transporte mod. GACR, maca PICCIN serie 19/02510 uma carreta agrícola de pneus, marca TRITON, mod. tr-794, cap. 5 toneladas, com 01 (um) eixo, carroceria de madeira serie : 85398 um trator de pneus, ls 4 cilindros, potência de 80 cv, tração 4 x 4, rotação de tomada de força 540rpmx750rpm, **chassi:2494011202** um trator de pneus, ls 4 cilindros, potência de 80 cv, tração 4 x 4, rotação de tomada de força 540rpmx750rpm, **chassi:2494011202**, através do processo 133-1/2020, adquiridos pela Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária- SEAGRI, através de Emenda Parlamentar, para atender as necessidades dos pequenos produtores rurais com infraestrutura básica.

O envelope contendo a Proposta de Plano de Trabalho e a Declaração a que se refere o modelo previsto nos Anexo deste Edital deverá ser entregue impreterivelmente às 10h30min, do dia 26 de Maio de 2020, no Setor de Licitações End: Avenida Pedras Brancas nº. 2673 – Centro –Governador Jorge Teixeira-RO, junto à Comissão de Chamada Pública – CCP.

As OSC's interessadas em participar do Chamamento Público deverão observar rigorosamente o horário fixado para o credenciamento e protocolo do envelope, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados.

A íntegra do Edital e seus anexos estarão disponíveis no mural de informações da Prefeitura, bem como no seguinte endereço eletrônico: www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br, e também pode ser requerido na CPL, ou Solicitado pelo email: cpl@governadorjorgeteixeira.ro.gov.br.

Governador Jorge Teixeira-RO, 23 de Abril de 2020.

FERNANDES LUCAS DA COSTA

Presidente CCP

Publicado por:

Fernandes Lucas da Costa

Código Identificador:2F08A4C4

GABINETE EXTRATO DE CONTRATO N. 040/GP/2020

**EXTRATO DE CONTRATO N. 040/GP/2020
PROCESSO 309-1/SEMOSP/2020**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

CNPJ: 63.761.944/0001-00

CONTRATADO: M.L BEZERRA-ME

CNPJ nº: 17.552.444/0001-32

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÃO PRONTA (MARMITEX), DE NO MÍNIMO 800 Gramas, contendo as seguintes guarnições (a) arroz branco, não parabolizado; b) feijão com caldo bem incorporado. Carne vermelha de primeira qualidade ou carne branca, peixe, acompanhamentos: macarrão, polenta, aipim, repolho, purê, salpicão, banana frita, farofa, saladas, diversas e variadas (cruas, cozidas e folhas), conforme Ata Registro de Preço nº.004/PMGJT/SRP/2020 e Pregão Eletrônico 005/SUPEL/2020, empenho global nº.468.

VALOR: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: A despesa com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento de 2020 da SEMOSP: Projeto Atividade: 2044. Ficha: 114 Elemento de despesa 3.3.90.30, empenho global nº.468.

DA MODALIDADE: Filhote Ata Registro de preço nº.012/PMGJT/2019- Edital do Pregão Eletrônico 033/CPL/2019- Processo de Origem nº: 354-1/2019

DA FISCALIZAÇÃO: Fica designada comissão de Gestão e Fiscalização dos contratos conforme **PORTARIA MUNICIPAL Nº.023/GP/2020**.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: O presente contrato terá validade de aproximadamente de 09 (nove) meses a partir da data do contrato, ou enquanto durar o saldo, sendo válido durante o período necessário para a entrega do OBJETO.

Governador Jorge Teixeira /RO, 22 de Abril de 2020.

Governador Jorge Teixeira– RO, 22 de Abril de 2020.

Município de Governador Jorge Teixeira

JOÃO ALVES SIQUEIRA

Prefeito

Contratante

M.L Bezerra-ME

MONIELY LIMA BEZERRA

Representante Legal

Contratada

Publicado por:

Gislaine Visintin da Silva

Código Identificador:3A117E08

GABINETE EXTRATO DE CONTRATO N. 043/GP/2020

**EXTRATO DE CONTRATO N. 043/GP/2020
PROCESSO 308-1/SEMOSP/2020**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

CNPJ: 63.761.944/0001-00

CONTRATADO: SADINEZ BORGES DA ROSA SERRARIA-ME

CNPJ nº: 07.880.019/0001-19

OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto AQUISIÇÃO DE PRANCHAS PARA RECUPERAÇÃO DE PONTES DAS ESTRADAS VICINAIS, através da Ata de Registro de Preço 005/PMGJT/SRP/2020-Pregão Eletrônico 006/SUPEL/2020, conforme consta em CI nº.025/SEMOSP/2020 e empenho GLOBAL nº.466, ambos em anexo ao processo.

VALOR: R\$ 49.467,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e sessenta e sete reais)

DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: As despesas ocorrerão por conta da Unidade Orçamentária abaixo:
Secretaria Municipal de Obras e Serviços-SEMOSP. PROJETO ATIVIDADE 1046-Recurso Financeiro Proveniente de Doação de Empresa Privada, Categoria econômica 3.3.90.30, Ficha: 214, Empenho Global nº.466.

DA MODALIDADE: Ata Registro de Preço nº.005/PMGJT-SRP/2020- Pregão Eletrônico Nº 006/SUPEL/2020-processo nº.353-1/2019.

DA FISCALIZAÇÃO: Fica designada a comissão de gestão e Fiscalização do contrato, conforme **PORTARIA MUNICIPAL Nº. 023/GP/2020.**

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: A vigência deste CONTRATO, será de 03 (três) meses, a partir da data do presente termo. Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, após o recebimento do empenho e contrato. O prazo para entrega DO PRODUTO será conforme Termo de referência.

Governador Jorge Teixeira/RO, 22 de Abril de 2020.

Município de Governador Jorge Teixeira

JOAO ALVES SIQUEIRA

Prefeito

Contratante

Sadinez Borges da Rosa Serraria-ME

SADINEZ BORGES DA ROSA

Representante Legal

Contratada

Publicado por:

Gislaine Visintin da Silva

Código Identificador:6FAA63E9

GABINETE EXTRATO DE CONTRATO N. 042/GP/2020

EXTRATO DE CONTRATO N. 042/GP/2020
PROCESSO 306-1/SEMOSP/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

CNPJ: 63.761.944/0001-00

CONTRATADO: M.L BEZERRA-ME

CNPJ nº: 17.552.444/0001-32

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÃO PRONTA (MARMITEX), DE NO MÍNIMO 800 Gramas, contendo O presente CONTRATO tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS para veículos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos-SEMOSP, conforme consta em CI nº.024/SEMOSP/2020 e empenho ordinário nº.467, ambos em anexo ao processo.

VALOR: R\$ 49.990,63 (quarenta e nove mil novecentos e noventa reais e sessenta e três centavos)

DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: As despesas ocorrerão por conta da Unidade Orçamentária abaixo:
Secretaria Municipal de Obras e Serviços-SEMOSP. PROJETO ATIVIDADE 2042-Manutenção da Conservação E Revitalização Do Paisagismo urbano, Categoria econômica 3.3.90.30, Ficha: 220, Empenho ordinário nº.467.

DA MODALIDADE: ADESÃO a Ata Registro de Preço nº.009/PMGJT/2019- Pregão Eletrônico Nº 011/2019-processo nº.069/2019.

DA FISCALIZAÇÃO: Fica designada a comissão de gestão e Fiscalização do contrato, conforme **PORTARIA MUNICIPAL Nº. 023/GP/2020.**

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: A vigência deste CONTRATO, será de 03 (três) meses, a partir da data do presente termo. Os materiais deverão ser entregues de uma única vez, após o recebimento do empenho e contrato. O prazo para entrega DO PRODUTO será conforme Termo de referência.

Governador Jorge Teixeira/RO, 22 de Abril de 2020.

Município de Governador Jorge Teixeira

JOAO ALVES SIQUEIRA

Prefeito

Contratante

M.L Bezerra-ME

MONIELY LIMA BEZERRA

Representante Legal

Contratada

Publicado por:

Gislaine Visintin da Silva

Código Identificador:E1C89B68

GABINETE EXTRATO DE CONTRATO N. 041/GP/2020

EXTRATO DE CONTRATO N. 041/GP/2020
PROCESSO Nº. 298/SEMSAU/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

CNPJ: 11.502.951/0001-85

CONTRATADO: INFORSEV COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA LTDA

CNPJ nº: 08.117.381/0001-03

OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto aquisição de equipamento com sistema de ponto eletrônico biométrico: O registro eletrônico de ponto deverá ser desenvolvido em conformidade com as portarias 1510/2009 e 373/2011, do ministério do trabalho. Normatização, a apuração e a marcação de pontos, por leitor biométrico; permitindo emitir cupom de marcação de ponto toda vez que o funcionário entrar ou sair do trabalho; software de controle de ponto eletrônico com as suas seguintes funcionalidades inclusão ou alteração das informações do empregado. Contendo os seguintes dados: data e hora da inclusão, tipo de operação; tipo de identificador do empregado, CEI, caso exista; razão social; local da prestação de serviço, marcação de ponto com os seguintes dados nº do PIS, data e hora da marcação, ajuste do relógio interno, contendo ajustada inserção alteração exclusão de dados do empregado contendo data e horas da operação, tipo de operação nº. do PIS e nome do empregado; Garantia de um ano, com instalação, conclusão com pleno funcionamento e treinamento de manuseio do Software.

VALOR: R\$ 14.350,00 (quatorze mil trezentos e cinquenta reais)

DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: A despesa com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos

consignados no orçamento de 2020 da SEMOSP: Projeto Atividade: 2044. Ficha: 114 Elemento de despesa 3.3.90.30, empenho global nº.468.

DA MODALIDADE: Ata Registro de Preço nº.003/PMGJT-SRP/2020- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/CPL/2020.

DA FISCALIZAÇÃO: Fica designada a comissão de Gestão e Fiscalização de contratos conforme PORTARIA MUNICIPAL Nº036/GP/2020.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: A vigência deste CONTRATO, será de **12 (doze) meses**, à partir da data da assinatura do mesmo. Os materiais deverão ser entregues e instalados dentro desse período de forma única, após o recebimento de ordem de serviço emitida pelo Responsável pela Secretaria Municipal de Saúde- SEMSAU. O prazo para fornecimento e prestação do serviço será conforme Termo de referencia.

Governador Jorge Teixeira/RO, 22 de Abril de 2020.

Fundo M. de Saúde de Governador Jorge Teixeira-RO.

JOÃO ALVES SIQUEIRA

Prefeito

Contratante

Fundo M. de Saúde de Governador Jorge Teixeira-RO.

LUZIA PANUCCI

Secretária M. de Saúde.

Contratante

Inforsev Comércio de Material de Informatica LTDA

FABIO DE OLIVEIRA PRADO

Representante Legal

Contratada

Publicado por:

Gislaine Visintin da Silva

Código Identificador:3505A0E0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
LEI Nº. 2.049/2018.

LEI Nº. 2.049/2018. De 14 de junho de 2018.

Lei promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal de Guajará-Mirim, em conformidade com o que estabelece o artigo 124, § 1º da Lei Orgânica do Município de Guajará-Mirim.

“Autoriza a permuta dos lotes das Quadras 74, 75, 76, 84, 85, 94 e 95 do Setor IV, pertencentes ao Município de Guajará-Mirim pelos lotes das Quadras 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 120, 121, 122, 123, 124, 125 e 126 do Setor IV, pertencentes à Jandira Tártaro e dá outra providências.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM(RO), no uso das atribuições que lhes confere o artigo 16, parágrafo único, inciso IV do Regimento Interno da Casa,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) aprovou, nos termos do art. 26, V da Lei Orgânica, e, Eu, presidente da Câmara Municipal de Guajará-Mirim sanciono tacitamente, promulgo a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar bem imóvel do Patrimônio Público Municipal com bem imóvel particular, bens adiante descritos.

Parágrafo único. A permuta se dará em razão da necessidade de regularização das Quadras 74, 75, 76, 84, 85, 94 e 95 do Setor IV, uma vez que as mesmas estão consolidadas por particulares.

Art. 2º. O bem imóvel dominial objeto da presente lei autorizativa de permuta constitui-se dos seguintes imóveis públicos cadastrado como Quadra 74, localizada no Setor IV, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 75, localizada no Setor IV, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 76, localizada no Setor IV, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 84, localizada na Avenida Dos Seringueiros, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 85, localizada na Avenida Novo Sertão, bairro Caetano, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 94, localizada na Avenida Dom Pedro I, bairro Caetano, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 95, localizada na Avenida Aluísio Ferreira, bairro Caetano, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo, todos de propriedade do Município de Guajará-Mirim, com área total de 70.000 m² (setenta mil metros quadrados), sobre o qual fica autorizada a desafetação.

Art. 3º. Os bens imóveis pertencentes à JANDIRA TÁRTARO, inscrita no CPF sob o nº 060.638.882-68, constitui-se dos seguintes imóveis particulares cadastrados como a Quadra 105, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 106, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 107, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 108, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 109, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 110, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 111, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 120, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 121, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 122, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 123, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 124, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 125, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo; Quadra 126, localizada no Setor IV, rua S/N, bairro Planalto, com 100 (cem) metros de frente, com 100 (cem) metros ambas as laterais e com 100 (cem) metros de fundo, que será transferido para a municipalidade, com área total de 140.000 m² (cento e quarenta mil metros quadrados), ficando desde já, autorizada sua afetação.

Art. 4º. A permuta objeto da presente lei autorizativa somente se efetivará de fato caso os imóveis estejam inclusos na área regularizada no loteamento, passíveis de elaboração de escritura pública de permuta e registro perante o cartório de registro de imóveis.

Parágrafo primeiro. As despesas oriundas da escrituração cartorária da transmissão dos imóveis correrão por conta dos requerentes/permutantes.

Parágrafo segundo. Na Escritura Pública de Permuta deverá constar, obrigatoriamente, o valor dos bens imóveis permutados, ressaltando-

se que na permuta não haverá torna ou volta compensatória, fazendo-se as transmissões livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.

Art. 5º. A presente permuta fica condicionada à apresentação de Certidão Negativa de Débito perante a Fazenda Pública Municipal pela proprietária JANDIRA TÁRTARO.

Art. 6º. A alienação por permuta de que trata esta lei dar-se-á em estrita observância à legislação pertinente, sendo dispensada a licitação, nos termos do artigo 17, I, c, da Lei nº 8.66/93.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Guajará-Mirim (RO),
14 de junho de 2018.

SÉRGIO ROBERTO BOUEZ DA SILVA

Presidente

Publicado por:

Lindiberto Caldeira dos Santos

Código Identificador:F075A877

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÁ DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.088 DE 22 DE ABRIL DE 2020

“Regulamenta o Parágrafo Único do Artigo Nº 13 da Lei Complementar nº 55/96 e dá outras providências.”

O PREFEITO DE ITAPUÁ DO OESTE - RO, no exercício da competência que lhe confere o art. 65, II da Lei Orgânica do Município de Itapuá do Oeste, Considerando as disposições da Lei Complementar nº 55/1996 art. 13º, Parágrafo único.

DECRETA:

Art. 1º - O permissionário é considerado a pessoa física que detém a concessão do serviço de táxi no âmbito do município.

§ 1º - O permissionário poderá ser o proprietário do veículo ou compromissário do veículo a ser licenciado.

§ 2º - Em sendo o proprietário, anexará os documentos relativo à propriedade do veículo quando requerer sua licença junto aos órgãos competentes.

§ 3º - Em sendo o compromissário, anexará os documentos relativos à situação do compromisso com terceiros em relação ao veículo: contrato de locação, arrendamento, cessão ou qualquer outro equivalente, que demonstre que o permissionário da concessão poderá utilizar o veículo, inclusive requerer ao DETRAN a alteração da condição do veículo para automóvel de aluguel, que a partir daí utilizará placa vermelha.

Art. 2º - Fica o setor competente autorizado a fornecer ao compromissário a autorização para ser encaminhada ao DETRAN/CIRETRAN para os devidos procedimentos de alteração da placa para automóvel de aluguel em duas vias, ficando uma anexada ao processo de concessão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se!

Publique-se!

Cumpra-se!

Itapuá do Oeste, 22 de Abril de 2020.

MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO

Prefeito

Publicado por:

Maria Elizangela da Silva do Carmo

Código Identificador:A990CB9F

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

Espécie: Inexigibilidade de Licitação com fundamento no art. 25, inc. III, da Lei nº 8.666/1993; Contratada: **NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA**

R. DOUTOR BRÁSILIO VICENTE DE CASTRO - Nº: 000111 SL 1004 ANDAR Nº: 10 CEP: 80.010-160 Curitiba PR, devidamente registrada no CNPJ sob o nº **7.797.967/0001-95**; **Objeto:** Este projeto tem como objetivo as normas, especificações e detalhes necessários para contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços em Pesquisa de Preços na Área Pública, disponibilizado via internet, visando atender as demandas desta administração, bem como a Comissão Permanente de Licitação e as Secretarias. procedimento instaurado através do **Processo Administrativo nº 279-06/2020**; com o valor total de: **R\$: 8.248,13**. **Autorização:** em 23/04/ 2020, pela Comissão Permanente de Licitação de Materiais, Obras e Serviços – CPLMOS.

Itapuá do Oeste/RO, 23 de Abril de 2020.

PAULO SERGIO SALVADOR

Presidente - CPLMOS

Portaria N.º104/GAB-PMIO/19

Publicado por:

Maria Elizangela da Silva do Carmo

Código Identificador:19ACAB29

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/PMJ/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda – SEMAPLANF.

Processo nº **1-928/PMJ/2020**.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

Valor estimado de **R\$ 156.624,90** (Cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais e noventa centavos).

Data para cadastro de propostas: 24/04/2020, a partir das 09h00min, finalizando às 08h59min do dia 08/05/2020. Início da Sessão Pública: **08 de maio de 2020, às 09h10min** (horário de Brasília).

Local da disputa virtual: **www.comprasgovernamentais.gov.br** (Comprasnet).

A retirada do Edital completo poderá ser efetuada gratuitamente no referido site ou no site institucional do órgão: **“www.jaru.ro.gov.br”**.

Informações Complementares na Comissão Permanente de Licitações, sito a Rua Raimundo Cantanhede, nº. 1080, Setor 02, de segunda a sexta-feira, das 07h30min, às 11h30min, retornando das 13h30min, às 17h30m, exceto feriado. CONTATO: (69) 3521-6993, e-mail **“cpl@jaru.ro.gov.br”**.

Jaru, quinta-feira, 23 de abril de 2020.

WARLEN PEREIRA BARBOZA

Diretor de Licitações

Publicado por:

Ivanilda Lucas de Andrade.

Código Identificador:6218B1CD

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EXTRATO DE ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU** torna público para conhecimento dos interessados, que se encontram instauradas.

ESPÉCIE: ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/PMJ/2020

PREGÃO ELETRONICO: 006/PMJ/2020

PROCESSO: Nº 1-482/PMJ/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO DE PNEUS

ADERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EMPRESA:

H. C. RECAPADORA EIRELI
CNPJ: 84.640.838/0001-30

AV. FLORIANÓPOLIS
SETOR 03
JARU/RO
CEP: 76.890-000
FONE: (69) 3521 1009
EMAIL: HCPNEUS_RO@HOTMAIL.COM

BÁRBARA PEREIRA

Coordenadora de Registro de Preços

Publicado por:
Bárbara Pereira

Código Identificador: 7B218304

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS 007/PMJ-SEMUSA/2020**

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Jaru, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.279.238/0001-59, com sede em Jaru, Estado de Rondônia, na Rua Raimundo Cantanhede, nº 1080, Setor 02, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Gerente de Registro de Preços, Srª. **BÁRBARA PEREIRA**; e de outro lado a empresa **SANTO REMÉDIO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALAR EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.643.008/0001-95, doravante denominada **DENTENTORA**, com fundamento no art. 21 do Decreto 7892/2013 e consoante com o art. 24 do Decreto Municipal 10534/GP/2018 da Prefeitura Municipal de Jaru.

Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

E assim, por estarem as partes ajustadas, dão-se por mutuamente quitadas de forma ampla, geral e irrevogável, firmo o presente termode cancelamento para o item **16 - Budesonida 64mcg Suspensão Aquosa Nasal – Frasco com 3ml (60 doses)**

Jaru, 23 de abril de 2020

BÁRBARA PEREIRA

Gerente de Registro de Preços

Publicado por:

Bárbara Pereira

Código Identificador: 2519AC0B

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO DE NOMEAÇÃO Nº 960/GP/2020 20 DE ABRIL DE
2020**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JARU**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso I, Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A

Art. 1º-NOMEAR – BRUNA FRANCIELY GOMES LUNA para o cargo de **COORDENADOR (A) DE CONTABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAPLANF**, da Prefeitura Municipal de Jaru, portadora do RG nº 937169 SESDEC/RO e inscrita no CPF sob o nº 892.241.322-00.

Art. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos à data de 17 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito do Município de Jaru/RO, em 20 de abril de 2020.

JOÃO GONÇALVES SILVA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Jaru

Publicado por:

Ana Lucia Alves Campos

Código Identificador: 5813EB5F

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO DE NOMEAÇÃO Nº 961/GP/2020 20 DE ABRIL DE
2020**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JARU**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso I, Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A

Art. 1º-NOMEAR – ANA LUCIA ALVES CAMPOS para o cargo de **ASSESSOR (A) TÉCNICA DA SEGAP**, da Prefeitura Municipal de Jaru, portadora do RG nº 1141957 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº 865.850.022-53.

Art. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos à data de 01 de maio de 2020.

Gabinete do Prefeito do Município de Jaru/RO, em 20 de abril de 2020.

JOÃO GONÇALVES SILVA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Jaru

Publicado por:

Ana Lucia Alves Campos

Código Identificador: 4B5108E0

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
PORTARIA Nº 79/GP/2020 20 DE ABRIL DE 2020**

*AUTORIZA AS SERVIDORAS ABAIXO
RELACIONADAS A DIRIGIREM OS VEÍCULOS
PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE JARU.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JARU**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso III, Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o recebimento da Comunicação Interna nº 1305/SEMUSA/2020, (ID 84169), a qual solicita a autorização das

servidoras, abaixo relacionadas, a dirigirem os veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Jaru, para fins administrativos.

RESOLVE

Art 1º - AUTORIZA as servidoras públicas municipais abaixo relacionadas a conduzirem os veículos pertencentes a Frota da Prefeitura Municipal de Jaru:

1. **MARIANA BERTELHA MILHOMENS BRITO - ENFERMEIRA 40 H.**
2. **MAYSA SILVA SAMPAIO RODRIGUES - ENFERMEIRA 40 H.**

Art. 2º - Deverá ainda ser observada, pelas servidoras, a recomendação contida no Decreto Municipal Nº 9.554/GP/2017, em que disciplina o uso de veículos oficiais.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Jaru/RO, 20 de abril de 2020.

JOÃO GONÇALVES SILVA JÚNIOR

Prefeito do Município de Jaru

Publicado por:

Gleiciele Pereira Martins

Código Identificador:0DF44A69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 089/GP/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 184/SEMECEL/2016

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER – SEMECEL

PARTES:

1.1. MUNICÍPIO DE JARU

1.2. G2 – CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 089/GP/2016, pelo período de 90 (noventa) dias, contados a partir do dia 25 de abril de 2020, tendo como prazo final o dia 24 de julho de 2020.

DATA DE ASSINATURA: 20/04/2020.

Município de Jaru

JOÃO GONÇALVES SILVA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Contratante

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer SEMECEL

MARIA EMÍLIA DO ROSÁRIO

Secretária

G2 – Construções e Empreendimentos EIRELI

CNPJ Nº 84.708.775/0001-06

Representante

DANILO LAZARIN VALENZUELA

Contratada

Publicado por:

Maria Gabriella Dantas Ferreira

Código Identificador:0FDED36D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 008/GP/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2360/SEMDES/2020

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES

PARTES:

1.1. MUNICÍPIO DE JARU

1.2. ASSOCIAÇÃO DE ACOlhIMENTO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS – ABRACE

OBJETO: 1.1. O presente Termo de Fomento firmado entre o MUNICÍPIO DE JARU e a ASSOCIAÇÃO DE ACOlhIMENTO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS – ABRACE, tem como objeto o acolhimento e a recuperação de dependentes químicos do sexo masculino e maiores de 18 (dezoito) anos em regime de internato, que dura em média de 09 (nove) meses a 01 (um) ano. 1.2. A associação atende 44 (quarenta e quatro) internos, preparando-os para o retorno ao convívio social, além de oferecer tratamento e trabalho de prevenção. 1.3. O presente termo de fomento visa acobertar as despesas relativas a alimentação, produtos de higiene e limpeza, material concernente a cama e mesa, material de expediente e combustível.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo de fomento será até 31 de dezembro de 2020.

VALOR: O valor total do presente termo de fomento é de **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), que serão repassados em parcelas mensais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) durante o exercício de 2020.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do repasse para execução do objeto do presente termo de fomento, correrão conforme a seguinte dotação orçamentária: **Nota de Empenho nº 288 – Ficha 85;** 02. Poder Executivo; 03. Fundo Municipal de Assistência Social; 00. Fundo Municipal de Assistência Social; 08.244.0006.2037.0000. Apoio a Entidades Filantrópicas; 3.3.50.43.00. Subvenções Sociais; Valor: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 22/04/2020.

Município de Jaru

JOÃO GONÇALVES SILVA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social -SEMDES

EDILEUZA SOUZA SENA

Secretário

Associação de Acolhimento e Recuperação de Dependentes Químicos – ABRACE

CNPJ Nº 20.411.778/0001-09

SR. RUBENS RIBEIRO

Presidente

Publicado por:

Maria Gabriella Dantas Ferreira

Código Identificador:97E15F1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA Nº 51/SEMAPLANF/2020

Transposiciona recursos do orçamento vigente de 2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 7º, da Lei Municipal nº 2.558, de 25 de novembro de 2019 - Lei Orçamentária Anual, orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2020.

Resolve:

Art. 1º. Ficam transpostos na forma do anexo desta portaria, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Orçamento Anual para o exercício de 2020.

Art. 2º. A alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei nº 2558, de 25 de novembro de 2019) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, distribuídos nas seguintes dotações:

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 13 00 INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUN. DE JARU

Ficha: 704

09.122.0009.2052.0000 MANUTENÇÃO ATIVID. INSTIT.408,96
3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 13 00 INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUN. DE JARU

Ficha: 477

09.122.0009.2052.0000 MANUTENÇÃO ATIVID. INSTIT.-408,96

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS

Art.3º. É parte integrante desta Portaria, Anexo I – justificativa, Anexo II memória de cálculo.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I

JUSTIFICATIVA

Conforme solicitado pelo Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Jaru - IPJ, através do Ofício nº 9/IPJ/2020, a transposição de dotação orçamentária proveniente de anulação.

Considerando que a transposição se faz necessário para acobertar despesa com a restituição de receita previdenciária devida ao Poder Executivo Municipal de Jaru.

Desta feita, insta destacar que se faz necessário a criação do elemento de despesa visto que não houve previsão e/ou consignação de dotação própria na LOA 2020 (Lei nº 2558/GP/2019), já que se trata de restituição de contribuição previdenciária recolhida indevidamente em favor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Jaru / Jaru-Previ. Nesse Diapasão, o valor supramencionado se refere ao montante destacado na Guia de Recolhimento de Previdência - GRPS referente a competência 09/2019 paga imprópriamente pelo Município de Jaru e consequentemente recebida e registrada pelo Jaru-Previ como receita de contribuição previdenciária (patronal e segurado), conforme apurado nos autos do Processo 0081/2020.

Portanto, a criação da nova ficha de despesa (Elemento 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições) facea alteração orçamentaria solicitada, possui previsão legal de acordo com o Artigo 5º da Lei Municipal 2.558/GP/2019 de 25 de Novembro de 2019, o qual dispõe que a Secretaria de Administração Planejamento e Fazenda, divulgará o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando para cada categoria de programação, no seu menor nível, os elementos de despesa, com os valores fixados no desdobramento da despesa revisto no artigo 5º desta Lei.

Diante do acima exposto justifica-se a realização da Alteração Orçamentária, conforme previsto no art. 7º, § 1º, inciso II da Lei Municipal nº 2.558, de 25 de novembro de 2019 - Lei Orçamentária Anual.

Anexo II

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PA	Elemento de Despesa	Valora Reduzir	Valor a Suplementar
0009.2052	3.3.90.91.00	R\$ 408,96	-
0009.2052	3.3.90.93.00	-	R\$ 408,96

JARU, 23 de abril de 2020

LUIZ FELIPE SANTOS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração Planejamento e Fazenda – SEMAPLANF

ELIANE APARECIDA CASATO

Secretária Executiva - SEMAPLANF

Publicado por:

Agner da Silva Costa

Código Identificador:C7DDBD4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 11/SEMUSA/2020 23 DE ABRIL DE 2020

A Sra. Tatiane de Almeida Domingues (Secretaria Municipal de Saúde), no uso das atribuições previstas no Decreto Municipal n. 2.140/GP/2017, de 07 de março de 2017;

CONSIDERANDO Portaria nº 529, de 01 de Abril de 2013, que "Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNPSP)".

A Secretaria Municipal de Saúde de Jaru, Considerando a Resolução da Diretoria Técnica Colegiada RDC 36 da ANVISA de 25-07-2016, que institui ações para a Segurança do paciente em serviços de saúde, dentre elas a constituição de um Núcleo de Segurança do Paciente;

RESOLVE

Art. 1º - Fica criado no âmbito do Hospital Municipal de Jaru, o Núcleo de Segurança do Paciente.

Art. 2º - O Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) tem como finalidade estabelecer políticas e diretrizes de trabalho, a fim de promover uma cultura hospitalar voltada para a segurança dos pacientes, através do planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação de programas e tecnologias, que visem garantir a qualidade dos processos na instituição.

Art. 3º - Nomear os seguintes membros para compor o Núcleo de Segurança do Paciente:

Coordenadora do NSP

Larissa Taufmann Silva - matrícula 14.308 - **Farmacêutica**

Membros do NSP

Luis Eduardo Schincaglia - matrícula 14.841 - **Diretor Administrativo do HMSAD**

Sayonara Wigma Matos - matrícula 15.110 - **Assessor da Administração do HM**

Lucas da Silva Graça - Médico - matrícula 15.290 - **Diretor Técnico do HMSAD**

Noeme Moreira de Meirelles - matrícula 2.437 - **Gerente de Enfermagem HMSAD**

Gabriella Bezerra Cavalcante de Moura - matrícula 16.449 - **Enfermeira / Coordenadora da CCIH**

Ticiane Stedile - matrícula 14.772 - **Enfermeira**

Carlos Eduardo Moreira da Silva - matrícula 15.993 - **Psicólogo**

Luciana Alves de Almeida - matrícula 2.287 - **Técnica em Enfermagem**

Art. 4º - São atribuições do Núcleo de Segurança do Paciente:

I - Promover ações para a gestão de risco no serviço de saúde do Hospital Municipal Sandoval de Araújo Dantas - HMSAD;

II - Desenvolver ações para a integração e a articulação multiprofissional no serviço de saúde do HMSAD;

III - Promover mecanismos para identificar e avaliar a existência de não conformidades nos processos e procedimentos realizados e na utilização de equipamentos, medicamentos e insumos propondo ações preventivas e corretivas;

IV - Elaborar, implantar, divulgar e manter atualizado o Plano de Segurança do Paciente do HMSAD;

V - Acompanhar as ações vinculadas ao Plano de Segurança do Paciente;

VI - Implantar os Protocolos de Segurança do Paciente e realizar o monitoramento dos seus indicadores;

VII - Estabelecer barreiras para a prevenção de incidentes nos serviços de saúde do HMSAD;

VIII - Desenvolver, implantar e acompanhar programas de capacitação em segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde para o HMSAD;

IX - Analisar e avaliar os dados sobre incidentes e eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;

X - Compartilhar e divulgar à direção e aos profissionais do serviço de saúde os resultados da análise e avaliação dos dados sobre incidentes e eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde no HMSAD;

XI - Notificar ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária os eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;
 XII- Manter sob sua guarda e disponibilizar à autoridade sanitária, quando requisitado, as notificações de eventos adversos;
 XIII - Acompanhar os alertas sanitários e outras comunicações de risco divulgadas pelas autoridades sanitárias.

Art.5 - Revogam-se as disposições em contrário.

TATIANE DE ALMEIDA DOMINGUES

Secretaria Municipal de Saúde de Jaru - SEMUSA/JARU

Publicado por:

Tatiane de Almeida Domingues

Código Identificador:FB9D738E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 12/SEMUSA/2020 23 DE ABRIL DE 2020

A Sra. Tatiane de Almeida Domingues (Secretaria Municipal de Saúde), no uso das atribuições previstas no Decreto Municipal n. 2.140/GP/2017, de 07 de março de 2017;
 CONSIDERANDO Portaria nº 2.616, de 12 de Maio de 1998, que define "[...] diretrizes e normas para prevenção e o controle das infecções hospitalares".

RESOLVE

Art. 1º - Nomear Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH do Hospital Municipal Sandoval de Araujo Dantas. Coordenadora:

Gabriella Bezerra Cavalcante de Moura - Serviços de Enfermagem - matrícula 16.449 - Membro Executor

Noeme Moreira de Meirelles - Serviços de Enfermagem - matrícula 2.437 - Membro Executor

Luis Eduardo Schincaglia - Administração - matrícula 14.841 - Membro Consultor

Lucas da Silva Graça - Serviços Médicos - matrícula 15.290 - Membro Consultor

Larissa Taufmann Silva - Serviços de Farmácia - matrícula 14.308 - Membro Consultor

Ticiane Stedile - Serviços de Enfermagem - matrícula 14.772 - Membro Consultor

Art. 2º - COMPETÊNCIAS:

1. A CCIH do Hospital Municipal de Jaru deverá:

1.1 Elaborar, implementar, manter e avaliar programa de controle de infecção hospitalar, adequado às características e necessidades da instituição, contemplando, no mínimo, ações relativas a:

1.1.1. Implantação de um Sistema de Vigilância Epidemiológica das Infecções Hospitalares, de acordo com o Anexo III, da Portaria nº 2.616, de 12 de Maio de 1998.

1.1.2 - Adequação, implementação e supervisão das normas e rotinas técnico operacionais, visando à prevenção e controle das infecções hospitalares;

1.1.3 - Capacitação do quadro de funcionários e profissionais da instituição, no que diz respeito à prevenção e controle das infecções hospitalares;

1.1.4 - Uso racional de antimicrobianos, germicidas e materiais médico-hospitalares;

1.2 Avaliar, periódica e sistematicamente, as informações providas pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das infecções hospitalares e aprovar as medidas de controle propostas pelos membros executores da CCIH;

1.3 Realizar investigação epidemiológica de casos e surtos, sempre que indicado, e implantar medidas imediatas de controle;

1.4. Elaborar e divulgar, regularmente, relatórios e comunicar, periodicamente, à Secretaria

Municipal de Saúde de Jaru e as Direção geral do hospital a situação do controle das infecções hospitalares, promovendo seu amplo debate na comunidade hospitalar,

1.5 Elaborar, implementar e supervisionar a aplicação de normas e rotinas técnico operacionais, visando limitar a disseminação de agentes presentes nas infecções em curso no hospital, por meio de medidas de precaução e de isolamento;

1.6. Adequar, implementar e supervisionar a aplicação de normas e rotinas técnico operacionais, visando à prevenção e ao tratamento das infecções hospitalares;

1.7. Definir, em cooperação com a Chefia da Assistência Farmacêutica e Direção Técnica, política de utilização de antimicrobianos, germicidas e materiais médico-hospitalares para a instituição;

1.8. Responsabilizar-se pelo treinamento, com vistas a obter capacitação adequada do quadro de funcionários e profissionais, no que diz respeito ao controle das infecções hospitalares;

1.9. Elaborar regimento interno para a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;

1.10. Cooperar com a ação do órgão de gestão do SUS, bem como fornecer, prontamente, as informações epidemiológicas solicitadas pela Secretaria;

1.11. Notificar, na ausência de um núcleo de epidemiologia, a Secretaria Municipal de Saúde, os casos diagnosticados ou suspeitos de outras doenças sob Vigilância epidemiológica (notificação compulsória), atendidos no hospital, e atuar cooperativamente com os serviços de saúde coletiva;

1.12. Notificar ao Serviço de Vigilância Epidemiológica e Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, os casos e surtos diagnosticados ou suspeitos de infecções associadas à utilização de insumos e/ou produtos industrializados.

2. Relatórios e Notificações

2.1 A CCIH deverá elaborar periodicamente um relatório com os indicadores epidemiológicos interpretados e analisados. Esse relatório deverá ser divulgado a todos os serviços e à direção, promovendo-se seu debate na comunidade hospitalar.

2.2 O relatório deverá conter informações sobre o nível endêmico das infecções hospitalares sob vigilância e as alterações de comportamento epidemiológico detectadas, bem como as medidas de controle adotadas e os resultados obtidos.

2.3 É desejável que cada médico cirurgião receba, anualmente, relatório com as taxas de infecção em cirurgias limpas referentes às suas atividades, e a taxa média de infecção de cirurgias limpas entre pacientes de outros cirurgiões de mesma especialidade ou equivalente.

2.4 O relatório da vigilância epidemiológica e os relatórios de investigações epidemiológicas deverão ser enviados às Coordenações Estaduais/ Distrital/Municipais e à Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar do Ministério da Saúde, conforme as normas específicas das referidas Coordenações.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

TATIANE DE ALMEIDA DOMINGUES

Secretaria Municipal de Saúde de Jaru - SEMUSA/Jaru

Publicado por:

Tatiane de Almeida Domingues

Código Identificador:44004C2A

ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D' OESTE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 140/2020

PORTARIA Nº 0140/2020 De 23 de abril de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais resolve:

EXONERAR

O (a) Senhor (a) BARBARA YUNIA OLIVA ACOSTA MAZZALI, portador (a) do CPF nº.067.276.411-37, do Cargo Comissionado/Função Gratificada de COORDENADOR GERAL DE

SAÚDE, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE, ESTADO DE RONDONIA, aos 23 dias do mês de abril ano de 2020.

ELIOMAR PATRÍCIO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor de Oliveira Damacena
Código Identificador:54869324

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 141/2020**

PORTARIA Nº 141/2020 De 23 de abril de 2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais resolve:

NOMEAR

O (a) Senhor (a) ELIÉTE DÉBORA DE ALBUQUERQUE, portador (a) do CPF nº 743.003.772-00, no cargo comissionado/função gratificada de ORIENTADOR ITINERANTE lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 23 de março de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE, ESTADO DE RONDONIA, aos 23 dias do mês de abril do ano de 2020.

ELIOMAR PATRÍCIO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor de Oliveira Damacena
Código Identificador:6497209B

**IMPREV
PORTARIA N.º 034/2020/IMPREV/PRESIDÊNCIA.**

Machadinho do Oeste, RO, aos 22 de Abril de 2020.

“Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo de livre nomeação e exoneração no IMPREV”

O PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MACHADINHO DO OESTE, RO, IMPREV, no uso de suas atribuições e prerrogativas conferidas pela Lei Municipal 1.766/2018 de 14 de agosto de 2018, e lei municipal 1.821/2018 de 20 de dezembro de 2018.

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a Senhora CLÉIA OLIVEIRA ROSS, CPF 020.798.332-19, RG 1291579 SSDC/RO, nomeado através da portaria 014/2020 de 21 de Janeiro de 2020, para exercer o cargo de Controladora Interna do INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MACHADINHO DO OESTE- IMPREV.

Art. 2º - Determinar ao Departamento Financeiro, que na folha de Abril de 2020, efetue o pagamento dos direitos trabalhistas do período laborado, nesta autarquia.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor em 30 de Abril de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

ADEMIR DE OLIVEIRA CARDOSO

CPA 10 AMBIMA

Presidente

Portaria Nº 312/2019

IMPREV/MDO

Publicado por:
Pamela Cristina Orlandini Fernandes
Código Identificador:22053E6A

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA**

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2664/2020**

DISPÕE SOBRE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA, EM RAZÃO DA PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), EM CONSONÂNCIA COM OS DECRETOS Nº 24.919 e 24.961, DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O(A) Prefeito(a) do Município de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e visando regulamentar, no âmbito do Município o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e considerando o Decreto Estadual nº 24.919, de 05 de abril de 2020 e Decreto Estadual nº 24.961 de 17 de abril de 2020 e ainda,

CONSIDERANDO que o Município está em situação de Calamidade Pública em razão da pandemia de coronavírus;

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal, acerca da competência dos Municípios para editar normas referente a situação da pandemia;

CONSIDERANDO a previsão de impactos nas finanças públicas decorrentes desta pandemia, já explicitado pela União e Estado de Rondônia através do reconhecimento de Calamidade Pública, que evidencia a necessidade de descumprimento das metas fiscais e demonstra que os impactos alcançarão os entes Municipais;

CONSIDERANDO que compete ao município legislar sobre os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme estabelece a Constituição do Estado de Rondônia em seu Art. 122, concomitante aos incisos II, V, VII e VIII do Art. 30 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que o Município não possui nenhum caso confirmado de COVID-19;

CONSIDERANDO que o Município possui 03 (três) respiradores e estrutura de saúde na Unidade Mista de Saúde, para atender a população que poderão ser utilizados caso necessário;

CONSIDERANDO a necessidade de tutelar o interesse público e o interesse particular das pessoas, em especial neste momento de eminente risco global;

DECRETA

Art. 1º. Fica mantido o “ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA”, até 25 de abril de 2020, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, enquanto perdurar o Decreto Estadual em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19, causada pelo Coronavírus (COVIC-19), que gera doença infecciosa viral respiratória aguda grave, ficando mantidos todos os termos do Decreto Municipal 2650/2020, com as alterações do Decreto 2656/2020.

Art. 2º. Fica alterado o *caput* do art. 15, do Decreto 2650/2020, com alterações pelo Decreto 2656/2020, para o fim de manter a suspensão das aulas escolares da rede municipal de ensino até o dia 25 de abril, nos seguintes termos:

Art. 15. Ficam suspensas até o dia 25 de abril, as aulas escolares da rede municipal de ensino.

Art. 3º. Todo cidadão que tiver necessidade de sair na rua, deverá fazer uso de máscara, dentro do perímetro urbano do Município de Mirante da Serra.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser prorrogáveis no todo ou em parte, conforme a evolução da propagação da contaminação do COVID-19.

Mirante da Serra, 22 de abril de 2020.

ADINALDO DE ANDRADE

Prefeito de Mirante da Serra

Publicado por:

Dhessica Souza Abel

Código Identificador:AD05A725

**GABINETE DO PREFEITO
DESCCLASSIFICAÇÃO DO ITEM E CORREÇÃO DE
VALORES**

MISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**DESCCLASSIFICAÇÃO DO ITEM E CORREÇÃO DE
VALORES**

PROCESSO 449/SEMSAU/2020

O item nº 10 da cotação de preço foi desclassificado por estar acima da média de preço.

Os valores da **EMPRESA SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, nas páginas 86, 89, 91 e 92 de 3.908,67 (três mil, novecentos e oito reais e sessenta e sete centavos), foi corrigido depois da desclassificação do item 10, para valor de 3.785,15 (três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos).

Ratifica-se demais atos e informações constantes da supramencionada publicação.

Mirante da Serra/RO, 23 de abril de 2020

CARLOS WILLEN DOBELIN

Presidente/CPL

Publicado por:

Carlos Willen Dobelin

Código Identificador:E29359B7

**GABINETE DO PREFEITO
RESUMO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
039/2017**

CELEBRAÇÃO: 22/04/2020

PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

CONTRATADA: D' PAULA ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA EIRELI –ME

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 039/2017. Referente à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Consultoria Contábil, com experiência nas atividades efetiva em órgão públicos, para auxiliar, orientar e/ou elaboração das demonstrações contábeis da Prefeitura Municipal do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Ação Social, elaborar e prestar as informações do programa SIGAP- CONTABIL e GESTÃO FISCAL, SIOPS, SIOPE E SICONF, ainda acompanhar os processos de prestação de Contas do município e dos fundos municipais até o julgamento final do Tribunal de Contas, tudo conforme as normas contábeis vigentes.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do aditivo será por um período de 09 (nove) meses, a contar a partir de 03/05/2020 e terá seu término em 02/02/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 86/2017

ADINALDO DE ANDRADE

Prefeito Municipal

Publicado por:

Eli Santos Souza

Código Identificador:96C0115D

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
“PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DA ATA DE
REGISTRO DE PREÇO Nº: 041/PMMN/RO”.**

PROCESSO Nº 126-1/2019.

“PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 041/PMMN DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA LOCAÇÃO, DE VEÍCULO VAN COM CAPACIDADE DE 16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS, PARA TRANSPORTE DE PROFISSIONAIS DAS EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA ZONA RURAL (ESF Lc 35, ESF VILA MASSANGANA E ATENDIMENTO ITINERANTE LC – 25 E A “J. APARECIDO DE LIMA & CIA LTDA”.

O Município de Monte Negro, empresa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 08.879.357/0001-01, com sede Praça Paulo Miotto, nº 2330, Município de Monte Negro, Estado de Rondônia, denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Sr.º EVANDRO MARQUES DA SILVA e a Empresa J. APARECIDO DE LIMA & CIA LTDA, detentora do CNPJ 08.879.357/0001-01, com sede na AV. Juscelino Kubitschek, n.º 2802, Monte Negro – RO, neste ato denominado CONTRATADO, fica justo e acertado o “PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº: 041/PMMN/2019, sendo estabelecido a celebrar o presente instrumento, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições, na forma a seguir:

Cláusula Primeira – O presente Termo de aditamento tem por finalidade a Contratação de empresa qualificada para locação, de veículo **van** com capacidade de 16 (dezesesseis) passageiros, para transporte de profissionais das equipes de saúde da família da zona rural (ESF Lc 35, ESF Vila Massangana e atendimento itinerante Lc – 25.

Cláusula Segunda – O valor do presente Termo de Aditamento é de **R\$ 44.400,00 (Quarenta e quatro e quatrocentos reais). Visando o período de validade de 24/04/2020 a 24/04/2021 pelo prazo de 12(doze) meses.**

Cláusula Terceira– As condições omissas do presente Termo de Aditamento serão regidas em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Quarta – As demais cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº: 041/PMMN/2019 permanecem inalteradas obedecendo a legislação pertinente e que não contrariem o interesse Público.

Cláusula Quinta – Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes para dirimir eventuais dúvidas do presente Termo de Aditamento, com renúncia expressa de outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justas e acordadas as partes, assinam o presente instrumento.

Monte Negro, 23 de Abril de 2019.

EVANDRO MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal

J. APARECIDO DE LIMA & CIA LTDA

CNPJ: 63.761.985/0001-98

Publicado por:
Wigna Alves Costa
Código Identificador:FD520949

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO ATA DE
REGISTRO DE PREÇO Nº: 041/PMMN/2019,**

Processo Nº 126-1/2019.

Objeto: referente à Contratação de empresa qualificada locação de veículo **van** com capacidade de 16 (dezesesseis) passageiros para transporte de profissionais das equipes de saúde da família da zona rural da secretaria municipal de saúde.

R\$ 44.400,00 (Quarenta e quatro mil e quatrocentos reais).
Visando o período de validade de 24/04/2020 a 24/04/2021 pelo prazo de 12(doze) meses.

Empresa: J. APARECIDO DE LIMA & CIA LTDA CNPJ – 08.879.357/0001-01 Av. JK, 2802,

Monte Negro – RO, 23 de abril de 2020.

Publicado por:
Wigna Alves Costa
Código Identificador:11C1592B

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.868/GAB/PMMN/2020**

DECRETO Nº 1.868/GAB/PMMN/2020 DE 22 DE ABRIL DE 2020

“Dispõe sobre a nomeação da mesa diretora do Conselho Municipal de Assistência Social, e dar outras providências”.

O Prefeito Municipal de Monte Negro, Estado de Rondônia Senhor Evandro Marques da Silva, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas conforme Art. 116, IV da Lei Orgânica

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social, nos seguintes termos:

– Presidente: Flaviana Teles de Oliveira, representante do Poder Público - Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social;
– Vice-Presidente: Edilene Dias de Carvalho, representante da Sociedade Civil – Trabalhadores do SUAS;
III – 1º Secretário: Maicon Douglas Rech Brumatti – representante da Sociedade Civil – Igreja Católica paróquia São José;
IV – 2º Secretária: Judith Maria Zanolli – representante do Poder Público - Secretaria Municipal de Gestão em Saúde e Saneamento Básico.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições anteriores.

Monte Negro – RO, 22 de Abril de 2020.

EVANDRO MARQUES DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Katia da Silva Augustinho
Código Identificador:6C5C590D

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/PMNM/2020
REGISTRO DE PREÇOS – 007/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 774/SEMOTRAN/2020**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ**, através da Pregoeiro, designado pelo Decreto nº 4.853-GP/2018 de 04 de janeiro de 2018, e em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Transporte e Trânsito - SEMOTRAN, e autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na forma do disposto na Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 492, de 30 de Março de 2006, Decreto Municipal nº 2.400, de 20 de Fevereiro de 2.013, subsidiariamente na Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, a Licitação, na modalidade “**PREGÃO**”, forma **ELETRÔNICA**, tipo menor preço por Item, para Registro de Preço com itens de participação exclusiva de MEI, ME e EPP. O cadastramento das propostas de preços poderá ser feito das 09h00min do dia 24/04/2020 até às 09h00min. do dia 07/05/2020. Início da Sessão Pública virtual será às 10h00min do dia 07/05/2020 (Horário de Brasília), no portal eletrônico www.licitanet.com.br;

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de Material para Pequenos Reparos, pelo prazo de 12 (doze) meses, tudo conforme demais especificações técnicas complementares e quantitativos descritos nos ANEXOS do edital, partes integrantes e inseparáveis do mesmo disponível no site www.transparencia.novamamore.ro.gov.br e www.licitanet.com.br., Valor estimado para a aquisição é de **R\$ 36.078,15** (trinta e seis mil, setenta e oito reais e quinze centavos).

Nova Mamoré - RO, 23 de abril de 2020.

SÍLVIO FERNANDES VILLAR

Pregoeiro Oficial
Decreto nº 4.853-GP/2018

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:576EDC32

**COORDENADORIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 065 - GP/2020**

Portaria nº 065 - GP/2020 Em, 03 de Março de 2020.

“Dispõe sobre a **READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO** da servidora *Eva Vieira de Castro*”.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 3º da Lei de nº 1.573-GP/2.020 que assegura a concessão do benefício de Readaptação de Servidor;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Readaptação Funcional, por um período de 180 (Cento e Oitenta Dias) a servidora *Eva Vieira de Castro* portador do RG nº 452.934, CPF nº 329.290.561-34 matrícula nº879 efetiva na função de Professor Nível I, 25 Horas Semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, com início em 09 de Janeiro de 2020,e término em 06 de julho de 2020 conforme laudo de avaliação Médica nº 022/2020, constante do Processo Administrativo de nº 675/COMAD/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de Janeiro de 2.020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Nova Mamoré-RO, em 03 de Março de 2.020.

CLAUDIONOR LEME DA ROCHA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Aline de Jesus Pereira

Código Identificador:EBE23DE8**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.540 - GP/2020.**

Decreto nº 5.540 - GP/2020. Em 20 de abril de 2020.

“REVOGA OS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 5.501 – GP/2020 e Nº 5.519 – GP/2020 E ESTABELECE MEDIDAS PARA O FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, PARA OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS EM GERAL E OUTRAS ATIVIDADES E DETERMINA AS PROVIDÊNCIAS E MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO, PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO E MITIGAÇÃO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Nova Mamoré, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 75 da Lei Orgânica do Município e conforme o artigo 196 da Constituição Federal, **CONSIDERANDO** que a Organização Mundial da Saúde declarou a infecção humana do novo Coronavírus (COVID-19) pandemia, com declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN);

CONSIDERANDO que conforme a portaria nº 454 de 20 de março de 2020, o Ministério da Saúde declarou estado de transmissão comunitária do Novo Coronavírus (COVID-19) em todo o território da Federação;

CONSIDERANDO os atos do Governo do Estado de Rondônia – Decreto Nº 24.919 de 05 de abril de 2020, modificado pelo Decreto Nº 24.961 de 17 de abril de 2020, que compete aos municípios regulamentar o funcionamento e a permanência das atividades de âmbito local;

CONSIDERANDO que compete ao município legislar sobre os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme estabelece a Constituição do Estado de Rondônia em seu Art. 122, concomitante aos incisos II, V, VII e VIII do Art. 30 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que não há casos confirmados ou suspeitos do Novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Nova Mamoré e que não houve alteração ou sobrecarga nas unidades de saúde;

CONSIDERANDO que é de responsabilidade do Município a oferta de saúde na Atenção Básica, Vigilâncias em Saúde e Média Complexidade (Hospital Municipal Antônio Luiz de Macedo);

CONSIDERANDO que a ala de isolamento do Hospital Municipal Antônio Luiz de Macedo, bem como os 02 (dois) respiradores mecânicos instalados seque foram utilizados;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que define os serviços públicos e atividades essenciais, sem contudo, representar um rol taxativo de atividades autorizadas a funcionar;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus, em especial o Art. 3º em seus parágrafos 1º e 7º (Incisos II e III);

CONSIDERANDO a previsão de impactos nas finanças públicas decorrentes desta pandemia, já explicitado pela União e Estado de Rondônia, através do reconhecimento de Calamidade Pública, evidenciando a eventual necessidade de descumprimento das metas fiscais e demonstrando que os impactos alcançarão os entes municipais;

CONSIDERANDO a evidente necessidade de estabelecer um plano de resposta ao evento:

DECRETA

Art. 1º - Estabelece Estado de Calamidade Pública no âmbito do Município de Nova Mamoré, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais - COBRADE 1.5.1.1.0 (COVID-19), de acordo com o art. 1º do Decreto nº 24.887, de 20 de março de 2020, do Governo do Estado de Rondônia, que declara Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Rondônia, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo Novo Coronavírus - COVID-19.

**CAPÍTULO I
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E SERVIDORES**

Art. 2º - Fica prorrogada, até 30/04, a suspensão das aulas presenciais em todos os estabelecimentos de ensino da rede municipal e recomendada a suspensão das aulas em estabelecimentos de ensino de outras esferas, inclusive nos privados.

§ 1º - Fica determinado à Secretaria Municipal de Educação – SEMED que faça os ajustes necessários para o cumprimento do calendário escolar após o retorno das aulas.

Art. 3º - O funcionamento dos demais órgãos municipais fica assim estabelecido:

§ 1º - O hospital municipal e os postos de saúde permanecerão funcionando em expediente normal.

§ 2º - Os demais órgãos e entidades integrantes da estrutura administrativa municipal retornarão o atendimento ao público a partir de 22/04/2020, com expediente reduzido: das 8:00 às 12:00 h, organizados em escala de plantão, evitando assim, o contato e potencial proliferação do vírus.

§ 3º - Os órgãos e entidades da estrutura administrativa municipal deverão obedecer as mesmas regras determinadas aos empreendimentos privados dispostas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do Artigo 15, deste decreto.

§ 4º - Ficam suspensas quaisquer atividades internas de capacitação, treinamento ou reuniões que envolvam aglomerações de pessoas, exceto as de extrema relevância para tratar da pandemia.

Art. 4º - Ficam dispensados de seus postos de trabalho pelo prazo de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogados por iguais períodos:

I – servidores com 60 (sessenta) ou mais anos de idade;

II – servidoras grávidas;

III – servidoras lactantes;

IV – servidores com doenças crônicas, com a apresentação de laudo médico.

Art. 5º - Servidores que apresentarem sintomas do vírus ou casos em familiares que estejam sob investigação epidemiológica, será emitida licença compulsória de 14 (quatorze) dias.

Art. 6º - A chefia imediata poderá designar, quando possível e necessário, atividades a serem exercidas por estes servidores que estarão dispensados de seus postos de trabalho no sistema de teletrabalho, com a indicação dos prazos de execução e o acompanhamento das entregas.

Art. 7º - Havendo necessidade, fica autorizada a convocação de servidores que estejam no gozo de férias, licença prêmio ou afastamento ao retorno de suas atividades, na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Art. 8º - Os servidores que ocupam cargos de fiscalização (e/ou atuem nos órgãos de fiscalização do Poder Executivo Municipal) ficam neste ato convocados para realizarem as ações fiscalizatórias de eventuais descumprimentos das medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19.

§ 1º - Incluem-se na convocação constante do *caput*, os seguintes cargos/órgãos do Poder Executivo Municipal:

I - Fiscal de Vigilância Sanitária – SEMUSA, Fiscal de Rendas – SEMFPA, Fiscal de Meio Ambiente – SEMAT, Fiscal de Transporte e Trânsito – SEMOTRAN;

II – Assessores, Diretores e demais servidores que exercem suas funções nos órgãos de fiscalização citados.

§ 2º - As equipes de fiscalização deverão ser compostas por 03 (três) integrantes, sendo pelo menos 01 (um) destes ocupantes de um dos cargos elencados no inciso I do parágrafo § 1º. deste artigo.

§ 3º - As ações fiscalizatórias serão coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde e deverão ocorrer através de um cronograma de fiscalização ou a partir de denúncias recebidas.

Art. 9º. - Ficam suspensos os prazos de processos administrativos disciplinares, tomada de contas e sindicâncias que porventura estejam em andamento;

Art. 10. - Fica determinado à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA que promova a orientação aos órgãos públicos, instituições filantrópicas, instituições religiosas e estabelecimentos comerciais em geral quanto a prevenção ao Novo Coronavírus COVID-19 e adote um planejamento estratégico de enfrentamento a esta pandemia mundial.

Art. 11. - Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para a aquisição de equipamentos hospitalares, medicamentos e insumos, a contratação de profissionais, obras e serviços da área de saúde nos termos do art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e do Inciso IV do artigo 24 da Lei 8.666 de 21.06.1993.

CAPÍTULO II DO COMITÊ DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS

Art. 12. - Fica instituído o Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus, com a finalidade de coordenar as ações do Poder Público Municipal, visando a prevenção e o combate à disseminação do COVID-19 no Município de Nova Mamoré.

Art. 13. - O Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus é constituído pelos seguintes membros:

- I - Prefeito do Município;
- II – Secretário Municipal de Saúde;
- III – Administrador do Hospital Municipal;
- IV – Coordenador da Atenção Básica Municipal;
- V – Diretor da Vigilância Epidemiológica;
- VI – Diretor da Vigilância Sanitária;
- VII – Secretário Municipal de Assistência Social;
- VIII – Secretário Municipal de Educação;
- IX – Assessor Jurídico do Município de Nova Mamoré;
- X - Representantes da Câmara Municipal;
- XI – Representante da Polícia Militar;
- XII – Representante da Polícia Civil;
- XIII - Representante do Corpo de Bombeiros Militar;
- XIV – Representante da Associação Comercial;
- XV – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- XVI - Representantes da Igreja Católica, Evangélicas e demais entidades religiosas.

§ 1º O Comitê a que alude esse dispositivo será presidido pelo Prefeito do Município de Nova Mamoré, devendo ser substituído em suas ausências e impedimentos pelo Secretário Municipal de Saúde.

§ 2º O Comitê se reunirá, de forma ordinária, semanalmente, para fins de deliberação e acompanhamento das ações e medidas aplicadas e extraordinariamente sempre que devidamente convocado por qualquer de seus membros.

§ 3º Outras instituições e profissionais poderão ser convidados para subsidiar os trabalhos do Comitê;

Art. 14. - Compete ao Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19): planejar, coordenar e controlar as medidas de prevenção e enfrentamento ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19);

CAPÍTULO III DOS EMPREENDIMENTOS PRIVADOS

Art. 15. – Conforme estabelecido no Decreto Estadual Nº 24.961 de 17 de abril de 2020, que compete aos municípios regulamentar o funcionamento e a permanência das atividades de âmbito local, fica autorizado o funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em geral, devendo adotar as seguintes medidas:

- I – Todos os funcionários/colaboradores devem usar máscaras, bem como, os clientes que adentrarem ao estabelecimento;
- II - O funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços deve ser realizado com equipes reduzidas;
- III – Na entrada do estabelecimento, deve ser disponibilizado álcool gel 70% ou álcool 70%. Na hipótese que não ser possível disponibilizá-los, deve ser disponibilizada água, sabão líquido e papel toalha descartável para que seja realizada a higienização;
- IV – Controle do fluxo dentro do estabelecimento, permitindo uma quantidade mínima, não superior a 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade normal, observando-se o espaço disponível para circulação e o distanciamento entre as pessoas;

V – Controle do fluxo de filas internas e externas ao estabelecimento, com distanciamento de 02 (dois) metros entre os clientes;

VI - A lotação nestes estabelecimentos não poderá exceder a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento, bem como de pessoas sentadas.

VI I – Higienização do ambiente interno durante o funcionamento e com mais frequência de: balcões, bancadas, maquinetas de cartões, terminais eletrônicos, maçanetas, torneiras, descargas sanitárias, vasos sanitários, pias, etc;

VIII – Onde houver possibilidade, deixar janelas e portas abertas para permitir a circulação de ar;

§2º Os empreendimentos deverão, na sua totalidade, disponibilizar sistema de atendimento eletrônico ou por telefone, bem como, a entrega em domicílio, de acordo com a natureza da atividade, permitindo, assim, que os clientes que estejam impossibilitados de saírem de suas residências ou que assim optarem, tenham acesso aos bens e/ou serviços oferecidos.

Art. 16. – Os restaurantes, lanchonetes, bares, conveniências, padarias, sorveterias e similares devem obedecer algumas determinações:

I – As mesas para consumo devem estar dispostas a uma distância em que os clientes sentados fiquem distantes 02 (dois) metros dos clientes de outra mesa;

II – Não será permitida a junção de mesas e grupos maiores que 04 (quatro) clientes e nem consumo no balcão;

III – Durante toda a permanência dos clientes no estabelecimento, os mesmos devem usar máscaras, que só serão dispensadas no momento de consumo;

IV – Não será permitida a prática de jogos como: baralho, dominó, sinuca e outros que causam concentração de pessoas;

V – Não será permitido, nestes estabelecimentos, som ao vivo, som mecânico, som automotivo e TV ou projeção de imagens;

VI – Os restaurantes podem adotar outros meios de servir as refeições, como: prato feito, comercial, etc. Em caso de buffet, as refeições serão servidas por um funcionário do estabelecimento, com máscara, luva e toca para que seja evitado o contato de várias pessoas aos utensílios e os clientes devem aguardar sentados a vez de se servirem, sendo permitido apenas 01 (um) por vez na fila de retirada da refeição; destes estabelecimentos, excepcionalmente, em virtude da situação atual, não pode exceder às 23:00 h.

Art. 17. – As lojas de confecções e de calçados devem colocar as peças que forem provadas pelos clientes em local reservado, sem contato com outros clientes, por um período de 02 (dois) dias, em local arejado, procedendo higienização das mesmas quando for possível e somente após este período poderão ser novamente expostas aos clientes.

Art. 18. – Os salões de beleza, barbeiros e clínicas de estética devem realizar somente atendimentos agendados, sem fila de espera presencial e somente 01 (um) cliente por ambiente, respeitando as regras de distanciamento e realizando a higienização do ambiente e dos instrumentos reutilizáveis após cada atendimento.

Art. 19. – As clínicas de fisioterapia, estúdios de pilates e academias de musculação devem observar o distanciamento entre os clientes e atenderem, no máximo 04 (quatro) clientes por sessão, quando o espaço permitir, procedendo a higienização dos equipamentos e do ambiente após cada sessão.

Art. 20. – As clínicas médicas, odontológicas, laboratórios e outros serviços de atendimento à saúde deverão as mesmas regras de distanciamento e higienização aplicadas aos demais estabelecimentos.

Art. 21. – Os estabelecimentos comerciais de grande concentração e aproximação de pessoas tais como: clubes, danceterias, boates e similares e a realização de eventos públicos e privados que também pela sua natureza aglomeram pessoas estão proibidos o funcionamento e a realização.

Art. 22. - Todos os estabelecimentos autorizados a funcionar, deverão preencher o Termo de Responsabilidade Sanitária, que será disponibilizado na página eletrônica da Prefeitura Municipal, no endereço: www.novamamore.ro.gov.br, assinar pelo representante legal e encaminhar à Prefeitura Municipal no seguinte endereço eletrônico: gabinete@novamamore.ro.gov.br.

Art. 23. – Os estabelecimentos comerciais que não cumprirem com as exigências para funcionamento estabelecidas neste decreto sofrerão sanções na seguinte ordem:

- a) Notificação escrita dos itens que estão sendo descumpridos;

b) Aplicação de multa no valor de 05 (cinco) UPFNM caso os itens notificados continuem sendo descumpridos;

c) Suspensão do Alvará de Funcionamento e lacração do estabelecimento.

Art. 24. A feira livre municipal e a feira da agricultura familiar devem adotar todos os cuidados comuns aos estabelecimentos.

Art. 25. A atividade de mototáxi, será permitida somente com a utilização de capacete do passageiro, não sendo permitido o mototáxi disponibilizar o capacete. Após cada corrida, deve ser feita a higienização da motocicleta, em especial as áreas de contato com o mototáxi e o passageiro.

Art. 26. As atividades de táxi e de transporte coletivo, por serem, em sua maioria, de âmbito intermunicipal, obedecerão as exigências constantes nos decretos estaduais.

CAPÍTULO IV

DAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO E PRECAUÇÃO

Art. 27. O uso de máscaras é obrigatório a todos os munícipes, seja em ambientes abertos ou ambientes fechados, sendo dispensado somente para a realização de refeições.

Art. 28. Fica recomendado que idosos acima de 60 (sessenta) anos, crianças e adolescentes até 14 (quatorze) anos, pessoas com doenças crônicas e servidores públicos afastados de suas atividades pelos motivos constantes nos artigos 4º e 5º deste decreto, permaneçam em casa e saiam somente em situações excepcionais.

Art. 29. O munícipe residente no Município de Nova Mamoré, que tomar conhecimento de pessoa que se encontra de passagem ou residente, proveniente de outro país, estado ou município, deve comunicar às autoridades sanitárias municipais, através do telefone/whatsapp Disque Corona (69) 99900-4415 afim de que possam ser tomadas as devidas providências.

Parágrafo único: Mesmo a pessoa não apresentando os sintomas da doença, deverá permanecer em isolamento domiciliar por no mínimo 14 (quatorze) dias e caso não respeite este período, poderá sofrer sanções de acordo com a legislação vigente.

Art. 30. – Os munícipes que necessitarem de orientações médicas e de serviços de saúde da Atenção Primária (postos de saúde), podem entrar em contato através do telefone/whatsapp Disque Atenção Primária (69) 99938-4967.

Art. 31. – Os serviços oferecidos via telefone/whatsapp nos artigos 20 e 30 deste decreto estão disponíveis no horário das 08:00 às 12:00 h e das 14 às 18:00 h, de segunda a sexta-feira em dias úteis. Em feriados e finais de semana, o cidadão poderá acionar os serviços de emergência: Hospital 192 e Polícia Militar 190.

Artigo 32. – Será realizado um processo de sanificação de diversos espaços públicos como forma de prevenção. O objetivo é diminuir a circulação de microrganismos críticos para a saúde pública, desinfetando locais de maior circulação de pessoas.

Art. 33 - Fica vedado o compartilhamento de utensílios usuais em especial aos jovens, tais como Chimarrão, tererê e narguilé.

Art. 34. – Fica proibida a aglomeração de pessoas em espaços públicos e privados, podendo ser responsabilizados de acordo com a legislação vigente os que fizerem uso desta prática.

Art. 35. - Fica autorizada a realização de barreiras sanitárias no território do município afim de controlar as entradas e orientar as pessoas que transitam.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, acrescentando-se outras, a depender da fase epidemiológica do contágio e da evolução dos casos no Município.

§ 1º O Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus poderá propor alterações de flexibilização ou de restrição às medidas adotadas no presente decreto sempre que necessário for. Art. 37. - Este Decreto entra em vigor, revogando as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 5.501 -GP/2020 e nº 5.519-GP/2020, a partir da publicação deste, sem prejuízo do que se estabeleceu através dos mesmos até a presente data.

Palácio 21 de julho, em 20 de abril de 2020.

CLAUDIONOR LEME DA ROCHA

Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:

Jonas Rabelo Vieira

Código Identificador:18B74220

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

Unidade Solicitante: SEMSAU

Período de Afastamento	Saída: 24/04/2020. Chegada: 24/04/2020.	Nº de Diárias		
		V. Unitário	01 de 30%	R\$ 93,92
		V. Unitário		
Cidade/UF:	Cacoal/RO	Valor Total		R\$ 93,92
Diária com Pernoite		Sem Pernoite		x
Meio de Locomoção: Terrestre				

DADOS DO FAVORECIDO

Nome: André Gonçalves de Aragão
Cargo/Função: Motorista Lotação: SEMSAU
CPF nº: 355.699.642-15 RG: 375.446 SSP/RO
Endereço: Rua Travessa Amazonas Bairro: Centro
Cidade/Estado: Nova União - RO. Telefone: 69 99267-0503
Banco: Banco Do Bradesco Agência: 0734- 0 Conta: 540.693-5

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

O referido servidor lotado no Hospital Municipal irá deslocar-se deste Município de Nova União – RO, no dia 24.04.2020 as 06h00min com retorno no dia 24.04.2020 sem previsão de horário de chegada com destino até a cidade de Cacoal-RO, onde irá realizar o transporte dos pacientes para exames e consultas. Conforme lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância líquida de R\$ 93,92 (noventa e três reais e noventa e dois centavos), referente ao constante nas especificações acima, e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.

André Gonçalves de Aragão
RG: 375.446 SSP/RO

Nova União/RO

Autorizado em: 23.04.2020

DANIELA SOUZA DE PAULA OLIVEIRA

Secretária Mun. de Saúde

Portaria nº 055 de 14/02/2020

ADINAEI DE AZEVEDO

Prefeito

Publicado por:

Yuri Carlos da Silva

Código Identificador:2707E306

P M N U - RO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 375-1/2020

INTERESSADO: Semsau

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atender pacientes por determinação judicial.

Adinael de Azevedo, Prefeito do Município de Nova União, em observação ao disposto no art. 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/93 e com base no que consta nos autos do Processo Administrativo nº 375-1/2020 especial atenção aos pareceres jurídicos exarados pela Procuradoria Municipal, **HOMOLOGA** a Licitação na modalidade de Dispensa de Licitação n. 019/2020, e **ADJUDICA** o objeto deste feito à:

Farmácia e Drogaria Guiomar Ltda - EPP, inscrito no CNPJ n. **15.864.150/0001-10**, no valor de R\$ 9.374,40 (nove mil trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).

Publique-se,

Registre-se.

Nova União – RO, 23 de abril de 2020.

ADINAEI DE AZEVEDO

Prefeito

Publicado por:

Yuri Carlos da Silva

Código Identificador:A11A815E

P M N U - RO**PROJETO DE LEI Nº 704 DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Revisa o plano plurianual de 2018/2021 para inclusão de ações e dotações novas no exercício de 2020, priorizam metas nas diretrizes orçamentárias para 2020 e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2020.

Adinael de Azevedo, Prefeito de Nova União/RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerando o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual - PPA 2018/2021 - do Município de Nova União, estatuído pela Lei nº 564, de 15 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 18.105,68 (Dezoito mil cento e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Art. 2º Ficam priorizadas novas metas nas Diretrizes Orçamentárias, estatuídas pela Lei nº 661, de 20 de dezembro de 2019.

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento de 2020, estabelecido pela Lei nº 674, de 23 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 18.105,68 (Dezoito mil cento e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Parágrafo único. O crédito adicional especial autorizado no *caput*, a ser aberto por decreto, observará a classificação orgânica, funcional, programática e econômica

02.06.10.302.0011.2126.3.3.90.30 - ficha (272) 18.105,68.

Poder	02	Poder Executivo
Órgão	06	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Subfunção	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa	0011	Ações do SUS
Ação	2126	Enfrentamento ao Covid 19
Categoria econômica	3	Despesas Correntes
Grupo de despesa	3	Outras Despesas Correntes
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas
Elemento de despesa	30	Material de Consumo

Art. 4º O crédito autorizado na forma do artigo anterior será suprido:

a) pelo excesso de arrecadação os recursos serão oriundos do FNS através da resolução 107/2020 SESA - CIB para enfrentamento da pandemia COVID-19, no valor de R\$ 18.105,68 (Dezoito mil cento e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

ADINAEI DE AZEVEDO

Prefeito

Publicado por:

Yuri Carlos da Silva

Código Identificador:2700360C

P M N U - RO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 394-1/2020****INTERESSADO: Semsau****OBJETO: Aquisição de protetores faciais para uso dos profissionais da Secretaria de Saúde para enfrentamento ao Corona vírus – Covid-19**

Adinael de Azevedo, Prefeito do Município de Nova União, em observação ao disposto no art. 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/93 e com base no que consta nos autos do Processo Administrativo nº 394-1/2020 especial atenção aos pareceres jurídicos exarados pela Procuradoria Municipal, **HOMOLOGA** a Licitação na modalidade de Dispensa de Licitação n. 022/2020, e **ADJUDICA** o objeto deste feito à:

A B C Comercio e Representações Ltda - ME, inscrito no CNPJ n. **34.749.515/0001-00**, no valor de R\$ 1.630,00 (Hum mil seiscentos e trinta reais).

Publique-se,

Registre-se.

Nova União – RO, 23 de abril de 2020.

ADINAEI DE AZEVEDO

Prefeito

Publicado por:

Yuri Carlos da Silva

Código Identificador:73823DD3

P M N U - RO**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nº. 022/2020.

A Prefeitura Municipal de Nova União, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que os autos do processo administrativo Nº 394-1/2020/SEMSAU, Aquisição de protetores faciais para o uso dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde para enfrentamento do coronavírus – covid – 19.

A favor de: **A B C COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME**, CNPJ Nº 34.749.515/0001-00.

Valor de R\$ 1.630,00 (um mil seiscentos e trinta reais).

Foram dispensados os procedimentos licitatórios.

Em virtude do Art. 24 da Lei federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 de (08 de junho de 1.994) e o Decreto Nº 9.412, de 18 de junho de 2018 prescreve.

Art. 24. É dispensável a licitação

II- Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite na alínea "a", do Inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas de uma só vez.

Assim sendo, e, com base no exposto, torna – se dispensado a licitação.

.Nova União – RO, 23 de abril de 2020.

DAVI CALANDRELLI

Presidente da CPL

Portaria 099 de 23/04/2018

Publicado por:

Yuri Carlos da Silva

Código Identificador:4D30561F

P M N U - RO**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nº. 021/2020.

A Prefeitura Municipal de Nova União, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que os autos do processo administrativo Nº 403-1/2020/SEMSAU, Aquisição de álcool em gel 70% para uso dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e Semplacaf para enfrentamento do coronavírus – covid – 19..

A favor de: TECHMED ENGENHARIA HOSPITALAR LTDA, CNPJ Nº 12.704.512 /0001-18.

Valor de R\$ 7.110,00 (sete mil cento e dez reais).

Foram dispensados os procedimentos licitatórios.

Em virtude do Art. 24 da Lei federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 de (08 de junho de 1.994) e o Decreto Nº 9.412, de 18 de junho de 2018 prescreve.

Art. 24. É dispensável a licitação

II- Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite na alínea "a", do Inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas de uma só vez.

Assim sendo, e, com base no exposto, torna – se dispensado a licitação.

.Nova União – RO, 23 de abril de 2020.

DAVI CALANDRELLI

Presidente da CPL

Portaria 099 de 23/04/2018

Publicado por:

Yuri Carlos da Silva

Código Identificador:8B939137

P M N U - RO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº. 020/2020.

A Prefeitura Municipal de Nova União, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que os autos do processo administrativo Nº 392-1/2020/SEMAS, aquisição de máscaras para atendimento das famílias carentes acompanhadas pela equipe do CRAS para enfrentamento do coronavírus – covid – 19.

A favor de: SCHULTZ & ROSSI LTDA, CNPJ Nº 07.464.708/0001-42.

Valor de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte cinco reais).

Foram dispensados os procedimentos licitatórios.

Em virtude do Art. 24 da Lei federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 de (08 de junho de 1.994) e o Decreto Nº 9.412, de 18 de junho de 2018 prescreve.

Art. 24. É dispensável a licitação

II- Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite na alínea "a", do Inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas de uma só vez.

Assim sendo, e, com base no exposto, torna – se dispensado a licitação.

.Nova União – RO, 23 de abril de 2020.

DAVI CALANDRELLI

Presidente da CPL

Portaria 099 de 23/04/2018

Publicado por:

Yuri Carlos da Silva

Código Identificador:003D0BED

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020, PROCESSO Nº 351

**PUBLICAÇÃO Nº 232 /2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2020**

AVISO DE ADJUDICAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação do Município de Novo Horizonte do Oeste - Estado de Rondônia; na pessoa da Senhora **GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA**, portadora da Carteira de Identidade RG:1.495.286 SESDC/RO e CPF:991.244.086-20, **Resolve ADJUDICAR**, o objeto da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020**, referente ao **PROCESSO Nº 351/SEMECE/2020** e autoriza empenhar despesa no valor de **R\$ 15.980,00 (Quinze mil nozentos e oitenta reais)**, conforme segue.

EMPRESA: ENSAIOS METROLOGICOS E
CRONOTACOGRAFOS AMAZONIA LTDA - CNPJ:
11.189.496/0001-00 **VALOR** : R\$ 15.980,00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TACÓGRAFOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO, em conformidade com o Art. 24, inciso II. da lei 8.666/93 e suas alterações.

Novo Horizonte do Oeste-RO, 23 de abril de 2020.

GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Educação

**PUBLICAÇÃO Nº 232 /2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2020**

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação do Município de Novo Horizonte do Oeste - Estado de Rondônia; na pessoa da Senhora **GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA**, portadora da Carteira de Identidade RG:1.495.286 SESDC/RO e CPF:991.244.086-20, **Resolve HOMOLOGAR**, o objeto da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020**, referente ao **PROCESSO Nº 351/SEMECE/2020** e autoriza empenhar despesa no valor de **R\$ 15.980,00 (Quinze mil nozentos e oitenta reais)**, conforme segue.

EMPRESA: ENSAIOS METROLOGICOS E
CRONOTACOGRAFOS AMAZONIA LTDA - CNPJ:
11.189.496/0001-00 **VALOR** : R\$ 15.980,00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TACÓGRAFOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO, em conformidade com o Art. 24, inciso II. da lei 8.666/93 e suas alterações.

Novo Horizonte do Oeste-RO, 23 de abril de 2020.

GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Educação

PUBLICAÇÃO Nº 232 /2020**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2020****AVISO DE RATIFICAÇÃO**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Novo Horizonte do Oeste - Estado de Rondônia; na pessoa da Senhora **GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA**, portadora da Carteira de Identidade RG:1.495.286 SEDC/RO e CPF:991.244.086-20, **Resolve RATIFICAR**, o objeto da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020**, referente ao **PROCESSO Nº 351/SEMECE/2020** e autoriza empenhar despesa no valor de **R\$ 15.980,00 (Quinze mil noventa e oitenta reais)**, conforme segue.

EMPRESA: ENSAIOS METROLOGICOS E
CRONOTACOGRAFOS AMAZONIA LTDA - CNPJ:
11.189.496/0001-00 **VALOR** : R\$ 15.980,00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TACÓGRAFOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO, em conformidade com o Art. 24, inciso II. da lei 8.666/93 e suas alterações.

Novo Horizonte do Oeste-RO, 23 de abril de 2020.

GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Educação

Publicado por:

Elias de Oliveira

Código Identificador:8C6FA032

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 041/CPL/2020

A Estância Turística Ouro Preto do Oeste – RO, por meio do Pregoeiro nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.867/GAB/17, torna público que realizará a Licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/CPL/20, Tipo Menor Preço** e será julgada pelo **Menor Preço Por LOTE**, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Federais nº 3.555/00 e 5.450/05, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e também a Lei complementar nº 123/2006.

TENDO COMO OBJETO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA TAIS COMO: ÁGUA SANITÁRIA, ÁLCOOL, BOTAS, CERA, DETERGENTE, ESCOVA, ESPONJA, FÓSFORO, INSETICIDA, PANO DE PRATO E OUTROS. Para atendimento das atividades de manutenção do **HOSPITAL MUNICIPAL**. Conforme as especificações mínimas contidas no termo de referência do Processo Administrativo nº **0848/SEMSAU/2020**. No valor de **R\$ 89.170,93 (Oitenta e nove mil, cento e setenta reais e noventa e três centavos)**. Exclusivo para participação de Microempresa e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar 147 de 2014. O envio das propostas poderá ser feito **das 9h00 do dia 29/04/2020 até às 9h00 do dia 12/05/2020. Início da Sessão Pública virtual será às 10h30 do dia 12/05/2020 (Horário de Brasília)**. O edital se encontra a disposição nos sites www.licitanet.com.br e www.ouropretodoeste.ro.gov.br para conhecimento, sendo que a sessão pública será pelo site www.licitanet.com.br. Horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO, sito à Av. Daniel Comboni nº 1156, Jardim Tropical, de Segunda à Sexta Feira, exceto

feriados, em horário de expediente das 07:30 às 13:30 horas, para maiores informações através do (Telefones: 69 (3461- 5269) (3461-4795) e (3461-5167).

Estância Turística Ouro Preto do Oeste/RO, 23 de abril de 2020.

ELIABE LEONE DE SOUZA

Pregoeiro /CPL

Dec. 13.069/GAB/20

Publicado por:

Eliabe Leone de Souza

Código Identificador:6BFA8B04

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 042/CPL/2020

A Estância Turística Ouro Preto do Oeste – RO, por meio do Pregoeiro nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.867/GAB/17, torna público que realizará a Licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/CPL/20, Tipo Menor Preço** e será julgada pelo **Menor Preço Por LOTE**, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Federais nº 3.555/00 e 5.450/05, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e também a Lei complementar nº 123/2006.

TENDO COMO OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAPAS DE PROCESSOS E ETIQUETAS AUTO ADESICAS. Para atendimento das atividades da **SEMAD**. Conforme as especificações mínimas contidas no termo de referência do Processo Administrativo nº **0936/SEMAD/2020**. No valor de **R\$ 8.520,00 (Oito mil, quinhentos e vinte reais)**. Exclusivo para participação de Microempresa e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar 147 de 2014. O envio das propostas poderá ser feito **das 9h00 do dia 29/04/2020 até às 9h00 do dia 12/05/2020. Início da Sessão Pública virtual será às 10h00 do dia 12/05/2020 (Horário de Brasília)**. O edital se encontra a disposição nos sites www.licitanet.com.br e www.ouropretodoeste.ro.gov.br para conhecimento, sendo que a sessão pública será pelo site www.licitanet.com.br. Horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO, sito à Av. Daniel Comboni nº 1156, Jardim Tropical, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07:30 às 13:30 horas, para maiores informações através do (Telefones: 69 (3461- 5269) (3461-4795) e (3461-5167).

Estância Turística Ouro Preto do Oeste/RO, 23 de abril de 2020.

ELIABE LEONE DE SOUZA

Pregoeiro /CPL

Dec. 13.069/GAB/20

Publicado por:

Eliabe Leone de Souza

Código Identificador:9201F13F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA 002/2020

A Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste, por meio da Comissão Permanente de Licitações, informa a quem possa interessar, que na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 003/2020**, da empresa **HEROPEÇAS LTDA – ME**, do Processo n. 737/SRP/2020, tendo em vista o equívoco cometido na digitação, na página n. 331:

ONDE SE LÊ:

ENDEREÇO: Avenida Aracajú, **556** – Bairro Riachuelo, Ji-Paraná – RO

LEIA-SE:

ENDEREÇO: Avenida Aracajú, 527 – Bairro Riachuelo, Ji-Paraná – RO.

Publique-se para que cumpra seus efeitos legais.

Ouro Preto do Oeste-RO, 23 de abril de 2020.

ELIABE LEONE DE SOUZA

Pregoeiro - Dec. 10.867/2017

Publicado por:
Eliabe Leone de Souza
Código Identificador:E14813AA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE
PREÇOS Nº 003/CPL/2020

A Estância Turística Ouro Preto do Oeste, por meio da Comissão Permanente de Licitação nomeada pelo Decreto nº 13.068/GP/20, torna público os autos do Processo Administrativo nº. 0997/SEMINFRA/2020, que será realizada a sessão pública no **DIA 14 DE MAIO DE 2020 ÀS 09h00m** na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitações, localizada na Av. Daniel Comboni nº. 1156 no prédio da Prefeitura onde funciona a sede do Município, a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 003/CPL/20**, do tipo Menor preço global, tendo como OBJETO: **Contratação de Empresa Especializada para executar o serviço de pavimentação de vias urbanas com blocos sextavados em concreto com área total a ser construída de 3.447,50m² e 1.177,00 metros linear de meio fio, na Estância Turística Ouro Preto do Oeste/RO.** Nos termos do Projeto Básico, especificações técnicas e demais documentos que instrui o **Processo Administrativo nº. 0997/SEMINFRA/2020 (Conforme os serviços e materiais constantes na planilha orçamentária e composição de custo).** No valor global de **R\$ 250.398,31 (Duzentos e cinquenta mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos).** Proveniente de recursos do convênio nº **063/15/PJ/DER/RO. (Processo nº 01-1420.02988-0001/2015).** A pasta técnica impressa, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, estará à disposição para consulta, no endereço supramencionado no horário comercial, das 7:30 às 13:30 hs de 2ª a 6ª feira os interessados poderão obter a cópia impressa integral do edital. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação. Através dos (Telefones: 69 (3461- 2416), (3461-5269) e (3461-4795).

Ouro Preto do Oeste/RO, 23 de abril de 2020.

ELIABE LEONE DE SOUZA

Presidente /CPL/DEC/GP/13.068/20

Publicado por:
Eliabe Leone de Souza
Código Identificador:4F5CB65C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA BUENO

CENTRAL DE COMPRAS
AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
32/2020

A Prefeitura do Município de Pimenta Bueno/RO, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados através do Decreto Municipal nº5266/2019 de 11 de Junho de 2019, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.** Objeto: Aquisição de Equipamento Retroprojektor. Valor médio estimado para aquisição é na ordem de **R\$37.230,00 (trinta e sete mil e duzentos e trinta reais),** visando atender às necessidades da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura e Turismo da Prefeitura de Pimenta Bueno/RO. Fica a mesma **SUSPENSA,** por tempo indeterminado para readequação do Edital.

Informações na Av. Castelo Branco, nº 1046 – Pimenta Bueno – RO, CEP 76.970-000 Fone (69) 3451-2593 ou 3451-4037, Edital no Site **www.licitanet.com.br**

Pelos telefones: **(34) 3014-6633 e (34) 99807-6633 - ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.**

Pimenta Bueno-RO, 23 de abril de 2020.

JULIANA SOARES LOPES

Pregoeira – Portaria 015/2020/SEMAF

Publicado por:
Francimar Saraiva Mendes
Código Identificador:BA15CA63

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DA
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

Publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 18/03/2020, Edição 2673.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, referente ao processo nº 5952/2019.

Nos valores dos fornecedores a seguir onde se lê:

BERNADETE BERNARDO R\$ 8.939,50; CELMA MIRANDA GOMES R\$ 11.754,21; CARLOS FERREIRA NUNES R\$ 10.854,36; GEDEON VAZ DE SOUZA R\$ 19.679,12; GERALDO LOPES BENEVIDES R\$ 9.461,88; GENIVALDO MESSIAS DA SILVA R\$ 12.151,66; IVONE COSTA DA SILVA R\$ 7.687,12; LUIZ HENRIQUE DA SILVA POMECHINSKI R\$ 6.254,40; MESSIAS NEVES DE JESUS R\$ 10.832,56; VALDOMIRO VELOSO R\$ 7.921,12; VILMA MARIA DA SILVA R\$ 7.215,92; VARLEI PEREIRA DE LIMA R\$ 5.531,79; NILCINHO PEREIRA DE LIMA R\$ 4.726,79; Totalizando R\$ **226.688,02.**

Leia – se:

BERNADETE BERNARDO R\$ 9.694,10; CELMA MIRANDA GOMES R\$ 13.151,33; CARLOS FERREIRA NUNES R\$ 10.867,11; GEDEON VAZ DE SOUZA R\$ 19.953,12; GERALDO LOPES BENEVIDES R\$ 10.687,18; GENIVALDO MESSIAS DA SILVA R\$ 13.798,68; IVONE COSTA DA SILVA R\$ 7.786,02; LUIZ HENRIQUE DA SILVA POMECHINSKI R\$ 7.076,40; MESSIAS NEVES DE JESUS R\$ 11.578,36; VALDOMIRO VELOSO R\$ 8.118,92; VILMA MARIA DA SILVA R\$ 7.763,92; VARLEI PEREIRA DE LIMA R\$ 6.684,29; NILCINHO PEREIRA DE LIMA R\$ 4.726,79. Totalizando R\$ **235.563,81**

Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU, referente ao processo nº 925/2020.

Nos valores dos fornecedores a seguir onde se lê:

BERNADETE BERNARDO R\$ 3.749,26; CLEONICE APARECIDA DOS SANTOS R\$ 1.288,61; CELMA MIRANDA GOMES R\$ 4.316,50; CARLOS FERREIRA NUNES R\$ 4.316,50; EDUARDO ALMEIDA DA SILVA R\$ 257,92; ELIENE ROCHA DE ALMEIDA R\$ 249,86; GEDEON VAZ DE SOUZA R\$ 7.970,42; GERALDO LOPES BENEVIDES R\$ 1.507,69; GENIVALDO MESSIAS DA SILVA R\$ 3.135,93; IVONE COSTA DA SILVA R\$ 633,69; JOÃO BATISTA DE MOURA R\$ 1.891,63; LUZIA FREISLEBEN R\$ 3.626,80; ROGÉRIO GOBBI R\$ 4.906,03; ROSIMAR APARECIDA TASSINARI R\$ 2.922,65; ROSECLAUDIO SANTOS BEZERRA R\$ 3.549,79; VALDIR DE SOUZA CUNHA R\$ 5.146,66; VALDOMIRO VELOSO R\$ 1.397,55; VARLEI PEREIRA DE LIMA R\$ 1.125,18; NILTON SÉGIO HAASE R\$ 8.679,60; NILCINHO PEREIRA DE LIMA R\$ 575,92. Totalizando R\$ **74.901,13.**

Leia –se:

BERNADETE BERNARDO R\$ 3.405,15; CLEONICE APARECIDA DOS SANTOS R\$ 1.060,75; CELMA MIRANDA GOMES R\$ 3.733,06; CARLOS FERREIRA NUNES R\$ 3.703,87; EDUARDO ALMEIDA DA SILVA R\$ 225,68; ELIENE ROCHA DE ALMEIDA R\$ 225,68; GEDEON VAZ DE SOUZA R\$ 7.349,69; GERALDO LOPES BENEVIDES R\$ 1.444,44; GENIVALDO MESSIAS DA SILVA R\$ 2.847,88; IVONE COSTA DA SILVA R\$ 551,98; JOÃO BATISTA DE MOURA R\$ 1.853,38; LUZIA FREISLEBEN R\$ 549,00; ROGÉRIO GOBBI R\$ 3.533,86; ROSIMAR APARECIDA TASSINARI R\$ 2.778,98; ROSECLAUDIO SANTOS BEZERRA R\$ 3.414,90; VALDIR DE SOUZA CUNHA R\$ 3.497,87; VALDOMIRO VELOSO R\$ 1.304,33; VARLEI PEREIRA DE LIMA R\$ 1.354,98; NILCINHO PEREIRA DE LIMA R\$ 551,74. Totalizando **R\$ 66.149,52**.

Pimenta Bueno - RO, 23 de Abril de 2020.

ARISMAR ARAÚJO DE LIMA

Prefeito

Publicado por:
Francismar Saraiva Mendes
Código Identificador:277D4689

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 204/2020 DE, 23 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO-RO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar a senhora ELOIDA GARCIA HERNANDEZ, cubana, solteira, nível superior, portadora da cédula de identidade RG. nº G013106-k CGPI/DIREX/DPF, inscrita no CPF nº 067.854.191-40, residente e domiciliada na Rua Washington Luiz, nº 33, Bairro dos Pioneiros, nesta cidade, do cargo de Assessora Técnica - II, do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Nomear a senhora RAQUEL ROCHA CODOGNO, brasileira, solteira, advogada OAB 7753/RO, portadora da cédula de identidade RG nº 38.058.126 SSP/RO, inscrita no CPF nº 335.305.508-84, residente e domiciliada na Av. Carlos Dorneje, Quadra 04, Casa 28-BNH-I, nesta cidade, para ocupar o cargo de Assessora Técnica - II, do Gabinete do Prefeito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Palácio Vicente Homem Sobrinho,
Pimenta Bueno, 23 de Abril de 2020.

ARISMAR ARAÚJO DE LIMA

Prefeito

Publicado por:
Francismar Saraiva Mendes
Código Identificador:C3EFB921

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 205/2020 DE, 23 DE ABRIL DE 2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO-RO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar senhora KELLY DE ANDRADE SANTOS ALVES, brasileira, casada, ensino médio, portadora da cédula de identidade RG. nº 1053328 SSP/RO, inscrita no CPF nº 002.497.612-11, residente e domiciliada na Rua Campos Sales nº 399, Bairro Vila Nova, nesta cidade, do cargo de Assessora Técnica - II, da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Coordenação Geral.

Art. 2º Nomear a senhora ROSIMEIRE LOPES DA CUNHA, brasileira, solteira, ensino superior, portadora da cédula de identidade RG. nº 590.898 SSP/RO, inscrito no CPF nº 653.550.162 - 00, residente e domiciliado na Rua Pará nº 1.777, Casa B, nesta cidade, para ocupar o cargo de Assessora Técnica - II, da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Coordenação Geral.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Palácio Vicente Homem Sobrinho,
Pimenta Bueno, 23 de Abril de 2020.

ARISMAR ARAÚJO DE LIMA

Prefeito

Publicado por:
Francismar Saraiva Mendes
Código Identificador:54F108D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 206/2020 DE, 23 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO – RO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei. Considerando a Lei Municipal nº 2.261/2017 de 24 de Março de 2017.

R E S O L V E

Art. 1º Designar o servidor WANDERSON PEDRO DE SOUZA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 1186768 SESDEC/RO, inscrito no CPF nº 016.934.232-86, residente e domiciliado no Município de Pimenta Bueno - RO, CNH 05421606992, expedida em 31/01/2020, validade até 30/01/2025, categoria AD, atualmente ocupante da Função de Secretário Escolar da Escola Emanuel Osvaldo Moreira, para dirigir os veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno – RO.

Art. 2º Designar o senhor WELLINGTON BUENO DE SOUZA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 1098467 SESDEC/RO, inscrito no CPF sob o nº 008.820.022-10, residente e domiciliado no Município de Pimenta Bueno - RO, CNH 05690292650, expedida em 30/04/2018, validade até 26/04/2023, categoria AB, para dirigir os veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno – RO.

Art. 3º Designar a senhora LEIDE MARIA FANÇA CARDOSO, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 906666 SESDEC/RO, inscrita no CPF sob o nº 692.815.132-34, residente e domiciliado no Município de Pimenta Bueno - RO, CNH 03868143688, expedida em 16/12/2016, validade até 15/12/2021, categoria AB, para dirigir os veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno – RO.

Art. 4º Designar a senhora CARLA DAIANE MONTEIRO, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 279057 MTE/RO, inscrita no CPF sob o nº 002.723.752-41, residente e domiciliada no Município de Pimenta Bueno - RO, CNH 05426346257, expedida em 13/01/2017, validade até 11/01/2022, categoria AB, para dirigir os veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno – RO. Parágrafo único. Os servidores deverão se responsabilizar pelas eventuais infrações ocorridas no trânsito quando o veículo estiver sob sua direção.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vicente Homem Sobrinho,
Pimenta Bueno, 23 de Abril de 2020.

ARISMAR ARAÚJO DE LIMA

Prefeito

Publicado por:
Francismar Saraiva Mendes
Código Identificador:25A93259

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 207/2020 DE, 23 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO-RO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar senhora ELIZETE CARVALHO BARBOSA, brasileira, divorciada, ensino superior, portadora da cédula de identidade RG. nº 148.354 SSP/RO, inscrita no CPF nº 419.332.062-68, residente e domiciliada na Av. dos Imigrantes nº 423, Bairro Seringal, nesta cidade, do cargo de Assessora de Produção e Campanha da Publicitária, do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Nomear a senhora KELLY DE ANDRADE SANTOS ALVES, brasileira, casada, ensino médio, portadora da cédula de identidade RG. nº 1053328 SSP/RO, inscrita no CPF nº 002.497.612-11, residente e domiciliada na Rua Campos Sales nº 399, Bairro Vila Nova, nesta cidade, para ocupar o cargo de Assessora de Produção e Campanha da Publicitária, do Gabinete do Prefeito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Palácio Vicente Homem Sobrinho,
Pimenta Bueno, 23 de Abril de 2020.

ARISMAR ARAÚJO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Francismar Saraiva Mendes
Código Identificador:1B7CA1AD

GABINETE DO PREFEITO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2020

A Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno – RO torna público a dispensa de licitação nº 16/2020, com base no parecer da Procuradoria Geral do Município, conforme artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, referente a locação de imóvel para instalação de galpão para coleta seletiva, no valor GLOBAL de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), conforme NAD nº 1207/2020 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo - SEMAGRI, fornecedor LOTEAMENTO ALTOE LTDA no CNPJ nº 12.585.298/0001-28, com Endereço: ROD BR 364, Km 186, S/N, Triângulo Verde na cidade de Pimenta Bueno/RO de acordo com as especificações inseridas no processo administrativo nº 328/2020.

Pimenta Bueno - RO, 23 de Abril de 2020.

ARISMAR ARAÚJO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Francismar Saraiva Mendes
Código Identificador:695770DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA PORTARIA SEMEC Nº 16/2020 23 DE ABRIL DE 2020.

A ORDENADORA DE DESPESAS DO MUNICÍPIO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto nº 5.141/2019, e tendo em vista o que consta no Processo nº 2797/2020.

RESOLVE:

Art.1º Arbitrar e conceder à senhora MARCILENE RODRIGUES DA SILVA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, inscrita no CPF nº 561.947.732-00- Adiantamento de Fundo no Elemento de 33.90.30.00.00 – material de consumo- no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), para que a mesma possa sanar gastos imprevisíveis e imediatos do setor, que não tem condições de aguardar o processo normal de licitação, conforme autoriza a Lei nº 1.070//2004 Art. 3º incisos II, parágrafo único, Art. 4º incisos I, II, III, IV, V e VI.

Art. 2º O prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o prazo para utilização dos recursos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Palácio Vicente Homem Sobrinho,
Pimenta Bueno, 23 de Abril de 2020.

MARCILENE RODRIGUES DA SILVA SOUZA
Ordenadora de Despesas
Decreto nº 5.141/2019

Publicado por:
Francismar Saraiva Mendes
Código Identificador:2CDCA17B

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2019 - EDITAL DE NÃO COMPARECIMENTO Nº. 005

O Prefeito do Município de Pimenta Bueno – Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Teste Seletivo Simplificado Nº 004/2019 da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO DE PIMENTA BUENO, conforme listagem dos aprovados publicada no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia Edição 2551 de 24/09/2019 vem informar o **não comparecimento** dos candidatos abaixo relacionados. A convocação foi autorizada no Processo nº. 7047/2019, através do Edital nº 09, do Teste Seletivo Simplificado 006/2019, não cumprindo o prazo exigido no edital de convocação e nos artigos 17, 18 e 20 da Lei Complementar nº. 68/1992, do Estado de Rondônia.

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

Nome	Classificação	Data de Nascimento
GISLAINE MARQUEZIM BENTO	24º	07/07/1977

Este edital de **NÃO COMPARECIMENTO** entra em vigor a partir da data de publicação, obedecendo às normas do Edital de concurso, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Vicente Homem Sobrinho, 23 de Abril de 2020.

GILMARA ALVES MACEDO GUERREIRO
Diretora da Central de Recursos Humanos
Portaria 035/2020

Publicado por:
Francismar Saraiva Mendes
Código Identificador:A6205E7E

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019 - EDITAL DE NÃO COMPARECIMENTO Nº. 004

O Prefeito do Município de Pimenta Bueno – Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Teste Seletivo Simplificado Nº 005/2019 da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIMENTA BUENO, conforme listagem dos aprovados publicada no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia Edição 2561 de 07/10/2019, vem informar o **não comparecimento** do candidato abaixo relacionado. A convocação foi autorizada no Processo nº. 2393/2020, através do Edital nº 08, classificada em 12º lugar, do Teste Seletivo Simplificado 005/2019, não cumprindo o prazo exigido no edital de convocação e nos artigos 17, 18 e 20 da Lei Complementar nº. 68/1992, do Estado de Rondônia.

CARGO: ENFERMEIRO – 30 HORAS

Nome	Classificação	Data de Nascimento
MARIA DAIANE OLIVEIRA	12º	20/05/1989

Este edital de **NÃO COMPARECIMENTO** entra em vigor a partir da data de publicação, obedecendo às normas do Edital de concurso, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Vicente Homem Sobrinho, 23 de abril de 2020.

GILMARA ALVES MACEDO GUERREIRO

Diretora da Central de Recursos Humanos
Portaria 035/2020

Publicado por:
Francismar Saraiva Mendes
Código Identificador:6B1832F1

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E
ADMINISTRAÇÃO**

**TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019 - EDITAL DE
CONVOCAÇÃO Nº. 009**

O Prefeito do Município de Pimenta Bueno – Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Teste Seletivo Simplificado Nº 005/2019 da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIMENTA BUENO, conforme listagem dos aprovados publicada no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia Edição 2561 de 07/10/2019 CONVOCA a candidata abaixo relacionada, em ordem de classificação, a comparecer na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, no **prazo IMPROPRORROGÁVEL de 05 (Cinco) dias úteis**, para provimento de cargo público. O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste Edital de convocação e no Edital do Teste Seletivo Simplificado será considerado como desistente e se não puder apresentar a documentação solicitada será considerado desclassificado, tudo em conformidade com as normas do Teste Seletivo Simplificado nº 005/2019 – SEMSAU, Processo Administrativo nº 4950/2019.

CARGO: ENFERMEIRO – 30 HORAS

Nome	Classificação	Data de Nascimento
DOUGLAS EDUARDO SYLVESTRE BUENO	13º	27/05/1994

Esse edital está autorizado nos autos do Processo nº 2525/2020 esta sendo publicado em razão do não comparecimento da 12ª convocada e entra em vigor a partir da data da publicação, obedecendo às normas do Edital do Teste Seletivo Simplificado, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Vicente Homem Sobrinho, 23 de Abril de 2020.

GILMARA ALVES MACEDO GUERREIRO

Diretora da Central de Recursos Humanos
Portaria 035/2020

Publicado por:
Francismar Saraiva Mendes
Código Identificador:576DB3DD

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
EXTRATO 05 - 2020**

EXTRATO Nº 05/PG/CMPV/2020 (LEI FEDERAL Nº 8.666/1993)

AUTOS DO PROCESSO Nº 205/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

**EMPRESA CONTRATADA: M. A. VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ Nº: 05.543.356/0001-95**

**ESPÉCIE: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 12/2019 DO
CONTRATO Nº 03/CMPV/2017 (TIPO DE LICITAÇÃO – ATA
REGISTRO DE PREÇO)**

**OBJETO: ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/CMPV/2017,
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EMISSÃO DE PASSAGENS
AÉREAS NACIONAIS, INTERNACIONAIS E
INTERMUNICIPAIS.**

**ELEMENTO DE DESPESA: 33.90 -39 OUTROS SERVIÇOS DE
TERC.**

**PROGRAMA DE DESPESA: 0112200102.001000–
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
PERÍODO DO CONTRATO: 12 (DOSE) MESES**

VALOR GLOBAL R\$100.000,00 (CEM MIL REAIS).

Porto Velho, 23 de abril de 2020.

EDWILSON NEGREIROS

Presidente

Publicado por:
Giuliano Caio Sant Ana
Código Identificador:91AEE883

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO**

O **Diretor Presidente da EMDUR**, no uso de suas atribuições estatutárias que lhe são conferidas no Art. 26, inciso XIV, do Estatuto dessa Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR e em atendimento ao que preceitua o disposto no art. 60 da Lei n. 13.303/2016, c/c com o Inciso I art. 71 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMDUR;

Considerando a licitação deflagrada no processo administrativo n. 02.41.00189/2019, cujo objeto se consiste em Registrar de Preços para futura e eventual aquisição de softwares licitada por meio do Procedimento Licitatório Eletrônico Nº 003/EMDUR/2020, licitação nº 807501;

Considerando o Parecer Nº 104/C.I./EMDUR/2020, de 22 de abril de 2020 onde está consignado que o procedimento atendeu as disposições legais contidas na Lei n.º 13.303/2016, opinando por fim, pela regularidade do procedimento licitatório acima descrito;

RESOLVE ADJUDICAR e HOMOLOGAR, em favor das empresas abaixo qualificadas, a Licitação de que trata o presente, nos seguintes termos:

Empresa: **FOX ELETRÔNICA EIRELI ME**

CNPJ: **19.721.072/0001-56**

Lotes: **01**

Valor Total: **R\$ 105.000,00**

Valor por extenso: **(cento e cinco mil reais).**

Empresa: **PROMASTER LTDA**

CNPJ: **18.269.230/0001-16**

Lotes: **04.**

Valor Total: **R\$ 4.900,00**

Valor por extenso: **(quatro mil e novecentos reais).**

Empresa: **AJL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**

CNPJ: **01.319.640/0001-21**

Lotes: **02.**

Valor Total: **R\$ 9.900,00**

Valor por extenso: **(nove mil e novecentos reais).**

Empresa: **LENI S SILVA DE LUCENA – EPP**

CNPJ: **21.142.448/0001-10**

Lotes: **03.**

Valor Total: **R\$ 17.100,00**

Valor por extenso: **(dezessete mil e cem reais).**

Porto Velho, 23 de abril de 2020.

THIAGO DOS SANTOS TEZZARI

Diretor Presidente da EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4A462CE7

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
11/2020/GAB/EMDUR

O Diretor Presidente da **EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.763.223/0001-61, torna público, a quem possa interessar, com base legal no artigo 29, II da lei 13.303/2016, nos autos do Processo Administrativo nº 02.41.00035/2020, volume I, foi dispensável a licitação para Aquisição de Ração para Peixes e Tartarugas do Parque da Cidade, conforme as especificações previstas no Termo de Referência e no Quadro Comparativo, em favor da empresa:

CASTILHO & FERREIRA COM. IMP. EXP. nº 09.018.109/0002-01, no valor de **R\$ 6.075,00 (seis mil reais e setenta e cinco centavos)**.

Porto Velho/RO, 23 de Abril de 2020.

Registre-se e Publique-se.

THIAGO DOS SANTOS TEZZARI
Diretor Presidente/EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:10C29652

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 11/2020/GAB/EMDUR

PROCESSO Nº: 02.41.00035/2020

ASSUNTO: Aquisição de Ração para Peixes e Tartarugas do Parque da Cidade.

De acordo com os documentos contidos nos autos do Processo Administrativo nº. 02.41.00035/2020 e pareceres do Controle Interno e Assessoria Jurídica favoráveis, **RATIFICO** a dispensa de licitação para Aquisição de Ração para Peixes e Tartarugas do Parque da Cidade.

CASTILHO & FERREIRA COM. IMP. EXP. nº 09.018.109/0002-01, no valor de **R\$ 6.075,00 (seis mil reais e setenta e cinco centavos)**.

A aquisição se fundamenta no caput do artigo 29, II, da Lei 13.303/2016, prevista na seguinte dotação orçamentária:

Fonte: 10.10

Projeto Atividade: 02.41.15.451.275.1473 – Urbanização e Manutenção dos Esp. Público.

Elemento de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo.

Porto Velho/RO, 23 de Abril de 2020.

Registre-se e Publique-se.

THIAGO DOS SANTOS TEZZARI
Diretor Presidente/EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:ABAD46C0

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA Nº. 153/2020

Porto Velho, 17 de abril de 2020.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, no uso das

atribuições que lhe confere o art. 5º. Alínea “g” do Decreto nº. 4.123, de 18 de outubro de 1990;

Resolve,

Alterar as férias a que fazem jus os servidores nos termos do Anexo Único desta Portaria, pertencentes ao quadro de servidores ativos deste Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM.

Anexo Único				
Cadastro	Nome	Período Aquisitivo	De	Para
COAF				
94AT	ANA MARIA LESSA MARIACA	2019/2020	01/04/2020 20/04/2020	à 03/11/2020 22/11/2020
GERÊNCIA MÉDICA				
12351AT	CHARLES GALDINO DE MACEDO	2019/2020	01/07/2020 20/07/2020	à 13/04/2020 02/05/2020
PROGER				
13013AT	MARIVALDO BATISTA DOS PASSOS	2018/2019	01/04/2020 20/04/2020	À 01/11/2020 20/12/2020

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:00C8281A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA Nº. 154/2020

Porto Velho, 23 de abril de 2020.

O Diretor-Presidente em exercício do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º. Alínea “g” do Decreto nº. 4.123, de 18 de outubro de 1990.

CONSIDERANDO Processo nº. 2020.67.200925PA de 17 de fevereiro de 2020.

Resolve,

Suspender os efeitos da Portaria nº 090 de 27 de fevereiro de 2020, publicada no DOM nº 2661 de 02 de março de 2020, que criou a Comissão de Conciliação Bancária com finalidade de atender ao Ofício nº. 328/DEC/SUFIN/SEMFAZ, que trata da necessidade de apuração e regularização das inconsistências nas conciliações bancárias referentes aos Fundo Administrativo, Fundo Financeiro, Fundo de Capitalizado e Fundo de Assistência, durante os meses de abril e maio de 2020, retornando seus efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F3FBE91A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO Nº 061/PGM/2020

EXTRATO Nº 061/PGM/2020 - (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)
PROCESSO Nº 09.00170/2017

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SEMED,

CONTRATADA: COMPACTA ENGENHARIA LTDA
ESPÉCIE: CONTRATO N.º 003/PGM/2020
OBJETO: SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO MURO DA E.M.E.F JOSÉ DE FREITAS, para atender à Contratante, conforme Edital da Tomada de Preços nº 002/2018/CPL-OBRS/SML/PVH.
O valor total deste contrato é de R\$ 147.111,01 (cento e quarenta e sete mil e cento e onze reais e um centavo).

O prazo de vigência, deste contrato (estando nele incluso os prazos de Ordem de Início da obra, execução, recebimento provisório e definitivo e pagamento) será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir da assinatura.

Os recursos das despesas referentes ao objeto contratado estão consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Educação e correrão por conta da seguinte programação:

Projeto Atividade 09.01.12.361.311.2.753, elemento de despesa 3.4.4.9.0.51, fonte 20.12 recurso de outras fontes – transferências de convênio, conforme empenho global nº 000479, de 27/02/2020 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fls. 1195.

Projeto Atividade 09.01.12.361.311.2.753, elemento de despesa 3.4.4.9.0.51, fonte 10.01 recurso do tesouro, conforme empenho global nº 000480, de 27/02/2020 no valor de R\$ 47.111,01 (quarenta e sete mil e cento e onze reais e um centavo), fls. 1196.

Porto Velho, 08 de abril de 2020.

Responsável pelo Extrato

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS

Subprocurador da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:DA969DEB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EXTRATO Nº 068/PGM/2020

EXTRATO Nº 068/PGM/2020 - (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)

PROCESSO Nº 12.00254-002/2018

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF

CONTRATADA: PLENUS COMERCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA EIRELLI – EPP

ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/PGM/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços de impressão, cópia e digitalização, com disponibilização de máquinas multifuncionais, novas de primeiro uso, incluindo software de gerenciamento, serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças e componentes, fornecimento de suprimentos de impressão, exceto papael, para atender a SEMASF, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Edital, para atender à Contratante.

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 011/PGM/2019 pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 26 de fevereiro de 2020, por ato que deve ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, em cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

As despesas serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família, e correrão por conta da seguinte programação:

Programa/Atividade Código: 12.01.08.122.0007.2001 – elemento de despesa 3.3.3.9.39, Fonte: 10.00 – Recurso do Tesouro, conforme nota de Empenho Estimativo nº 000418 de 06/02/2020, no valor de R\$ 72.178,64 (setenta e dois mil, cento e setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

Recursos remanescentes serão consignados pela Secretaria por meio de Termo de Apostilamento.

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

Responsável Pelo Extrato

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS

Subprocurador da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:62DDBD3B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EXTRATO Nº 069/PGM/2020

EXTRATO Nº 069/PGM/2020 - (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)

PROCESSO Nº 05.00071.2019

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO/SEMOG
CONTRATADA: A. X. DE BARROS COMÉRCIO E SERVIÇOS - ME

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 006/PGM/2020

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL E CORRETIVA SEMESTRAL DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas nos Anexos I/I-A e II do Edital, para atender à Contratante.

O valor global estimado desta contratação é de R\$ 63.834,75 (sessenta e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos) As despesas decorrentes do objeto deste instrumento, correrão às expensas dos recursos específicos consignados no Orçamento da SEMOG, assim detalhado:

Projeto Atividade n.º 05.01.04.122.338.2.865, Elemento de Despesa n.º 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica, Fonte 10.00 – Recursos do Tesouro, conforme Nota de Empenho Estimativo n.º 000820, no valor de R\$ 47.441,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e um reais), fls. 285;

Projeto Atividade n.º 05.01.04.122.338.2.865, Elemento de Despesa n.º 3.3.90.30 – Material de Consumo, Conforme Nota de Empenho n.º 000821, no valor de R\$ 16.393,75 (dezesseis mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), fls. 287.

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de 60 meses, conforme disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98, se houver interesse da Contratante de acordo com o crédito orçamentário.

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

Responsável Pelo Extrato

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS

Subprocurador da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:BBFA7BD7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EXTRATO Nº 070/PGM/2020

EXTRATO Nº 070/PGM/2020 - (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)

PROCESSO Nº 12.00340/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF

CONTRATADA: NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 008/PGM/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS E PERECÍVEIS, PARA ATENDER AS UNIDADES DE ACOLHIMENTO E OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DO

IDOSO – CCI PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF, referente aos Lotes 03, 20, 41, 42, 44, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 62, 67, 74 e 75 do Edital, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Termo de Referência 01/2020 SEMASF.

O valor estimado desta contratação é de R\$ 81.808,19 (oitenta e um mil, oitocentos e oito reais e dezenove centavos).

Este contrato ficará limitado à vigência de créditos orçamentários referentes ao exercício financeiro da sua assinatura, conforme prevê o Art. 57 caput, da Lei 8.666/93

As despesas decorrentes do presente contrato, serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF e correrão à conta da seguinte programação orçamentária:

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.972 – Fortalecer a Proteção Social Básica, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.00 – Recursos do Tesouro/Recursos Ordinários, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001301, de 27.03.2020, no valor de R\$ 42.680,42 (quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos).

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.973 – Fortalecer a Proteção Social Especial, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.23 – Cota – Parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001302, de 27.03.2020, no valor de R\$ 39.127,77 (trinta e nove mil, cento e vinte e sete reais e setenta e sete centavos).

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

Responsável Pelo Extrato

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS

Subprocurador da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:93284570

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EXTRATO Nº 071/PGM/2020

EXTRATO Nº 071/PGM/2020 - (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)

PROCESSO Nº 12.00340/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF

CONTRATADA: PEDROSA E PEDROSA LTDA

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 009/PGM/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS E PERECÍVEIS, PARA ATENDER AS UNIDADES DE ACOLHIMENTO E OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO – CCI PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF, referente aos Lotes 11, 12, 68, 69, 71 do Edital, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Termo de Referência 01/2020 SEMASF.

O valor estimado desta contratação é de R\$ 24.315,78 (vinte e quatro mil, trezentos e quinze reais e setenta e oito centavos).

Este contrato ficará limitado à vigência de créditos orçamentários referentes ao exercício financeiro da sua assinatura, conforme prevê o Art. 57 caput, da Lei 8.666/93.

As despesas decorrentes do presente contrato, serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF e correrão à conta da seguinte programação orçamentária:

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.973 – Fortalecer a Proteção Social Especial, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.23 – Cota – Parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001305, de 27.03.2020, no valor de R\$ 9.810,31 (nove mil, oitocentos e dez reais e trinta e um centavos);

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.972 – Fortalecer a Proteção Social Básica, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.00 – Recursos do Tesouro/Recursos Ordinários, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001306, de 27.03.2020, no valor de R\$ 14.505,47 (quatorze mil, quinhentos e cinco reais e quarenta e sete centavos).

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

Responsável Pelo Extrato

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS

Subprocurador da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:EC348B17

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EXTRATO Nº 072/PGM/2020

EXTRATO Nº 072/PGM/2020 - (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)

PROCESSO Nº 12.00340/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF

CONTRATADA: ROLDÃO BRAGA RIBEIRO EIRELI – ME

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 010/PGM/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS E PERECÍVEIS, PARA ATENDER AS UNIDADES DE ACOLHIMENTO E OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO – CCI PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF, referente aos Lotes 02, 06, 16, 18, 34, 43, 45, 47, 50, 58, 60, 73, 79, 81 e 83 do Edital, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Termo de Referência 01/2020 SEMASF.

O valor estimado desta contratação é de R\$ 176.965,48 (cento e setenta e seis mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).

Este contrato ficará limitado à vigência de créditos orçamentários referentes ao exercício financeiro da sua assinatura, conforme prevê o Art. 57 caput, da Lei 8.666/93;

As despesas decorrentes do presente contrato, serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF e correrão à conta da seguinte programação orçamentária:

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.972 – Fortalecer a Proteção Social Básica, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.00 – Recursos do Tesouro/Recursos Ordinários, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001311, de 27.03.2020, no valor de R\$ R\$ 111.332,60 (cento e onze mil trezentos e trinta e dois reais e sessenta centavos);

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.973 – Fortalecer a Proteção Social Especial, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.00 – Recursos do Tesouro/Recursos Ordinários, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001312, de 27.03.2020, no valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais);

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.973 – Fortalecer a Proteção Social Especial, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.23 – Cota – Parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001313, de 27.03.2020, no valor de R\$ 64.532,88 (sessenta e quatro mil quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

Responsável Pelo Extrato

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS

Subprocurador da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:EAD1A175**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO Nº 073/PGM/2020**

EXTRATO Nº 073/PGM/2020 - (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)

PROCESSO Nº 12.00340/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF

CONTRATADA: STAR COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 011/PGM/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS E PERECÍVEIS, PARA ATENDER AS UNIDADES DE ACOLHIMENTO E OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO – CCI PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF, referente aos Lotes 25, 64 e 65 do Edital, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Termo de Referência 01/2020 SEMASF.

O valor estimado desta contratação é de R\$ R\$ 48.187,77 (quarenta e oito mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Este contrato ficará limitado à vigência de créditos orçamentários referentes ao exercício financeiro da sua assinatura, conforme prevê o Art. 57 caput, da Lei 8.666/93.

As despesas decorrentes do presente contrato, serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF e correrão à conta da seguinte programação orçamentária:

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.973 – Fortalecer a Proteção Social Especial, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.23 – Cota – Parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001299, de 27.03.2020, no valor de R\$ 14.775,69 (quatorze mil, setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e nove centavos);

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.972 – Fortalecer a Proteção Social Básica, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.00 – Recursos do Tesouro/Recursos Ordinários, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001300, de 27.03.2020, no valor de R\$ 33.412,08 (trinta e três mil, quatrocentos e doze reais e oito centavos).

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

Responsável Pelo Extrato

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS

Subprocurador da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:D22DC949**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO Nº 074/PGM/2020**

EXTRATO Nº 074/PGM/2020 - (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)

PROCESSO Nº 12.00340/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF

CONTRATADA: HLX COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 012/PGM/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS E PERECÍVEIS, PARA ATENDER AS UNIDADES

DE ACOLHIMENTO E OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO – CCI PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF, referente aos Lotes 09, 13, 17, 19, 24, 27, 30, 36, 38 e 55 do Edital, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Termo de Referência 01/2020 SEMASF.

O valor estimado desta contratação é de R\$ 22.658,49 (vinte dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos).

Este contrato ficará limitado à vigência de créditos orçamentários referentes ao exercício financeiro da sua assinatura, conforme prevê o Art. 57 caput, da Lei 8.666/93.

As despesas decorrentes do presente contrato, serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF e correrão à conta da seguinte programação orçamentária:

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.972 – Fortalecer a Proteção Social Básica, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.00 – Recursos do Tesouro/Recursos Ordinários, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001303, de 27.03.2020, no valor de R\$ 13.961,08 (treze mil, novecentos e sessenta e um reais e oito centavos).

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.973 – Fortalecer a Proteção Social Especial, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.23 – Cota – Parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001304, de 27.03.2020, no valor de R\$ 8.697,41 (oito mil, seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e um centavos).

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

Responsável Pelo Extrato

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS

Subprocurador da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:19CB2175**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO Nº 075/PGM/2020**

EXTRATO Nº 075/PGM/2020 - (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)

PROCESSO Nº 12.00340/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF

CONTRATADA: MAYA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 013/PGM/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS E PERECÍVEIS, PARA ATENDER AS UNIDADES DE ACOLHIMENTO E OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO – CCI PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF, referente aos Lotes 01, 05, 08, 21, 23, 29, 33, 35, 37, 39 e 63 do Edital, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Termo de Referência 01/2020 SEMASF.

O valor estimado desta contratação é de R\$ 60.805,55 (sessenta mil, oitocentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Este contrato ficará limitado à vigência de créditos orçamentários referentes ao exercício financeiro da sua assinatura, conforme prevê o Art. 57 caput, da Lei 8.666/93.

As despesas decorrentes do presente contrato, serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF e correrão à conta da seguinte programação orçamentária:

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.972 – Fortalecer a Proteção Social Básica, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.00 – Recursos do Tesouro/Recursos Ordinários, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001307, de 27.03.2020, no valor de R\$ 29.488,84 (vinte nove mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.973 – Fortalecer a Proteção Social Especial, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.23 – Cota – Parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001308, de 27.03.2020, no valor de R\$ 31.316,71 (trinta e um mil, trezentos e dezesseis reais e setenta e um centavos).

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

Responsável Pelo Extrato

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS

Subprocurador da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:8BBD3BBF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EXTRATO Nº 076/PGM/2020

EXTRATO Nº 076/PGM/2020 - (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)
PROCESSO Nº 12.00340/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF

CONTRATADA: TW SILVA COMÉRCIO LTDA

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 014/PGM/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS E PERECÍVEIS, PARA ATENDER AS UNIDADES DE ACOLOHIMENTO E OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO – CCI PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF, referente aos Lotes 77, 78 e 85 do Edital, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Termo de Referência 01/2020 SEMASF.

O valor estimado desta contratação é de R\$ 46.545,84 (quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Este contrato ficará limitado à vigência de créditos orçamentários referentes ao exercício financeiro da sua assinatura, conforme prevê o Art. 57 caput, da Lei 8.666/93;

As despesas decorrentes do presente contrato, serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF e correrão à conta da seguinte programação orçamentária:

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.972 – Fortalecer a Proteção Social Básica, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.00 – Recursos do Tesouro/Recursos Ordinários, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001309, de 27.03.2020, no valor de R\$ 34.083,20 (trinta e quatro mil, oitenta e três reais e vinte centavos).

Programa/Atividade Código: 12.33.08.244.0324.2.973 – Fortalecer a Proteção Social Especial, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo, Fonte: 10.23 – Cota – Parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos, conforme Nota de Empenho estimativo nº 001310, de 27.03.2020, no valor de R\$ 12.462,64 (doze mil, quatrocentos e sessenta dois reais e sessenta e quatro centavos).

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

Responsável Pelo Extrato

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS

Subprocurador da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:46EB5A9F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EXTRATO Nº 077/PGM/2020

EXTRATO Nº 077/PGM/2020 - (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)

PROCESSO Nº 07.04724-00/2014

LOCATÁRIO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/SEMAD

LOCADOR: Sr. IZAQUIEL CLAUDINO DE ALMEIDA

ESPÉCIE: QUINTO TERMO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO Nº 042/PGM/2015

OBJETO: O contrato tem por objeto a locação de 01 (um) imóvel urbano localizado nas imediações da Rua da Beira, Av. Rio de Janeiro e BR 364, sentido Rio Branco/AC no Bairro Roque, com área total de aproximadamente. 11.000 m² murada, para instalação e funcionamento do Departamento de Recursos Logísticos/DRL.

Constitui objeto do presente termo, a renovação contratual por 12 (doze) meses e o reajuste do valor do aluguel, por ato que deve ser publicado no Diário Oficial do Município - DOM, em cumprimento ao determinado no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

Em conformidade com o acordo firmado entre Locador e Locatário, o valor mensal do aluguel passará de R\$ 21.780,00 (vinte e um mil e setecentos e oitenta reais) para R\$ 23.265,40 (vinte e três mil, duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos, passando o valor anual da locação de R\$ 261.380,00 (duzentos e sessenta um mil, trezentos e oitenta reais) para R\$ 279.184,40 (duzentos e setenta e nove mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

Quanto aos recursos destinados à cobertura das despesas, estes encontram-se assegurados no Programa/Atividade Código nº 07.01.04.122.0007.2001, Elemento de Despesa nº 33.90.36, Fonte de Recursos: 10.00 – Recursos do Tesouro, conforme Nota de Empenho nº 1229/2020, de 19.03.2020, no valor de R\$ 170.148,00 (cento e setenta mil, cento e quarenta e oito reais), para cobrir as despesas de maio a outubro 2020;

As despesas remanescentes serão consignadas pela SEMAD mediante termo de apostilamento, sendo que as referentes ao exercício de 2020 serão consignadas após a abertura do orçamento.

O prazo de vigência do presente contrato de locação será de 12 (doze) meses, contados a partir de 04 de maio de 2020, podendo ser renovado de acordo com a legislação pertinente, desde que devidamente justificado e autorizado pelo Ordenador de Despesa, caso não ocorra a locação;

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

Responsável Pelo Extrato

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS

Subprocurador da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:7B2AF528

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG DECRETO Nº 16.647, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

“Dispõe sobre a substituição de membro do Conselho Gestor do Programa de Inclusão Social Universidade Para Todos – FACULDADE DA PREFEITURA.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV do artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

DECRETA:

Art. 1º. Nomear, a partir de 23 de abril de 2020, as servidoras **ANNE JAQUELINE PEREIRA SANTOS** – Titular e **MERENÇA FURTADO NETA** – Suplente, representantes da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, para compor o Conselho Gestor do Programa de Inclusão Social Universidade Para Todos – FACULDADE DA PREFEITURA, e em consequência exonerar Seraias Ailud da Silva Martins – Titular e Ironete Gonçalves Santos – Suplente, nomeadas através do Decreto nº 14.231 de 16 de junho de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:C3632528

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 5.464/I DE 23 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

R E S O L V E:

Exonerar, a pedido, **YALE DE SOUZA JORGE** do Cargo em Comissão de Assessor Especial de Relações Institucionais, CC-19, da Secretaria Geral de Governo – SGG, a partir de 27 de abril de 2020.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:B9EE12A3

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 16.648, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

“Nomeia membros para composição do Comitê Gestor Interinstitucional da Zona de Urbanização Específica Portuária de Porto Velho.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe é conferida pela Constituição Federal inciso I, artigo 30 e inciso IV do artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Ofício nº 933/GAB/SEMUR, de 22 de abril de 2020.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 793/2019, de 14 de novembro de 2019, que institui a Zona de Urbanização Específica Portuária de Porto Velho, bem como a Lei Complementar nº 811/2020, de 07 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 16.592 de 11 de março de 2020, que institui o Comitê Gestor Interinstitucional – CGI da Zona de Urbanização Específica Portuária de Porto Velho – ZUEP;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Comitê Gestor Interinstitucional da Zona de Urbanização Específica Portuária de Porto Velho – ZUEP, conforme abaixo relacionados, que atuarão sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo – SEMUR.

I – Coordenador: Edemir Monteiro Brasil Neto – Secretário Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo;

II – Coordenador Substituto: Gustavo Nobre de Azevedo – Secretário Adjunto de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo;

III – Representantes da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo – SEMUR:

a) Titular: Roberto Cleber Cordeiro Saldanha Júnior – Diretor do Departamento de Gestão e Políticas Fundiárias;

b) Suplente: Gerson Saraiva de Sá – Arquiteto.

IV – Representantes da **Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG:**

a) **Rafael Rancôni Bezerra – Engenheiro Ambiental: Titular;**

b) **Matheus das Neves Moura – Engenheiro Civil: Suplente.**

V – Representantes da Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA:

a) Titular: Otávio Augusto França Ferreira – Engenheiro Agrônomo;

b) Suplente: Yaylley Coelho da Costa Jezini – Engenheiro Ambiental.

VI – Representantes da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM:**

a) **Titular: Elias Rezende de Oliveira – Secretário de Estado;**

b) Suplente: Edgard Menezes Cardoso – Secretário Adjunto de Estado.

VII – Representantes da Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura – SEDI:

a) **Titular: Sérgio Gonçalves da Silva – Superintendente Estadual;**

b) Suplente: Anderson Augusto de Araújo Fernandes – Coordenador de Ciências Tecnológicas e Inovação.

VIII – Representantes da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI:

a) **Titular: Evandro Cesar Padovani – Secretário de Estado;**

b) Suplente: Paulo Renato Haddad – Diretor Executivo.

Art. 2º O Comitê Gestor Interinstitucional da ZUEP exercerá suas atividades em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 793, de 14 de novembro de 2019, e suas respectivas alterações, bem como, em consonância com o Decreto nº 16.592, de 11 de março de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:F7B70303

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 5.465/I DE 23 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

R E S O L V E:

RETIFICAR a nomeação do servidor **SANDRO EDEMIR SIMÕES CAVALCANTE**, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado de Campo, CC-6, da Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos), a partir de 1º de abril de 2020, constante do Decreto nº 5.426/I, de 13 de abril de 2020.

Onde se lê: SANDRO EDEMIR SIMÕES CAVALCANTE

Leia-se: SANDRO EDIMAR SIMÕES CAVALCANTE

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4887A1AF

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 5.463/I DE 22 DE ABRIL DE 2020.

REPUBLICAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

R E S O L V E:

RETIFICAR a nomeação da servidora MARIA RIBEIRO DE MATOS SANTOS para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado de Campo, CC-6, da Subsecretaria Municipal de Obras e Pavimentação (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos), a partir de 1º de abril de 2020, constante do Decreto nº 5.426/I, de 13 de abril de 2020

Onde se lê: MARIA RIBEIRO DE MATOS SANTOS
Leia-se: MAIARA RIBEIRO DE MATOS SANTOS

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D101A1B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA DE SUSPENSÃO

PORTARIA DE 23 DE ABRIL DE 2020

DIVISÃO DE CARGOS, SALÁRIOS, SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE SERVIDORES/DICS/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Art. 4º, Inciso XII, alínea “a” do ANEXO I, do Decreto nº 15.715, de 25/02/2019, publicado no D.O.M.E.R nº 2.405, de 26/02/2019.

CONSIDERANDO o Decreto nº 16.612, de 23.03.2020, publicado no D.O.M.E.R nº 2.679, de 26/03/2020, que “*Declara Estado de Calamidade Pública em todo o território do Município de Porto Velho para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19.*”

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 001/2019/PMPVRO de 09.05.2019, que visa o provimento de vagas e formação de cadastro reserva para o quadro de pessoal da Educação da Prefeitura do Município de Porto Velho, resolve:

Nº 068 – SUSPENDER pelo período de 23/04/2020 a 03/05/2020, a contagem dos prazos dos Editais de Convocações, para **Cargos de Educação**, nº 009/DICS/SEMAD/2020 e 010/DICS/SEMAD/2020, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – D.O.M.E.R. nº 2.656, de 21/02/2020, e Edital nº 013/DICS/SEMAD/2020, publicado no D.O.M.E.R. nº 2674, de 19/03/2020.

ALEXEY DA CUNHA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:06906038

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 077/2020

CONTRIBUINTE.....	PABLO INACIO SILVA DE LIMA
ENDEREÇO.....	AV AMAZONAS, 3541
BAIRRO.....	AGENOR MARTINS DE CARVALHO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	2177
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	05/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/01/2020
PROCESSO.....	18.09824/2019

Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL
Divisão de Arrecadação - DIAR
Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ
Departamento Tributário - DTR
Diretor

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:2E130D38

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 078/2020

CONTRIBUINTE.....	PABLO INACIO SILVA DE LIMA
ENDEREÇO.....	AV AMAZONAS, 3541
BAIRRO.....	AGENOR MARTINS DE CARVALHO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	2176
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	05/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/01/2020
PROCESSO.....	18.09823/2019

Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL
Divisão de Arrecadação - DIAR
Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ
Departamento Tributário - DTR
Diretor

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:512D6AB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 079/2020

CONTRIBUINTE.....	PABLO INACIO SILVA DE LIMA
ENDEREÇO.....	AV AMAZONAS, 3541
BAIRRO.....	AGENOR MARTINS DE CARVALHO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	2178
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	05/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/01/2020
PROCESSO.....	18.09825/2019

Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:2E17AECE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 080/2020

CONTRIBUINTE.....	EMPREENHIMENTOS DA AMAZONIA LTDA
ENDEREÇO.....	RUA EDSON GRANGEIRO FILHO, 4510
BAIRRO.....	AGENOR MARTINS DE CARVALHO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	2174
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	05/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/01/2020
PROCESSO.....	18.09826/2019

Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:E32EF522

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 081/2020

CONTRIBUINTE.....	MICHAEL RODRIGO LOPES FERREIRA
ENDEREÇO.....	RUA ANANIAS FERREIRA DE ANDRADE, 4583
BAIRRO.....	IGARAPE
AUTO DE INFRAÇÃO.....	3225
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	07/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	02/01/2020
PROCESSO.....	18.09147/2019

Aos três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:64E6C321

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 082/2020

CONTRIBUINTE.....	FRANCISCO BERNARDINO DOS SANTOS
ENDEREÇO.....	RUA CLAUDIO MANOEL DA COSTA, 7934
BAIRRO.....	JUSCELINO KUBITSCHKE
AUTO DE INFRAÇÃO.....	01582
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	12/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	03/01/2020
PROCESSO.....	18.09161/2019

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:1573FD84

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 083/2020

CONTRIBUINTE.....	FRANCISCO BERNARDINO DOS SANTOS
ENDEREÇO.....	RUA CLAUDIO MANOEL DA COSTA, 7934
BAIRRO.....	JUSCELINO KUBITSCHKE
AUTO DE INFRAÇÃO.....	01577
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	12/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	03/01/2020
PROCESSO.....	18.09163/2019

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:3FCD2A5B**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 084/2020

CONTRIBUINTE.....	CHAGAS NETO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES Ltda
ENDEREÇO.....	RUA CORINTHIANS, S/N
BAIRRO.....	LAGOINHA
AUTO DE INFRAÇÃO.....	03655
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	07/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	02/01/2020
PROCESSO.....	18.09153/2019

Aos três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:40A0ACCB**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 085/2020

CONTRIBUINTE.....	EDINEIA BELON
ENDEREÇO.....	RUA ANTONIO VIOLÃO, 2948
BAIRRO.....	JUSCELINO KUBITSCHKE
AUTO DE INFRAÇÃO.....	01580
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	07/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	03/01/2020
PROCESSO.....	18.09162/2019

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:CD78A9AE**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 086/2020

CONTRIBUINTE.....	FRANCISCO CLEIBE PEREIRA DOS SANTOS
ENDEREÇO.....	RUA INÁCIO MENDES, 8240
BAIRRO.....	JUSCELINO KUBITSCHKE
AUTO DE INFRAÇÃO.....	1583
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	13/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	03/01/2020
PROCESSO.....	18.09164/2019

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:87EA791C**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 087/2020

CONTRIBUINTE.....	JOSÉ FERREIRA DA COSTA
ENDEREÇO.....	TRAVESSA MAMORÉ, 235
BAIRRO.....	MOCAMBO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	0979
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	20/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	13/01/2020
PROCESSO.....	18.09202/2019

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C09B5328

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 088/2020

CONTRIBUINTE.....	JOSÉ FERREIRA DA COSTA
ENDEREÇO.....	TRAVESSA MAMORÉ, 235
BAIRRO.....	MOCAMBO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	0980
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	20/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	13/01/2020
PROCESSO.....	18.09201/2019

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR
Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR
Diretor

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5D3D9EC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 089/2020

CONTRIBUINTE.....	MARIA LUIZA R. RIBEIRO
ENDEREÇO.....	RUA JOSÉ DE ALENCAR, 3933
BAIRRO.....	OLARIA
AUTO DE INFRAÇÃO.....	00977
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	08/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	13/01/2020
PROCESSO.....	18.09203/2019

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR
Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR
Diretor

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0A72197B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 090/2020

CONTRIBUINTE.....	LEME COM. E EXP. E PARTICIPAÇÕES LTDA
ENDEREÇO.....	RUA RAFAEL VAZ E SILVA, 3671
BAIRRO.....	LIBERDADE
AUTO DE INFRAÇÃO.....	03764
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	13/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	13/01/2020
PROCESSO.....	18.09199/2019

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR
Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR
Diretor

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:966112C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 091/2020

CONTRIBUINTE.....	CONDOMINIO VILAS DO PORTO
ENDEREÇO.....	AV. AMAZONAS, 6120
BAIRRO.....	TIRADENTES
AUTO DE INFRAÇÃO.....	03665
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	03/12/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	02/01/2020
PROCESSO.....	18.09808/2019

Aos três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR
Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR
Diretor

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5B6A9A68

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 092/2020

CONTRIBUINTE.....	FRANCISCO PEREIRA CALDAS
ENDEREÇO.....	RUA MIGUEL CALMON, 3447
BAIRRO.....	COHAB
AUTO DE INFRAÇÃO.....	03238
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	13/12/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	14/01/2020
PROCESSO.....	18.09888/2019

Aos quinze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:99FB92A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 093/2020

CONTRIBUINTE.....	JOSÉ IRINEU DA SILVA NETO
ENDEREÇO.....	AV. JATUARANA, 3908
BAIRRO.....	CONCEIÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	03240
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	16/12/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	15/01/2020
PROCESSO.....	18.09889/2019

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:0665C124

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 094/2020

CONTRIBUINTE.....	SORAYA GUEDES MARQUES
ENDEREÇO.....	AV. SETE DE SETEMBRO, 3457
BAIRRO.....	NOVA PORTO VELHO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	04042
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	12/12/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	13/01/2020
PROCESSO.....	18.09893/2019

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:596AEDD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 095/2020

CONTRIBUINTE.....	MAURISON OLIVEIRA SILVA
ENDEREÇO.....	RUA AQUARIQUARA, 6279
BAIRRO.....	ELDORADO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	0880
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	12/12/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	13/01/2020
PROCESSO.....	18.09890/2019

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:AD510A3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 096/2020

CONTRIBUINTE.....	CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A
ENDEREÇO.....	RUA ALEXANDRE GUIMARÃES, 902
BAIRRO.....	BAIXA UNIÃO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	0982
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	12/12/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	13/01/2020
PROCESSO.....	18.09892/2019

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:85E8715C**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 097/2020

CONTRIBUINTE.....	MOACIR CAETANO DE SANTANA JUNIOR
ENDEREÇO.....	TRAVESSA CABIXI, 93
BAIRRO.....	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
AUTO DE INFRAÇÃO.....	0984
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	16/12/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	15/01/2020
PROCESSO.....	18.09887/2019

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:5B8B0009**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 098/2020

CONTRIBUINTE.....	NILDOMAR DE SÁ RIBEIRO
ENDEREÇO.....	AV. CAMPOS SALES, 1322
BAIRRO.....	AREAL
AUTO DE INFRAÇÃO.....	0983
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	12/12/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	13/01/2020
PROCESSO.....	18.09894/2019

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:F913A041**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 099/2020

CONTRIBUINTE.....	JOSÉ FRANCISCO FUKUMURA
ENDEREÇO.....	RUA FORTALEZA, 331
BAIRRO.....	EMBRATEL
AUTO DE INFRAÇÃO.....	00881
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	17/12/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	19/01/2020
PROCESSO.....	18.09895/2019

Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:9D5D2F71**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 0100/2020

CONTRIBUINTE.....	ANCELMO DA SILVA PENASCO
ENDEREÇO.....	RUA PARANÁ, 1762
BAIRRO.....	NOVA FLORESTA
AUTO DE INFRAÇÃO.....	07340
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	03/12/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	03/01/2020
PROCESSO.....	14.04620/2019

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:D5718BB7**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 0101/2020

CONTRIBUINTE.....	ERMÍCIO MASSENA DA SILVA
ENDEREÇO.....	AV. RIO DE JANEIRO, 7544
BAIRRO.....	TANCREDO NEVES
AUTO DE INFRAÇÃO.....	01706
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	13/01/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	04/03/2020
PROCESSO.....	18.10092/2020

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:7A7D5DDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ TERMO DE REVELIA Nº 0102/2020

CONTRIBUINTE.....	CAMJ ADMINISTRAÇÃO PARTICIPAÇÕES S/A
ENDEREÇO.....	RUA PRINCIPAL, 6043
BAIRRO.....	NOVO HORIZONTE
COMPLEMENTO.....	RESIDENCIAL VILA DAS AZALEAS - CASA 11
AUTO DE INFRAÇÃO.....	00885
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	16/01/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/03/2020
PROCESSO.....	18.00411/2020

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:8B793854

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ TERMO DE REVELIA Nº 0103/2020

CONTRIBUINTE.....	ARIADNE CHRISTINE DA SILVA GALLI
ENDEREÇO.....	RUA 03, S/N
BAIRRO.....	APONIÁ
COMPLEMENTO.....	LOTEAMENTO RESIDENCIAL ALIANÇA

AUTO DE INFRAÇÃO.....	02607
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	05/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/03/2020
PROCESSO.....	18.00477/2020

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:1308F7B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ TERMO DE REVELIA Nº 0104/2020

CONTRIBUINTE.....	CENTRAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
ENDEREÇO.....	AV. JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, 786
BAIRRO.....	NOVA PORTO VELHO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	04054
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	04/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	05/03/2020
PROCESSO.....	18.00463/2020

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:FB8C1D34

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ TERMO DE REVELIA Nº 0105/2020

CONTRIBUINTE.....	AERONET CORPORATIVO
ENDEREÇO.....	AV. ABUNÁ, 1957
BAIRRO.....	SÃO JOÃO BOSCO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	05009
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	04/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	05/03/2020
PROCESSO.....	18.00482/2020

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi

regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:318A9710

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 0106/2020

CONTRIBUINTE.....	SILVIO AUGUSTO MANTOANI
ENDEREÇO.....	AV. CAMPOS SALES, 2396
BAIRRO.....	CENTRO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	01001
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	05/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/03/2020
PROCESSO.....	18.00480/2020

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:C2052088

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 0107/2020

CONTRIBUINTE.....	QUEILA DE SOUZA GONÇALVES
ENDEREÇO.....	AV. SETE DE SETEMBRO, 4745
BAIRRO.....	AGENOR MARTINS DE CARVALHO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	00888
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	05/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/03/2020
PROCESSO.....	18.00479/2020

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:F11E639B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 0107/2020

CONTRIBUINTE.....	QUEILA DE SOUZA GONÇALVES
ENDEREÇO.....	AV. SETE DE SETEMBRO, 4745
BAIRRO.....	AGENOR MARTINS DE CARVALHO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	00888
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	05/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/03/2020
PROCESSO.....	18.00479/2020

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:CD43C876

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 0108/2020

CONTRIBUINTE.....	CHAGAS NETO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
ENDEREÇO.....	RUA BENEDITO INOCÊNCIO, 6263
BAIRRO.....	LAGOINHA
AUTO DE INFRAÇÃO.....	03684
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	04/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	05/03/2020
PROCESSO.....	18.00461/2020

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZDepartamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:1247EB61**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 0109/2020

CONTRIBUINTE.....	CENTRO ESPIRITA BENEF. UNIÃO DO VEGETAL
ENDEREÇO.....	AV. ABUNÃ, 1419
BAIRRO.....	OLARIA
AUTO DE INFRAÇÃO.....	05013
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	05/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/03/2020
PROCESSO.....	18.00483/2020

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.
E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:224540E0**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 0110/2020

CONTRIBUINTE.....	MADEIRA BAR COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
ENDEREÇO.....	AV. PREFEITO CHIQUILITO ERSE, 4070
BAIRRO.....	RIO MADEIRA
AUTO DE INFRAÇÃO.....	40315
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	18/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	30/12/2019
PROCESSO.....	06.04074/2020

Aos trinta e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.
E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:DA144E7E**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 0111/2020

CONTRIBUINTE.....	CHAGAS NETO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES
ENDEREÇO.....	RUA BENEDITO INOCÊNCIO, 6263
BAIRRO.....	LAGOINHA
AUTO DE INFRAÇÃO.....	03683
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	04/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	05/03/2020
PROCESSO.....	18.00483/2020

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C48B23CA**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 0112/2020

CONTRIBUINTE.....	CHAGAS NETO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES
ENDEREÇO.....	RUA BENEDITO INOCÊNCIO, S/N
BAIRRO.....	LAGOINHA
AUTO DE INFRAÇÃO.....	03678
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	03/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	04/03/2020
PROCESSO.....	18.00458/2020

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GILDivisão de Arrecadação - DIAR
Gerente**ROMULO BARBOSA MALTEZ**Departamento Tributário - DTR
Diretor**Publicado por:**
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F8E8C1AE**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
TERMO DE REVELIA Nº 0113/2020

CONTRIBUINTE.....	SILVIO AUGUSTO MANTOANI
ENDEREÇO.....	AV. CAMPOS SALES, 2396
BAIRRO.....	CENTRO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	01002
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	05/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/03/2020
PROCESSO.....	18.00478/2020

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR
Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR
Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:89EF0AB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 0114/2020

CONTRIBUINTE.....	WENDER JOSÉ DA SILVA
ENDEREÇO.....	RUA BARBADOS, 4600
BAIRRO.....	EMBRATEL
AUTO DE INFRAÇÃO.....	04061
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	04/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	05/03/2020
PROCESSO.....	18.00472/2020

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR
Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR
Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:2BE3F7C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 0115/2020

CONTRIBUINTE.....	ISAURA DE OLIVEIRA REIS
ENDEREÇO.....	RUA TENREIRO ARANHA, 2682
BAIRRO.....	CENTRO
AUTO DE INFRAÇÃO.....	03792
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	15/01/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	05/03/2020
PROCESSO.....	18.00423/2020

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR
Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR
Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:04B0D947

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 0116/2020

CONTRIBUINTE.....	OSCAR DURAM ROCA
ENDEREÇO.....	RUA SOROCABA, 5377
BAIRRO.....	COHAB
AUTO DE INFRAÇÃO.....	36412
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	05/02/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	06/03/2020
PROCESSO.....	06.02005/2020

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR
Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR
Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:C58A65D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 0117/2020

CONTRIBUINTE.....	JOSÉ MARIA LEITÃO DA COSTA
ENDEREÇO.....	AV. CAMPOS SALES, 3163
BAIRRO.....	OLARIA
AUTO DE INFRAÇÃO.....	03780
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	12/12/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	07/02/2020
PROCESSO.....	18.09861/2019

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 13 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:4091F56B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 0118/2020

CONTRIBUINTE.....	CANDIDO RODRIGUES DA SILVA
ENDEREÇO.....	RUA BUENOS AIRES, 2673
BAIRRO.....	EMBRATEL
AUTO DE INFRAÇÃO.....	04034
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	13/11/2019
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	14/02/2020
PROCESSO.....	18.09149/2019

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 13 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:AAF74B86

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
TERMO DE REVELIA Nº 0119/2020

CONTRIBUINTE.....	COMERCIAL DE ALIMENTOS AD LTDA (PEREAS RESTAURANTES E LANCHONETES)
ENDEREÇO.....	AV. FARQUAR, 2883
BAIRRO.....	ARIGOLÂNDIA
AUTO DE INFRAÇÃO.....	40258
DATA DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO.....	09/01/2020
DATA LIMITE PARA A DEFESA.....	10/02/2020
PROCESSO.....	06.00328/2020

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte dou por **revel**, o sujeito passivo qualificado nos autos, considerando que foi regularmente intimado e notificado administrativamente, deixando de quitar o crédito tributário ou de apresentar defesa, dentro do prazo legal.

Diante ao exposto, fundamentado no art. 218 do Código Tributário Municipal, inscreve-se o crédito em Dívida Ativa.

E para constar, lavrei o presente **Termo de Revelia** para que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 13 de março de 2020.

RAIMUNDA CÂNDIDA EUZÉBIO GIL

Divisão de Arrecadação - DIAR

Gerente

ROMULO BARBOSA MALTEZ

Departamento Tributário - DTR

Diretor

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:F713D5A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO Nº 16.634 DE 23 DE ABRIL DE 2020

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, e considerando os Ofícios n.º 1474/DIOF/DA/GAB/SEMED, de 13 de Abril de 2020 e n.º 094/DEC/SUFIN/SEMFAZ, de 03 de Abril de 2020, referente a transferência de recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.496.882,23 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos).

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Município no exercício de 2019, observado os preceitos do Inciso I, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	SUPLEMENTAR R\$
09.01.12.122.313.2.709	Aquisição de bens móveis e imóveis	FIS	3.3.90.93	3.008	1.496.882,23
SUB TOTAL					1.496.882,23
TOTAL					1.496.882,23

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20/12/2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20/12/2019.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito do Município

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE

Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:95077256

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.º 16.635 DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, e considerando os Ofícios n.º 1477/DIOF/DA/GAB/SEMED, de 13 de Abril de 2020 e n.º 083/DEC/SUFIN/SEMFAZ, de 19 de Março de 2020, referente ao Convênio com o Governo do Estado de Rondônia, através da SEDUC,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Município no exercício de 2019, observado os preceitos do Inciso I, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	SUPLEMENTAÇÃO
09.01.12.361.311.2.752	Transporte Escolar	FIS	3.3.90.92	6.012	700.000,00
SUB TOTAL					700.000,00
TOTAL					700.000,00

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20/12/2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20/12/2019.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F98A62E9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.º 16.636 DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do

Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, e considerando os Ofícios n.º 4364/GAB/SEMAGRIC, de 30 de março de 2020 e n.º 061/DEC/SUFIN/SEMFAZ, de 28 de fevereiro de 2020, referente ao Convênio n.º 062/FITHA/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.100.553,92 (dois milhões, cem mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos).

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Município no exercício de 2019, observado os preceitos do Inciso I, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

15.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					
15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	SUPLEMENTAÇÃO
15.01.20.782.240.2.643	Conservação de estradas vicinais	FIS	4.4.90.52	6.014	2.100.553,92
SUB TOTAL					2.100.553,92
TOTAL					2.100.553,92

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20/12/2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20/12/2019.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:81F26A09

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.º 16.638 DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, em razão do Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional, referente ao n.º 852624/2017 – Recapeamento, Alargamento, Drenagem, Pavimentação, Meio fio e Sarjeta, na Av. Rio de Janeiro, e considerando o Ofício n.º 716/GAB/SEMISB de 16 de Abril de 2020;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.172.967,87 (um milhão, cento e setenta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e sete centavos),

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de Excesso de Arrecadação, proveniente da fonte de recursos 2.014 – Recursos de Outras Fontes – Transferências de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde), apurado conforme o demonstrativo do extrato da conta, observado os preceitos do Inciso II, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS BÁSICOS					
10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS BÁSICOS					
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	SUPLEMENTAÇÃO
10.01.15.451.075.1.188	Pavimentação de Vias Urbanas	FIS	4.4.90.51	2.014	1.172.967,87
SUBTOTAL					1.172.967,87
TOTAL					1.172.967,87

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20/12/2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20/12/2019.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE

Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:B75D3A07

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO Nº 16.640 DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, em razão do Convênio com o Ministério da Integração Nacional, referente ao n.º 863044/2017 – Drenagem, Pavimentação Asfáltica, Meio Fio e Sarjeta, na Av. Calama, e considerando o Ofício n.º 641/GAB/SEMISB de 13 de Abril de 2020;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.843.068,60 (um milhão, oitocentos e quarenta e três mil, sessenta e oito reais e sessenta centavos),

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de Excesso de Arrecadação, proveniente da fonte de recursos 2.014 – Recursos de Outras Fontes – Transferências de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde), apurado conforme o demonstrativo do extrato da conta, observado os preceitos do Inciso II, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS BÁSICOS					
--	--	--	--	--	--

10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS BÁSICOS					
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	SUPLEMENTAÇÃO
10.01.15.451.075.1.188	Pavimentação de Vias Urbanas	FIS	4.4.90.51	2.014	1.843.068,60
SUBTOTAL					1.843.068,60
TOTAL					1.843.068,60

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20/12/2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20/12/2019.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE

Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:1AAD09FC

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO Nº 16.641 DE 23 DE ABRIL DE 2020**

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, e considerando os Ofícios n.º 4364/GAB/SEMAGRIC, de 30 de março de 2020 e n.º 061/DEC/SUFIN/SEMFAZ, de 28 de fevereiro de 2020, referente ao Convênio n.º 062/FITHA/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 434.466,58 (quatrocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Município no exercício de 2019, observado os preceitos do Inciso I, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

15.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					
15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	SUPLEMENTAÇÃO
15.01.20.782.240.2.643	Conservação de estradas vicinais	FIS	4.4.90.52	3.000	434.466,58
SUB TOTAL					434.466,58
TOTAL					434.466,58

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20/12/2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20/12/2019.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito do Município

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE

Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:F4D1FD21

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.º 16.643 DE 23 DE ABRIL 2020**

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º, da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, a fim de proceder as adequações orçamentárias no exercício 2020,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo 5º da Lei n.º 2.613, de 27/06/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	TRANSPORTE	REALOCAR
09.01.12.365.315.2.084	Brasil Carinhoso	FIS	3.3.90.30	1.008	6.300,00	-
09.01.12.122.315.2.786	Aquisição de materiais didáticos adequados a metodologia/CRECHE	FIS	3.3.90.93	1.008	-	6.300,00
SUBTOTAL					6.300,00	6.300,00
TOTAL					6.300,00	6.300,00

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20.12.2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20.12.2019.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE

Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:3CC1D9CF

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
JURAMENTO N.º 024 - CMSPV/2019**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO – CMSPV

JURAMENTO N.º 024 – CMSPV/2019

Prometo cumprir a Legislação que disciplina o Sistema Único de Saúde – SUS, promover o bem geral do povo Porto-Velhense, pugnando por uma saúde de ótima qualidade.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

JOSÉ CÍCERO ALVES

Conselheiro – Suplente – CUT – CMSPV

EMÍLIO THEODORO FILHO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV

Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, Rua General Osório, nº 51, Centro, Prédio da SEMUSA, Tel.: 69 3901-1378; E-mail: mesadiretora.cmsp@gmail.com.

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:0DB2DB9E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO N.º 024/CMSPV/2019**

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO N.º 024/CMSPV/2019

Aos 7 (sete) dias do mês de novembro do ano de 2019 (dois mil e noventa e nove), às 09 (nove) horas, na **Décima Reunião Ordinária** do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, realizada na Sala de Reunião, nas dependências do Rondon Palace Hotel, localizado na Av. Gov. Jorge Teixeira, 491 – Bairro: Nossa Senhora das Graças, o senhor presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, **Emílio Theodoro Filho**, de acordo com suas atribuições legais, dar posse ao senhor **José Cícero Alves**, representando a Central Única dos Trabalhadores do Estado de Rondônia– CUT-RO, como representante suplente no Segmento de Usuário do Sistema Único de Saúde do Município de Porto Velho.

Empossado, compromete-se a desempenhar fielmente o cargo para o qual foi indicado, se esforçará e fará cumprir as atribuições que lhes forem incumbidas, de acordo com a Legislação que disciplina o Sistema Único de Saúde – SUS. Aceito os termos estabelecidos neste documento, assina o presente termo de posse, em duas vias de iguais teor e forma.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

JOSÉ CÍCERO ALVES

Conselheiro – Suplente – CUT – CMSPV

EMÍLIO THEODORO FILHO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho– CMSPV

Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, Rua General Osório, nº 51, Centro, Prédio da SEMUSA, Tel.: 69 3901-1378; e-mail: mesadiretora.cmsp@gmail.com.

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:419D8E16

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
JURAMENTO Nº. 026 – CMSPV/2019

JURAMENTO Nº. 026 – CMSPV/2019

Prometo cumprir a Legislação que disciplina o Sistema Único de Saúde – SUS, promover o bem geral do povo Porto-Velhense, pugnando por uma saúde de ótima qualidade.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

CLEIDE MARCULINO MEDEIROS
Conselheira – Titular – ARQUIDIOCESE – CMSPV

EMÍLIO THEODORO FILHO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV

Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – Cmspv, Rua General Osório, Nº 51, Centro, Prédio da Semusa, Tel.: 69 3901-1378; E-mail: Mesadiretora.cmspv@gmail.com.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9BCCEE03

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 026/CMSPV/2019

Aos 7 (sete) dias do mês de novembro do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 09 (nove) horas, na **Décima Reunião Ordinária** do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, realizada na Sala de Reunião, nas dependências do Rondon Palace Hotel, localizado na Av. Gov. Jorge Teixeira, 491 – Bairro: Nossa Senhora das Graças, o senhor presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, **Emílio Theodoro Filho**, de acordo com suas atribuições legais, dar posse a senhora **Cleide Marculino Medeiros** – representando a Arquidiocese de Porto Velho – RO, como Conselheira Titular, no segmento de Usuário do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Porto Velho.

Empossada, compromete-se a desempenhar fielmente o cargo para o qual foi indicada, se esforçará e fará cumprir as atribuições que lhes forem incumbidas, de acordo com a Legislação que disciplina o Sistema Único de Saúde – SUS. Aceita os termos estabelecidos neste documento, assina o presente termo de posse, em duas vias de iguais teor e forma.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

CLEIDE MARCULINO MEDEIROS
Conselheira – Titular – ARQUIDIOCESE – CMSPV

EMÍLIO THEODORO FILHO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV

Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – Cmspv, Rua General Osório, Nº 51, Centro, Prédio da Semusa, Tel.: 69 3901-1378; E-mail: Mesadiretora.cmspv@gmail.com.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E0C4CA04

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
JURAMENTO Nº. 027 – CMSPV/2019

Prometo cumprir a Legislação que disciplina o Sistema Único de Saúde – SUS, promover o bem geral do povo Porto-Velhense, pugnando por uma saúde de ótima qualidade.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

VANDERLÉIA DE LOURDES DAL CASTEL SCHLINDWEIN
Conselheira – Titular – UNIR – CMSPV

EMÍLIO THEODORO FILHO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV

Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – Cmspv, Rua General Osório, Nº 51, Centro, Prédio da Semusa, Tel.: 69 3901-1378; E-mail: Mesadiretora.cmspv@gmail.com.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:420844F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 027/CMSPV/2019

Aos 7 (sete) dias do mês de novembro do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 09 (nove) horas, na **Décima Reunião Ordinária** do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, realizada na Sala de Reunião, nas dependências do Rondon Palace Hotel, localizado na Av. Gov. Jorge Teixeira, 491 – Bairro: Nossa Senhora das Graças, o senhor presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, **Emílio Theodoro Filho**, de acordo com suas atribuições legais, dar posse a senhora **Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schlindwein** – representando a Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO como Conselheira Titular, no segmento de Usuário do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Porto Velho.

Empossada, compromete-se a desempenhar fielmente o cargo para o qual foi indicada, se esforçará e fará cumprir as atribuições que lhes forem incumbidas, de acordo com a Legislação que disciplina o Sistema Único de Saúde – SUS. Aceita os termos estabelecidos neste documento, assina o presente termo de posse, em duas vias de iguais teor e forma.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

VANDERLÉIA DE LOURDES DAL CASTEL SCHLINDWEIN
Conselheira – Titular – UNIR – CMSPV

EMÍLIO THEODORO FILHO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV

Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – Cmspv, Rua General Osório, Nº 51, Centro, Prédio da Semusa, Tel.: 69 3901-1378; E-mail: Mesadiretora.cmspv@gmail.com.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F9518664

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
JURAMENTO Nº. 029 – CMSPV/2019

Prometo cumprir a Legislação que disciplina o Sistema Único de Saúde – SUS, promover o bem geral do povo Porto-Velhense, pugnando por uma saúde de ótima qualidade.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

DAIANE BORGES DE FRANÇA
Conselheira Suplente – SINTES – CMSPV

EMÍLIO THEODORO FILHO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV

Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, Rua General Osório, nº 51, Centro, Prédio da SEMUSA, Tel.: 69 3901-1378; e-mail: mesadiretora.cmspv@gmail.com.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:55249250

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 029CMSPV/2019

Aos 7 (sete) dias do mês de novembro do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 09 (nove) horas, na **Décima Reunião Ordinária** do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, realizada na Sala, de Reunião nas dependências do Rondon Palace Hotel, localizado na Av. Gov. Jorge Teixeira, 491 – Bairro; Nossa Senhora das Graças, o senhor presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, **Emílio Theodoro Filho**, de acordo com suas atribuições legais, dar posse à senhora **Daiane Borges de França**, representando o Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais e Classe do Estado de Rondônia – SINTES, como Conselheira Suplente no Segmento de Usuário do Sistema Único de Saúde do Município de Porto Velho.

Empossada, compromete-se a desempenhar fielmente o cargo para o qual foi indicada, se esforçará e fará cumprir as atribuições que lhes forem incumbidas, de acordo com a Legislação que disciplina o Sistema Único de Saúde – SUS. Aceita os termos estabelecidos neste documento, assina o presente termo de posse, em duas vias de iguais teor e forma.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

DAIANE BORGES DE FRANÇA

Conselheira – Suplente – SINTES – CMSPV

EMÍLIO THEODORO FILHO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV

Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, Rua General Osório nº 51, Centro, Prédio da SEMUSA, Tel.: 69 3901-1378; e-mail: mesadiretora.cmspv@gmail.com.

Publicado por:
 Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9AC6463C

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTE - SEMTRAN
PORTARIA Nº 098/DEA/GAB/SEMTRAN/2020

Porto Velho, 22 de abril de 2019.

“DESIGNAR servidores para compor a Comissão para Análise e Fiscalização do Processo nº 14.03379.00/2019 referente a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Revitalização de Piso em Granilite, com Fornecimento de Produtos de Limpeza, para atender a Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes”.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – SEMTRAN, no uso de suas atribuições legais, conforme a Lei Orgânica do Município de Porto Velho em seu Art. 94, § 1º, combinada com a delegação de competência nos artigos 6º e 7º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar 648, de 06 de janeiro de 2017, bem como de suas alterações constantes nas Leis Complementares 650, de 08 de fevereiro de 2017 e 689, de 31 de outubro de 2017, as quais lhe conferem poderes sobre esta Secretaria.

RESOLVE:

Art.1º) NOMEAR o servidor CLAUDENOR ARÁUJO MIRANDA, cadastro número 308032, como Presidente da Comissão para Análise e Fiscalização do Processo nº 14.03379.00/2019 referente a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Revitalização de Piso em Granilite, com Fornecimento de Produtos de Limpeza, para atender a Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes.

Art.2º) NOMEAR o servidor VICENTE DA SILVA FILHO, cadastro número 60790, como membro da Comissão para Análise e

Fiscalização do Processo nº 14.03379.00/2019 referente a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Revitalização de Piso em Granilite, com Fornecimento de Produtos de Limpeza, para atender a Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes.

Art.3º) NOMEAR o servidor DARIVANE MEIRELES DE PAIVA, cadastro número 329997, como membro da Comissão para Análise e Fiscalização do Processo nº 14.03379.00/2019 referente a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Revitalização de Piso em Granilite, com Fornecimento de Produtos de Limpeza, para atender a Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes.

Art.4º) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Registra-se, publica-se e cumpre-se.

NILTON GONÇALVES KISNER

Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes – SEMTRAN

Publicado por:
 Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6EF7A8CC

SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO - SUOP
ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2020

PROCESSO Nº: 16.02052/2017

CONTRATO Nº: 095/PGM/2018

OBJETO: REVITALIZAÇÃO NO COMPLEXO ESTRADA DE FERRO MADEIRA MAMORÉ.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS, no uso de suas atribuições legais e normas contidas na Seção X, Art. 84 na Lei Complementar nº 648, de 06 de janeiro de 2017, publicado no DOM nº 5.367 de 06 de janeiro de 2017 e Art. 67 de Lei nº 8.666/93, DETERMINA que a empresa **COMPACTA ENGENHARIA EIRELI** REINICIE os serviços de engenharia para Revitalização no Complexo Estrada de Ferro Madeira Mamoré, a partir de 27/04/2020, esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência.

Publique-se.

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

DIEGO ANDRADE LAGE

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Básicos

Publicado por:
 Fernanda Santos Julio
Código Identificador:FD2340A8

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML/SEMAD
ADENDO Nº 001 PREGÃO ELETRÔNICO N. 020/2020/SML SRP 017/2020

A Superintendência Municipal de Licitações – SML, através de sua Pregoeira nomeada pela Portaria nº 006/2020/GAB/SML, publicada no DOM nº 2691 de 14.04.2020, torna público aos interessados e em especial às empresas que retiraram o edital de licitação em epígrafe, que o **Pregão Eletrônico nº: 020/2020/SML/PHV - SRP nº: 017/2020/SML/PHV**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS**, visando atender às necessidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas nos Anexos I/I-A e II do Edital, sofreu as mudanças substanciais realizadas pelo órgão requisitante, especificamente no Edital de Licitação, no que se refere ao Anexo I e Anexo II (Termo de Referência), gerando a publicação do **NOVO EDITAL**. Em

atendimento ao art. 21, da Lei 8.666/93, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão, fica reaberto o prazo inicialmente estabelecido, conforme abaixo:

DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/05/2020 às 09h30m (horário do DF).

LICITAÇÕES-E: A licitação acontecerá exclusivamente pelo site: www.licitacoes-e.com.br - sob o nº **809753**.

Eventuais dúvidas poderão ser sanadas junto a Superintendência Municipal de Licitações, localizado na Av. Carlos Gomes, n. 2776, 2º andar, Bairro São Cristóvão - CEP: 76.804-022, em dia úteis, de segunda-feira a sexta-feira no horário de **8h às 14h (horário local)**, telefones: (69) 3901-3639 e (69) 3901-3069, ou pelo e-mail: pregoes.sml@gmail.com.

Porto Velho, 22 de abril de 2020.

DAIANA LÍBIA OLIVEIRA VIEIRA

Pregoeira/SML/PVH

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:3554770A

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML/SEMAD

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 043/2020 - AQUISIÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO VEICULAR

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2020/SML

A Superintendência Municipal de Licitações da Prefeitura de Porto Velho, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 006/2020/GAB/SML, publicada no DOM nº 2691 de 14.04.2020 e considerando o Parecer Jurídico nº **152/SPACC/PGM/2020**, fls. **378 a 386** dos autos, torna pública a realização do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2020** – do tipo **MENOR PREÇO**, deflagrado no Processo n. **09.00611/2020**, cujo objeto resumido é a **AQUISIÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO VEICULAR**, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas nos **Anexos I e II deste Edital**, visando atender a Secretaria Municipal de Educação – SEMED. **DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/05/2020 às 09h30m (horário do DF)**. Informo que o Edital encontra-se disponível na íntegra no Portal de Compras da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e no Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br). **MAIS INFORMAÇÕES:** Na Superintendência Municipal de Licitações, localizado na Av. Carlos Gomes, n. 2776, 2º andar, Bairro São Cristóvão - CEP: 76.804-022, em dia úteis, de segunda-feira a sexta-feira no horário de **8h às 14h (horário local)**, telefones: (69) 3901-3639 e (69) 3901-3069, ou pelo e-mail: pregoes.sml@gmail.com. **LICITAÇÕES-E:** A licitação acontecerá exclusivamente pelo site: www.licitacoes-e.com.br - sob o nº **812808. R\$ 36.500,00 (Trinta e seis mil e quinhentos reais)**

Porto Velho, 23 de abril de 2020.

CARLA LAURIANE DE ARAÚJO

Pregoeira – SML

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:02EF8300

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML/SEMAD

REPUBLICAÇÃO - CONVITE PARA COTAÇÃO DE PREÇOS - PROCESSO N. 10.00291/2020 - CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – RO**, tendo em vista o princípio da publicidade e moralidade estatuídos no caput do art. 37 da Constituição da República de 1988 e, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Básicos – **SEMUSB**, por meio deste, **CONVIDA OS INTERESSADOS** que atuem no **RAMO DE ATIVIDADE PERTINENTE**, para

apresentarem **COTAÇÃO DE PREÇOS** visando subsidiar a contratação fundamentada no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, tendo em vista situação emergencial, devidamente justificada no Projeto Básico elaborado pela Secretaria Municipal de Serviços Básicos nos autos do Processo n. 10.00291/2020.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de desinfecção através de sanitização contra o COVID – 19 (Coronavírus), nos pontos públicos de responsabilidade desta Prefeitura (MERCADOS, FEIRAS LIVRES, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO, ABRIGOS, PARADAS DE ÔNIBUS ENTRE OUTROS DENTRO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO), em que haja aglomerações, além dos locais que deverão receber grande rotatividade de pessoas após o período de quarentena, por um **período de 30 (TRINTA) dias**, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Projeto Básico.

2. DO LOCAL DE RETIRADA DO PROJETO BÁSICO

O projeto básico na íntegra está disponível para consulta e download pelos interessados em www.portovelho.ro.gov.br ou na Superintendência Municipal de Licitações – SML.

3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

Visando o atendimento das exigências contidas na legislação e, para atendimento das demandas da Administração, os interessados em contratar os serviços deverão apresentar os seguintes documentos:

I. Os documentos de qualificação técnica exigidos no item 13 do Projeto Básico;

II. Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista, consistente apresentação de:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão de débitos relativos a tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;

e) Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de certidão negativa fornecida pelo órgão competente, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

III. Declaração de que não possui, em nosso quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menor (es) de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz (es), a partir de 14 (quatorze) anos (Modelo da Proponente);

4. DA FORMA E PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

As interessadas em contratar deverão encaminhar, impreterivelmente, em razão da essencialidade dos serviços, os documentos acima listados, em **envelopes lacrados**, para o Departamento de Cotações da Superintendência Municipal de Licitações, localizado na Av. Carlos Gomes, n. 2776, 2º andar, Bairro São Cristóvão - CEP: 76.804-022, **até 12h (horário local), de 27.04.2020.**

5. DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

A abertura dos envelopes ocorrerá em sessão pública, aberta a participação de eventuais interessados, às **12h30min (horário local), de 27.04.2020**, na Superintendência Municipal de Licitações – SML, no endereço mencionado no item 4 deste instrumento.

Os interessados em acompanhar os trabalhos somente poderão adentrar ao prédio da SML com utilização de máscara, conforme disposto no art. 12, §2º do Decreto Estadual nº 24.961 de 17 de abril de 2020.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES:

Mais informações pelos telefones para contato (69) 3901-3639, (69) 3901-3069 e (69) 99214 7799 ou pelo e-mail: sml.cotacao@gmail.com.

Porto Velho, 23 de abril de 2020.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Superintendente Municipal de Licitações

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:E68C5FA3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI/RO
AVISO LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-0013/SEMEC/2020

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e locação de Software Integrado de Gestão Educacional na Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares na modalidade licença de uso, para atender os professores, secretários, supervisores, administrativos e demais funcionários da secretaria de educação, incluindo treinamentos, manutenção, adequação do software às necessidades da secretaria de educação, proporcionando priorizar primordialmente as atividades fins (ensino-aprendizagem) em todas as escolas municipais Rurais e Urbanas. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais). **ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO. **DO TIPO:** Menor preço Unitário. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 08 de Maio de 2020, às 10h00min (horário de Brasília). **LOCAL:** <https://licitanet.com.br/> **RETIRADA DO EDITAL:** www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou <https://licitanet.com.br/>

Presidente Médici, 23 de abril de 2020.

RUBIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO FURTADO

Progeora

Publicado por:

Dagleelen Somenzari de Lima

Código Identificador:DFC9F4E1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI
ADENDO MODIFICADOR

TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2020, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-491/SEMOSP/2020.

O Superintendente de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO, no uso das atribuições legais, torna público que esta retificando, através deste **ADENDO**, o **AVISO DE LICITAÇÃO, EDITAL E DEMAIS DOCUMENTOS DA TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2020, DO OBJETO:** Contratação de Empresa para construção de Pavimentação de ruas em blocos

sextavados com meio-fio, sarjeta e drenagem superficial, conforme constam no convênioSICONV nº 0864118/2018/PJ/DER-RO,convênio, que celebram a União por intermédio do Ministério da Defesa, e o município de Presidente Médici/RO. **DO TIPO:** Menor Preço. **DOS RECURSOS:** 15 452 0009 1110 – ConvênioSICONV nº 0864118/2018/PJ/DER-RO Elemento de Despesas 4.4.90.51.00 – Obras e Instalação, Ficha 471 Contrapartida, ficha 472. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 495.000,00 (quatrocentos noventa e cinco mil reais), **ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO. **DATA DE ABERTURA:** 24 de Abril de 2020. **LOCAL:** Sala de reunião da CPL-M, no prédio da Prefeitura Municipal, situada na Avenida São João Batista, nº. 1613, Centro, Presidente Médici/RO. **HORÁRIO:** Abertura da Proposta 08h00min. **INFORMAÇÕES E/OU RETIRADA DO EDITAL:** (69)3471-4168 ou cpl@presidentemedici.ro.gov.br ou www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes.

Onde se Lê: convênioSICONV nº 0864118/2018/PJ/DER-RO.

Leia-se: convênioSICONV nº 0864118/2018/DPCN.

Fica mantida a data de abertura dia 24 de Abril de 2020, às 08h00min (horário de Rondônia) e as demais exigências contidas no Edital, inicialmente elaborado, bem como nas demais peças que o integram.

Presidente Médici, 23 de Abril de 2020.

VAGNER MARCELO TOZI

Superintendente de Licitação

Port. 482/2018

Publicado por:

Dagleelen Somenzari de Lima

Código Identificador:D5D04318

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI
ADENDO MODIFICADOR

TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2020, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-492/SEMOSP/2020.

O Superintendente de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO, no uso das atribuições legais, torna público que esta retificando, através deste **ADENDO**, os **AVISOS DE LICITAÇÃO, EDITAL E DEMAIS DOCUMENTOS DA TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2020, DO OBJETO:** Contratação de Empresa para construção de Pavimentação de ruas em blocos sextavados com meio-fio, sarjeta e drenagem superficial, conforme constam no convênioSICONV nº 864145/2018/PJ/DER-RO,convênio, que celebram a União por intermédio do Ministério da Defesa, e o município de Presidente Médici/RO. **DO TIPO:** Menor Preço. **DOS RECURSOS:** 15 452 0009 1110 – ConvênioSICONV nº 0864145/2018/PJ/DER-RO Elemento de Despesas 4.4.90.51.00 – Obras e Instalação, Ficha 473 Contrapartida, ficha 474. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 505.000,00 (Quinhentos e cinco mil reais), **ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO. **DATA DE ABERTURA:** 24 de Abril de 2020. **LOCAL:** Sala de reunião da CPLM, no prédio da Prefeitura Municipal, situada na Avenida São João Batista, nº. 1613, Centro, Presidente Médici/RO. **HORÁRIO:** Abertura da Proposta 11h00min. **INFORMAÇÕES E/OU RETIRADA DO EDITAL:** (69)3471-4168 ou cpl@presidentemedici.ro.gov.br ou www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes.

Onde se Lê: convênioSICONV nº 0864145/2018/PJ/DER-RO.

Leia-se: convênioSICONV nº 0864145/2018/DPCN.

Fica mantida a data de abertura dia 24 de Abril de 2020, às 11h00min (horário de Rondônia) e as demais exigências contidas no Edital, inicialmente elaborado, bem como nas demais peças que o integram.

Presidente Médici, 23 de Abril de 2020.

VAGNER MARCELO TOZI

Superintendente de Licitação

Port. 482/2018

Publicado por:

Dagleelen Somenzari de Lima

Código Identificador:14DFEC64

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 1884/GP/2020

“PRORROGA e ALTERA O DECRETO Nº 1874 DE 07 DE ABRIL DE 2020, QUE DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, EM RAZÃO DA PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), EM CONSONÂNCIA AO DECRETO Nº 24.919, DE 05 DE ABRIL DE 2020 DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e visando regulamentar, no âmbito do Município e visando regulamentar o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e considerando o término do prazo estabelecido no Decreto Estadual nº 24.887, de 20 de março de 2020, bem como a edição de novo Decreto Estadual nº 24.919, de 05 de abril de 2020 e ainda,

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 24.919/2020 e alterações inseridas através do Decreto Estadual 24.961 de 17 de abril de 2020, estabelece a prorrogação do Estado de Calamidade Pública em todo território Rondoniense, em razão da crescente curva de contaminação que cerca o Brasil, fazendo-se necessário a manutenção das medidas adotadas até o presente momento pelo Decreto Municipal n.1.873/2020.

CONSIDERANDO que o §1º do art. 10 do Decreto Estadual nº 24.919 de 05 de abril de 2020, prevê que não havendo elevação significativa de casos confirmados de COVID-19, poderá autorizar o funcionamento das exceções previstas no decreto, após dia 12 de abril de 2020.

CONSIDERANDO que o Estado de Rondônia suspendeu até o dia 25 de abril de 2020, as atividades educacionais em todas as instituições das redes de ensino pública e privada, podendo este prazo se estender caso haja autorização expressa do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública - COE-nCoV, conforme redação do § 3º do art. 4º da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde.

podendo ser alterado o período conforme necessidade, as atividades educacionais em todas as instituições das redes de ensino, ficando suspensas até o dia 17 de maio de 2020;

CONSIDERANDO que o Estado de Rondônia regulamentou que a suspensão das aulas da rede de ensino Estadual deverá ser compreendida como o recesso/férias escolar do mês de julho e terá início a contar do dia 17 de março de 2020.

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal - STF, no bojo do julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADF nº 672 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 6.341 DF, reafirmou a competência concorrente dos Municípios para legislar sobre de normas que cuidem da saúde, dirigirem o sistema único e executarem ações de vigilância sanitária e epidemiológica, nos termos dos incisos II do art. 23, inciso I do art. 30, inciso I do art. 198 e inciso II do art. 200 da Constituição Federal de 1988.

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado o **ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO PRIMAVERA DE RONDÔNIA, até 17 de maio de 2020**, podendo ser prorrogado por igual e sucessivos períodos enquanto perdurar o Decreto Estadual em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0), causada pelo Coronavírus (COVID-19), que gera doença infecciosa viral respiratória aguda grave.

Art. 2º. Ficam prorrogadas todas as disposições e medidas que envolvem a discricionariedade da administração municipal, em especial aquelas concernentes a finanças, orçamento, atingimento dos

resultados fiscais, limitação de empenho, licitações, bem como, quanto a regulações, restrições e condições para o atendimento ao público e as atividades dos servidores públicos e dos prestadores de atividades para administração municipal, conforme disposições estabelecidas no Decreto de Calamidade nº1873 de 21 de março de 2020, assim como, acresce todas as medidas restritivas e suas exceções, constantes no Decreto Estadual nº 24.919 de 05 de abril de 2020 e alterações inseridas através do Decreto Estadual 24.961 de 17 de abril de 2020.

Art. 3º. Ficam suspensas até o dia **01 de maio de 2020**, as atividades educacionais em todas as instituições das redes de ensino pública, podendo este prazo se estender caso haja autorização expressa do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública - COE-nCoV, conforme redação do § 3º do art. 4º da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde.

§1º A suspensão das atividades educacionais na rede de ensino municipal, deverá ser compreendida como recesso/férias escolares do mês de julho e terá início a contar do dia 17 de março de 2020.

§2º O recesso/férias escolares terá duração máxima de 15 (quinze) dias corridos, independente do quantitativo de dias de recesso constante no calendário escolar da unidade de ensino.

Art. 4º. Ficam mantidas as condições de afastamento, proibição de aglomeração, bem como todas as recomendações e as atividades de controle epidemiológico, em consonância ao Decreto Estadual n. 24.919 de 05 de abril de 2020 e alterações inseridas através do Decreto Estadual 24.961 de 17 de abril de 2020, com exceção das seguintes atividades:

I – Feiras livres, desde que com o uso obrigatório de máscara pelos feirantes, bem como observar as orientações técnicas emitidas pela SEAGRI através da Notificação Recomendatória nº 05/2020/SEAGRI-CAFAMILIAR;

II – Bares, armazéns, mercearias e congêneres estão autorizados a funcionar, com as seguintes restrições:

Não deve ser permitido o **consumo de alimentos e bebidas nas dependências do estabelecimento**;

Devem ser respeitadas as regras de distanciamento entre clientes de no mínimo 3 (três) metros de distância, disponibilização de álcool gel 70% (setenta por cento) e intensificação da higienização;

III – Lanchonetes e restaurantes também estão autorizados a funcionar com as regras seguintes específicas:

O público deve ser reduzido para no máximo 50% da capacidade total de atendimento e no caso dos bufês deve ser disponibilizado funcionário específico para servir os alimentos;

Deve ser observada o distanciamento e as regras previstas no inciso II acima;

IV – Salões de beleza, barbearias, centros de estética e estabelecimentos congêneres também devem seguir regras específicas, sendo elas:

Cada profissional deve atender um cliente por vez, com agendamento prévio devidamente registrado;

manter a distância mínima de três metros entre clientes;

evitar aglomeração no interior do estabelecimento;

Art. 5º. Todos os estabelecimentos em funcionamento devem manter o distanciamento entre clientes, disponibilizar álcool em gel 70% (setenta por cento) a clientes e funcionários e intensificar a higienização.

Parágrafo único – O uso de máscaras de pano por toda a população também é obrigatório.

Art. 6º. O funcionamento externo do Cartório de Notas e Registro Civil, será prestado em dias úteis das 08h às 12h ou das 08h às 14h, cuja funcionalidade será regida nos termos do Provimento nº 013/2020 expedido pela Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia;

Art.7º. Fica estabelecido que a partir de 17 de maio de 2020, não havendo elevação significativa de casos confirmados de Coronavírus (COVID-19), ou seja, adequado o controle da pandemia as condições da rede pública de saúde e o distanciamento social, constatada pela secretaria municipal de saúde ou centro de enfrentamento a pandemia, poderão ser regulada novas medidas de controle para o funcionamento

da atividades prevista no §1, do art. 10 do Decreto Estadual nº 24.919/2020, dentre outras que poderão ser reguladas pelo Município.
Parágrafo único – As empresas, comércios e demais atividades, devem providenciar os materiais estabelecidos como condicionantes para o seu funcionamento em sendo autorizado a partir do dia 23 de abril, conforme estabelece o §2, do art. 10 do Decreto Estadual nº 24.919/2020, a constar:

- a) locais com água e sabão para lavar as mãos com frequência e/ou disponibilização de álcool 70% (setenta por cento); e
- b) luvas, máscaras e demais equipamentos recomendados para a manutenção de higiene pessoal dos funcionários, distribuidores e demais participantes das atividades;
- c) é proibida a entrada de pessoas sem o uso de máscaras em qualquer estabelecimento comercial ficando sujeito a aplicação das penalidades a empresa.

Art. 8º. Todo cidadão tem o dever de usar máscara ao sair de sua residência, cumprir e fiscalizar as restrições e condições do presente Decreto, consentindo-se da higienização necessária, do cumprimento da quarentena, do distanciamento social, além de outras medidas que forem necessárias para a contenção/erradicação do COVID-19 (Redação do parágrafo §2º dada pelo Decreto Nº 24961 DE 17/04/2020).

Art. 9º. As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto e o seu descumprimento acarretará a aplicação de multa, interdição do estabelecimento ou cassação de licença de funcionamento, nos termos previstos na legislação vigente.

Art. 10. A fiscalização das disposições deste Decreto será exercida pelos fiscais sanitários, bem como com os demais órgãos de fiscalização e forças policiais, por meio da aplicação de suas legislações específicas.

Art. 11. O descumprimento das medidas tratadas neste Decreto acarretará a aplicação sanções impostas pelo art. 268 do Código Penal.

Art. 12. As regras de quarentena estabelecidas neste Decreto poderão ser ajustadas, a qualquer momento, conforme a estabilização do contágio do COVID-19.

Art. 13. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 21 de abril de 2020.

Primavera de Rondônia, 23 de abril de 2020.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO

Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia

Publicado por:

Anacleton Alba Batista dos Santos
Código Identificador:EF4BBFBA

GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 1885/GP/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO CONFORME ART. 43 § 1º ITEM I DA LEI 4.320/64, NA LEI Nº 929/2019 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 954/GP/2020 de 22/04/2020.

DECRETA:

Artigo 1º Fica aberto no corrente exercício o *Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro* no Orçamento do Município, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados a seguinte dotação orçamentária.

Suplementação		
02.00	Poder Executivo	
02.08.00	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0025	Convênios p/ Saúde	
10.301.0025.1068	Aquisição de Equipamento Odontológico	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	25.000,00
Total da suplementação		25.000,00

Artigo 2º Para cobertura da referido crédito aberto no artigo 3º serão utilizados recursos provenientes de *SUPERÁVIT FINANCEIRO*, em conformidade com o disposto no Art. 43 § 1º inciso I da lei 4.320/64 apurado em Balanço Patrimonial de exercício de (2019) a fonte de recursos 1. 028.0000 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Investimento, Conta Corrente específica 624.011-1, Agência 2783, Caixa Econômica Federal - CEF, previstos no art. 43 § 1º item I da Lei 4.320/64.

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia, 23 de abril de 2020.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Anacleton Alba Batista dos Santos
Código Identificador:E8BA4F08

GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 1886/GP/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO CONFORME ART. 43 § 1º ITEM I DA LEI 4.320/64, NA LEI Nº 929/2019 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 953/GP/2020 de 22/04/2020.

DECRETA:

Artigo 1º Fica aberto no corrente exercício o *Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro* no Orçamento do Município, no valor de R\$ 59.960,19 (cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e dezenove centavos), destinados a seguinte dotação orçamentária.

Suplementação		
02.00	Poder Executivo	
02.08.00	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0025	Convênios p/ Saúde	
10.301.0025.1063	Aquisição de Medicamento UBS	
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	59.915,26
3.3.90.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	44,93
Total da suplementação		59.960,19

Artigo 2º Para cobertura da referido crédito aberto no artigo 3º serão utilizados recursos provenientes de *SUPERÁVIT FINANCEIRO*, em conformidade com o disposto no Art. 43 § 1º inciso I da lei 4.320/64 apurado em Balanço Patrimonial de exercício de (2019) a fonte de recursos 2.013.0037 – Transferências de Convênio do Estado destinado à Saúde, Conta Corrente específica 48.333-8, Agência 1181-9, Banco do Brasil, previstos no art. 43 § 1º item I da Lei 4.320/64.

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia, 23 de abril de 2020.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Anacleton Alba Batista dos Santos
Código Identificador:F09FFB9A

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1887/GP/2020**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR RECURSOS VINCULADOS CONFORME ART. 43 § 1º ITEM II DA LEI 4.320/64, NA LEI Nº 929/2019 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020) E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 955/GP/2020 de 22/04/2020.

DECRETA:

Artigo 1º Fica aberto no corrente exercício o *Crédito Adicional Especial por Recursos Vinculados* no Orçamento do Município, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados ao reforço da seguinte dotação orçamentária.

Suplementação	
02.00	Poder Executivo
02.03.00	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
27.812.0023	Convênios p/ Obras
27.812.0023.1049	Construção Arquiabancada Mini Estádio Lúcio Nardo
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalações
	250.000,00
Total da suplementação	
	250.000,00

Artigo 2º Para cobertura da referido crédito aberto no artigo 3º serão utilizados recursos provenientes de RECURSOS VINCULADOS, em conformidade com o disposto no Art. 43 § 1º inciso II da lei 4.320/64, conforme Termo de Convênio nº 865425/2018 - SICONV.

Artigo 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia, 23 de abril de 2020.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Anacleton Alba Batista dos Santos

Código Identificador:B3E15A62

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2020**

A Prefeitura do Município de Crespo-RO, através do Superintendente de Licitação e Contratos designado pela Portaria nº 3082/2019, torna público, para conhecimento de interessados que se encontra instaurada a LICITAÇÃO, EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), sob a modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE. Para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Urbanismo, fundamentado nas legislações vigentes, conforme descrito neste edital e seus anexos, as Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão e Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/2006 e alterações, bem como os Decretos Federais nº 5.450/2005 e 3.931/2001 e Decreto Municipal 672/2009 e 1175/2016.

I – OBJETO – A presente licitação tem por objeto a Formação de Ata de Registro de preço para eventual Aquisição de peças para Centrais de Ar Condicionados com a finalidade de realizar reparos e manutenção nos equipamentos adquirido pelas secretarias de Educação e Saúde do Município de Rio Crespo, conforme especificações no Termo de Referência anexo I do Edital.

II – DOS RECURSOS FINANCEIROS - Os recursos financeiros serão atendidos, conforme as seguintes especificações: Secretaria Municipal Saúde: 10.001.10.301.0015.2105; Secretaria Municipal de Educação: 07.001.12.361.0020.2030; 07.001.12.365.0022.2035. Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo;

III - AUTORIZAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 039/2020.

IV - DATA DE ABERTURA: 07 de maio de 2020, às 10h00min, (Horário de Brasília – DF);

V - LOCAL: Sala da (CPL), na Prefeitura Municipal de Rio Crespo-RO, Rua Ermelindo Milani nº 1040 setor 01 Centro, CEP. 76.863.000 – Rio Crespo - RO.

VI – PREÇO ESTIMADO: O valor de referência é de R\$ 67.076,38 (Sessenta e sete mil setenta e seis reais e trinta e oito centavos), sendo que foi elaborado com base em Pesquisa de Preço, nos comércios Regionais, estando os mesmos comprovados no respectivo Processo Licitatório. *Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro ou à Comissão.*

VII – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital na íntegra e informações complementares sobre o elemento do Pregão Eletrônico e demais esclarecimentos, encontram-se à disposição dos interessados para conhecimento e aquisição, junto à sala da CPL, no endereço acima, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h30min, outras informações através do Portal Transparência www.riocrespo.ro.gov.br provedor de acesso às licitações: www.portaldecompraspublicas.com.br ou tel. (0xx69) 3539-2245 ou via e-mail: cpl_pmrc_2013@hotmail.com.

Rio Crespo – RO, 22 de abril de 2020.

GIVANILTON SOARES DA SILVA

Superintendente de Licitação e Contratos

Portaria: 3082/2019

Publicado por:

Givanilton Soares

Código Identificador:60F81601

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020

REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2020

A Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, através do(a) Pregoeiro(a) designado pela Portaria nº 3084/2019, torna público, para conhecimento de interessados que se encontra instaurada LICITAÇÃO, EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), sob a modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, fundamentada nas legislações vigentes, conforme descrito neste edital e seus anexos, as Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão e 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/2006 e alterações, bem como os Decretos Federais nº 5.450/2005 e 3.931/2001 e Decreto Municipal 672/2009 e 1175/2016.

I – OBJETO – A presente licitação tem como objeto a Formação de ata de registro de preços para futura Aquisição de Cestas Básicas com a finalidade de atender a rede de proteção social básica das famílias referenciadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme a lei 823/2018 e critérios estabelecidos, com base no Termo de Referência Anexo I do presente Edital.

II – DOS RECURSOS FINANCEIROS - Os recursos financeiros serão alocados nas Secretarias mencionadas: **Secretaria Municipal de Assistência Social - 09.001.08.244.0031.2086 - Auxílio Pessoas Carentes. Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00 - Material, Bem ou Serviço para distribuição gratuita.**

III - AUTORIZAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 151/2020;

IV - DATA DE ABERTURA: 08 de maio de 2020, às 10h00min, (Horário de Brasília – DF);

V - LOCAL: Sala da (CPL), na Prefeitura Municipal de Rio Crespo-RO, Av. Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, CEP 76.863-000 – Rio Crespo/RO.

VI – PREÇO ESTIMADO: O valor de referência é de **R\$ 12.960,00 (doze mil e novecentos e sessenta reais)**, e foi elaborado com base em pesquisas de preços dos comércios da região. *Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao(à) Pregoeiro(a) ou à Comissão.*

VII – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital na íntegra, informações complementares sobre o elemento do Pregão Eletrônico e demais esclarecimentos, encontram-se à disposição dos interessados para conhecimento e aquisição, junto à sala da CPL, no endereço acima, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h30min, outras informações através www.portaldecompraspublicas.com.br, Transparência www.riocrespo.ro.gov.br Telefones: (69) 3539-2245/2013 ou via e-mail: cpl_pmrc_2013@hotmail.com.

Rio Crespo - RO, 23 de abril de 2020.

THAYNARA K. O. FIORATI

Pregoeira - Port. 3084/2019

Publicado por:

Thaynara Katheleen de Oliveira Fiorati

Código Identificador:F649E871

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

**COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
ERRATA Nº 010/2020**

JULIANA ESTEVES DOS S. PANSINI, ADMINISTRADORA DE RECURSOS HUMANOS, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA - ESTADO DE RONDÔNIA, faz saber o conteúdo da presente RETIFICAR a Portaria nº 123/2020.

ONDE SE LÊ:

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Rolim de Moura, 06 de abril de 2020.

LEIA-SE:

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Rolim de Moura, 17 de abril de 2020.

JULIANA ESTEVES DOS S. PANSINI

Administradora de Recursos Humanos

Matrícula nº. 6945

Publicado por:

Noeli Souza Brandão

Código Identificador:2FA3F9EB

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 047/2020
ELETRÔNICO**

O Pregoeiro do Município de Rolim de Moura - RO, torna público para conhecimento dos interessados, **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**, modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo “Menor Preço” unitário por Item, concernente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO “NÃO DE DINHEIRO DE OPORTUNIDADES”**, valor estimado **R\$ 4.630,67 (quatro mil seiscentos e trinta reais e sessenta e sete centavos)**. A sessão de abertura está marcada para o dia **11 de Maio de 2020 às 09h00min** (horário de Brasília), o portal gerenciador desta licitação será o LICITANET (www.licitanet.com.br), e ainda o Edital será

disponibilizado gratuitamente através do site: www.rolimdemoura.ro.gov.br ou pelo e-mail: semcol.rolimdemoura@gmail.com, ou diretamente na CPL através do telefone mencionado em seguida ou no endereço indicado. Da autorização: **Processo Administrativo nº 6496-2019**. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º **(69) 3442-3100**.

Rolim de Moura, 23 de Abril de 2020.

GILDO LIMANA

Portaria 036/2020

Pregoeiro

Publicado por:

Tiago Anderson Sant'ana Silva

Código Identificador:1832B2FD

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 049/2020
ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2020**

O Pregoeiro do Município de Rolim de Moura - RO torna público para conhecimento dos interessados, **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**, modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo “MENOR PREÇO” por ITEM, concernente a **FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RAÇÃO E PRODUTOS PARA O CENTRO DE CONTROLE DE ZOONÓSES**. Valor estimado **R\$ 216.680,65 (Duzentos e dezesseis mil seiscentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos)**. A sessão de abertura está marcada para o dia **08 de Maio de 2020 às 09:00 horas** (horário de Brasília), o portal gerenciador desta licitação será o LICITANET (www.licitanet.com.br), e ainda o Edital será disponibilizado gratuitamente através do site: www.rolimdemoura.ro.gov.br ou pelo e-mail: semcol.rolimdemoura@gmail.com, ou diretamente na CPL através do telefone mencionado em seguida ou no endereço indicado. Da autorização: **Processo Administrativo nº 6560-2019**. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º **(69) 3442-3100**.

Rolim de Moura, 23 de Abril de 2020.

GILDO LIMANA

Portaria 036/2020

Pregoeiro

Publicado por:

Tiago Anderson Sant'ana Silva

Código Identificador:8FA264E4

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 48/2020
ELETRÔNICO**

O Pregoeiro do Município de Rolim de Moura - RO torna público para conhecimento dos interessados, **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**, modalidade Pregão Eletrônico tipo “Menor Preço” unitário por Item, modo de disputa “Aberto”, concernente a **AQUISIÇÃO DE BALANÇA ELETRÔNICA PORTÁTIL, CAIXA VAZADA E ESTADIÔMETRO PORTÁTIL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**. Valor estimado **R\$ 4.370,27 (Quatro Mil Trezentos E Setenta Reais E Vinte E Sete Centavos)**. A sessão de abertura está marcada para o dia **08 de Maio de 2020 às 09:00 horas** (horário de Brasília), o portal gerenciador desta licitação será (www.licitanet.com.br), e ainda o Edital será disponibilizado gratuitamente através do site: www.rolimdemoura.ro.gov.br ou pelo e-mail: semcol.rolimdemoura@gmail.com, ou diretamente na CPL através do telefone mencionado em seguida ou no endereço indicado. Da autorização: **Processo Administrativo nº 1423-2020**. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas

pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º (69) 3442-3100.

Rolim de Moura, 23 de Abril de 2020.

WILLIAN DIAS MARQUES DOS SANTOS

Portaria 36/2020

Pregoeiro

Publicado por:

Tiago Anderson Sant'ana Silva
Código Identificador:CF1A0007

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 050/2020
PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2020**

O Pregoeiro do Município de Rolim de Moura - RO, torna público para conhecimento dos interessados, **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**, modalidade Pregão, na forma Presencial, tipo “Menor preço” por item, concernente a **FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA EM EQUOTERAPIA**, valor estimado **R\$ 71.280,00(Setenta e um mil duzentos e oitenta reais)**. A sessão de abertura está marcada para o dia **11 de Abril de 2020 às 09:00 horas** (horário de Rondônia), a sessão de abertura será realizada na sala do Departamento de Compras e Licitação, na Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, e ainda o Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.rolimdemoura.ro.gov.br ou pelo e-mail: semcol.rolimdemoura@gmail.com, ou diretamente na CPL através do telefone mencionado em seguida ou no endereço indicado. Da autorização: **Processo Administrativo nº 1662/2020**. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º (69) 3442-3100.

Rolim de Moura, 23 de Abril de 2020.

TIAGO ANDERSON SANT'ANA SILVA

Pregoeiro

Portaria nº 036/2020

Publicado por:

Tiago Anderson Sant'ana Silva
Código Identificador:75D7D0FF

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 38/2020**

Processo: 1777/2020

Dispensa: 38/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE “AGENTE DE INTEGRAÇÃO” PARA FINS DE EXECUÇÃO DO ESTÁGIO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM ATRIBUIÇÃO DE INTERMEDIAR, JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO MEDIANTE BOLSA E AUXÍLIO, BEM COMO A ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO POR MEIO DE ANÁLISE DE CURRÍCULOS E ENTREVISTA.

Fornecedor: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA CIEE

CNPJ/CPF: 61.600.839/0061-96

Valor Total: R\$ 901.416,00 novecentos e um mil, quatrocentos e dezesseis reais

Substrato legal de dispensa de licitação: Artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93.

Valor Total a ser adjudicado e homologado: R\$ 901.416,00 novecentos e um mil, quatrocentos e dezesseis reais

ROLIM DE MOURA, 23 de abril de 2020.

VANIA REGINA DA SILVA

Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:

Tiago Anderson Sant'ana Silva
Código Identificador:78F715CB

**PODER LEGISLATIVO
PORTARIA 05 - CRIAÇÃO COMISSÃO ESPECIAL**

**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
Gabinete da Presidência**

Portaria nº. 005/2020 – Criação de Comissão Especial

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA – ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO** e **REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA, RONDÔNIA**;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Especial, composta pelos Senhores Vereadores: **ALDAIR JÚLIO PEREIRA-MDB; RENATO CESAR MORARI-PODEMOS e FRANCISCO VENTURINI-PT**, para acompanhar as ações de prevenção, controle de gastos e outras deliberações para enfrentamento tomadas pelo Poder Executivo Municipal em relação as ações ao combate e prevenção do COVID-19.

Parágrafo Único – A Comissão criada neste artigo terá a seguinte composição hierárquica com poderes amplos de atuação:

ALDAIR JÚLIO PEREIRA – Presidente
RENATO CESAR MORARI – Secretário
FRANCISCO VENTURINI – Relator

Art. 2º. A Comissão nomeada apresentará o relatório dos trabalhos, no prazo de noventa (90) dias úteis a contar da data da assinatura da presente Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

LAURO FRANCIELE SILVA LOPES

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Publicado por:

Joelmir Pereira dos Anjos
Código Identificador:C93A64D3

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO ADITIVO Nº 026/2020**

TERMO ADITIVO Nº 026/2020

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 46/2018 do Processo nº 2352/2018 que entre si celebram O MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, e do outro lado à empresa RONDOMAR CONSTRUÇÃO DE OBRAS LTDA.

Aos 23 (vinte e três) dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, o **MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – RO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 04.394.805/0001-18, com sede no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Av. João Pessoa n.º 4478, por seu representante legal, **LUIZ ADEMIR SCHOCK**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade Civil RG 1.800.704-5 SSP/PR e do CPF 391.260.729-04, Prefeito do Município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro a empresa **RONDOMAR CONSTRUÇÃO DE OBRAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº

04.596.384/0001-08, com sede e foro na Av. Rio Madeira, nº 603, Bairro Nova Porto Velho, cidade de Porto Velho/RO, por seu representante legal, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram o presente Termo aditivo, conforme cláusulas abaixo relacionadas.

DO OBJETO: Aditar valor contratual referente ao Contrato nº 46/2018, do processo administrativo nº 2352/2018, conforme nota técnica, fls. 1170/verso.

2. DO ACRÉSCIMO: Acrescer o valor de R\$ 342.335,26 (trezentos e quarenta e dois mil e trezentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos), referente ao contrato nº 46/2018.

3. DO VALOR E PAGAMENTO: Será aditivado o percentual de 17,03% ao Contrato nº 046/2019, equivalente R\$342.335,26 (trezentos e quarenta e dois mil e trezentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos).

4. DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTARIA: Unidade orçamentária 02.005 – SEMOSP, projeto atividade 2.093, elemento de despesa 4.4.90.51 (OBRAS E INSTALAÇÕES).

5. DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e são aqui integralmente ratificadas as demais cláusulas e condições do **Contrato nº 46/2018**, em tudo o quanto não conflitem com as alterações introduzidas no presente termo.

6. DA PUBLICAÇÃO: Para sua eficácia legal, o presente Aditivo será publicado obedecendo ao estabelecido em Lei.

Assim ajustadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam um só efeito legal.

Rolim de Moura/RO, 23 de março de 2020

Contratante:

Município de Rolim de Moura

LUIZ ADEMIR SCHOCK

Prefeito do Município de Rolim de Moura

Contratada:

RONDONAR CONSTRUÇÃO DE OBRAS LTDA

Publicado por:

Livia Morgana Junott Bastos

Código Identificador:4FF65B25

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO URBANO
ATA DA SESSÃO DE Nº 016/2020-JARI**

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

Ata da sessão de nº 016/2020, Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, realizada aos vinte e três dias do mês de abril de 2020, relativa ao julgamento de infrações de trânsito, de conformidade com o estabelecido no artigo 17 do Código Nacional de Trânsito.

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de 2020 às 14h30min, realizou-se na Junta Administrativa de Recursos de Infrações, órgão integrante da Coordenadoria Municipal de Trânsito, conforme Decreto nº 4.700/2019, de 13 de dezembro de 2019, a sessão com os membros da JARI. Presentes à sessão o Presidente da JARI Dion de Maio Moura; vice-presidente, José Edivan Neves Ferreira (representante da Coordenadoria Municipal de Trânsito); Jaqueline Oliveira dos Santos (secretária); Iris Damaris Mariel Pires Cardoso (membro representante da Sociedade Ligado à área de trânsito); Erivelton Kloos (Advogado); Leci de Souza Braga dos Santos (membro Servidor Municipal); Fernanda Natália Carvalho Sol (membro Servidor Municipal).

Iniciados os trabalhos o presidente informou que não havia processo para ser analisado.

Não havendo mais o que examinar, encerrou-se a presente sessão da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI, às 15:00 hora.

Rolim de Moura, 23 de abril de 2020.

DION DE MAIO MOURA

Presidente

JOSÉ EDIVAN NEVES FERREIRA

Vice-Presidente

JAQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS

Secretária

LECI DE SOUZA BRAGA DOS SANTOS

Membro

ERIVELTON KLOOS

Membro

IRIS DAMARIS MARIEL PIRES CARDOSO TASSI

Membro

FERNANDA NATÁLIA CARVALHO SOL

Membro

Publicado por:

Fernanda Natalia Carvalho Sol

Código Identificador:164502ED

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO OESTE**

**CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2020.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2020.

“Dispõe sobre julgamento das Contas do Poder Executivo do Município de Santa Luzia D'Oeste/RO, referente ao exercício fiscal de 2018, de responsabilidade do senhor Nelson Jose Velho”

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, usando das atribuições oriundas do art. 31, § 2º, da Constituição Federal; art. 30, VII, *a*, da LOM; e, art. 199 e art. 200, ambos, do Regimento Interno, **FAZ SABER** que os Parlamentares aprovaram e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo consubstanciado que:

CONSIDERANDO Parecer Prévio PPL-TC nº 00075/2019 e Acórdão APL-TC nº 00409/2019, nos autos nº 01446/19/TCE-RO, oriundo dos autos eletrônico que albergam os atos que compõe as peças das contas prestadas pelo Poder Executivo, referente ao exercício fiscal de 2018;

CONSIDERANDO que o Parecer Prévio acima referido, proferido pelo *Egrégio* Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que mereceu manifestação favorável para aprovação, por unanimidade de votos, na sessão realizada aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove (05/12/2019), naquela *augusta* Corte;

CONSIDERANDO o parecer que trata o art. 199 e art. 200, ambos, do Regimento Interno, proferido e expedido pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento que conduziu o Projeto desde Decreto Legislativo ao plenário desta Casa de Lei com deliberação favorável para aprovação;

CONSIDERANDO que nesta 10ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo, da 4ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 22 de abril de 2020, este colegiado deliberou, em única votação nominal (art. 200, R.I.), nos termos do art. 199 do Regimento Interno, com o seguinte resultado 09 (nove) votos a favor.

DECRETA:

Art. 1º Aprovadas as Contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, referente ao Exercício Fiscal de 2018, senhor

NELSON JOSE VELHO, estratificada dos autos do Processo autuado sob o nº 01446/2019, cujas peças foram extraídas do processo eletrônico do TCE/RO.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Luzia D'Oeste, RO, 23 de abril de 2020.

JOSE WILSON DOS SANTOS – MDB

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Publicado por:

Marli Aparecida Velho

Código Identificador:EECB2828

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PE 18 2020**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico 18/2020

A Comissão de Pregão Eletrônico e Presencial, através do seu pregoeiro torna público a Adjudicação do PE – Pregão Eletrônico Nº 18/2020 sendo o objeto Contratação de empresa especializada em prestação de serviço para o fornecimento de certificados digitais do tipo E- CPF e CNPJ A3 + Token com validade de 3 (três) anos a serem utilizados pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Advindo do processo 8-1/2020, em favor da empresa RIO MADEIRA CERTIFICADORA DIGITAL EIRELI - 23.035.197/0001-08, no valor de R\$ 2.642,00 (dois mil seiscentos e quarenta e dois reais). Para que produza seus jurídicos e legais efeitos nos termos da Lei nº 10.520/02.

Santa Luzia D Oeste – RO, 22 de Abril de 2020.

NILSON GREGÓRIONETO

Pregoeiro

Publicado por:

Nilson Gregório Neto

Código Identificador:7DF2A53B

**GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO.**

O Prefeito Municipal de Santa Luzia D'Oeste, o Sr. Nelson José Velho, no uso de suas atribuições legais **HOMOLOGA** a Contratação por **pregão eletrônico Nº 18/2020**, acolhendo o parecer jurídico, para que surta os efeitos Jurídicos legais, para a contratação:

RIO MADEIRA CERTIFICADORA DIGITAL EIRELI.

CNPJ Nº 23.035.197/0001-08

Valor Total contratado é de R\$ **2.642,00** (dois mil seiscentos e quarenta e dois reais), cujo objeto trata da contratação e aquisição de empresa especializada em prestação de serviço para o fornecimento de certificados digitais do tipo E- CPF e CNPJ A3 + Token com validade de (três) anos a serem utilizados pela administração municipal.

Santa Luzia D'Oeste-RO, 23 de abril de 2020.

NELSON JOSE VELHO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Luiz Carlos Macedo de Souza

Código Identificador:B659026F

**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 070/GAB/2020**

PORTARIA 070/GAB/2020

CONSIDERANDO a necessidade de normatização por parte do Município de Santa Luzia dentro de sua esfera de competência legal que lhe garante a Constituição Federal, no bojo dos artigos 23, VI, e 24, VI;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas imediatas de combate e contenção ao vírus SARS-CoV-2, difundido como COVID-19 (novo corona vírus), na qual o mesmo ganhou característica de PANDEMIA declarada pela Organização Mundial da Saúde, e tem chegado e atingido todos os Estados e municípios brasileiros;

CONSIDERANDO conforme informações encaminhadas pelo próprio Ministério da Saúde, o novo corona vírus (COVID-19) possui contágio muito rápido, e demanda ações efetivas de contenção e administração desta pandemia em todo território nacional;

CONSIDERANDO que o Município de Santa Luzia do Oeste, integra o Estado de Rondônia, ente do sistema federativo brasileiro, e este tem adotado medidas sistêmicas e necessárias para minimização dos efeitos de contágio e propagação do vírus;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento frequente da evolução deste quadro no âmbito de nosso município, e ainda a necessidade de integração de todas ações e medidas de enfrentamento, devendo tudo isso ser atualizado e mantido a disposição das autoridades municipais, é que

RESOLVE

Art. 1º. INSTAURAR procedimento administrativo interno no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Oeste para estudo técnico de controle de ações, medidas e necessidades para enfrentamento do novo corona vírus (COVID19) no âmbito deste município.

Art. 2º Este procedimento possui como objetivo manter reunidas todas informações e medidas adotadas para combate da propagação e enfrentamento da crise, inclusive dados de todas as frentes de trabalho, com relatórios e informações de tudo que foi e esta sendo realizado no âmbito desta administração.

Art.3º. DESIGNAR o Secretário Municipal de Gabinete- Sr. LUIS MACEDO, como responsável pelo respectivo procedimento, devendo este fazer inserir todas as informações necessárias e relatórios, boletins epidemiológicos, nota técnicas e outros documentos de interesse a alimentar informações de combate a pandemia.

Art. 4º. CUMPRAR-SE pelo secretário acima as seguintes determinações:

1ª- Instaurar procedimento próprio com esta portaria, gerando número de processo administrativo;

2ª – Junte-se aos autos cópia dos boletins epidemiológicos divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como da Secretaria de Estado da Saúde no que tange a informações de interesse do município de Santa Luzia do Oeste;

3ª – Extraia-se cópia da de todos decretos emitidos pelo Poder Executivo que decretaram e renovaram a situação de calamidade pública inclusive os que foram devidamente homologados pela Câmara Municipal de Vereadores desta cidade.

4ª. Expeça-se comunicado a Secretaria Municipal de Saúde para designar servidor da pasta responsabiliza-se com envio de todas as informações ao Gabinete do Prefeito e ao referido processo;

5ª. Junte-se todas as notas técnicas expedidas para pelos órgãos de controle como Tribunal de Contas, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Justiça de Rondônia, e ainda relatório de adoção de medidas por parte dos órgãos de controle que tenham sido cumpridas;

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Santa Luzia D' Oeste/RO, 23 de Abril de 2020.

NELSON JOSÉ VELHO

Prefeito do Município de Santa Luzia do Oeste/RO.

Publicado por:

Luiz Carlos Macedo de Souza

Código Identificador:222B3BBB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE
TERMO DE CONVÊNIO 001/2020

TERMO DE CONVÊNIO 001/2020

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE - RO E A ASSOCIAÇÃO DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO FELIPE D'OESTE - APAE.

O MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF – 84.745.389/0001-94, com sede na Rua Theodoro Rodrigues da Silva nº 667, Centro, Município de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia, nos termos da Lei Municipal 346/2009, de agora em diante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. MARCICRÊNIO DA SILVA FERREIRA, portador da Cédula de Identidade RG. nº 823.983 SSP/RO e do CPF nº 902.528.022-68 e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO FELIPE D'OESTE - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF – 08.241.354/0001-30, com sede na Rua Valdivino Marques Barbosa, nº 667, centro, Município de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia doravante denominada **CONVENIENTE**, representada neste ato por sua Presidente, Senhora ANDREA CRISTINA DA SILVA, brasileira, casada, portadora da Carteira de. Identidade nº RG – 959.646 SSP/RO e do CPF nº 985.434.522-20, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 763, s/nº, centro na cidade de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia, resolvem de comum acordo celebrar este Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes tudo acostado ao Processo Administrativo nº 354/2020:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto deste Termo de Convênio a transferência de recursos financeiros da **CONCEDENTE** a **CONVENIENTE** para contratação de profissionais, pagamento de aluguel, energia, água, telefone, encargos sociais e aquisição de material de consumo, conforme plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS: Para a concretização da execução do objeto de que trata o Convênio nº 001/2020, o valor momentâneo dos repasse será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme demonstrado no Plano de Trabalho constante no presente Processo Administrativo, considerando o Parecer Jurídico 128/2020 e que a referida Instituição se encontra paralisada por conta da pandemia do COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DESEMBOLSO

O cronograma de desembolso será da seguinte forma:

Parcela Única – Referente ao mês de março, haja vista que as atividades foram paralisadas após o Decreto de Calamidade Pública.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações dos partícipes:

I - DA CONCEDENTE:

- a) examinar e aprovar as prestações de contas referentes à aplicação dos recursos alocados, sem prejuízo da realização de auditorias internas e externas;
- b) apoiar e prestar orientação a **CONVENIENTE**;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução do convênio, diretamente ou por delegação;

- d) repassar a **CONVENIENTE** o recurso financeiro previsto na cláusula segunda.

II - DA CONVENIENTE

- a) utilizar os recursos deste instrumento exclusivamente na execução do seu objeto;
- b) cumprir integralmente o Plano de Trabalho aprovado pela **CONCEDENTE**;
- c) restituir eventuais saldos dos recursos transferidos.
- d) apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos, conforme previsto através dos seguintes documentos:
- e) manter e movimentar os recursos recebidos da **CONCEDENTE**, em Conta Única e específica, sendo contabilizado e prestado contas.
- f) encaminhar, de acordo com o cronograma e os procedimentos definidos pela **CONCEDENTE**, os documentos necessários à liberação de recursos;
- g) manter a disposição da **CONCEDENTE** e do órgão de Controle Interno, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas final por parte do órgão **CONCEDENTE**, os documentos comprobatórios e registros contábeis das despesas realizadas com o número do Convênio;
- h) restituir à **CONCEDENTE** o saldo eventualmente existente na data de encerramento, denúncia ou rescisão do Convênio;
- i) restituir à **CONCEDENTE** o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos, nos seguintes casos:
 1. quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;
 2. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo;
- j) efetuar, em nome da **CONCEDENTE** o recolhimento dos saldos ou a devolução de valores porventura não utilizados, juntados à respectiva prestação de contas, uma cópia do comprovante de recolhimento, com indicação do número do Termo de Convênio;
- l) proporcionar todas as informações que a **CONCEDENTE** solicite sobre sua situação financeira e documentação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO: A **CONCEDENTE** deverá transferir a **CONVENIENTE** até o décimo dia do mês subsequente ao estabelecido como mês de repasse, o montante dos recursos de que trata a Cláusula Segunda, do presente Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: A Prestação de Contas dos recursos recebidos deverá ser efetuado a **CONCEDENTE**, em conformidade com o Artigo 39, I do Decreto Municipal nº 1176/2016 conforme cronograma de desembolso do corrente ano.

Parágrafo único – Para evitar acúmulo de documentação, a **Conveniente** poderá efetuar a prestação de contas de forma mensal dos recursos repassados no mês anterior, devendo proceder até o final do mês subsequente ao repasse.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO: O prazo de vigência do presente Termo de Convênio será até o dia 01/06/2020, a partir do que estará automaticamente revogado, sendo facultada a realização de novo Termo de Convênio conforme o retorno das atividades da APAE.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA: Este Termo poderá ser rescindido ou denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando sê-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui motivo para rescisão deste Termo o inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, particularmente, quando da constatação das seguintes condições:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o seu objeto;
- b) falta de apresentação dos relatórios de execução e de prestação de contas nos prazos estabelecidos;
- c) retardamento de início da execução do objeto do Termo por mais de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento dos recursos financeiros.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo poderá ser rescindido, a critério da CONCEDENTE, por motivo de interesse público, caso a CONVENIENTE sofra alguma restrição futura.

CLÁUSULA NONA – DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Pimenta Bueno - RO, independentemente de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões inerentes deste Termo de Convênio 001/2020.

E, por assim estarem de comum acordo, lavrou-se o presente Termo de Convênio, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Felipe D'Oeste – RO, 23 de abril de 2020.

Município de São Felipe D'Oeste - RO
MARCICRÊNIO DA SILVA FERREIRA
 Prefeito Municipal

Associação Dos Excepcionais de São Felipe D'Oeste - APAE.
ANDREA CRISTINA DA SILVA
 Presidente

TESTEMUNHAS:

RG:

Publicado por:
 Gustavo Henriq da Silva
Código Identificador:36D9FB9C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 1724/2020 DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO nº 1724/2020 de 23 de abril de 2020.

“PRORROGA A VALIDADE DO TESTE SELETIVO 001/2018 REFERENTE AO CARGO DE FARMACÊUTICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São Felipe D'Oeste Estado de Rondônia, Marcicrênio da Silva Ferreira no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO os termos do item 10.3 do Edital nº 002/2019, referente à validade do concurso;
 CONSIDERANDO a necessidade de atendimento à população e o fato do município ter efetuado a convocação da primeira colocada no concurso público e até a presente data a aprovada não ter apresentado a documentação necessária e tampouco ter demonstrado interesse em sua posse;

CONSIDERANDO o prazo legal determinado pela Constituição Federal no art. 37, incisos III e IV que dispõe acerca da prorrogação do Concurso Público em vigor;

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado o Teste Seletivo Simplificado nº 002/2019, pelo período de 01 (um) ano, objetivando o preenchimento do cargo vago de Farmacêutico que foi disponibilizado, para atender o interesse público da administração, podendo ser revogado a qualquer tempo a partir do momento que um dos aprovados no último concurso público esteja apto a tomar posse.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de São Felipe D'Oeste/RO, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

MARCICRÊNIO DA SILVA FERREIRA
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Gustavo Henriq da Silva
Código Identificador:9C9BA451

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº :	326/2020
b) Licitação Nº :	20/2020
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação:	16/04/2020
e) Objeto Homologado:	AQUISIÇÃO DE MATERIAL CONSUMO (COLCHÃO) PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: M. PICIANI PAZINATO COMERCIO DE MATERIAIS ELETRONICOS EIRELI
CNPJ/CPF: 31.455.241/0001-59
Valor Total Homologado - R\$19.887,30

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORÉ, 16 de abril de 2020.

CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Sheila Vilar da Silva
Código Identificador:2D12D7B2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 062/SEMUG/2020

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE CONTENÇÃO DE DESPESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA ENFRENTAMENTO DA CRISE ECONÔMICA FINANCEIRA REF. A PANDEMIA CONVID-19 CONFORME DECRETO Nº902/2020”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Fica NOMEADO a comissão de Comitê de gestor das finanças Públicas Municipais, com objetivos de elaborar estudos, projeções quanto ao impacto da crise financeira municipal instalada pela pandemia do COVID-19, de acordo com o decreto 902/GAB/2020, a partir do dia 23 de abril de 2020. Os servidores abaixo relacionados.

Servidor (a)	Cargo/Função	Função no Comitê
Dalvina Dutra Barbosa	Secretária Municipal de Planejamento	Presidente
Debora Duarte de Carvalho	Secretária Municipal de Administração e Fazenda	Membro
Izaías Lemos dos Santos	Contador	Membro
Edimara Cristina Isidoro	Controlador Geral	Membro
Nilzeni Caetano Ribeiro	Coordenador de Recursos Humanos	Membro
Rozane Inêz Vicensi	Procuradoria Jurídica	Membro
Daniel Antônio Filho	Diretor Executivo do IPMSMG	Membro

Art. 2º As competências deste Comitê estão definidas no art. 2º do decreto nº902/GAB/2020.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL 06 DE JULHO - São Miguel do Guaporé-RO, aos 23 dias do mês de abril de 2020.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

Publicado por:

Marta Joelma Manthay Pinheiro
Código Identificador:48A97041

**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE BENEFICIO**

ATO DE CONCESSÃO DE BENEFICIO DE AUXILIO DOENÇA

Portaria nº 008/SEMADF/2020

“Dispõem sobre a concessão de benefício de Auxílio doença em favor de “.

A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, neste ato representada pelo Setor de Recursos Humanos, do município de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais e com Fundamentação Legal nos termos do artigo 4º da Constituição Federal e Art. 1º Da Lei Municipal 1986/2020 e seus § 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio Doença no prazo de 90 (noventa) dias, com início em **20/02/2020 à 20/05/2020**, conforme consta na perícia médica, em favor da Servidora Municipal **LINDAURA BARBOSA DO NASCIMENTO**, cargo Agente Saúde, 40 hrs, na Secretaria Municipal de Saúde. As informações necessárias constam no processo administrativo sob o nº. 525/2020, disponível no setor de recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique -se,
Registre-se
Cumpra-se

DÉBORA DUARTE DE CARVALHO

Sec. Munic. de Adm. e Fazenda
Port. 077/2019

Publicado por:

Débora Duarte de Carvalho
Código Identificador:7360F98C

**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE BENEFICIO**

ATO DE CONCESSÃO DE BENEFICIO DE AUXILIO DOENÇA

Portaria nº 009/SEMADF/2020

“Dispõem sobre a concessão de benefício de Auxílio doença em favor de “.

A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, neste ato representada pelo Setor de Recursos Humanos, do município de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais e com Fundamentação Legal nos termos do artigo 4º da Constituição Federal e Art. 1º Da Lei Municipal 1986/2020 e seus § 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio Doença no prazo de 90 (noventa) dias, com início em **20/04/2020 à 20/10/2020**, conforme consta na perícia médica, em favor da Servidora Municipal **Niralva de Oliveira Silva**, cargo Zeladora, 40 hrs, na Secretaria Municipal de Educação. As informações necessárias constam no processo administrativo sob o nº. 556/2020, disponível no setor de recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique -se,
Registre-se
Cumpra-se

DÉBORA DUARTE DE CARVALHO

Sec. Munic. de Adm. e Fazenda
Port. 077/2019

Publicado por:

Débora Duarte de Carvalho
Código Identificador:F03C875F

**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE BENEFICIO**

Portaria nº 010/SEMADF/2020

“Dispõem sobre a concessão de benefício de Auxílio doença em favor de “.

A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, neste ato representada pelo Setor de Recursos Humanos, do município de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais e com Fundamentação Legal nos termos do artigo 4º da Constituição Federal e Art. 1º Da Lei Municipal 1986/2020 e seus § 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio Doença no prazo de 90 (noventa) dias, com início em **11/03/2020 a 11/06/2020**, conforme consta na perícia médica, em favor da Servidora Municipal **Marlene Pinto Moreira**, cargo Professora, 40 hrs, na Secretaria Municipal de Educação. As informações necessárias constam no processo administrativo sob o nº. 523/2020, disponível no setor de recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique -se,
Registre-se
Cumpra-se

DÉBORA DUARTE DE CARVALHOSec. Munic. de Adm. e Fazenda
Port. 077/2019**Publicado por:**
Débora Duarte de Carvalho
Código Identificador:E69B798F**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO****ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA**

Portaria nº 011/SEMADF/2020

“Dispõem sobre a concessão de benefício de Auxílio doença em favor de “.

A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, neste ato representada pelo Setor de Recursos Humanos, do município de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais e com Fundamentação Legal nos termos do artigo 4º da Constituição Federal e Art. 1º Da Lei Municipal 1986/2020 e seus § 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio Doença no prazo de 90 (noventa) dias, com início em **05/03/2020 a 05/06/2020**, conforme consta na perícia médica, em favor do Servidor Municipal **José Ribeiro dos Santos**, cargo Professor, na Secretaria Municipal de Educação. As informações necessárias constam no processo administrativo sob o nº. 524/2020, disponível no setor de recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação;

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique -se,
Registre-se
Cumpra-se

DÉBORA DUARTE DE CARVALHOSec. Munic. de Adm. e Fazenda
Port. 077/2019**Publicado por:**
Débora Duarte de Carvalho
Código Identificador:776C1BA2**GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº:	153/2020
b) Licitação Nº:	4/2020
c) Modalidade:	Tomada de Preços:
d) Data Homologação:	23/04/2020
e) Objeto Homologado:	Contratação de Empresa para Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica em TSD e drenagem profunda, com serviços de terraplenagem, sendo local da obra Rua Caribamba – Entre Av. Kennedy e Av. Cel. Jorge Teixeira, no município de São Miguel do Guaporé. Convenio nº 079/19/PJ/DER-RO.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: LF CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 13.783.153/0001-02
Valor Total Homologado - R\$ 556.819,04

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORÉ, 23 de abril de 2020.

CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marta Joelma Manthay Pinheiro
Código Identificador:727D89CE**RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº.879/2020**

DECRETO Nº. 879/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor: **CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº. **444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORASNOME: **MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS**

Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:
Nilzeni Caetano Ribeiro
Código Identificador:7C8FB182**RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº.904/2020**

DECRETO Nº. 904/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº. **444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORASNOME: **ELLEN DE LIMA SANTANA**

Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:
 Nilzeni Caetano Ribeiro
Código Identificador:67D39102

RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº.887/2020

DECRETO Nº. 887/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
 CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. 1562/2015 e considerando o resultado do Edital nº. 001/2016 do Concurso Público realizado através do processo nº.444/2016.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE -40 HORAS
NOME: JOSIANE DE JESUS SARMENTO
Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:
 Nilzeni Caetano Ribeiro
Código Identificador:2866EDA8

RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº.883/2020

DECRETO Nº. 883/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
 CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. 1562/2015 e considerando o resultado do Edital nº. 001/2016 do Concurso Público realizado através do processo nº.444/2016.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORAS
NOME: ZENI NERY PINHEIRO
Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU
 Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:
 Nilzeni Caetano Ribeiro
Código Identificador:FD180DE6

RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº.881/2020

DECRETO Nº. 881/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
 CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. 1562/2015 e considerando o resultado do Edital nº. 001/2016 do Concurso Público realizado através do processo nº.444/2016.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORAS
NOME: FRANCIELI NATAN SOUZA SANTOS
Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU
 Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de Abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:
 Nilzeni Caetano Ribeiro
Código Identificador:40FBC5E5

RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº.889/2020

DECRETO Nº. 889/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
 CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. 1562/2015 e considerando o resultado do Edital nº. 001/2016 do Concurso Público realizado através do processo nº.444/2016.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORAS
NOME: SIDINÉIA LOZANO GOMES
Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU
 Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:

Nilzeni Caetano Ribeiro

Código Identificador:ED47CC0C**RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº. 898/2020**

DECRETO Nº. 898 /PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº.**444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORASNOME: **JANIA CORREIA FERREIRA**Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – **SEMSAU**

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:

Nilzeni Caetano Ribeiro

Código Identificador:06A01EE6**RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº.890/2020**

DECRETO Nº. 890/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº.**444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORASNOME: **ROSIMERI PEREIRA PEDRASSANI**Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – **SEMSAU**

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:

Nilzeni Caetano Ribeiro

Código Identificador:01923F36**RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº.892/2020**

DECRETO Nº. 892/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº.**444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORASNOME: **JAQUES DE SOUZA SANTOS**Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – **SEMSAU**

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:

Nilzeni Caetano Ribeiro

Código Identificador:518BD0DC**RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº. 892/2020**

DECRETO Nº. 892/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº.**444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORASNOME: **JAQUES DE SOUZA SANTOS**Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – **SEMSAU**

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:
Nilzeni Caetano Ribeiro
Código Identificador:C5BA7F8A

RECURSOS HUMANO DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº. 891/2020

DECRETO Nº. 891/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº. **444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

Agente Comunitário de Saúde -40 HORAS

NOME: **DANIEL ALVES BATISTA**

Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – **SEMSAU**

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:
Nilzeni Caetano Ribeiro
Código Identificador:27DA31A3

RECURSOS HUMANO DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº. 888/2020

DECRETO Nº. 888/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº. **444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORAS

NOME: **CLEVER GONÇALVES LOURENÇO**

Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – **SEMSAU**
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:
Nilzeni Caetano Ribeiro
Código Identificador:FA3BD91E

RECURSOS HUMANO DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº. 884/2020

DECRETO Nº. 884/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº. **444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORAS

NOME: **ELIZANGELA FERREIRA DA SILVA**

Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – **SEMSAU**

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:
Nilzeni Caetano Ribeiro
Código Identificador:8FF0867B

RECURSOS HUMANO DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº. 882/2020

DECRETO Nº. 882/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº. **444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORAS

NOME: **MARCILENE DE MELO CATELAN**

Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE – SEMSAU
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de ABRIL de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:

Nilzeni Caetano Ribeiro

Código Identificador:9499B7C2

**RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº .878/2020**

DECRETO Nº. 878/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº.**444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE-SEMSAU

NOME: **CAMILA GALDINO MARGON DOS SANTOS**

Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de Abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:

Nilzeni Caetano Ribeiro

Código Identificador:634E931A

**RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº.885/2020**

DECRETO Nº. 885/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº.**444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE -40 HORAS

NOME: **LEIDIANE JESUS SARMENTO DE PAULA**

Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:

Nilzeni Caetano Ribeiro

Código Identificador:6543E8CA

**RECURSOS HUMANO
DECRETO DE NOMEAÇÃO DE Nº.880/2020**

DECRETO Nº. 880/PMSMG/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA, CANDIDATO APROVADO EM
CONCURSO PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, Senhor **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº. **1562/2015** e considerando o resultado do Edital nº. **001/2016** do Concurso Público realizado através do processo nº.**444/2016**.

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada a Senhora (o) abaixo relacionada para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE -40 HORAS

NOME: **FABIOLA PAIA**

Lotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé/RO 16 de abril de 2020.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____ / ____.

MARTA JOELMA M. PINHEIRO

Dec. 078/2019

Publicado por:

Nilzeni Caetano Ribeiro

Código Identificador:6CAD03D1

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº011/CPL/2020 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº011/CPL/2020
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Requisitante: **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E
SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP.**

Processo Administrativo: **Nº 1685/SEMOSP/2019.**

A Prefeitura Municipal de Seringueiras, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Bairro Centro, Seringueiras- RO, através de

seu Pregoeiro Oficial, **LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA**, designado pela portaria Nº. 021/GAB/PMS/2019 de 16 de Janeiro de 2019, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº011/CPL/2020**, com início de disputa **dia 22 de Abril de 2020 a partir das 09:00 horas**, horário de Brasília/DF, Local <https://licitanet.com.br/>, foi **DECLARADO FRACASSADO** por motivos de que a única licitante participante do certame foi inabilitada por descumprir as regras do Edital, conforme anexo 02, item 1.3, Letra D, Letra E, Letra F e Letra G (não enviou os documentos solicitados no Edital do certame). **OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMO (CIMENTO PORTLAND CP-32), PARA SER USADO NO CONJUNTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE TUBOS DE CONCRETO (MANILHAS) E MEIO FIO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, CONFORME PLANO DE TRABALHO DETALHADO DO CONVÊNIO Nº 090/17/PJ/DER-RO, EM CONFORMIDADES COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES COMPLEMENTARES DESCRITAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. VALOR PRÉVIO TOTAL DA LICITAÇÃO R\$ 58.030,01 (CINQUENTA E OITO MIL E TRINTA REAIS E UM CENTAVO).** Informações Complementares: Na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Seringueiras- RO, situado à Av. Marechal Rondon, Nº 984, Centro, de Segunda à Sexta-Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas, maiores informações através do telefone (0xx)-69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cpl.seringueiras@hotmail.com.

Seringueiras-RO, 23 de Abril de 2020.

LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA

Port. Nº021/GAB/PMS/2019

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Luiz Carlos Morais Alfaia

Código Identificador:9A9DB8C4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
EXTRATO CONTRATO Nº.044/2020 PROCESSO Nº.
482/2020/SEMEC**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS/RO

CONTRATADA: MADEIRA CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS - LTDA

CNPJ Nº. 05.884.660/0001-04

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, PELO SISTEMA DE CARTÕES DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS.

VALOR R\$= 358.045,46 (TREZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, QUARENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS).

PRAZO: 09 (NOVE) MESES.

SERINGUEIRAS/RO; 20 DE ABRIL DE 2020.

ASSINAM

LEONILDE ALFLEN GARDA – PREFEITA.

CRISTIANO SANTOS TAMANDARÉ – SECRETÁRIO.

MADEIRA CORRETORA E ADM. DE SEGUROS - LTDA – CONTRATADA.

Publicado por:

Diogo Santiago

Código Identificador:D72F87C7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO Nº 82/2020 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CNPJ 63.761.993/0001-34

Exercício: 2020

Decreto nº 82/2020 de 23/04/2020

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1419/2020 de 07/02/2020.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.002.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	
02.002.04.122.0003.2.008.		MANUTENCAO DA SEMAF	
20 - 3.1.90.94.00.00	10000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
02.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
02.005.10.301.0009.2.053.		MANUTENCAO DO PAB FIXO	
21 - 3.3.90.39.00.00	10270007	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31.000,00
02.005.10.305.0009.2.025.		MANUTENCAO DO BLOCO VIGILANCIA EM SAUDE-EPIDEMIOLOGIA/SANITARIA	
53 - 3.3.90.39.00.00	10270050	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
Total Suplementação:			61.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.002.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	
02.002.04.122.0003.2.008.		MANUTENCAO DA SEMAF	
24 - 3.3.90.39.00.00	10000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
02.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
02.005.10.301.0009.2.053.		MANUTENCAO DO PAB FIXO	
18 - 3.3.90.30.00.00	10270007	MATERIAL DE CONSUMO	31.000,00
02.005.10.305.0009.2.025.		MANUTENCAO DO BLOCO VIGILANCIA EM SAUDE-EPIDEMIOLOGIA/SANITARIA	
50 - 3.3.90.14.00.00	10270050	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
Total Redução:			61.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia, em 23/04/2020.

LEONILDE ALFLEN GARDA

Prefeita

Publicado por:

Diogo Santiago

Código Identificador:32A644B7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº 111/GAB/PMS/2020 “NOMEIA OS MEMBROS
DO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE - CMDCA”**

PORTARIA Nº 111/GAB/PMS/2020 Seringueiras, 23 de abril de 2020.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

A Prefeita Municipal de Seringueiras, no uso de suas atribuições legais que são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Federal 8.742/93; e

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 358/2002, alterada pela Lei Municipal nº 1.133, de 02 de fevereiro de 2018.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR o Conselho Municipal de Assistência do Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA) para o Biênio 2020/2022, tendo como membros desta Comissão os seguintes conselheiros relacionados abaixo:

PRESIDENTE:

MONICA MARINA CUSTODIO DE LIMA

CPF: 826.793.392-15

VICE-PRESIDENTE: LEONICE PEREIRA ALVES BASILIO

CPF: 349.847.632-72

REPRESENTANTE DA SEC. MUNC. DA FAZENDA

TESOUREIRA: VALDIRENE OLIVEIRA C. DA ROCHA

CPF: 789.435.242-49

SUPLENTE: ADRIANA BORGES DE OLIVEIRA

CPF: 007.901.712-60

REPRESENTANTE DA SEC. MUNC. DE ADMINISTRAÇÃO

VICE - TESOUREIRO: VERA LUCIA DA SILVA

CPF: 696.597.882-15

SUPLENTE: LINDAMARA DOS SANTOS BELARMINO CÂNDIDO

CPF: 801.230.582-81

REPRESENTANTE DA SEC. MUNC. DA SEMSAU

TITULAR: LUCIA DE SOUZA BISPO

CPF: 630.937.079-00

SUPLENTE: ALINE FRANCIELE RODRIGUES

CPF: 012.224.432-01

REPRESENTANTE DO GABINETE

TITULAR: ILNADIR PEREIRA DA ROCHA

CPF: 283.355.542-34

SUPLENTE: LUCIANO LITTIG DE AGUIAR

CPF: 977.864.032-72

REPRESENTANTE DA APAE

VICE-PRESIDENTE: LEONICE PEREIRA ALVES BASILIO

CPF: 349.847.632-72

SUPLENTE: ELDA ANDRADE DOS SANTOS

CPF: 026.976.602-24

REPRESENTANTE DA PASTORAL DA CRIANÇA

TITULAR: MARILETE D. S. DOS SANTOS

CPF: 289.616.172-49

SUPLENTE: ROSELI DOS SANTOS DA MOTA

CPF: 724.441.182-00

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

SECRETÁRIA: PENHA DENONE SOARES

CPF: 471.002.302-68

SUPLENTE: MARIA FERNANDA DE AZEVEDO

CPF: 811.469.572-20

REPRESENTANTE ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

TITULAR: NELI BOARIA

CPF: 399.207.802-78

SUPLENTE: TIAGO DE BRITO RAMOS

CPF: 038.160.172-23

REPRESENTANTE DO CLUBE DAS MÃES

VICE-SECRETÁRIA: IDALINA ANJOS ARAUJO SOUZA

CPF: 289.640.712-04

SUPLENTE: MARIA ABADIA DE SÁ SOUZA

CPF: 610.335.379-34

Art. 2º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se

LEONILDE ALFLEN GARDA

Prefeita Municipal

Publicado por:

Valeria Angela Saar Lucas

Código Identificador:1785041C

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

GABINETE DO PREFEITO CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/PMT/2019.

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Theobroma - RO, usando das atribuições que lhe são conferidas CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/PMT/2019 qualificado para preenchimento de vagas do quadro pessoal, a se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Theobroma, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar a data da publicação deste, para formalização contratual, munidos dos documentos abaixo relacionados:

Carteira de Identidade;

Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

Título Eleitoral;

Comprovante de Quitação Eleitoral;

Certidão de Casamento/Nascimento;

Se, do sexo masculino comprovante de estar quite com as obrigações Militares;

02 (duas) fotos 3x4 recentes;

Comprovante de escolaridade correlacionados com o cargo ao qual foi aprovado;

Carteira de Trabalho e Previdência Social;

Declaração de Bens e Rendas;

Número de Conta Corrente;

Certidão de Nascimento dos dependentes menores de 14 anos, acompanhado de Carteira de Vacinação e comprovação de frequência escolar devidamente atualizada;

Cartão de Inscrição do PIS/PASEP;

Comprovante de residência;

Declaração que não acumula Cargos no Serviço Público, Federal, Estadual e Municipal;

Declaração de que não está em Licença para tratamento de saúde, licença prêmio ou outros tipos de licença, com ônus para o erário;

Certidão Negativa de Débitos Municipais;

Certidão Negativa de Débitos Estaduais (site www.sefin.ro.gov.br);

Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (site www.tce.gov.br);

Certidão Negativa Cível e Criminal da Comarca onde reside ou residiu nos últimos 05 (cinco) anos (site www.tj.ro.gov.br);
Certidão Negativa da Justiça Federal, dos últimos 05 (cinco) anos (site www.justicafederal.jus.br);

Atestado de Sanidade Física e Mental (Junta Médica Municipal);

Hemograma Completo;

VDRL;

HBSAG;

Tipo Sanguíneo;
HIV 1 e 2;

Glicose.

Todos os documentos deverão ser entregues no RH Municipal.

CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS

Edinaldo Ricardo Assunção – Auxiliar de Serviços Gerais – SEMUSA – 9º colocado.

CLAUDIOMIRO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE.

Theobroma – RO, 22 de Abril de 2020.

Publicado por:
Nirley dos Santos Oliveira
Código Identificador:7AD45601

GABINETE DO PREFEITO DECRETO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL DE 15 DE ABRIL DE 2020

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTAS DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA/RO”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR a Srª. KATIANE APARECIDA DA SILVA BATISTA, do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SEMTAS da Prefeitura do Município de Theobroma-RO.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO AGENOR LUIZ CORREIA, PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, AOS (15) DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE (15-04-2020).

CLAUDIOMIRO ALVES DOS SANTOS

Prefeito

Publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Theobroma/RO, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, em:

DENECIR DA SILVA

Chefe de Gabinete

Publicado por:
Nirley dos Santos Oliveira
Código Identificador:FAFADA33

GABINETE DO PREFEITO DECRETO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL DE 16 DE ABRIL DE 2020

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA/RO”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E

Art. 1º Nomear a Srª. SILMARA FONSECA, no cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTAS - da Prefeitura do Município de Theobroma-RO.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO AGENOR LUIZ CORREIA, PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE (16-04-2020).

CLAUDIOMIRO ALVES DOS SANTOS

Prefeito

Publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Theobroma/RO, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, em:

JOSÉ LÚCIO BARROS DA SILVA

Chefe de Gabinete

Publicado por:
Nirley dos Santos Oliveira
Código Identificador:C2154F8F

GABINETE DO PREFEITO DECRETO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL DE 15 DE ABRIL DE 2020

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SR. RICARDO LUIZ RIFFEL NO CARGO DE SUPERINTENDENTE DO I.P.T –RO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA-RO”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR o Sr. RICARDO LUIZ RIFFEL, na Superintendência do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Theobroma - IPT.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO AGENOR LUIZ CORREIA, PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE (15/04/2020).

CLAUDIOMIRO ALVES DOS SANTOS

Prefeito

Publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Theobroma/RO, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, em:

IESTEFANO CARNEIRO DOS SANTOS

Secretário de Gabinete

Publicado por:

Nirley dos Santos Oliveira

Código Identificador:7224C406
**INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE THEOBROMA
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES**
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES

ATO Nº 001/2020

Theobroma-RO, 23 de abril de 2020

Sr. Gerente,

Encaminhamos dados para cadastramento de poderes, com sua extensão, bem como informando os responsáveis pela movimentação bancária, conforme abaixo:

1. ENTE PÚBLICO:
**INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PUBLICO MUNICIPAL DE THEOBROMA.**
CNPJ: 05.903.684/0001-55**2. RESPONSÁVEIS PELA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS:**

2.1 Ricardo Luiz Riffel, CPF 615.657.762-91

Cargo: Superintendente

Documento de Nomeação: Decreto Municipal de nomeação, com data de 15/04/2020

2.2 Nicléia Ferreira dos Santos, CPF 527.123.112-72

Cargo: Diretora Financeiro

Documento de Nomeação: Decreto com data de 05/11/2019.

3. FORMA COMO SERÃO FEITAS AS ASSINATURAS: Sempre em conjunto para todas as transações, sem limite de movimentação.

**4. AUTORIZAMOS EXPRESSAMENTE O
CADASTRAMENTO DOS PODERES LISTADOS ABAIXO:**

009 – Emitir Cheques

010 – Abrir contas de depósito

011 – Autorizar cobrança

020 – Receber, passar recibo e dar quitação

026 – Solicitar saldos, extratos e comprovantes

027 – Requisitar talonário de cheques

036 – Retirar cheques devolvidos

038 – Endossar cheque

094 – Sustar/contrá-ordenar cheques

095 – Cancelar cheques

096 – Baixar cheques

098 – Efetuar resgates/aplicações financeiras

099 – Cadastrar, alterar e desbloquear senhas

100 – Efetuar saques – conta corrente

102 – Efetuar saques - poupança

104 – Efetuar pagamentos por meio eletrônico

105 – Efetuar transferências por meio eletrônico

118 – Consultar contas/aplic. Programas repasse recursos

119 – Liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro

124 – Solicitar saldos/extratos de investimentos

126 – Emitir comprovantes

128 – Efetuar transferência para mesma titularidade

133 – Encerrar contas de depósito

**5. CONTAS A SEREM VINCULADAS PARA
MOVIMENTAÇÃO:**
30.030-6**RICARDO LUIZ RIFFEL**

Superintendente.

CPF: 615.657.762-91

Publicado por:

Maria Nilda da Silva Souza

Código Identificador:DC62F5EF
**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ**
**PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO N. 005/2020**
EXTRATO DE CONTRATO**CONTRATO N. 005/2020****PROCESSO N. 897/2019-SEMEC****TOMADA DE PREÇO N. 011/2019**

EXTRATO DO CONTRATO N. 005/2020-SEMEC. Processo: 897/2019. Tomada de Preço n. 011/2019. **CONTRATANTE:** Município de Urupá/RO, inscrito no CNPJ: 63.787.097/0001-44. **CONTRATADA:** Construtora Royales LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 24.178.090/0001-73. **INTERVENIENTE:** Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **OBJETO:** Contratação de empresa do ramo pertinente para prestar serviço de reforma de 890,00m² (oitocentos e noventa metros quadrados) de edificação existente na escola municipal de ensino fundamental Alphonsus Guimarães. **VALOR:** R\$ 124.908,86 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e oito reais e oitenta e seis centavos). **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço. **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 60 (sessenta) dias, após a assinatura do contrato. **RECURSO:** 02.02.004.12.361.0004.1.126, elemento de despesa: 44.90.51.91, nota de empenho n. 358/2020. **SIGNATÁRIOS:** Célio de Jesus Lang/Contratante; David Augusto Albuquerque/Contratada; Adilson Neves Magalhães/Interveniente. Data de Assinatura: 14/04/2020.

Urupá/RO, 23 de abril de 2020.

DR. CLAUDINEY QUIRINO DE SOUZA

Procurador do Município de Urupá-RO

OAB/RO 2488

Publicado por:

Andressa Rodrigues de Castro

Código Identificador:6DC451A9
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E
AGRICULTURA
PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

O Sr. Edir Carlos Louback, Portador do CPF:***.008.177-** torna público que requereu junto a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Urupá-SEMAA o pedido de renovação da licença de operação da atividade de piscicultura do processo 1801/4488/2011 de sua propriedade localizada na **Linha A-01, Lote 36, Gleba 01-A**, Município de Urupá-RO.

Publicado por:

Adailton Mendes da Silva

Código Identificador:61B37D29
**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RELAÇÃO DAS EMPRESAS HABILITADAS NA TOMADA DE
PREÇOS Nº 005/2020**
E AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.

O MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO/RO, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, instituída pelo Decreto Municipal nº 3613 de 06 de Março de 2020, torna público para conhecimento de interessados, a relação das empresas HABILITADAS na licitação **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/CPL/2020**, regime de execução indireta, empreitada por preço global, tipo menor preço, cuja abertura ocorreu no dia **09/04/2020 as 08:00 horas**, fica marcada a abertura do **Envelope 02 da Proposta de Preços**, para o dia **24/04/2020 as 08:00 horas**.

TOMADA DE PREÇO Nº 005/CPL/2020 – PROCESSO Nº 1-291/SEMOSP/2020

OBJETO: Constitui objeto desta licitação o presente contrato tem por objeto construção do portal de Vale do Paraíso – RO, com área de construção de 2.781,12m²; a obra será localizada na Avenida Paraná com a Rua esperança, Quadra 07, neste município. O portal será construído com passeio de concreto, meio fio, pergolados de madeira com vegetação, lixeiras, paisagismo e contará com um espaço que atendem a NBR 9050, com rampas e piso tátil, visando a acessibilidade e ergonomia. Contendo serviços preliminares, movimento de terra, infraestrutura, super estrutura, revestimento de pisos, pintura, instalações elétricas, paisagismo e outros.

VALOR ORÇADO: R\$ 314.238,08 (Trezentos e Quatorze Reais e Duzentos e Trinta e Oito Reais e Oito Centavos);

A Empresa **CONSTRUTORA PARAISO LTDA** CNPJ **00.541.146/0001-44**, foi **HABILITADA**.

Informações Complementares: na CPL – Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso – RO, sito a Av. Paraíso, 2601, Setor 01, de Segunda a Sexta Feira, exceto feriados, somente em horário de expediente das 07h00min às 13h00min, e-mail: cpl.net@outlook.com. Telefones (69) 3464-1462 ou 3464-1005.

Vale do Paraíso - RO, 23 de Abril de 2020.

ELIANDRA VITÓRIA DA SILVA

Presidente da CPL

Decreto nº 3613 de 06/03/2020

Publicado por:

Eliandra Vitoria da Silva

Código Identificador:E088681A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EDITAL DE NOMEAÇÃO Nº 001-SEMSAU

O Prefeito Municipal de Vale do Paraíso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 113 da lei Orgânica do Município e tendo em vista a classificação no Concurso Público nº. 3º (terceiro), homologado em **28 de Junho de 2019**, Edital nº. 003/2019, publicado no diário Oficial Estado DOE nº. 2496 no dia 09/07/2019. Resultado Final publicado no Diário Oficial do Estado DOE nº. 2527 de 21/08/2019.

RESOLVE NOMEAR, nos Termos do Art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, Sº (a) **MARIA CICERA FREITAS ANDRADE**, admitido em **22/04/2020**, para exercer, o cargo de **ENFERMEIRO C.L.T**, criado pela Lei Municipal nº. 560, de 30 de Outubro de 2007, alterado pela Lei nº. 806 de 05/04/2012 do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, com **lotação na Secretaria Municipal de Saúde** e carga horária de 40 horas semanais.

Prefeitura Municipal, 22 de Abril de 2020.

SILVIA WRONKI

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Port: 5139 de 07/08/2017

Publicado por:

Dineia Tigre dos Santos

Código Identificador:3D5D4712

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01-SEMOSP-2020.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2020

A **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Vale do Paraíso RO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 791 de 01 de Dezembro de 2011, do Município de Vale do Paraíso, Lei nº 809 de 05 de Abril de 2012, Lei nº 1278 de 02 de Setembro de 2019 (regime celetista) torna pública a abertura do processo seletivo simplificado para contratação temporária e estabelece as normas relativas à realização. Provimento do cargo de Trabalhadores Braçais e Pedreiro para lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, de Vale do Paraíso/RO, mediante as condições estabelecidas neste edital.

CONSIDERANDO que o COVID-19 recebeu, da Organização Mundial da Saúde (OMS), o status de pandemia global, ensejando determinação de medidas excepcionais por parte do Poder Público. Conforme o Decreto Estadual nº 24.887 de 20 de Março de 2020 e o Decreto Municipal nº 6380 de 20 de Março de 2020 de Vale do Paraíso/RO.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente Processo Seletivo Simplificado tem como objetivo a seleção de candidatos, visando à contratação temporária de **06(seis) Trabalhadores Braçais e 01(um) Pedreiro**, conforme Quadro de Vagas a seguir:

1.1 Quadro de Vagas:

Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso/RO	Cargos	Vagas
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos/SEMOSP	Trabalhador Braçal	06
	Pedreiro	01

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 Antes de inscrever-se, o candidato deverá tomar conhecimento das normas e condições estabelecidas neste Edital, incluindo seus Anexos, partes integrantes das normas que regem o presente Processo Seletivo, das quais, não poderá alegar desconhecimento em nenhuma hipótese.

2.2 A inscrição será realizada somente via Internet no portal transparente da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso por meio do endereço eletrônico www.valedoparaíso.ro.gov.br no prazo estabelecido no **Anexo I - Cronograma Previsto**.

2.3 O candidato deverá, no ato da inscrição, marcar em campo específico da Ficha de Inscrição, **uma única opção de vaga**. Depois de efetivada a inscrição, será considerada como válida a última inscrição efetivada.

2.4 A inscrição para o presente Processo Seletivo Simplificado é gratuita.

2.5 A inscrição estará disponível durante as 24 horas do dia, ininterruptamente, desde as 12 horas do 1º dia de inscrição até às 23h59min do último dia de inscrição, conforme estabelecido no **Anexo I – Cronograma Previsto**.

2.6 A inscrição é de inteira responsabilidade do candidato e deve ser feita com antecedência, evitando-se o possível congestionamento de comunicação do endereço eletrônico www.valedoparaíso.ro.gov.br nos últimos dias de inscrição, inclusive quanto à impressão do comprovante.

2.7 A Administração/comissão não será responsável por problemas na inscrição via Internet, motivados por falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de comunicação nos últimos dias do período que venha a impossibilitar a transferência e o recebimento de dados.

3. PROVA

3.1 Teste de Aptidão Física – TAF será avaliado na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos para cada teste e terá caráter eliminatório e classificatório. O valor por cada ponto auferido na prova de aptidão física é de 2,5 (dois virgula cinco).

3.2 Todos os candidatos serão submetidos ao teste de aptidão física conforme o seguinte conteúdo programático: Corrida Pedestre e

levantamento de Pesos, (Classificatória / Eliminatório ambos os sexos).

3.3 Para essa fase os candidatos deverão estar de trajes apropriados (calção, camiseta, tênis e máscara) para realizar os testes diversos e apresentarem junto a coordenação da prova, laudo médico, realizado no máximo (10) dez dias antes do teste físico (que ficará retido) constando aptidão para realização de exercícios com esforço físico, sob pena de não ser admitido à prova.

3.4 Em razão de condições climáticas ou de força maior, a critério da Comissão Organizadora do processo seletivo, a Prova de Avaliação de Condicionamento Físico poderá ser adiada ou interrompida, acarretando novo horário e/ou data a ser estipulado e divulgado aos candidatos presentes.

3.5 O candidato que não auferir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos pontos no TAF será desclassificado do processo seletivo.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 – Dará a Classificação aos candidatos com categoria de prova de título conforme das pontuação no **Anexos III**:

Experiência Profissional comprovada, através de declaração assinada e autenticada e conhecida em cartório

4.2 - As áreas e os pré-requisitos/escolaridade são os estabelecidos nos quadros que se seguem:

QUADRO ÚNICO – TRABALHADOR BRAÇAL/PEDREIRO

LOTAÇÃO	PRÉ-REQUISITOS/ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO BÁSICA
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos/SEMOSP	Nível Fundamental Incompleto

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 No caso de igualdade de pontuação final para classificação, após observância do disposto no parágrafo único, do art. 27, da Lei n. 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerada, para esse fim, a data de inscrição, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que obtiver:

5.2 - Serão critérios de Desempate:

- Maior pontuação de experiência Profissional
- Maior número de filhos menores de 18 anos;
- Maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

6. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1 - As pessoas com deficiência, amparadas pelo inciso VIII do artigo 37, da Constituição Federal, e na forma da Lei n. 515, de 04 de Outubro de 1993, poderão concorrer às vagas ofertadas.

6.2 - Das vagas destinadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do presente processo seletivo, 10% serão providas na forma do artigo 1º da Lei n. 515, de 04 de Outubro de 1993, da Lei n. 2.478/11 e do Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

6.3 - Somente haverá **reserva imediata** de vagas para os candidatos com deficiência nos cargos/localidades com número de vagas igual ou superior a 10 (dez).

6.4 - Ressalvadas as disposições especiais contidas neste Edital, os candidatos com deficiência participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange aos critérios de avaliação e aprovação, à pontuação mínima exigida e a todas as demais normas de regência do certame.

6.5 - Os candidatos com deficiência, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.

6.6 - No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência, deverá declarar e anexar na ficha de inscrição essa condição e a deficiência do qual é portador apresentando laudo médico, atestado a espécie e grau ou nível de deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência. O candidato que não anexar o laudo médico, não será considerado deficiente, mesmo que tenha assinalado tal opção no ato da inscrição.

6.7- Não sendo comprovada a deficiência do candidato, será desconsiderada a sua classificação na listagem de pessoas com

deficiência, sendo considerada somente sua classificação na listagem de ampla concorrência.

DOS RECURSOS

7.1- O candidato poderá apresentar recurso, devidamente preenchido e fundamentado, devendo ser interposto no prazo estabelecido no **Anexo I - Cronograma Previsto**, considerando o último dia até às 13h00 (horário local), inclusive para interposição via Internet.

7.2- O recurso poderá ser entregue pessoalmente ou por meio de procurador legalmente constituído à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso/RO estabelecido no **Anexo I** deste Edital, o horário compreendido entre 7hrs00 e 13hrs00 (horário local).

7.3 -O recurso poderá ainda ser interposto através do portal transparência do Município de Vale do Paraíso, endereço eletrônico www.valedoparaíso.gov.ro que disponibiliza o Formulário Específico para Recursos, devendo ser devidamente preenchido e fundamentado, momento em que é imprescindível a impressão do comprovante.

7.4-O formulário preenchido de forma incorreta, com campos em branco ou faltando informações, será automaticamente desconsiderado.

7.5-Será indeferido liminarmente o recurso ou pedido de revisão que: descumprir as determinações constantes neste Edital; for dirigido de forma ofensiva à Comissão de Processo Seletivo e/ou a Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso/SEMOSP; for apresentado fora do prazo e fora de contexto.

7.6-Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes aos títulos analisados, considerados procedentes, serão atribuídos ao candidato recorrente.

7.7-A resposta aos recursos e a homologação do resultado final serão publicados no portal transparência da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso/RO www.valedoparaíso.gov.ro na data constante do **Anexo I - Cronograma Previsto** e no Diário Oficial do Estado.

7.8-A Comissão de Recursos de Processo Seletivo constitui a última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, razão por que não caberão recursos adicionais.

8. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DE CONTRATO

8.1-Para a assinatura de Contrato o candidato terá que apresentar as seguintes condições:

Ter sido selecionado para a localidade e vaga do presente Processo Seletivo;

Ser brasileiro nato ou naturalizado;

Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

Estar quite com a justiça eleitoral;

Se, do sexo masculino, estar quite com as obrigações militares;

Declarar não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal;

Cumprir, na íntegra, as determinações deste Edital;

DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO E REGIME DE TRABALHO

9.1-Os candidatos selecionados dentro do quantitativo de vagas ofertado serão admitidos em caráter temporário, pelo **prazo de 06 (seis) meses**, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a contar da data de assinatura do Contrato. Para os contratos prorrogados serão expedidos Termos Aditivos.

DOS LOCAIS DE TRABALHO

10.1-Os contratados deverão desempenhar suas atividades profissionais exclusivamente ao cargo que fora inscrito no ato das inscrições, sob a administração da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso/RO, após o ato de assinatura do Contrato de Trabalho.

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

11.1-A remuneração inicial dos cargos tem por base a Lei nº 1278 de 02 de Setembro de 2019, conforme estabelecidas em Lei Municipal e suas alterações, se houver.

11.1.1 Tabela de Salário:

Cargo	Carga Horária	Vencimento
Trabalhador Braçais	40 horas semanais	Sal.base: R\$ 642,06 (seiscentos e quarenta e dois reais e seis centavos)
Pedreiro	40 horas semanais	Sal.base: R\$ 923,31 (novecentos e vinte e três reais e trinta e um centavos)

DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

12.1-O resultado final e a homologação do Processo Seletivo Simplificado serão divulgados nas datas constantes do **Anexo I - Cronograma Previsto**, publicados no Diário Oficial do Estado de Rondônia e no Portal Oficial do Município de Vale do Paraíso RO: www.valedoparaíso.gov.ro.br, e em jornal de grande circulação no Estado de Rondônia.

DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E LOTAÇÃO

13.1- Os candidatos que forem selecionados serão convocados, por ordem de classificação, de acordo com o número de vagas ofertado, conforme necessidades apontadas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP.

13.2 - A convocação para assinatura de Contrato dar-se-á através de edital, o qual será publicado no portal

www.valedoparaíso.gov.ro.br, em jornal de grande circulação no Estado de Rondônia e no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

13.3 - O candidato convocado deverá se apresentar na Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso RO, observando o prazo estipulado no Edital de Convocação para apresentação, dos seguintes documentos:

13.3.1 Documentação a ser apresentada para assinatura de Contrato no local informado conforme Anexo II:

Cédula de Identidade;

CPF/MF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

Declaração do candidato informando se ocupa ou não cargo público, (ou aposentadoria dele decorrente). E, em caso positivo, o candidato deverá apresentar também Certidão, expedida pelo órgão empregador, contendo especificações como o cargo, a escolaridade exigida para o exercício do cargo, a carga horária contratual, o vínculo jurídico do cargo, os dias, os horários, a escala de plantão e a unidade administrativa em que exerce suas funções;

Declaração do candidato de existência ou não de demissão por justas causa ou a bem do Serviço Público (*sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes*);

Declaração do candidato informando sobre a existência ou não de Investigações Criminais, Ações Cíveis, Penais ou Processo Administrativo em que figure como indiciado ou parte, com firma reconhecida, (*sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes*);
Certidão de Nascimento ou Casamento;

Certidão de Nascimento dos Dependentes Legais;

Cartão de Vacina dos Dependentes;
Título de Eleitor;

Cartão do Programa de Integração Social – PIS ou Programa de Assistência ao Servidor Público – PASEP (se o candidato não for cadastrado deverá declarar não ser cadastrado);

Declaração de Imposto de Renda ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (atualizada);

Certificado de Reservista (para o sexo masculino);

Comprovante de Residência (caso o comprovante não esteja em nome do candidato, apresentar Declaração do proprietário do imóvel que ali reside ou se for o caso cópia do contrato de locação);
Se possuir, comprovante de conta corrente do Banco do Bradesco (Pessoa Física);

Comprovante que está quite com a Justiça Eleitoral;

Prova de Quitação com a Fazenda Pública do Estado de Rondônia;
Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Atestado de Sanidade Física e Mental;
Fotocópia da página de identificação do candidato na Carteira de Trabalho e Previdência Social –CTPS;
Uma Fotografia 3x4;

Certidão Negativa da Justiça Federal, da comarca aonde residiu nos últimos 5 (cinco) anos;

Certidão Negativa expedida pelo Cartório de Distribuição Cível e Criminal do Fórum da Comarca, de residência do candidato no Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos.

13.4- Caso o nome do (a) candidato (a) tenha sofrido alterações, o (a) mesmo (a) deverá **declarar a mudança ocorrida**, devendo ser comprovada através de documento oficial.

13.5-No ato da contratação o candidato deverá estar de posse dos documentos originais.

13.6-O candidato convocado para assinatura de Contrato de Trabalho que não comparecer dentro do prazo pré estabelecido no Edital de Convocação será tido como desistente, podendo, o Departamento de Gestão de Pessoas, convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação.

14.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1-O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período, a contar da data da homologação do Resultado Final publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

14.2-As contratações de candidatos selecionados, só serão permitidas dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado.

14.3-Será excluído do certame o candidato que fizer declaração falsa ou inexata ou, por sua inteira responsabilidade, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos neste Edital, incluindo-se os exigidos para a confirmação de sua inscrição.

14.4- Os profissionais contratados, a qualquer tempo, poderão ser substituídos por candidatos aprovados em Concurso Público, em área equivalente, por ocasião da posse do servidor estatutário.

14.5-Em caso de desistência, óbito, ou outro impedimento legal, para que não haja prejuízo na continuidade da oferta de serviço, a administração poderá dispensar e substituir este por outro que atenda aos dispositivos legais.

14.6-Poderá a Administração Pública Municipal promover o remanejamento justificado de candidatos devidamente aprovados no processo seletivo simplificado de uma localidade para outra, de acordo com a necessidade de pessoal, desde que não exista servidor efetivo para o devido suprimento e ainda não haja candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado para aquela localidade, devendo haver, necessariamente, a plena concordância do candidato.

14.7-Havendo necessidade de ampliação do quantitativo de vagas ofertado no presente processo seletivo simplificado a administração pública municipal poderá promover ato autorizativo a contemplar o provimento de tal demanda.

ANEXOS

ANEXO I – Cronograma Previsto;

ANEXO II – Endereço para entrega dos documentos;
ANEXO III – Quadro de atribuição de ponto para a avaliação do título;

Vale do Paraíso – RO, 22 de Abril de 2020.

WANDERLEY FERREIRA BARBOSA

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I – CRONOGRAMA PREVISTO

EVENTOS	DATAS PREVISTAS
Período de inscrições (via internet), todos os cargos	27/04/2020 à 01/05/2020
Entrega de Documentos na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP na Avenida Paraíso, n.º 2601, Centro (de segunda a sexta das 07:00 às 13:00)	04/05/2020 à 06/05/2020
Resultado Preliminar da Relação de Candidatos Inscritos	11/05/2020
Homologação das Inscrições	12/05/2020
Realização da prova de Aptidão Física	15/05/2020
Resposta aos Recursos e Divulgação do Resultado Final	19/05/2020
Convocação para contratação e lotação	25/05/2020

ANEXO II - ENDEREÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEMOSP

LOCALIDADE/SEDE	ENDEREÇO DAS COORDENADORIAS	TELEFONE
VALE DO PARAISO/RO	Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso – RO, localizada na Avenida Paraíso, n.º 2601, Centro, CEP: 76923-000.	(69) 3464-1005

ANEXO III – QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTO PARA A AVALIAÇÃO DO TÍTULO

ALÍNEA	TÍTULO	VALOR CADA TÍTULO	DE VALOR MÁXIMO DOS TÍTULOS
A)	Experiência Profissional comprovada, através de declaração assinada e autenticada/reconhecida em cartório (até 05 (cinco) experiência Profissional)	10	50
Total Máximo de Ponto 50			

Publicado por:
Dineia Tigre dos Santos
Código Identificador:1D4453C6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE MATERIAIS E OBRAS - CPLMO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13-2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13-2019.

PROCESSO Nº 2511/2019.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/SRP/2019. SECRETARIA: SEMOSP

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 01.587.887/0001-29, com sede na Avenida 27, 1133 – Centro, neste ato representado pela Prefeita a Sra. Sheila Flávia Anselmo Mosso, brasileira, agente público, residente e domiciliada neste Município, de outro lado às empresas A Empresa: N. V. VERDE & CIA LTDA – ME, de direito privado, inscrita no CNPJ: 03.363.727/0001-21 com sede a (Endereço) RUA CAUCHEIRO, nº 1765, Setor Nova Brasília, Cidade: JI-PARANA Estado de RO, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº José Luiz Tolotti – Procurador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 67.113 e CPF nº. 080.040.052-68 E- Mail: tolotti.jl@gmail.com Telefones: 69-3229-3034/69-3411-5500 Empresa: HELENA DOS SANTOS PENTEADO 67646760200 de direito privado, inscrita no CNPJ: 34.334.767/0001-79 com sede a (Endereço) R AFONSO PENA, 544 ANEXO - CENTRO (S-01), Cidade: VILHENA Estado de RO, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº Helena dos Santos Penteado – Proprietária da Empresa, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10R-583-1 e CPF nº. 676.467.602-00 E-mail: rondonialicitacao@hotmail.com Telefone: 69-98405-2742, Empresa: A S COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E SERVICOS LTDA, de direito privado, inscrita no CNPJ: 27.070.654/0001-48 com sede a (Endereço) AV MARECHAL RONDON, 2507 SALA A - DOIS DE ABRIL Cidade: , JI-PARANA Estado de RO, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº Adonaldo Ferreira dos Santos – Representante Comercial, portador da Cédula de Identidade RG nº.249389 e CPF nº. 220.029.442- 53, E-mail: brasluzme@hotmail.com Telefone: 69-3422-2949/99264-0307/99975-7500, Empresa: A. W. A. IMPACTOS EIRELI, de direito privado, inscrita no CNPJ: 24.681.482/0001-50 com sede a (Endereço) R NOVE DE JULHO, 669 - ALVORADA Cidade: PIMENTA BUENO Estado de RO, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº Aldo Celio Alves de Lima Junior - Procurador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 981.210 e CPF nº 962.568.772-68 E-mail: atendimento@awaimpactos.com.br Telefone: 69-3451-2193, Empresa: GLOBAL LUX COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MATERIAIS EIRELI de direito privado, inscrita no CNPJ: 22.854.208/0001-00 com sede a (Endereço), AV PARANA, 341 - NOVO HORIZONTE, Cidade: CACOAL Estado de RO, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº Fernando Casado Ramires Donadelli, portador da Cédula de Identidade RG nº. 836.658 e CPF nº. 779.365.152-91 E-mail: globallux2015@gmail.com Telefones: 69-3441-8579/8134-1911 e a Empresa: M.S.B ELETRICA CONSTRUÇÃO E ILUMINAÇÃO de direito privado, inscrita no CNPJ: 33.440.338/0001-13 com sede a (Endereço) RUA QUATRO (LOT JD ALENCASTRO, 10 QUA 06 - COXIPO Cidade: CUIABA Estado de MT, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº Márcio Rogério de Siqueira Luz – Procurador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 106.10464 e CPF nº. 792.389.631-34 E-mail: licitacao6@luzcia.net Telefone: 65-3661-1700.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Futura e eventual aquisição de luminária completa para manutenção das iluminarias públicas através de SRP – Sistema de Registro de Preços, e assim atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Os registros de preços no âmbito do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia encontram-se regulamentados pelo Decreto Municipal nº 3.710/2011.

O registro de preços terá vigência máxima de 01 (um) ano, (doze meses), vedada qualquer prorrogação que ultrapasse esse prazo, fixado no art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Será permitido o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, desde que obedecida as previsões legais do **DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013 e suas alterações.**

Serão permitidas aquisições ou contratações adicionais (caronas), não podendo exceder uma única vez a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador ou órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata.

01.1 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES (IN 6, DE 25 DE JULHO DE 2014 E ART. 27 DEC. 7.892/13).

a) Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, em conformidade com a IN. 06/2014 e disposto no Art. 27 Decreto nº 7.892/2013, desde que obedecidas a prerrogativas legais dos Referidos Instrumentos Legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS QUANTITATIVOS

A quantidade estimada para contratação deverá ser considerada em termos aproximados, observando a determinação contida no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8666/93, apenas quanto aos acréscimos.

A existência de preços registrados não obriga o Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para aquisição do objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços registrados são os seguintes:

A Empresa: N. V. VERDE & CIA LTDA – ME, de direito privado, inscrita no CNPJ: 03.363.727/0001-21 com sede a (Endereço) RUA CAUCHEIRO, nº 1765, Setor Nova Brasília, Cidade: JI-PARANA Estado de RO, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº José Luiz Tolotti – Procurador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 67.113 e CPF nº. 080.040.052-68 E- Mail: tolotti.jl@gmail.com Telefones: 69-3229-3034/69-3411-5500. .

N. V. VERDE & CIA LTDA - ME CNPJ: 03.363.727/0001-21					
Item	RUA CAUCHEIRO, 1765 - VOVA BRASILIA, JI-PARANA - RO, CEP: 76908-508	Unid	Quant	Vr Unit	Vr Total
	Descrição do Produto/Serviço				
8	LAMPADA VAPOR SODIO 70W Marca: OUROLUX	UNID	750	17,81	13.357,50
Total do Proponente					13.357,50

A Empresa: HELENA DOS SANTOS PENTEADO 67646760200 de direito privado, inscrita no CNPJ:

34.334.767/0001-79, com sede a (Endereço) R AFONSO PENA, 544 ANEXO - CENTRO (S-01), Cidade:

VILHENA Estado de RO, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº Helena dos Santos Penteado – Proprietária da Empresa, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10R-583-1 e CPF nº. 676.467.602-00 E-mail: rondonalicitacao@hotmail.com Telefone: 69-98405- 2742.

HELENA DOS SANTOS PENTEADO 67646760200 CNPJ: 34.334.767/0001-79					
Item	R AFONSO PENA, 544 ANEXO - CENTRO (S-01), VILHENA - RO, CEP: 76980-028	Unid	Quant	Vr Unit	Vr Total
	Telefone: (69) 8405-2742				
	Descrição do Produto/Serviço				
6	REATOR EXTERNO VAPOR DE SODIO/METALICO 70W Marca: ideal	UNID	750	38,90	29.175,00
Total do Proponente					29.175,00

A Empresa: A S COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E SERVICOS LTDA, de direito privado, inscrita no CNPJ: 27.070.654/0001-48 com sede a (Endereço) AV MARECHAL RONDON, 2507 SALA A – DOIS DE ABRIL Cidade: , JI-PARANA Estado de RO, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº Adonaldo Ferreira dos Santos – Representante Comercial, portador da Cédula de Identidade RG nº.249389 e CPF nº. 220.029.442-53, E-mail: brasluzme@hotmail.com Telefone: 69-3422-2949/99264-0307/99975-7500.

A S COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E SERVICOS LTDA					
Item	CNPJ: 27.070.654/0001-48	Unid	Quant	Vr Unit	Vr Total
	AV MARECHAL RONDON, 2507 SALA A - DOIS DE ABRIL, JI-PARANA - RO, CEP:76900-862				
	Telefone: 69-3422-2949Fax:				
	Descrição do Produto/Serviço				
1	BRAÇO PARA LUMINARIA:SAPATA COM 25CM DE COMPRIMENTO, 7CM DE LARGURA E 3CM DE PROFUNDIDADE, CONFECCIONADA EM CHAPA 11 (03MM) DE ESPESSURA, CONTENDO DOIS FUROS DE 18MM DE DIAMETRO, DISTANTES 20CM ENTRE EIXOS.NA JUNÇÃO DA SAPATA COM O BRAÇO TUBULAR DEVERA SER SOLDADA UMA CHAPA DE 03MM DE ESPESSURA PARA REFORÇO EM FORMA TRIANGULAR COM ARESTAS DE 10CM X 6CM X 12CM.O BRAÇO DEVERA SER TUBULAR COM DIAMETRO EXTERNO DE 32MM, CONFECCIONADO EM CHAPA METALICA DE 2,28MM GALVANIZADO A FOGO, COM PROJEÇÃO MINIMA DE 3,0M. DEVERA ESTAR DEVIDAMENTE ALINHADO LATERALMENTE EM 90º COM A SAPATA DE MODO A FICAR PERFEITAMENTE NA PERPENDICULAR DOS POSTES ONDE SERAO FIXADOS.O TUBO DO BRAÇO NAO PODE TER OBSTRUÇÃO INTERNA PARA PASSAGEM DOS FIOS QUE VAO DA BASE DO BRAÇO ATE A LUMINARIA. Marca: OLIVO	UNID	1500	99,27	148.905,00
2	LUMINARIA: LUMINARIA PUBLICA FECHADA IP-65, CORPO REFLETOR ESTAMPADO EM CHAPA DE ALUMINIO, ANODIZADO E SOQUETEIRA COM ACABAMENTO PINTADO EM ESMALTE NA COR CINZA MARTELADO. Marca: OLIVO	UNID	1500	59,50	89.250,00
7	REATOR EXTERNO VAPOR DE SODIO/METALICO 150W: Marca: DEMAP	UNID	750	43,67	32.752,50
9	LAMPADA VAPOR SODIO 150W: Marca: G-LIGHT	UNID	750	15,59	11.692,50
10	CABO DE COBRE ISOLADO P/ 750V SEÇÃO 2,5MM²: Marca: NATICON	UNID	1500	0,82	1.230,00
11	FIO RIGIDO ISOLADO P/ 750V SEÇÃO 2,5MM²: Marca: NATICON	UNID	16500	0,96	15.840,00
12	PARAFUSO MAQUINA 16X250MM: Marca: MOGISER	UNID	3000	4,59	13.770,00
Total do Proponente					313.440,00

A Empresa: A.W.A. IMPACTOS EIRELI, de direito privado, inscrita no CNPJ: 24.681.482/0001-50 com sede a (Endereço) R NOVE DE JULHO, 669 - ALVORADA Cidade: PIMENTA BUENO Estado de RO, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº Aldo Celio Alves de Lima Junior - Procurador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 981.210 e CPF nº 962.568.772-68 E-mail: atendimento@awaimpactos.com.br Telefone: 69-3451-2193.

A.W.A. IMPACTOS EIRELI CNPJ: 24.681.482/0001-50								
Item	R NOVE DE JULHO, 669 - ALVORADA, PIMENTA BUENO- RO,			Unid	Quant	Vr Unit	Vr Total	
	CEP: 76970-000							
	Telefone: (69) 3451-6899							
	Descrição do Produto/Serviço							
3	BASE PARA RELE FOTOELETRICO PARA RELE) Marca: MAPRETRON		(TOMADA	FIXA	UNID	1500	5,39	8.085,00
4	RELE FOTOELETRICO CORPO E MAPRETRON		TAMPA	Marca:	UNID	1500	15,46	23.190,00
Total do Proponente								31.275,00

A Empresa: GLOBAL LUX COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MATERIAIS EIRELI de direito privado, inscrita no CNPJ: 22.854.208/0001-00 com sede a (Endereço), AV PARANA, 341 - NOVO HORIZONTE, Cidade: CACOAL Estado de RO, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº Fernando Casado Ramires Donadelli, portador da Cédula de Identidade RG nº. 836.658 e CPF nº. 779.365.152-91 E-mail: globallux2015@gmail.com Telefones: 69-3441-8579/8134-1911

GLOBAL LUX COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MATERIAIS EIRELI						
Item	CNPJ: 22.854.208/0001-00		Unid	Quant	Vr Unit	Vr Total
	AV PARANA, 341 - NOVO HORIZONTE, CACOAL - RO, CEP: 76962-083					
	Telefone: (69) 3441-8579					
	Descrição do Produto/Serviço					
5	BOCAL DE LOUÇA COM ROSCA E-40 Marca: Decorlux		UNID	1500	4,97	7.455,00
13	FITA ISOLANTE Marca: Decorlux		UNID	300	2,99	897,00
Total do Proponente						8.352,00

A Empresa: M.S.B ELETRICA CONSTRUÇÃO E ILUMINAÇÃO de direito privado, inscrita no CNPJ: 33.440.338/0001-13 com sede a (Endereço) RUA QUATRO (LOT JD ALENCASTRO, 10 QUA 06 - COXIPO Cidade: CUIABA Estado de MT, daqui por diante simplesmente tendo como representante o Srº Márcio Rogério de Siqueira Luz – Procurador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 106.10464 e CPF nº. 792.389.631-34 E-mail: licitacao6@luzcia.net Telefone: 65-3661-1700.

M.S.B ELETRICA CONSTRUÇÃO E ILUMINAÇÃO CNPJ: 33.440.338/0001-13							
Item	RUA QUATRO (LOT JD ALENCASTRO, 10 QUA 06 - COXIPO, CUIABA - MT,			Unid	Quant	Vr Unit	Vr Total
	CEP: 78085-035						
	Descrição do Produto/Serviço						
14	CONECTOR PERFURANTE CDP – 70: Marca: INTELLI			UNID	1500	3,80	5.700,00
Total do Proponente							5.700,00

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, contado da data da publicação na Imprensa Oficial do Município, conforme previsto no § 3º, do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.

Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na Cláusula II, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no § 4º, do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Caberão ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, nos termos do Decreto Municipal nº 1904/2019 e o Decreto 1903/2019, a administração e o gerenciamento da presente ata, que disciplina o sistema de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedada a utilização desta Ata pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo após autorização expressa da Administração.

A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Município de Chupunguaia, Estado de Rondônia consolidadas nos autos.

Os pedidos de adesão deverão observar o atendimento prévio ao regulamento acima mencionado, e encaminhado à Comissão de Implantação do sistema de Registro de Preço.

CLÁUSULA SETIMA – DO PREÇO E RESERVA ORÇAMENTARIA

O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado no certame e estabelecido na Cláusula III deste instrumento, e não poderá ultrapassar o VALOR TOTAL DE R\$: 1.077.960,00.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata será observada a compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado, conforme especificações técnicas e condições constantes do Edital Pregão, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

A PARTICIPANTE PODERÁ AINDA UTILIZAR ORÇAMENTO MESMO QUE NÃO ESTEJAM PREVISTO NESTE.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (L8.666/93, art. 55, V; L10.520, art. 3º, III)

O valor orçado para a contratação visada no presente Termo de Referência constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pelas demandantes, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados as Secretarias Municipais/orgãos Participante e não Participantes, pela Lei Orçamentária Anual do Município de Chupunguaia, o que englobará Recursos Livres, e Recursos Vinculados tanto Estaduais quanto Federais, onde a demandante deverá demonstra para pedido e emissão de empenho e confecção de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII E ART 56).

1.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E GARANTIA A Contratada obriga - se a:

Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contado da solicitação da Administração Municipal, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções;
Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais;

Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Prefeitura Municipal e seus órgãos;
Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive o descarregamento, dos materiais;

Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

Receber o objeto em dias úteis, no horário das estabelecido neste termo;

Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

1.3 DA GARANTIA DOS PRODUTOS

Os materiais a partir do momento que forem entregues, deverão conter os prazos de garantia de no mínimo 05 (cinco) anos para lâmpadas e luminárias, 02 (dois) anos para o rele fotoelétrico e 12 (doze) meses para os demais materiais a garantia contratual, dada pelo fabricante, conforme normas do PROCON, e segundo as normas do fabricante, ficando a contratada responsável para acionar a garantia, assim como qualquer eventual despesa.

– DO LOCAL DE ENTREGA.

Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, da Secretaria Municipal de Administração, em dias úteis, compreendido entre as 07h00 e as 12h30, situada a Avenida Valter Luiz Fillus, nº 1133, Centro, Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia, CEP 76.990-000, Fone: (69) 3346-1460;

– CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Os produtos deverão ser entregues de forma **fracionada**, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

– DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS

Os materiais deverão obedecer aos critérios de avaliação constantes no termo de referência, tendo por base o padrão mínimo de qualidade ISSO, e as especificações constantes no quadro acima, não serão aceitos materiais reconicionados, como por exemplos Reatores.

*** OS PRODUTOS SERÃO RECEBIDOS:**

Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho.

Os produtos entregues pela CONTRATADA deverão ter validade mínima de 80% (oitenta por cento) do prazo definido na embalagem.

Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento provisório.

Se no ato da entrega, for constatado que o material for inferior com os parâmetros de qualidade, segundo o termo de referência e segundo norma e certificados exigidos em lei, os mesmos serão devolvidos ficando a empresa fornecedora responsável pelo pagamento de taxas, frete e demais encargos, devendo efetuar a troca do mesmo no prazo de 02 (dois) dias úteis. Em caso de reincidência a empresa poderá sofrer as sanções administrativas.

O descarregamento do produto ficará a cargo da CONTRATADA, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

O aceite/aprovação do(s) produto(s) pela Administração Municipal não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se a Prefeitura Municipal de Chupinguaia as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

– GARANTIA/ PRODUTOS

Os materiais a partir do momento que forem entregues, deverão conter os prazos de garantia de no mínimo 05 (cinco) anos para lâmpadas e luminárias, 02 (dois) anos para o rele fotoelétrico e 12 (doze) meses para os demais materiais a garantia contratual, dada pelo fabricante, conforme normas do PROCON, e segundo as normas do fabricante, ficando a contratada responsável para acionar a garantia, assim como qualquer eventual despesa.

– PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega será de até **45 (quarenta e cinco) dias consecutivos**, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

– CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DECIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em parcela única, depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular.

Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.

Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante

O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

Existência de qualquer débito para com o Contratante; e

Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções a CONTRATADA, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98.

As sanções de que trata o “caput” desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas:

Advertência;

Multa;

Rescisão do Contrato;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Chupinguaia, por um prazo não superior a dois anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos causados, após, decorrido o prazo da sanção aplicada.

Multa de mora de 0,05% sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega do objeto, salvo comprovadamente justificado pela contratada e aceito pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal. Ultrapassado esse prazo, a contratada ficará sujeita, ainda, à multa correspondente a 2% do valor do contrato.

O valor da multa aplicada por ocasião do descumprimento do presente contrato será descontado do pagamento e quando for o caso; cobrada judicialmente.

As sanções previstas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea “f”, facultado a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Ficam asseguradas as condições também estabelecidas no termo de referência mesmo não estando elencadas neste.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS FISCALIZAÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL (L 10.520/02, art. 3, I; e L 8.666/93, art. 55, VII e 56 e in 05/2017)

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA que deixar de cumprir com o previsto no Instrumento Contratual, ressalvado a hipótese de forma maior e caso fortuito, sofrerá as seguintes sanções:

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor do instrumento contratual.

Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado.

A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e Prefeitura Municipal de Chupinguaia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05

(cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, será deduzido da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005: a) Inexecução total ou parcial do contrato; b) Apresentação de documentação falsa; c) Comportamento inidôneo; d) Fraude fiscal; e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as penalidades prescritas na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas cogentes conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie.

A aplicação de quaisquer das penalidades previstas não impede a Rescisão Contratual.

A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

O fornecimento dos produtos será supervisionado, fiscalizado e atestado pelo **Secretário Municipal de cada órgão participante** e Fiscais do contrato designados para tal finalidade, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do contrato celebrado, anotando, inclusive em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o artigo 67 da Lei 8.666/93.

A fiscalização da contratação será exercida pelo Secretário Municipal responsável pela pasta das participantes, ou por outro representante designado pela Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

DA GARANTIA CONTRATUAL

A Licitante vencedora do certame poderá, a critério da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, prestar garantia relativa ao percentual de 5% (cinco por cento) do seu valor total no ato de assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Art. 56, §1º, da Lei 8666/93, em uma das modalidades definidas no §1º.

A Contratada deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, a Contratada deverá apresentá-la em 48h (quarenta e oito) horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;

Fica vedado à Contratada pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;

A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata o item 15 deste Termo de Referência;

A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e art. 11 da Resolução Administrativa 31/TCERO-2006.

2 DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

De acordo com o artigo 65, inciso II, alínea d esclarecemos que poderá ser revisto a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo da legislação vigente;

O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado;

Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura de Chupinguaia convocará a empresa beneficiária da presente Ata visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura de Chupinguaia a liberará do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e art. 11 da Resolução Administrativa 31/TCERO-2006 e em consonância com o Decreto Federal de n. 7.892/2013.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

pela Administração, quando:

O licitante vencedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

O licitante vencedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, sendo frustrada a negociação para redução dos preços avençados;

Por razões de interesse públicas, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

Pelo licitante vencedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

A solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

A comunicação do cancelamento do preço registrado pela Administração será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do licitante vencedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Comissão de Implantação do Sistema do Registro de Preço.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata o edital de **Pregão Eletrônico nº. 135/2019**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos dos **Processos nº 2511/2019**.

A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico nº. 135/2019, pela Excelentíssima Senhora Prefeita de Chupinguaia, Estado de Rondônia.

E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Chupinguaia – RO, 28 de novembro de 2019.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO	MOISÉS CAZUZA DE ANDRADE
Prefeita de Chupinguaia	Pregoeiro/Gerente de Registro
Gestão 2017 a 2020.	

Equipe de Apoio:

SINDOVAL GONÇALVES

Equipe de Apoio

Empresas Detentoras Do Certame

Empresa:

N. V. Verde & Cia LTDA – ME, CNPJ: 03.363.727/0001-21

Endereço RUA CAUCHEIRO, nº 1765, Setor Nova Brasília, Cidade: JI-PARANA Estado de RO,

Representante

O SRº JOSÉ LUIZ TOLOTTI – PROCURADOR, RG Nº. 67.113

CPF nº. 080.040.052-68

E- Mail: toloti.jl@gmail.com Telefones: 69-3229-3034/69-3411-5500.

Empresa:

Helena Dos Santos Penteado 67646760200

CNPJ: 34.334.767/0001-79

Endereço) R AFONSO PENA, 544 ANEXO - CENTRO (S-01),

Cidade: VILHENA

Representante

O SRª HELENA DOS SANTOS PENTEADO

Proprietária da Empresa

RG nº. 10R-583-1

CPF nº. 676.467.602-00

E-mail: rondonialicitacao@hotmail.com Telefone: 69-98405-2742.

Empresa:

A S Comercio De Materiais Eletricos E Servicos LTDA,

CNPJ: 27.070.654/0001-48

Endereço) AV MARECHAL RONDON, 2507 SALA A - DOIS DE ABRIL

Cidade: , JI-PARANA Estado de RO,

Representante

O SRº ADONALDO FERREIRA DOS SANTOS

Representante Comercial. RG nº.249389

CPF nº. 220.029.442-53,

E-mail: brasluzme@hotmail.com Telefone: 69-3422-2949/99264-0307/99975-7500.

Empresa:

A.W.A. Impactos EIRELI,

CNPJ: 24.681.482/0001-50

Endereço) R NOVE DE JULHO, 669 - ALVORADA

Cidade: PIMENTA BUENO Estado de RO,

Representante

O SRº ALDO CELIO ALVES DE LIMA JUNIOR

Procurador. RG nº. 981.210

CPF nº 962.568.772-68

E-mail: atendimento@awaimpactos.com.br Telefone: 69-3451-2193.

Empresa:

Global Lux Comercio Importacao E Exportacao De Materiais EIRELI

CNPJ: 22.854.208/0001-00

Endereço), AV PARANA, 341 - NOVO HORIZONTE,

Cidade: CACOAL Estado de RO.

Representante

O SRº FERNANDO CASADO RAMIRES DONADELLI

Procurador

RG nº. 836.658

CPF nº. 779.365.152-91

E-mail: globallux2015@gmail.com Telefones: 69-3441-8579/8134-1911

Dados Bancários

Banco: SICOOB CREDIP - 756

Agencia: 3271

C/C: 13823-1

Empresa:

M.S.B Eletrica Construção E Iluminação

CNPJ: 33.440.338/0001-13

Endereço) RUA QUATRO (LOT JD ALENCASTRO, 10 QUA 06 – COXIPO

Cidade: CUIABA Estado de MT.

Representante

O SRº MÁRCIO ROGÉRIO DE SIQUEIRA LUZ

Procurador

RG nº. 106.10464

CPF nº. 792.389.631-34

E-mail: licitacao6@luzcia.net Telefone: 65-3661-1700

Publicado por:

Moises Cazuza de Andrade

Código Identificador:4B48D739

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
ANEXO 12 - PMC

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
Exercício de 2019		DEZEMBRO(31/12/2019)		
CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-Orçamentárias				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES(I)	42.830.494,53	49.336.290,47	51.958.531,55	2.622.241,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.953.605,02	2.899.905,32	2.921.190,17	21.284,85
Impostos	1.488.868,34	2.112.610,68	2.293.242,01	180.631,33
Taxas	464.736,68	787.294,64	627.948,16	-159.346,48
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.807.309,91	1.807.309,91	1.139.570,45	-667.739,46
Contribuições Sociais	1.371.549,91	1.371.549,91	1.139.570,45	-231.979,46
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	435.760,00	435.760,00	0,00	-435.760,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.277.271,90	2.277.271,90	3.235.204,88	957.932,98
Valores Mobiliários	2.277.271,90	2.277.271,90	3.235.204,88	957.932,98
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	5.544,12	5.544,12
Outros Serviços	0,00	0,00	5.544,12	5.544,12
TRANSFERENCIAS CORRENTES	36.792.307,70	42.351.803,34	44.587.896,80	2.236.093,46
Transferências da União e de suas Entidades	14.556.662,37	18.009.711,94	19.813.937,87	1.804.225,93
Transferências do Estado e de suas Entidades	9.283.434,55	11.389.880,62	11.372.540,97	-17.339,65
Transferências de Outras Instituições Públicas	12.952.210,78	12.952.210,78	13.401.417,96	449.207,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	69.125,13	69.125,13
Multas administrativas, contratuais e judiciais	0,00	0,00	16.724,67	16.724,67
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	0,00	0,00	25.583,83	25.583,83
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	26.816,63	26.816,63
RECEITAS DE CAPITAL (II)	680.000,00	1.981.000,00	2.386.840,83	405.840,83
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	680.000,00	1.981.000,00	2.386.840,83	405.840,83
Transferências da União e suas Entidades	0,00	1.301.000,00	1.239.814,00	-61.186,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	680.000,00	680.000,00	1.147.026,83	467.026,83
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	43.510.494,53	51.317.290,47	54.345.372,38	3.028.081,91
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	43.510.494,53	51.317.290,47	54.345.372,38	3.028.081,91
DÉFICIT (VI)			0,00	
TOTAL (VII) = (V+VI)	43.510.494,53	51.317.290,47	54.345.372,38	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.574.151,12	3.574.151,12	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro		3.574.151,12	3.574.151,12	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	37.003.588,56	42.414.540,24	40.729.420,91	38.814.349,59	38.718.429,19	1.685.119,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.217.281,66	22.966.272,98	22.356.566,84	22.350.256,63	22.266.927,06	609.706,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	31.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.755.106,90	19.448.267,26	18.372.854,07	16.464.092,96	16.451.502,13	1.075.413,19
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	2.124.145,46	7.895.914,67	6.567.771,85	4.398.606,33	4.370.234,83	1.328.142,82
INVESTIMENTOS	1.677.595,46	7.307.667,28	5.979.524,46	3.810.358,94	3.781.987,44	1.328.142,82
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	446.550,00	588.247,39	588.247,39	588.247,39	588.247,39	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	546.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	39.674.284,02	50.310.454,91	47.297.192,76	43.212.955,92	43.088.664,02	3.013.262,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	39.674.284,02	50.310.454,91	47.297.192,76	43.212.955,92	43.088.664,02	3.013.262,15
SUPERÁVIT (XIV)			7.048.179,62			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	39.674.284,02	50.310.454,91	54.345.372,38	43.212.955,92	43.088.664,02	3.013.262,15
RESERVA DO RPPS	3.858.612,92	3.563.037,06	0,00	0,00	0,00	3.563.037,06

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	37.324,90	962.315,99	755.710,11	755.398,90	228.627,65	15.614,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.132,24	502.821,63	424.151,49	424.151,49	112.760,97	41,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.192,66	459.494,36	331.558,62	331.247,41	115.866,68	15.572,93
DESPESAS DE CAPITAL	390,13	307.926,23	276.121,82	276.121,82	32.194,54	0,00
INVESTIMENTOS	390,13	307.926,23	276.121,82	276.121,82	32.194,54	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	37.715,03	1.270.242,22	1.031.831,93	1.031.520,72	260.822,19	15.614,34

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	42.706,15	665.407,27	704.805,02	0,00	3.308,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.657,12	352.957,17	373.369,85	0,00	1.244,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.049,03	312.450,10	331.435,17	0,00	2.063,96
DESPESAS DE CAPITAL	4.758,00	88.118,63	88.118,63	0,00	4.758,00
INVESTIMENTOS	4.758,00	88.118,63	88.118,63	0,00	4.758,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	47.464,15	753.525,90	792.923,65	0,00	8.066,40

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

NOTA EXPLICATIVA

NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EM 31.12.2019

N.1 – INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE

O MUNICÍPIO DE CUJUBIM, é uma empresa publica de direito publico da Administração Direta, que apresenta seus resultados incluindo os relativos aos órgãos, fundos, autarquias de forma consolidada. Estão incluídos nos resultados que se apresentam as seguintes entidades:

Prefeitura Mun. de Cujubim, localizada Av. Condor, 2588, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.18, e no C.N.P.J sob o n. 84.736.941/0001-88.

Fundo Mun. de Saúde de Cujubim, localizada Av. Maracanã, 1489, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.151, e no C.N.P.J sob o n. 11.485.023/0001-50.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Cujubim, Av. Condor, 2588, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.173, e no C.N.P.J sob o n. 07.892.556/0001-89.

Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Cujubim, Av. Rouxinol, 1571 setor 02, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.437, e no C.N.P.J sob o n. 31.736.236/0001-14.

N.2 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

DECLARAMOS que na preparação de demonstrações Contábeis orçamentárias foram utilizadas as técnicas constantes nos Manuais de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aprovados pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de Dezembro de 2016, sendo as evidências apresentadas conforme estabelecido na Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público do referido Manual.

N.3 ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não há alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro em apresentação, visto que todas as alterações nas políticas contábeis, já foram previamente definidas e as que não foram ainda implantadas estão em fase de implantação para todas as entidades.

N.4 BASE DAS MENSURAÇÕES

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis destas entidades são mensurados e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional desta entidade e das entidades incorporadas para a consolidação da Prestação de Contas.

N.5 ASPECTOS LEGAIS ORÇAMENTÁRIOS

O Município de Cujubim, teve seu orçamento aprovado através da Lei Municipal 1124, de 12 de dezembro de 2018, tendo sido liberado para Execução através do Decreto 377/2019, publicado em 03/01/2019.

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

NOTA EXPLICATIVA

conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O registro, no aspecto orçamentário, obedeceu ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício.

As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

N.6 RECEITAS E DESPESAS EXECUTADAS POR TIPO DE ORÇAMENTO

O Orçamento da Seguridade Social, conforme disposto no § 5º do Art. 165 combinado com o disposto no Art. 194 da Constituição Federal, dispõe das ações integradas na Saúde, Assistência Social e Previdência, tiveram um resultado deficitário na ordem de R\$ 4.555.688,10 (quatro milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais e dez centavos), de forma que o resultado superavitário no Orçamento Fiscal, parte foi destinada a cobrir o Orçamento da Seguridade.

Descrição	Tipo de Orçamento		Total
	Fiscal	Seguridade	
Receitas Correntes	42.780.000,87	9.178.530,68	51.958.531,55
Receitas de Capital	2.087.026,83	299.814,00	2.386.840,83
Receitas correntes intra Orçamentárias	-	2.187.401,51	2.187.401,51
Totais da Receita	43.079.814,87	13.452.959,02	56.532.773,89
Despesas Correntes	32.799.165,59	9.984.008,28	42.783.173,87
Despesas de Capital	5.097.695,08	1.746.624,77	6.844.319,85
Totais da Despesa Orçamentária	37.896.860,67	11.730.633,08	49.627.493,72
Déficit / Superávit	5.182.954,20	1.722.325,97	6.905.280,17

N.7 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO POR ENTIDADE CONTÁBIL

As entidades contábeis da Saúde e o Legislativo tiveram um déficit de Execução Orçamentária, todavia esse déficit de Execução foi devidamente coberto com Repasses Financeiros do Poder Executivo.

Ressalta-se que o Poder Legislativo, através da Unidade Orçamentária - Câmara Municipal obteve ganho Financeiros com a Aplicação automática dos Recursos Financeiros Repassados a Eles através de repasses, cumprindo assim as recomendações de aplicação automática dos recursos financeiros disponíveis no momento, sendo que todos os rendimentos auferidos foram devidamente restituídos ao Poder Executivo, sem prejuízos de suas aplicações.

Ressalta-se neste tópico que esse tipo de aplicação financeira, possui respaldo legal junto as normas contábeis, do direito financeiro bem como possui parecer de aceitabilidade favorável por Parte da Corte de Contas do Estado de Rondônia, através do processo 1296/2013.

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

NOTA EXPLICATIVA

Descrição	Por Entidade Contábil						Total
	Legislativo	Executivo	FMAS/FIA	Previdência	Saúde	Educação	
Receitas Correntes	-	26.917.266,49	122.756,18	3.067.074,10	5.064.813,55	15.862.734,98	51.034.644,70
Receitas de Capital	-	2.087.026,83	-	2.851.390,50	299,8	-	5.238.231,33
Receitas de serv. Adm	-	-	-	259.897,86	14,00	-	259.897,86
Totais da Receita	-	29.004.293,32	122.756,18	6.178.362,46	5.364.627,55	15.862.734,38	56.532.773,89
Despesas Correntes	1.572.323,22	13.003.983,78	1.079.067,96	1.687.561,22	7.217.379,10	18.222.858,59	42.783.173,87
Despesas de Capital	60.814,76	3.932.446,90	92.760,30	-	1.653.864,47	1.104.433,42	6.844.319,85
Totais da Despesa Orçamentária	1.633.137,98	16.936.430,68	1.171.828,26	1.687.561,22	8.871.243,57	19.327.292,01	49.627.493,72
Déficit / Superávit	- 1.633.137,98	12.067.862,64	- 1.049.072,08	4.490.801,24	- 3.506.616,02	- 3.464.557,63	6.905.280,17

N.8 RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS – DETALHADA

Receitas Intra	Inicial	Atualizada	Receitas Realizada			Saldo
orçamentária Receitas de contribuições	1.787.174,17	1.787.174,17		1.927.503,65		140.329,48
Receitas de serviços	0,00	0,00		259.897,86		259.897,86
Total	1.787.174,17	1.787.174,17		2.187.401,51		400.227,34
Despesa Intra orçamentárias	Dotação Inicial	Atualizada	Empenhada	Despesas Liquidada	Pagas	Saldo
Total Intra orçamentária	1.764.771,76	2.390.876,30	2.330.300,96	2.330.300,96	2.068.720,89	60.575,34
Despesas Correntes	1.538.771,76	2.102.051,21	2.053.752,96	2.053.752,96	1.792.172,89	48.298,25
Pessoal e encargos sociais	1.538.771,76	1.842.153,35	1.793.855,10	1.793.855,10	1.532.275,03	48.298,25
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00				
Outras Despesas correntes	0,00	259.897,86				
Despesa de capital	226.000,00	288.825,09	276.548,00	276.548,00	276.548,00	12.077,09
Total	226.000,00	288.825,09	276.548,00	276.548,00	276.548,00	12.077,09

N.9 DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO

Os créditos suplementares abertos no decorrer do exercício tiveram o seguinte resultado:

Tipo de crédito	Dotação			Despesa	Saldo
	Inicial	Alterações	Atualizada	Empenhada	Dotação

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

NOTA EXPLICATIVA

Suplementares	45.297.668,70	4.215.345,96	49.513.014,66	44.165.363,86	5.347.650,80
Especiais		6.751.353,61	6.751.353,61	5.267.819,86	1.483.533,75
Extraordinários					
Total	45.297.668,70	10.966.699,57	56.264.368,27	49.627.493,72	6.636.874,55

	Descrição	Valor	Percentual
1	Dotação Inicial	45.297.668,70	
2	Créditos Suplementares	9.652.781,63	21,31
3	Crédito Especial Aberto	6.812.530,56	15,04
4	Crédito Especial Reaberto	-	-
5	Crédito Extraordinário	-	-
6	Total dos Créditos	16.465.312,19	
7	Excesso de Arrecadação (Não Vinculado)	2.735.527,18	4,86
8	Superávit Financeiro	3.574.151,12	6,35
9	Anulação de Dotação	5.498.612,62	9,77
10	Excesso de Arrecadação (Rec. Vinculados)	4.657.021,27	8,28
11	Total dos Recursos	16.465.312,19	29,26
12	Dotação Atualizada *1+7+8+10)	56.264.368,27	

Das Alterações de Dotação abertas com base na Lei do orçamento, o Município teve o seguinte resultado.

Créditos Suplementares Abertos	9.652.781,63
Créditos abertos com Lei Específica	37.434,30
Créditos abertos com as exceções prevista na LOA	4.099.708,70
Total a Ser Considerado no Comput. do % Autorizado	5.515.638,63
Valor Fixado na Dotação na LOA - Inicial	45.297.668,70
Percentual Utilizado do Limite Previsto na LOA	12,176

Decretos contendo exceções previstas na LOA/2019

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

NOTA EXPLICATIVA

I - abrir durante o exercício créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º observando-se o disposto no Inciso III do artigo 43 da Lei federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964.

II - abrir durante o exercício créditos suplementares até o limite de 10% (Dez por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º observando-se o disposto no Inciso II do artigo 43 da Lei federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, demonstrados através de demonstrativos do excesso real de arrecadação, apurados bimestralmente em relação ao fixado na Programação Financeira e no Cronograma de Desembolso Mensal.

III - abrir durante o exercício créditos suplementares até o limite apurado em Balanço Patrimonial, observando-se o disposto no Inciso I do artigo 43 da Lei federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964.

IV - abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Decreto	Valor	Lei de autorização	Exceção
388	6.810,54	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
389	2.184,31	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo IV
390	8.038,68	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
391	4.421,21	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
392	7,94	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo II
393	11.706,55	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo IV
395	77.140,00	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo IV
396	12.000,00	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo IV
397	481.126,06	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
398	38.822,48	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo IV
405	84.781,73	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
406	13.640,24	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
407	211.383,96	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
436	109.602,15	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
443	18.377,60	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo II

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

NOTA EXPLICATIVA

449	717.128,04	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
452	17.565,08	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
454	86.899,98	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo IV
457	123.264,97	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo IV
459	100.000,00	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo IV
463	58.943,58	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo IV
469	17.446,05	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
471	300.000,00	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo II
493	169.930,34	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
494	225.787,37	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
495	174.100,00	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo II
496	34.830,00	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo II
500	28.510,30	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
504	618.143,00	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo II
511	167.900,18	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo II
515	85.694,32	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
516	52.642,34	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo II
518	40.879,70	Lei 1124/2018-LOA	Artigo 4º Paragrafo III
	4.099.708,70		

N.10 UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA REABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAIS

Despesa	Suplementar	Especial	Total
Pessoal e Encargos	225.787,37		225.787,37
Outras Despesas Correntes	948.168,12	747.017,06	1.695.185,18
Investimentos	1.088.086,06	625.092,51	1.713.178,57
Total	2.262.041,55	1.372.109,57	3.634.151,12

N.11 PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM RELAÇÃO AOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

No Encerramento do Exercício, os saldos em contas de Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Exercício e que não foram pagos, Grupo Contábil 6.3.1.3 foram transferidos para o Grupo Restos a pagar Processados.

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

NOTA EXPLICATIVA

Esse procedimento de Transferência, não altera o Resultado do Quadro A – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não processados, todavia esse montante aparece evidenciado no Anexo 17 da Dívida Flutuante e no Quadro 14A – do Balanço Patrimonial desta Entidade.

RESTOS A PAGAR		MOVIMENTO		TRANSFERENCIA		SALDO
PROCESSADOS	SALDO ANT.	INSCRIÇÃO	BAIXA	INSCR	BAIXA	ATUAL
EXERCÍCIO 2015	4.758,00	-	-	-	-	4.758,00
EXERCÍCIO 2016	37.299,24	-	35.235,28	-	-	2.063,96
EXERCÍCIO 2017	5.406,91	-	4.162,47	-	-	1.244,44
EXERCÍCIO 2018	753.525,90	-	753.525,90	311,21	-	311,21
EXERCÍCIO 2019		385.871,97				385.249,58
Sub-total	800.990,05	385.871,97	792.923,65	311,21	-	394.249,58
RESTOS A PAGAR		MOVIMENTO		TRANSFERENCIA		SALDO
PROCESSADOS	SALDO ANT.	INSCRIÇÃO	BAIXA	INSCR	BAIXA	ATUAL
EXERCÍCIO 2015	-	-	-	-	-	-

EXERCÍCIO 2016	697,04	-	697,04	-	-	0,00
EXERCÍCIO 2017	37.017,99	-	37.017,99	-	-	0,00
EXERCÍCIO 2018	1.270.242,22	-	1.254.627,88	-	311,21	15.303,13
EXERCÍCIO 2019		4.084.236,84				4.084.236,84
Subtotal	1.307.957,25	4.084.236,84	1.292.342,91	-	311,21	4.099.539,97

N.12 – DEMAIS PROCEDIMENTOS NAS CONTAS DE RESTOS A PAGAR

Os valores Cancelados estão evidenciados na Variação Patrimonial Aumentativa na Conta Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - 49101.

Os Resultados de Inscrição e Pagamento, estão devidamente evidenciados no Balanço Financeiro, enquanto que os Cancelamentos de Restos a Pagar Processados estão evidenciados nas Demonstrações de Variações Patrimoniais Aumentativas do Exercício.

De acordo com as demonstrações e notas explicativas apresentadas e de posse de todos os elementos possíveis para avaliar a movimentação no Exercício de 2019 entendemos que o Balanço Orçamentário espelha com exatidão e transparência todas as transações realizadas no período.

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

Publicado por:
Ana Paula Cristo Rodrigues
Código Identificador:7B8624E2

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
ANEXO 13 - PMC

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO							
Exercício de 2019			Dezembro(31/12/2019)				
CONSOLIDADO							
INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		56.532.773,89	50.643.801,18	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		49.627.493,72	43.180.274,62
ORDINÁRIO		17.470.101,26	20.822.738,11	ORDINÁRIO		15.440.330,21	13.445.735,97
VINCULADO		39.062.672,63	29.821.063,07	VINCULADO		34.187.163,51	29.734.538,65
AçõES E SERVIÇOS DE SAÚDE		0,00	177.048,95	AçõES E SERVIÇOS DE SAÚDE		0,00	122.598,21
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	273.800,00	ALIENAÇÃO DE BENS		281.733,90	0,00
APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS		0,00	10.000,00	APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS		0,00	10.000,00
CONTRIB.P/REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (PATRONAL, SERV. COMPENS.FINANCEIRA)		6.178.362,46	2.663.855,52				
				CONTRIB.P/REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS (PATRONAL, SERV. COMPENS. FINANCEIRA)		1.687.561,22	1.402.445,01
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE		48.213,74	71.797,04				
				CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		194.518,61	78.936,99
OUTROS RECURSOS ESTADUAIS DESTINADO A SAÚDE		331.425,00	0,00				
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS- EDUCAÇÃO		4.106.234,79	0,00	OUTROS RECURSOS ESTADUAIS DESTINADO A SAÚDE		340.633,71	0,00
				RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO		3.582.676,30	3.275.059,59
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS- SAÚDE		3.689.637,31	0,00				
				RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE		4.509.402,54	3.936.209,42
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS		768.982,68	0,00				
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		0,00	2.328.378,68	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS		178.279,94	171.693,52
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS		117.607,75	133.531,83				
				TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENV.DA EDUCAÇÃO - FNDE		808.378,50	684.772,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENV.DA EDUCAÇÃO - FNDE		877.840,07	830.512,85				
				TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	3.667.419,47
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	4.324.834,57				
				TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - CUSTEIO		3.138.978,37	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - CUSTEIO		4.231.301,02	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - EDUCAÇÃO		1.926.506,94	906.947,46
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - FINANCIAMENTO		415.056,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE)		3.852.863,88	2.327.136,66
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - EDUCAÇÃO		1.477.994,38	887.386,72				
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE)		3.090.672,55	5.728.346,34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - SAÚDE		882.228,95	855.735,12
				TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB		12.803.400,65	12.295.585,20
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - SAÚDE		303.163,00	200.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		11.240.811,87	10.030.163,82
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB		13.426.181,88	12.191.570,57	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO		11.240.811,87	10.001.402,24
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		11.240.811,87	10.030.163,82	ORÇAMENTARIA			
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		11.240.811,87	10.001.402,24	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		2.846,97	0,00
DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		2.846,97	0,00	REPASSE CONCEDIDO		11.237.964,90	10.001.402,24
REPASSE RECEBIDO		11.237.964,90	10.001.402,24	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	28.761,58
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	28.761,58				

				RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	28.761,58
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		0,00	28.761,58			
				PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	6.773.546,42	6.595.655,99
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		9.441.301,02	6.796.763,75	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	1.824.444,37	2.185.632,43
				RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.031.520,72	1.863.660,91

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito

457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1

389.399.242-15

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		4.470.108,81	2.023.768,12	RP PROCESSADOS PAGOS		792.923,65	321.971,52
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		4.084.236,84	1.270.242,22	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		4.893.943,88	4.296.648,75
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		385.871,97	753.525,90	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		516.955,34	503.844,27
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		4.905.626,50	4.666.727,14	DEPOSITOS A TRANSFERIR		585,52	1.820,28
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		463.147,91	590.847,12	DEPOSITOS E CAUÇÕES		0,00	1.052,69
DEPOSITOS A TRANSFERIR		585,52	1.820,28	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL		8.073,90	1.908,00
DEPOSITOS E CAUÇÕES		0,00	1.052,69	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		23.000,50	17.689,97
DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL		7.949,63	3.755,72	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		898.363,59	751.409,02
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		22.997,61	20.348,93	ISS		1.497,59	84,88
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		897.101,48	752.671,13	OUTROS CONSIGNATARIOS		62.546,11	30.542,18
ISS		1.497,59	84,88	OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS		0,00	0,01
OUTROS CONSIGNATARIOS		54.977,87	40.936,42	PENSAO ALIMENTICIA		68.484,73	58.542,25
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS		0,00	0,01	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		2.142.133,30	1.912.362,98
PENSAO ALIMENTICIA		73.713,72	58.542,25	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		42.391,69	31.571,68
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		2.144.233,97	2.076.018,97	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		0,00	985.820,54
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		34.708,06	36.957,15	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.129.911,61	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		0,00	1.083.691,59	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		55.158,17	113.374,81
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.204.713,14	0,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		18.730,36	35.531,13
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		65.565,71	106.268,49				
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		21.959,80	33.916,41				
				CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		36.427,81	76.023,40
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		43.605,91	70.531,80				
				VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		0,00	1.820,28
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		0,00	1.820,28	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		45.941.695,25	36.368.660,48
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		36.368.660,48	28.704.026,16			0,00	36.368.660,48
		0,00	28.704.026,16	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		0,00	27.581.383,38
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		0,00	24.030.868,42	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		0,00	8.212.607,73
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		0,00	4.621.773,01	CONTA ÚNICA RPPS		0,00	13.249,07
CONTA ÚNICA RPPS		0,00	51.384,73	REDE BANCARIA - ARRECAÇÃO		0,00	561.420,30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		8.787.277,10	0,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.880.196,05	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		8.205.631,03	0,00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		892.846,07	0,00
CONTA UNICA RPPS		13.257,90	0,00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		12.027.975,31	0,00
REDE BANCARIA - ARRECAÇÃO		568.388,17	0,00	CAIXA		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		27.581.383,38	0,00	CONTA ÚNICA RPPS		25.343,32	0,00
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		27.581.383,38	0,00	REDE BANCARIA - ARRECAÇÃO		934.031,35	0,00
				INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		32.061.499,20	0,00
TOTAL		113.583.547,26	96.174.754,91				
				APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		32.061.499,20	0,00
				TOTAL		113.583.547,26	96.174.754,91

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito

457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1

389.399.242-15

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito

457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1

389.399.242-15

NOTA EXPLICATIVA

NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.2019

N.1 – INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE

O **MUNICÍPIO DE CUJUBIM**, é uma empresa pública de direito público da Administração Direta, que apresenta seus resultados incluindo os relativos aos órgãos, fundos, autarquias de forma consolidada. Estão incluídos nos resultados que se apresentam as seguintes entidades:

Prefeitura Mun. de Cujubim, localizada Av. Condor, 2588, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.18, e no C.N.P.J sob o n. 84.736.941/0001-88.

Fundo Mun. de Saúde de Cujubim, localizada Av. Maracanã, 1489, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.151, e no C.N.P.J sob o n. 11.485.023/0001-50.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Cujubim, Av. Condor, 2588, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.173, e no C.N.P.J sob o n. 07.892.556/0001-89.

Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Cujubim, Av. Rouxinol, 1571 setor 02, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.437, e no C.N.P.J sob o n. 31.736.236/0001-14.

N.2 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

DECLARAMOS que na preparação de demonstrações Contábeis Financeiras foram utilizadas as técnicas constantes nos Manuais de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aprovados pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de Dezembro de 2016, sendo as evidenciações apresentadas conforme estabelecido na Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público do referido Manual.

N.3 ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito

457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1

389.399.242-15

Não há alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro em apresentação, visto que todas as alterações nas políticas contábeis, já foram previamente definidas e as que não foram ainda implantadas estão em fase de implantação para todas as entidades.

N.4 BASE DAS MENSURAÇÕES

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis destas entidades são mensurados e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional desta entidade e das entidades incorporadas para a consolidação da Prestação de Contas.

N.5 ASPECTOS LEGAIS ORÇAMENTÁRIOS

O Município de Cujubim, teve seu orçamento aprovado através da Lei Municipal 1124, de 12 de dezembro de 2018, tendo sido liberado para Execução através do Decreto 377/2019, publicado em 03/01/2019.

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O registro, no aspecto orçamentário, obedeceu ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício.

As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

N.6 EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

As receitas e despesas foram registradas considerando as Receitas Arrecadadas no Exercício e as Despesas legalmente empenhadas.

As retenções oriundas das Despesas Orçamentárias Foram devidamente reconhecidas no momento do Pagamento aos Credores (Fornecedores) e foram Contabilizadas de duas formas:

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito

457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1

389.399.242-15

1) => Retenções de Fornecedores e de Pessoal contabilizados no Grupo Consignações para pagamento a Terceiros

2) => Retenções Previdenciárias (Salário Família e Maternidade) foram contabilizados no Grupo créditos a Receber.

O Grupo Restos a Pagar (inscrição), não representou movimentação financeira e foi registrado com a finalidade de compensar o Grupo Despesa Orçamentária que foi registrado pelo seu Valor Empenhado.

Receita Orçamentárias	56.532.773,89
(+) Transferências Financeiras Recebidas	11.240.811,87
(+) Recebimentos Extra orçamentários	9.441.301,02
(-) Despesa Orçamentária	- 49.627.493,72
(-) Transferências Financeiras Concedidas	- 11.240.811,87
(-) Pagamentos Extra orçamentários	- 6.773.546,42
(=) Resultado Financeiro do Exercício	9.573.034,77
Saldo do Exercício Anterior	36.368.660,48
Saldo do Exercício Atual	45.941.695,25

N.7 SALDOS POR FONTE DE RECURSOS		
Fonte	Descrição	Saldo Banco
1.01	Receitas de impostos e de transferências de impostos - Educação	239.684,53
1.02	Receitas de impostos e de transferências de impostos – Saúde	345.926,45

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito

457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1

389.399.242-15

1.03	Contrib p regime próprio de previd social RPPS(patronal, serv. Com financeira)	32.086.842,52
1.08	Transferências de recursos do Fundo Nacional do Desenv. Da educação	357.156,16
1.10	Contribuição para o custeio dos serviços de iluminação publica - COSIP	9.750,80
1.11	Transferências do FUNDEB	820.186,22
1.15	Transferências de recursos do fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	204.477,90
1.17	Recursos Destinados a Fundos	761.292,86
1.21	Outros recursos estaduais destinados a saúde	314.657,21
1.27	Transferências de recursos do SUS – Custeio	2.327.597,08
1.28	Transferências de recursos do SUS – Financiamento	80.503,85
1.92	Alienação de bens	10.827,04
2.12	Transferências de convênios – educação	516.282,82
2.13	Transferências de convênios – saúde	811.574,47
2.14	Transferências de convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde)	4.050.857,45
2.21	Outros recursos estaduais destinados a saúde	0,00
3.15	Transferências de recursos do fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	34.840,48

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito

457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1

389.399.242-15

3.27	Transferências de recursos do SUS – Custeio	96.931,52
6.12	Transferências de convênios – educação	23.356,56
6.14	Transferências de convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde)	6.028,16
1.00	Recursos ordinários	2.659.632,76
3.00	Recursos ordinários	183.288,41
TOTAL		45.941.695,25

N8 DISPONIBILIDADE POR ENTIDADE CONTABIL

Os Saldos de Caixa e Banco estão devidamente consolidados sendo que esses valores estão assim distribuídos por Unidade Gestora:

Entidade	Descrição	Disponível
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM	7.213.444,71
8	FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	325.269,38
9	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE CUJUBIM	25.343,22
10	FUNDO DE SAUDE DE CUJUBIM	4.073.930,54
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.237.138,34

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito

457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1

389.399.242-15

14	FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CUJUBIM	5.069,76
Total do caixa e equivalente de caixa		13.880.196,05
9	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE CUJUBIM	32.061.499,20
Total dos investimentos e aplicações temporárias		32.061.499,20
Total do caixa e equivalente de caixa		45.941.695,25

De acordo com as demonstrações e notas explicativas apresentadas e de posse de todos os elementos possíveis para avaliar a movimentação no Exercício de 2019, entendemos que o Balanço Financeiro espelha com exatidão e transparência todas as transações realizadas no período.

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito

457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1

389.399.242-15

Publicado por:
Ana Paula Cristo Rodrigues
Código Identificador:B4E6D436

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
ANEXO 14 - PMC

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL				Dezembro(31/12/2019)			
Exercício de 2019				CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS			
A) QUADRO PRINCIPAL				PASSIVO			
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		46.681.612,51	37.261.347,89	PASSIVO CIRCULANTE		1.433.081,53	1.285.859,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.880.196,05	8.787.277,10	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		898.878,91	518.583,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		13.880.196,05	8.787.277,10				
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	892.846,07	0,00	PESSOAL A PAGAR		679.041,55	326.806,17
CONTA ÚNICA RPPS	F	25.343,32	13.257,90	PESSOAL A PAGAR	F	0,00	2.243,25
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	12.027.975,31	8.205.631,03	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	F	285.691,74	0,00
REDE BANCARIA - ARRECADAÇÃO	F	934.031,35	568.388,17	PESSOAL A PAGAR	P	393.349,81	324.562,92
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		306.741,87	765.669,59	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		219.837,36	191.777,34
				CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	166.372,22
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		18.792,35	478.697,61				
IMPOSTOS	P	18.792,35	478.697,61	FGTS	F	0,00	19.536,11
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		287.949,42	286.971,98	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	136.507,79	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	287.949,42	286.971,98	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	78.485,36	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		0,10	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	F	0,00	85,60
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	0,10	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	F	4.844,21	5.783,41
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		313.595,56	11.178,04	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		317.089,86	438.560,72
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		312.825,06	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		317.089,86	438.560,72
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	F	312.825,06	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	48.095,50	360.279,42
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		770,50	11.178,04	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	F	0,00	78.281,30
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	0,00	3.229,44				
				CONTAS A PAGAR NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	F	27.133,32	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	0,00	7.178,10				
				PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	P	241.861,04	0,00
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESA DE TERCEIROS	P	770,50	770,50				
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	30.127,46
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		32.061.499,20	27.581.383,38	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	29.850,00
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		32.061.499,20	27.581.383,38	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	F	0,00	29.850,00
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F	32.061.499,20	27.581.383,38				
ESTOQUES		119.579,83	115.839,78	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS		0,00	277,46
ALMOXARIFADO		119.579,83	115.839,78	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES MUNICIPAIS A RECOLHER	F	0,00	277,46
MATERIAL DE CONSUMO	P	109.718,13	106.856,45				
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P	180,78	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		217.112,76	298.587,89
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P	9.556,47	8.871,98	VALORES RESTITUÍVEIS		215.868,32	278.987,23
MATERIAIS A CLASSIFICAR	P	124,45	111,35	CONSIGNAÇÕES	F	214.144,87	277.139,51
ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.556.110,29	32.630.760,37	DEPOSITOS JUDICIAIS	F	1.723,45	1.847,72
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.227.329,22	19.778.789,59	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		1.244,44	19.600,66
				INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		1.227.329,22	19.778.789,59		F	1.244,44	5.882,24
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	27.975.927,58	16.781.392,38	DIARIAS A PAGAR	F	0,00	260,80
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	0,00	942.559,86	CONVENIOS A PAGAR	F	0,00	3.852,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	8.468.451,59	6.285.817,17	CONSÓRCIOS A PAGAR	F	0,00	9.605,62
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-35.217.049,95	-4.230.979,82	PASSIVO NAO-CIRCULANTE		46.847.908,25	39.719.410,61
IMOBILIZADO		15.328.781,07	12.851.970,78	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		2.135.463,88	2.681.463,88
BENS MOVEIS		13.710.946,38	11.587.908,92	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		2.135.463,88	2.681.463,88
BENS DE INFORMÁTICA	P	570.473,93	540.637,01	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	P	1.661.997,64	2.207.997,64
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	1.665.504,68	1.436.955,36				
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício	Exercício

		Atual	Anterior			Atual	Anterior
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	2.715.804,86	2.396.219,64	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS	P	473.466,24	473.466,24
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	194,64	194,64	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		922.701,04	962.073,52
VEÍCULOS	P	8.584.139,65	7.042.880,65	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A LONGO PRAZO		922.701,04	962.073,52
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	174.828,62	171.021,62	FORNECEDORES ESTRANGEIROS A LONGO PRAZO	P	922.701,04	962.073,52
BENS IMÓVEIS		4.992.258,28	3.783.142,85	PROVISÕES A LONGO PRAZO		43.789.743,33	36.075.873,21
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	790.112,79	382.507,82	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		43.789.743,33	36.075.873,21
BENS DE USO ESPECIAL	P	3.677.751,26	2.876.240,80	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P	6.259.964,79	4.497.976,16
BENS DOMINICAIS	P	524.394,23	524.394,23				
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-3.374.423,59	-2.519.080,99	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P	37.529.778,54	31.577.897,05
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	P	-3.374.423,59	-2.519.080,99				
TOTAL		63.237.722,80	69.892.108,26	TOTAL PASSIVO		48.280.989,78	41.005.270,19
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
				ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.093.795,61	28.670.286,40
				RESULTADOS ACUMULADOS		15.093.795,61	28.670.286,40
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		15.093.795,61	28.670.286,40
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-13.576.490,79	1.010.120,38
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	28.670.286,40	27.660.166,02
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.093.795,61	28.670.286,40
				TOTAL		63.374.785,39	69.675.556,59

BALANÇO PATRIMONIAL					
Exercício de 2019	PERÍODO				
B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO FINANCEIRO	46.254.520,31	36.379.068,02	PASSIVO FINANCEIRO (797.870,68) + Restos não Processado(4.099.539,97)	4.897.410,65	2.269.253,91
ATIVO PERMANENTE	16.983.202,49	33.513.040,24	PASSIVO PERMANENTE	47.483.119,10	40.043.973,53
			SALDO PATRIMONIAL	10.857.193,05	27.578.880,82

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL							
Exercício de 2019			Dezembro(31/12/2019)				
C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)							
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES		409.000,00	0,00	COMPENSAÇÕES		1.698.367,36	1.533.839,12
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		409.000,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		1.698.367,36	1.533.839,12
TOTAL		409.000,00	0,00	TOTAL		1.698.367,36	1.533.839,12

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

NOTA EXPLICATIVA**NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2019****N.1 – INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE**

O MUNICÍPIO DE CUJUBIM, é uma empresa publica de direito publico da Administração Direta, que apresenta seus resultados incluindo os relativos aos órgãos, fundos, autarquias de forma consolidada. Estão incluídos nos resultados que se apresentam as seguintes entidades:

Prefeitura Mun. de Cujubim, localizada Av. Condor, 2588, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.18, e no C.N.P.J sob o n. 84.736.941/0001-88.

Fundo Mun. de Saúde de Cujubim, localizada Av. Maracanã, 1489, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.151, e no C.N.P.J sob o n. 11.485.023/0001-50.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Cujubim, Av. Condor, 2588, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.173, e no C.N.P.J sob o n. 07.892.556/0001-89.

Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Cujubim, Av. Rouxinol, 1571 setor 02, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.437, e no C.N.P.J sob o n. 31.736.236/0001-14.

N.2 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

DECLARAMOS que na preparação de demonstrações Contábeis Financeiras foram utilizadas as técnicas constantes nos Manuais de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aprovados pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de Dezembro de 2016, sendo as evidências apresentadas conforme estabelecido na Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público do referido Manual.

N.3 ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não há alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro em apresentação, visto que todas as alterações nas políticas contábeis, já foram previamente definidas e as que não foram ainda implantadas estão em fase de implantação para todas as entidades.

N.4 BASE DAS MENSURAÇÕES

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis destas entidades são mensurados e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional desta entidade e das entidades incorporadas para a consolidação da Prestação de Contas.

N.5 ASPECTOS LEGAIS ORÇAMENTÁRIOS

O Município de Cujubim, teve seu orçamento aprovado através da Lei Municipal 1124, de 12 de dezembro de 2018, tendo sido liberado para Execução através do Decreto 377/2019, publicado em 03/01/2019.

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O registro, no aspecto orçamentário, obedeceu ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício.

As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

N6 METODOLOGIA DE CONTABILIZAÇÃO PATRIMONIAL

A contabilização patrimonial foi feita abrangendo principalmente os atos e fatos relativos à Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, bem como os Independentes da Execução Orçamentária.

O Regime Contábil utilizado foi o regime Misto, sendo Regime de Caixa para o Registro das Receitas exceto as inscritas na Dívida Ativa e o de Competência para as Despesas.

Para o Reconhecimento do Passivo Financeiro, houve a necessidade da Liquidação das Despesas orçamentárias, inclusive as oriundas de Restos a Pagar Não processados Liquidados no Exercício.

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

Os Estoques foram controlados pelo setor próprio de almoxarifado, exceto os de consumo imediato, que não passaram pelo controle do Almoxarifado, mas tiveram controles em sistemas alternativos, como por exemplo, o de Combustíveis e Lubrificantes.

N7 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos neste exercício, e com risco insignificante de mudança de valor e estão assim evidenciados dentro de cada Entidade Contábil.

Entidade	Descrição	Disponível
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM	7.213.444,71
8	FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	325.269,38
9	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE CUJUBIM	25.343,22
10	FUNDO DE SAUDE DE CUJUBIM	4.073.930,54
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.237.138,34
14	FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CUJUBIM	5.069,76
Total do caixa e equivalente de caixa		13.880.196,05
9	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE CUJUBIM	32.061.499,20
Total dos investimentos e aplicações temporárias		32.061.499,20
Total do caixa e equivalente de caixa		45.941.695,25
Os valores estão assim representados por Fonte de Recursos		
Fonte	Descrição	Saldo Banco
1.01	Receitas de impostos e de transferências de impostos - Educação	239.684,53
1.02	Receitas de impostos e de transferências de impostos – Saúde	345.926,45

1.03	Contrib p regime próprio de previd social RPPS(patronal, serv. Com financeira)	32.086.842,52
1.08	Transferências de recursos do Fundo Nacional do Desenv. Da educação	357.156,16
1.10	Contribuição para o custeio dos serviços de iluminação publica - COSIP	9.750,80
1.11	Transferências do FUNDEB	820.186,22

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

1.15	Transferências de recursos do fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	204.477,90
1.17	Recursos Destinados a Fundos	761.292,86
1.21	Outros recursos estaduais destinados a saúde	314.657,21
1.27	Transferências de recursos do SUS – Custeio	2.327.597,08
1.28	Transferências de recursos do SUS – Financiamento	80.503,85
1.92	Alienação de bens	10.827,04
2.12	Transferências de convênios – educação	516.282,82
2.13	Transferências de convênios – saúde	811.574,47
2.14	Transferências de convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde)	4.050.857,45
2.21	Outros recursos estaduais destinados a saúde	0,00
3.15	Transferências de recursos do fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	34.840,48
3.27	Transferências de recursos do SUS – Custeio	96.931,52
6.12	Transferências de convênios – educação	23.356,56
6.14	Transferências de convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde)	6.028,16
1.00	Recursos ordinários	2.659.632,76
3.00	Recursos ordinários	183.288,41
TOTAL		45.941.695,25

N8 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

Os Investimentos e Aplicações Temporárias são realizados somente pelo Instituto de Previdência do Município, cuja Política de Investimento segue os padrões estabelecidos pelo Ministério da Previdência, com o devido acompanhamento da equipe de fiscalização financeira do Fundo de Previdência, os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos financeiros estão mensurados em Reais, sendo assim distribuídos os valores em investimentos.

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

Publicado por:
Ana Paula Cristo Rodrigues
Código Identificador:6DFEDE15

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
ANEXO 15 - PMC

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS							
Exercício de 2019				Dezembro(31/12/2019)			
CONSOLIDADO							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		2.634.590,08	2.172.558,14	PESSOAL E ENCARGOS		24.176.064,77	23.243.318,46
IMPOSTOS		1.944.047,54	1.841.932,24	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		20.699.501,62	19.659.338,20
TAXAS		690.542,54	330.625,90	ENCARGOS PATRONAIS		3.293.093,18	3.084.736,47
CONTRIBUIÇÕES		3.212.419,70	2.962.373,12	BENEFÍCIOS A PESSOAL		75.849,96	426.161,60
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		3.212.419,70	2.962.373,12	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		107.620,01	73.082,19
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		265.441,98	189.992,60				
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		265.441,98	189.992,60	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		1.185.591,15	951.778,55
				APOSENTADORIAS E REFORMAS		604.011,50	547.452,68
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		7.459.851,04	6.035.125,23	PENSÕES		108.895,15	126.375,86
JUROS E ENCARGOS DE MORA		4.227.504,11	3.611.767,57	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS		472.684,50	277.950,01
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		3.232.346,93	2.423.357,66	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		14.404.840,06	13.921.838,18
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		58.215.549,50	55.637.777,77	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		3.034.375,71	3.903.489,55
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		11.240.811,87	13.154.561,73	SERVIÇOS		10.515.121,75	8.979.495,60
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		46.974.737,63	41.483.216,04	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		855.342,60	1.038.853,03
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	1.000.000,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		257.508,48	1.800.800,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		548.212,43	20.962,36	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	80.000,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		548.212,43	0,00				
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	20.962,36	JUROS E ENCARGOS DE MORA		15.647,44	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		8.738.644,03	187.137,41	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	1.700.000,00

DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.738.644,03	187.137,41	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	241.861,04	20.800,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	81.074.708,76	67.205.926,63	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	13.239.913,81	16.894.288,05
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	13.576.490,79	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.240.811,87	15.948.806,09
TOTAL	94.651.199,55	67.205.926,63	TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	243.775,52	328.932,37
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.463.937,02	444.798,00
			TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	291.389,40	171.751,59
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	32.741.385,12	7.689,94
			REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	30.986.080,13	0,00
			PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	7.689,94
			INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.874,91	0,00
			DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.752.430,08	0,00

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota Exercício Atual		Exercício Anterior
				TRIBUTÁRIAS		678.992,11	885.788,58
				IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		33.115,63	59.396,30
				CONTRIBUIÇÕES		645.876,48	826.392,28
				OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		7.966.904,05	8.490.304,49
				VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		7.713.870,12	8.408.189,29
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		253.033,93	82.115,20
				TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		94.651.199,55	66.195.806,25
				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)		0,00	1.010.120,38
				TOTAL		94.651.199,55	67.205.926,63

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		4.086.480,76	4.476.652,03
INVESTIMENTOS		4.086.480,76	4.476.652,03
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		864.795,39	589.775,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		864.795,39	589.775,42
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	273.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS/AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS(RECEITAS)		0,00	273.800,00

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

PREFEITURA MUN. CUJUBIM	
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
Exercício de 2019	Dezembro(31/12/2019)
NOTA EXPLICATIVA	

NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31.12.2019**N.1 – INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE**

O **MUNICÍPIO DE CUJUBIM**, é uma empresa pública de direito público da Administração Direta, que apresenta seus resultados incluindo os relativos aos órgãos, fundos, autarquias de forma consolidada. Estão incluídos nos resultados que se apresentam as seguintes entidades:

Prefeitura Mun. de Cujubim, localizada Av. Condor, 2588, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.18, e no C.N.P.J sob o n. 84.736.941/0001-88.

Fundo Mun. de Saúde de Cujubim, localizada Av. Maracanã, 1489, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.151, e no C.N.P.J sob o n. 11.485.023/0001- 50.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Cujubim, Av. Condor, 2588, centro, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.173, e no C.N.P.J sob o n. 07.892.556/0001-89.

Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Cujubim, Av. Rouxinol, 1571 setor 02, Registrada no SIGAP sob o Código Reduzido de n.437, e no C.N.P.J sob o n. 31.736.236/0001-14.

N.2 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

DECLARAMOS que na preparação de demonstrações Contábeis Financeiras foram utilizadas as técnicas constantes nos Manuais de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aprovados pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de Dezembro de 2016, sendo as evidências apresentadas conforme estabelecido na Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público do referido Manual.

N.3 ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não há alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro em apresentação, visto que todas as alterações nas políticas contábeis, já foram previamente definidas e as que não foram ainda implantadas estão em fase de implantação para todas as entidades.

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

PREFEITURA MUN. CUJUBIM	
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
Exercício de 2019	Dezembro(31/12/2019)
NOTA EXPLICATIVA	

N.4 BASE DAS MENSURAÇÕES

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis destas entidades são mensurados e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional desta entidade e das entidades incorporadas para a consolidação da Prestação de Contas.

N.5 ASPECTOS LEGAIS ORÇAMENTÁRIOS

O Município de Cujubim teve seu orçamento aprovado através da Lei Municipal 1124, de 12 de dezembro de 2018, tendo sido liberado para Execução através do Decreto 377/2019, publicado em 03/01/2019.

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O registro, no aspecto orçamentário, obedeceu ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício.

As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

N.6 METODOLOGIA DE CONTABILIZAÇÃO PATRIMONIAL

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

A contabilização das variações patrimoniais, é feita abrangendo principalmente os atos e fatos relativos a Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, bem como os Independentes da Execução Orçamentária.

As receitas e despesas dependentes e independentes da execução orçamentária foram escrituradas pelo método das partidas dobradas, para correta demonstração da receita efetivamente arrecadada bem como da despesa efetivamente realizada.

As receitas e Despesas Independentes da Execução orçamentária, não figuraram no Balanço Financeiro, todavia interferem diretamente no resultado do exercício.

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

PREFEITURA MUN. CUJUBIM	
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
Exercício de 2019	Dezembro(31/12/2019)
NOTA EXPLICATIVA	

O Regime Contábil utilizado foi o regime Misto, sendo Regime de Caixa para o Registro das Receitas exceto as inscritas na Dívida Ativa e o de Competência para as Despesas.

Relativamente à Demonstração de Variações Patrimoniais Diminutivas todas despesas que foram as liquidadas no exercício foram consideradas, inclusive as oriundas de Restos a Pagar Não processados Liquidados no Exercício. Os Restos a Pagar Processados cujo o cancelamento se deu no exercício figuraram como Variação Patrimonial Aumentativa, enquanto que os Restos a Pagar Não Processados, não figurou nos Resultados do Exercício.

O valor constante no registro da VPD "Uso de Material de Consumo" refere-se ao material requisitado junto ao almoxarifado acrescido dos materiais de consumo imediato que não passaram pelo controle do Almoxarifado.

As transferências entre órgãos ou entidades dentro da Administração Municipal são evidenciadas dentro dos resultados através de um Aumento ou Diminuição do Patrimônio, sem afetar os resultados de forma consolidado.

N.7 – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

As valorizações de Ativos ocorreram pelo fator de Ampliação de bem Imóveis, e pela reavaliação de Bens Móveis que tiveram seu tempo de vida Útil ampliado, conforme levantamento aplicado pelo setor de Patrimônio e, a reavaliação de bens para Alienação.

Reavaliação de demais bens móveis	305.783,41
Reavaliação de bens de uso especial	75.096,67
Reavaliação de demais bens imóveis	167.332,35
Total	548.112,43

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

PREFEITURA MUN. CUJUBIM	
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
Exercício de 2019	Dezembro(31/12/2019)
NOTA EXPLICATIVA	

Não houve desincorporação de Passivos

N8 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Neste Grupo tivemos houve o destaque de uma movimentação que foi oriunda de Apuração de Saldos inscritos em Dívida Ativa, que ensejou a Inscrição de Diversas Indenizações e/ou Restituições em favor do município.

Multas administrativas	1.763,49
Outras indenizações	29.674,58
Diversas restituições	8.707.205,96
Total	8.738.644,03

N9 DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Neste grupo estão sendo apresentados valores Patrimoniais Independente da Execução orçamentária. As perdas Involuntárias de Bens na realidade referem-se à transformação de bens de pequeno valor em despesas, que muito embora, percam o valor contábil, não perdem o controle patrimonial desses bens.

Reavaliação de imobilizados	10,00
Ajuste para perdas na dívida ativa	30.986.070,13
Perdas involuntárias	2.874,91
Incorporação de passivos	1.752.430,08

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

PREFEITURA MUN. CUJUBIM	
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
Exercício de 2019	Dezembro(31/12/2019)
NOTA EXPLICATIVA	
Total	32.741.385,12

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Neste Grupo foram registradas as sentenças judiciais, bem como as restituições de convênios, bem como a Constituição de provisões Matemáticas para cobertura do Déficit Atuarial.

Constituições de provisões matemáticas	7.713.870,12
Indenizações e restituições de convênios	253.033,93
Total	7.966.904,05

N10 RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício da entidade foi apurado mediante a seguinte equação:

Total das Variações Aumentativas	81.074.708,76
Total das Variações Diminutivas	94.651.199,55
Resultado do Exercício (déficit)	-13.576.490,79

N11 VARIAÇÕES QUALITATIVAS

As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, e tiveram o seguinte resultado:

Descrição	Valor em R\$
Investimentos	4.086.480,76

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

PREFEITURA MUN. CUJUBIM	
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
Exercício de 2019	Dezembro(31/12/2019)
NOTA EXPLICATIVA	
Amortização da Dívida	864.795,39
Alienação de Bens	0,00
Total	4.951.276,15

De acordo com as demonstrações e notas explicativas apresentadas e de posse de todos os elementos possíveis para avaliar a movimentação no Exercício de 2019, entendemos que o Quadro das Demonstrações das Variações Patrimoniais espelha com exatidão e transparência todas as transações realizadas

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA

Prefeito
457.343.642-15

JOÃO SIQUEIRA

Contador CRC 004921/O-1
389.399.242-15

Publicado por:
Ana Paula Cristo Rodrigues
Código Identificador:5D999BE5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÁ DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2020 - CÂMARA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara Municipal no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo ACI (CONTROLE INTERNO), resolve:

01 – HOMOLOGAR o presente Dispensa de Licitação nestes termos:

Processo nº: 030-01/2020

Modalidade: Dispensa

Dispensa nº 002/2020

Data da Homologação; 23 DE ABRIL DE 2020.

1.1.Objeto Homologado: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA DESPESA COM A 2ª REVISÃO DE GARANTIA DO VEÍCULO, CAMINHONETE, TP CARROCERIA; ABERTA/CABINE DUPLA, TP DIREÇÃO: HIDRÁULICA, CHASSI: 8AJDA8CDX1879837 PLACA: OHO-3101 FAB: 2019, ANO: 2019 ANO MOD. 2019 RENAVAL: 1182229465.

1.	Descrição do Produto/Serviço	SERV	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Situação	Proponente/Fornecedor
2.	2ª REVISÃO DE GARANTIA DO VEÍCULO OFICIAL DA CMIO	SERV.	01	1.089,00	1.089,00	Aceito	NISSEY MOTORS LTDA/ CNPJ/ 04.996.600/0001-02
3	Valor Total Homologado						R\$ 1.089,00

Itapuá do Oeste – RO, 23 de Abril de 2020.

ITAMAR JOSÉ FELIX

Ver. Presidente da CMIO

Publicado por:
Maria Elizangela da Silva do Carmo
Código Identificador:C19C55A8

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA Nº 001/2020 CHAMAMENTO PÚBLICO

RESULTADO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL Nº. 002/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1096/2019 - SELECIONAR ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC, PARA FIRMAR TERMO DE PARCERIA COM O MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA-RO.

ERRATA Nº 001

CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1096/2019.

A Comissão de Seleção designada pela Portaria Municipal nº 4858/2019, vem através deste Retificar o Resultado Final do Chamamento Público nº 002/2019, contendo a seguinte alteração ao quadro do resultado:

RETIFICAÇÃO

ONDE SE LÊ:

PTS	SIGLAS	NOME DAS ASSOCIAÇÕES	OBJETO
48,00	ASPRULI	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS LIDERANÇA	TRATOR E CARRETA AGRÍCOLA DE PNEU
45,00	ASPRUOQ	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA OITENTA E QUATRO	TRATOR, CARRETA AGRÍCOLA DE PNEU E GRADE ARADORA.

LEIA – SE:

PTS	SIGLAS	NOME DAS ASSOCIAÇÕES	OBJETO
48,00	ASPRULI	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS LIDERANÇA	TRATOR E GRADE ARADORA.
45,00	ASPRUOQ	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA OITENTA E QUATRO	TRATOR, CARRETA AGRÍCOLA DE PNEU E GRADE ARADORA.

Mirante da Serra, 23 de abril de 2020.

RAIMUNDO NONATO VIEIRA TEIXEIRA

Presidente

JOSÉ BORGES DE OLIVEIRA

Secretário

MILTON CAETANO DA SILVA

Membro

Publicado por:
Maria de Fatima Moreira de Almeida
Código Identificador:7D887856

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO-RO
DECRETO Nº1863

PC PAULO MIOTTO, 2330

CNPJ: 63.761.985.0001-98

Alteração Orçamentária

DECRETO Nº 1863, DE 14 DE ABRIL DE 2020 - LEI Nº 928

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências"

EVANDRO MARQUES DA SILVA, Prefeito do Município de MONTE NEGRO em exercício, Estado de Rondonia, no uso de atribuições que lhe são conferidas Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional extraordinária na importância de R\$ 81.578,58 (oitenta e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta oito centavos), o crédito aberto na forma do artigo será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação

	Ficha	Unidade Orc.	Funcional Programática	Natureza da Despesa	Destinação Recurso	Valor
Crédito	462	02.07.00	10.302.0016.2127	3.3.90.30.00.00.00.00	1.027.0048	
Recurso	5512	02.07.00		0.0.0.0.00.0.0.00.00	1.000.9999	21.810,42
Crédito	463	02.07.00	10.302.0016.2127	3.3.90.39.00.00.00.00	1.027.0048	
Recurso	5512	02.07.00		0.0.0.0.00.0.0.00.00	1.000.9999	8.000,00
Crédito	464	02.07.00	10.302.0016.2127	4.4.90.52.00.00.00.00	1.027.0048	
Recurso	5512	02.07.00		0.0.0.0.00.0.0.00.00	1.000.9999	5.000,00
Crédito	465	02.07.00	10.302.0016.2128	3.3.90.30.00.00.00.00	1.027.0016	
Recurso	5512	02.07.00		0.0.0.0.00.0.0.00.00	1.000.9999	11.768,16
Crédito	466	02.07.00	10.302.0016.2128	3.3.90.39.00.00.00.00	1.027.0016	
Recurso	5512	02.07.00		0.0.0.0.00.0.0.00.00	1.000.9999	20.000,00
Crédito	467	02.07.00	10.302.0016.2128	4.4.90.52.00.00.00.00	1.027.0016	
Recurso	5512	02.07.00		0.0.0.0.00.0.0.00.00	1.000.9999	15.000,00

Artigo 2º - Os créditos abertos neste Decreto obedecerão o disposto no artigo 43 da 4.320/64.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

EVANDRO MARQUES DA SILVA

Prefeito

Publicado por:
Paulo Eduardo Rodrigues Bem
Código Identificador:335516CA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/PMNBO/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RO

CONTRATADA: LAPTOP COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

DO OBJETO

O objeto do presente contrato é:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Multifuncional Laser Mono Impressora, copiadora e scanner. Conexão USB 2.0, Wireless e Ethernet. Impressão laser eletrofotográfica. Impressão de pôsteres, cabeçalho e rodapé, impressão de marca d'água, impressão duplex, impressão defolhetos. Ampliação/Redução 25% - 400% Agrupamento de Cópias (2 em 1): Digitaliza para arquivo, Imagem e E-mail.	6	R\$ 1.207,98	R\$ 7.247,88

São partes integrantes do presente Contrato, independente de sua transcrição, a proposta do CONTRATADO, o edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020 acompanhado de seus anexos e os demais elementos constantes do Processo nº 1633/2019.

DO VALOR

Atribui-se ao respectivo contrato o valor de **R\$7.247,88 (sete mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos)**, conforme consta no Pregão Eletrônico nº 07/2020.

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de pagamento eletrônico, a favor do fornecedor vencedor do certame em até 10 (dez) dias, após a entrega dos equipamentos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, na qual deverão constar: endereço, CNPJ, número da nota de empenho, número do banco da agência e da conta corrente da empresa e a descrição clara do objeto.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A despesa decorrente da pretensa contratação correrá por conta dos recursos consignados ao Município de Nova Brasilândia D'Oeste na seguinte funcional programática:

Descrição: EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Órgão	02.	PODER EXECUTIVO
Unidade orçamentária	02.005.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub função	243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA A AO ADOLESCENTE
Programa	0007	ASSISTENCIA SOCIAL COMPARTILHADA
Projeto/atividade	2030	MANUTENCAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA-IGD-PBF
Natureza da despesa	4.4.90.52.00.00.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Desdobramento	99 00	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
Fonte de Recurso	10150057	OUTRAS TRANSF. DE REC. DO F.N.A.S.

Descrição: EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Órgão	02.	PODER EXECUTIVO
Unidade orçamentária	02.005.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub função	243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA A AO ADOLESCENTE
Programa	0007	ASSISTENCIA SOCIAL COMPARTILHADA
Projeto/atividade	2075	MANUTENÇÃO DO RECURSOS DOS PROGRAMAS PISO BASICO FIXO E VARIÁVEL - PBF E PBV
Natureza da despesa	4.4.90.52.00.00.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Desdobramento	99 00	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
Fonte de Recurso	10150057	OUTRAS TRANSF. DE REC. DO F.N.A.S.

Descrição: EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Órgão	02.	PODER EXECUTIVO
Unidade orçamentária	02.005.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub função	243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA A AO ADOLESCENTE
Programa	0007	ASSISTENCIA SOCIAL COMPARTILHADA
Projeto/atividade	2091	MANUTENÇÃO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
Natureza da despesa	4.4.90.52.00.00.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Desdobramento	99 00	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
Fonte de Recurso	10150057	OUTRAS TRANSF. DE REC. DO F.N.A.S.

Descrição: EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Órgão	02.	PODER EXECUTIVO
Unidade orçamentária	02.005.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub função	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa	0008	INCLUSÃO SOCIAL DOMRESPONSABILIDADE
Projeto/atividade	2033	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza da despesa	4.4.90.52.00.00.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Desdobramento	99 00	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
Fonte de Recurso	10000000	RECURSOS LIVRES

Notas de Empenho nº 685/2020, 686/2020, 687/2020 e 688/2020.

DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é de 90 (noventa dias), contados em dias corridos, a partir de sua publicação.

DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 32/2020 anexado ao processo administrativo 1633/2019.

DO FORO

Fica eleito o Foro da comarca de Nova Brasilândia D'Oeste para dirimir questões decorrentes da execução do presente contrato.

DATA: 15.04.2020.

Publicado por:
Kathylen Tauany Alves de Lima
Código Identificador:1A971F9D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO
DECRETO Nº 2079, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ATUAL ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Adinael de Azevedo, Prefeito do Município de Nova União/ RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerando a autorização contida na Lei nº 661 de 20 de dezembro de 2019, em especial Art. 5º – Orçamento 2020, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 251.700,00 (duzentos e cinquenta e um mil e setecentos reais)**, no atual orçamento;

Art. 2º Os créditos abertos na forma deste decreto serão cobertos por anulações de dotações em igual valor, observadas as seguintes programações orçamentárias:

ANULAÇÃO

PROGRAMAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FICHA	VALOR RS
02.07.12.368.0007.2022	3.3.90.14	150	4.700,00
02.07.12.368.0007.2022	3.3.90.30	152	100.000,00
02.07.12.368.0007.2022	3.3.90.33	155	50.000,00
02.07.13.392.0007.2024	3.3.90.30	170	13.000,00
02.07.13.392.0009.2028	3.3.90.39	173	34.000,00
02.07.27.812.0007.2023	3.3.90.39	178	50.000,00
TOTAL			R\$ 251.700,00

SUPLEMENTAÇÃO

PROGRAMAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FICHA	VALOR RS
02.07.12.368.0007.2022	3.1.90.11	146	183.422,95
02.07.12.368.0007.2022	3.1.91.13	149	68.277,05
TOTAL			R\$ 251.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

ADINAEL DE AZEVEDO

Prefeito

Publicado por:
Yuri Carlos da Silva
Código Identificador:351076AC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/CPL/2020; DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/SEMAS/2020

PUBLICAÇÃO Nº 234/2020

PROC. LICITATÓRIO Nº 54/SEMAS/2020.

PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2020

Os Secretários do Município de Novo Horizonte do Oeste - Estado de Rondônia; Senhores JOCSÁ RODRIGUES BORBA, Secretário Municipal da Fazenda, GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA, Secretária Municipal da Educação, GILMAR DA SILVA FERREIRA Secretário Municipal da Saúde, REGINALDO PEREIRA DE AQUINO, Secretário Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei **PUBLICA:**

Art. 1º- Através do presente fica publicado a **ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO** da Licitação de Pregão Eletrônico nº 005/CPL/2020; do Processo Licitatório nº 107/SEMAS/2020, tendo como objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GAS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CODICIONADOS**, tendo como vencedoras as empresas:

BIOTECNOPLUS ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI-ME - 27.457.005/0001-02

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance
1	20,00	UN	CAPACITOR PARA AR CONDICIONADO 1,5 UF 450VAC	GOLD	GOLD	R\$ 227,98	R\$ 4.559,60
6	39,00	KG	GÁS R22 PARA AR CONDICIONADO	GOLD	GOLD	R\$ 100,82	R\$ 3.931,98
12	4,00	UND	CAPACITOR DE 30 MF +5 POR 1,5 MF	GOLD	GOLD	R\$ 49,93	R\$ 199,72
13	23,00	UND	CONTROLE REMOTO UNIVERSAL PARA APARELHO DE AR CONDICIONADO	GOLD	GOLD	R\$ 25,27	R\$ 581,21
18	49,00	PAR	SUPORTE PARA AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS	GOLD	GOLD	R\$ 29,22	R\$ 1.431,78
Total R\$ 10.704,29							

EMPRESA: VANDERLEI PEREIRA 78101620206 - 28.541.470/0001-81

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance
2	50,00	UN	CAPACITOR DUPLO AR CONDICIONADO 30+2,5 UF 380 VAC	EOS	EOS	R\$ 57,32	R\$ 2.866,00
3	20,00	UN	CAPACITOR 3 UF VENTILADOR 450 VAC P/ AR CONDICIONADO	EOS	EOS	R\$ 134,17	R\$ 2.683,40
4	30,00	UN	CAPACIATOR PARA AR CONDICIONADO 25 UF 450 VAC	EOS	EOS	R\$ 135,01	R\$ 4.050,30
5	30,00	UN	DISJUNTOR BIPOLAR 16A	SFK	SFK	R\$ 30,66	R\$ 919,80
7	31,00	KG	GÁS 410A PARA AR CONDICIONADO	GAS	410A	R\$ 79,89	R\$ 2.476,59
8	5,00	KG	GÁS REFRIGERANTE R22 13,6KG	GAS	R22	R\$ 80,00	R\$ 400,00
9	2,00	KG	GÁS REFRIGERANTE 410A - 11,3KG	GAS	410A	R\$ 557,44	R\$ 1.114,88
10	38,00	UND	CAPACITOR DE 20 MF +5 POR 1,5 MF	EOS	EOS	R\$ 44,60	R\$ 1.694,80
11	22,00	UND	CAPACITOR DE 25 MF +5 POR 1,5 MF	EOS	EOS	R\$ 47,82	R\$ 1.052,04
14	29,00	KG	CANO DE COBRE 1/2	COBRE	COBRE	R\$ 114,00	R\$ 3.306,00
15	30,00	KG	CANO DE COBRE 1/4	COBRE	COBRE	R\$ 137,20	R\$ 4.116,00
16	29,00	KG	CANO DE COBRE 3/8	COBRE	COBRE	R\$ 150,00	R\$ 4.350,00
17	12,00	KG	CANO DE COBRE 5/8	COBRE	COBRE	R\$ 160,00	R\$ 1.920,00
19	20,00	UND	FITA PVC PARA ACABAMENTO EM AR CONDICIONADO 10M X 0,10M	AR-TECH	AR-TECH	R\$ 12,64	R\$ 252,80
20	22,00	PAR	SUPORTE PARA AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	SPRT	SPRT	R\$ 35,12	R\$ 772,64
21	10,00	PAR	SUPORTE PARA AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	SPRT	SPRT	R\$ 24,79	R\$ 247,90
Total R\$ 32.223,15							

Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

Baseado nos termos da Lei 8.666/93, Lei de 10.520/02, Decreto 7.892/13 e Decreto 5.450/05. Publicação esta para cumprimento ao exposto na Lei Municipal nº 240/2002.

Novo Horizonte do Oeste - RO, 23 de Abril 2020.

GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA

Secretária Municipal De Educação

GILMAR DA SILVA FERREIRA

Secretário Municipal De Saúde

JOCSÁ RODRIGUES BORBA

Secretario Municipal De Fazenda

REGINALDO PEREIRA DE AQUINO

Secretário Municipal De Assistência Social

Publicado por:
Elias de Oliveira
Código Identificador:D56F87B9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/CPL/2020; DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/SEMAS/2020

PUBLICAÇÃO Nº 235/2020

PROC. LICITATÓRIO Nº 108/SEMAS/2020.

PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2020

Os Secretários do Município de Novo Horizonte do Oeste - Estado de Rondônia; Senhores JOCSÁ RODRIGUES BORBA, Secretario Municipal da Fazenda, GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA, Secretária Municipal da Educação, GILMAR DA SILVA FERREIRA Secretário Municipal da Saúde, REGINALDO PEREIRA DE AQUINO, Secretário Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei

PUBLICA:

Art. 1º- Através do presente fica publicado a **ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO** da Licitação de Pregão Eletrônico nº 004/CPL/2020; do Processo Licitatório nº 108/SEMAS/2020, tendo como objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES EM APARELHOS DE AR CONDICIONADOS**, tendo como vencedoras as empresas:

ALDA ALVES PIRES 59530804253 - 24.628.970/0001-02

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance
3	43,00	SÇ	DESINSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICINADO DE 9.000BTUS A 30.000 BTUS	Serviço	Serviço	R\$ 39,20	R\$ 1.685,60
5	140,00	SÇ	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE GÁS EM AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS A 30.000 BTUS	Serviço	Serviço	R\$ 19,00	R\$ 2.660,00
6	2,00	SÇ	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE GAS EM APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUS	Serviço	Serviço	R\$ 43,50	R\$ 87,00
8	52,00	SÇ	SERVIÇO DE SOLDA EM CANO DE COBRE EM AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS A 60.000 BTUS	Serviço	Serviço	R\$ 49,90	R\$ 2.594,80
9	50,00	SÇ	SERVIÇO EM DIAGNOSTICO EM AR CONDICIONADO DE 9.000 A 30.000 BTUS	Serviço	Serviço	R\$ 79,50	R\$ 3.975,00
Total R\$ 11.002,40							

VANDERLEI PEREIRA 78101620206 - 28.541.470/0001-81

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance
1	330,00	SÇ	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE APARELHO AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS A 30.000 BTUS	Serviço	Serviço	R\$ 34,99	R\$ 11.546,70
2	3,00	SÇ	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE APARELHO AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUS	Serviço	Serviço	R\$ 208,97	R\$ 626,91
4	56,00	SÇ	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS A 30.000 BTUS	Serviço	Serviço	R\$ 191,00	R\$ 10.696,00
7	62,00	SÇ	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NA TROCA DE CAPACITOR EM AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS A 60.000 BTUS	Serviço	Serviço	R\$ 40,87	R\$ 2.533,94
Total R\$ 25.403,55							

Baseado nos termos da Lei 8.666/93, Lei de 10.520/02, Decreto 7.892/13 e Decreto 5.450/05. Publicação esta para cumprimento ao exposto na Lei Municipal nº 240/2002.

Novo Horizonte do Oeste - RO, 23 de Abril 2020.

GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA

Secretária Municipal De Educação

GILMAR DA SILVA FERREIRA

Secretário Municipal De Saúde

JOCSSÁ RODRIGUES BORBA

Secretario Municipal De Fazenda

REGINALDO PEREIRA DE AQUINO

Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado por:

Elias de Oliveira

Código Identificador:303544DB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/CPL/2020; DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/SEMAS/2020

PUBLICAÇÃO Nº 234/2020

PROC. LICITATÓRIO Nº 107/SEMAS/2020.

PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2020

Os Secretários do Município de Novo Horizonte do Oeste - Estado de Rondônia; Senhores JOCSSÁ RODRIGUES BORBA, Secretario Municipal da Fazenda, GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA, Secretária Municipal da Educação, GILMAR DA SILVA FERREIRA Secretário Municipal da Saúde, REGINALDO PEREIRA DE AQUINO, Secretário Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei

PUBLICA:

Art. 1º- Através do presente fica publicado a **ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO** da Licitação de Pregão Eletrônico nº 005/CPL/2020; do Processo Licitatório nº 107/SEMAS/2020, tendo como objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GAS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CODICIONADOS**, tendo como vencedoras as empresas:

BIOTECNOPLUS ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI-ME - 27.457.005/0001-02

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance
1	20,00	UN	CAPACITOR PARA AR CONDICIONADO 1,5 UF 450VAC	GOLD	GOLD	R\$ 227,98	R\$ 4.559,60
6	39,00	KG	GÁS R22 PARA AR CONDICIONADO	GOLD	GOLD	R\$ 100,82	R\$ 3.931,98
12	4,00	UND	CAPACITOR DE 30 MF +5 POR 1,5 MF	GOLD	GOLD	R\$ 49,93	R\$ 199,72
13	23,00	UND	CONTROLE REMOTO UNIVERSAL PARA APARELHO DE AR CONDICIONADO	GOLD	GOLD	R\$ 25,27	R\$ 581,21
18	49,00	PAR	SUPORTE PARA AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS	GOLD	GOLD	R\$ 29,22	R\$ 1.431,78
Total R\$ 10.704,29							

EMPRESA: VANDERLEI PEREIRA 78101620206 - 28.541.470/0001-81

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance
2	50,00	UN	CAPACITOR DUPLO AR CONDICIONADO 30+2,5 UF 380 VAC	EOS	EOS	R\$ 57,32	R\$ 2.866,00
3	20,00	UN	CAPACITOR 3 UF VENTILADOR 450 VAC P/ AR CONDICIONADO	EOS	EOS	R\$ 134,17	R\$ 2.683,40
4	30,00	UN	CAPACIATOR PARA AR CONDICIONADO 25 UF 450 VAC	EOS	EOS	R\$ 135,01	R\$ 4.050,30
5	30,00	UN	DISJUNTOR BIPOLAR 16A	SFK	SFK	R\$ 30,66	R\$ 919,80
7	31,00	KG	GÁS 410A PARA AR CONDICIONADO	GAS	410A	R\$ 79,89	R\$ 2.476,59
8	5,00	KG	GÁS REFRIGERANTE R22 13,6KG	GAS	R22	R\$ 80,00	R\$ 400,00
9	2,00	KG	GÁS REFRIGERANTE 410A - 11,3KG	GAS	410A	R\$ 557,44	R\$ 1.114,88
10	38,00	UND	CAPACITOR DE 20 MF +5 POR 1,5 MF	EOS	EOS	R\$ 44,60	R\$ 1.694,80
11	22,00	UND	CAPACITOR DE 25 MF +5 POR 1,5 MF	EOS	EOS	R\$ 47,82	R\$ 1.052,04
14	29,00	KG	CANO DE COBRE 1/2	COBRE	COBRE	R\$ 114,00	R\$ 3.306,00

15	30,00	KG	CANO DE COBRE 1/4	COBRE	COBRE	R\$ 137,20	R\$ 4.116,00
16	29,00	KG	CANO DE COBRE 3/8	COBRE	COBRE	R\$ 150,00	R\$ 4.350,00
17	12,00	KG	CANO DE COBRE 5/8	COBRE	COBRE	R\$ 160,00	R\$ 1.920,00
19	20,00	UND	FITA PVC PARA ACABAMENTO EM AR CONDICIONADO 10M X 0,10M	AR-TECH	AR-TECH	R\$ 12,64	R\$ 252,80
20	22,00	PAR	SUPORTE PARA AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	SPRT	SPRT	R\$ 35,12	R\$ 772,64
21	10,00	PAR	SUPORTE PARA AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	SPRT	SPRT	R\$ 24,79	R\$ 247,90
Total R\$ 32.223,15							

Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

Baseado nos termos da Lei 8.666/93, Lei de 10.520/02, Decreto 7.892/13 e Decreto 5.450/05. Publicação esta para cumprimento ao exposto na Lei Municipal nº 240/2002.

Novo Horizonte do Oeste - RO, 23 de Abril 2020.

GELDIANE DE SABINO DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação

GILMAR DA SILVA FERREIRA

Secretário Municipal de Saúde

JOCSÁ RODRIGUES BORBA

Secretário Municipal de Fazenda

REGINALDO PEREIRA DE AQUINO

Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Elias de Oliveira
Código Identificador:2A79A6F3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA BUENO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5633/2020 DE 23/04/2020

CNPJ 04.092.680/0001-71

Exercício: 2020

Decreto nº 5633/2020 de 23/04/2020

Ementa: Abre Crédito Especial por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito do município de PIMENTA BUENO, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2617/2020 de 20/04/2020.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R\$ 66.116,71 (sessenta e seis mil cento e dezesseis reais e setenta e um centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura - SEMEC	
07.001.00.000.0000.0.000.		Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura - SEMEC	
07.001.12.361.1013.2.158.		Manter a Frota da SEMEC	
361 - 3.3.90.30.00.00	30010046	MATERIAL DE CONSUMO	66.116,71
Total Suplementação:			66.116,71

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º d servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
07.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura - SEMEC	
07.001.00.000.0000.0.000.		Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura - SEMEC	
07.001.12.361.1013.2.025.		Remunerar servidores lotados na Secretaria/Administração.	
286 - 3.1.90.11.00.00	30010046	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.604,20
287 - 3.1.90.13.00.00	30010046	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.730,09
07.001.12.361.1013.2.129.		Remunerar servidores cedidos e/ou permutados.	
288 - 3.1.90.11.00.00	30010046	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	902,62
289 - 3.1.90.13.00.00	30010046	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.250,42
07.001.12.361.2119.2.026.		Remunerar Professores lotados no Ensino Fundamental.	
290 - 3.1.90.11.00.00	30010046	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.027,90
291 - 3.1.90.13.00.00	30010046	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.367,42
07.001.12.361.2119.2.029.		Remunerar Outros Profissionais lotados no Ensino Fundamental.	
292 - 3.1.90.11.00.00	30010046	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.693,78
293 - 3.1.90.13.00.00	30010046	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.786,98

07.001.12.365.2120.2.027.		Remunerar Professores lotados no Ensino Creche.	
294 - 3.1.90.11.00.00	30010080	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.498,19
295 - 3.1.90.13.00.00	30010080	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.393,10
07.001.12.365.2120.2.030.		Remunerar Outros Profissionais lotados no Ensino Creche.	
296 - 3.1.90.11.00.00	30010080	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.421,29
297 - 3.1.90.13.00.00	30010080	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	951,06
07.001.12.365.2120.2.132.		Remunerar Professores lotados no Ensino Pré-Escolar.	
298 - 3.1.90.11.00.00	30010083	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.635,79
299 - 3.1.90.13.00.00	30010083	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	523,78
07.001.12.365.2120.2.133.		Remunerar Outros Profissionais lotados no Ensino Pré-Escolar.	
300 - 3.1.90.11.00.00	30010083	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	431,51
301 - 3.1.90.13.00.00	30010083	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	898,58
Total Redução:			66.116,71

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

PIMENTA BUENO , Estado de Rondônia, em 23/04/2020.

ARISMAR ARAUJO DE LIMA

Prefeito

Publicado por:
Francismar Saraiva Mendes
Código Identificador:A39D57D2

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO Nº 16.637 DE 23 DE ABRIL DE 2020

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, em razão do Convênio Empreendimento Residencial Cidade de Todos III – Programa Minha Casa Minha Vida n.º 299.255-81/2009, e considerando o Ofício n.º 779/2020/DA, de 17 de março de 2020.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.621,42 (dois mil, seiscentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de Excesso de Arrecadação, proveniente da fonte de recursos 2.014 – Recursos de Outras Fontes – Transferências de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde), apurado conforme o demonstrativo do extrato da conta, observado os preceitos do Inciso II, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

18.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E URBANISMO					
18.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DEREGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E URBANISMO					
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	SUPLEMENTAR R\$
18.01.16.482.042.1.726	Apoio e execução dos projetos de trabalho social	FIS	3.3.90.92	2.014	2.621,42
SUBTOTAL					2.621,42
TOTAL					2.621,42

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20/12/2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20/12/2019.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE

Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:1EEDF53A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO Nº 16.639 DE 23 DE ABRIL DE 2020

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, em razão do Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional, referente ao n.º 849794/2017 – Drenagem, Pavimentação Asfáltica, Meio Fio e Sarjeta, na Av. Calama, e considerando o Ofício n.º 689/GAB/SEMISB de 13 de Abril de 2020;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais),

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de Excesso de Arrecadação, proveniente da fonte de recursos 2.014 – Recursos de Outras Fontes – Transferências de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde), apurado conforme o demonstrativo do extrato da conta, observado os preceitos do Inciso II, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS BÁSICOS					
10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS BÁSICOS					
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	SUPLEMENTA R\$
10.01.15.451.075.1.188	Pavimentação de Vias Urbanas	FIS	4.4.90.51	2.014	400.000,00
SUBTOTAL					400.000,00
TOTAL					400.000,00

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20/12/2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20/12/2019.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE

Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:
 Fernanda Santos Julio
Código Identificador:37BE8246

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO Nº 16.642 DE 23 DE ABRIL 2020

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º, da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, a fim de proceder as adequações orçamentárias no exercício 2020,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo 5º da Lei n.º 2.613, de 27/06/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	TRANSPOE R\$	REALOCA R\$
09.01.12.122.313.2.713	Administração da Unidade	FIS	3.3.90.93	1.001	600.000,00	-
09.01.12.122.313.2.718	Remuneração e encargos sociais de pessoal ocupado em atividades de apoio técnico-administrativo	FIS	3.1.90.94	1.001	-	600.000,00
SUBTOTAL					600.000,00	600.000,00
TOTAL					600.000,00	600.000,00

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20.12.2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20.12.2019.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE

Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:26730D90

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.º 16.644 DE 23 DE ABRIL DE 2020

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º, da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, a fim de proceder as adequações orçamentárias no exercício 2020,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R\$ 98.976,94 (noventa e oito mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa e quatro centavos).

Art. 2º – A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo 5º da Lei n.º 2.613, de 27/06/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS BÁSICOS						
10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS BÁSICOS						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	TRANSPÔE R\$	REALOCA R\$
10.01.16.482.042.1.481	Construção de Unidades Habitacionais	FIS	4.4.90.51	1.000	98.976,94	-
10.01.15.451.075.1.188	Pavimentação de Vias Urbanas	FIS	4.4.90.51	1.000	-	98.976,94
SUBTOTAL					98.976,94	98.976,94
TOTAL					98.976,94	98.976,94

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20.12.2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20.12.2019

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE

Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:B964DEFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.º 16.645 DE 23 DE ABRIL DE 2020

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º, da Lei n.º 2.725 de 20 de dezembro de 2019, a fim de proceder as adequações orçamentárias no exercício 2020,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo 5º da Lei n.º 2.613, de 27/06/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

02.00 – SECRETARIA GERAL DE GOVERNO						
02.21 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	TRANSPÔE R\$	REALOCA R\$
02.21.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	FIS	3.3.90.14	1.000	21.000,00	
		FIS	3.3.90.33	1.000	15.000,00	
		FIS	4.4.90.52	1.000	49.000,00	-
02.21.13.392.310.2.935	Manutenção do Conselho Municipal de Cultura	FIS	4.4.90.52	1.000	20.000,00	
02.21.13.392.047.2.923	Promoção, produção de eventos artísticos culturais	FIS	3.3.90.39	1.000	-	105.000,00
SUBTOTAL					105.000,00	105.000,00
TOTAL					105.000,00	105.000,00

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (quotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 16.475 de 20.12.2019 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 16.476 de 20.12.2019.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE

Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:1548DB8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 009/2020 PROCESSO: 08.00108-00/2020

ANEXO XXI DO DECRETO Nº 15.403 de 22/08/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 009/2020

Processo: 08.00108-00/2020

IDENTIFICAÇÃO				
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA /		Projeto/Atividade/Operação Especial: Programa Cumprimento de Sentenças Judiciais. Projeto/Atividade/Op. Especial:		
DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL		08.31.10.301.317.2.664. Elemento de Despesa: 3.3.90.32. Fonte SUS: 01.027.0007. Esfera: Seguridade.		
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS.				
QUANTIDADE	UND		VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
714	UND	FRALDA DESCARTÁVEIS DA MARCA PAMPERS TAMANHO XXG INFANTIL	R\$ 2,00	R\$ 1.428,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.428,00
JUSTIFICATIVA (CAUSAS)				
Atender solicitação para paciente MARIA RAYNARA BILIZÁRIO DE SOUZA, via decisão judicial, cito sentença judicial nº. 009201-79.2014.401.4100/4ª Vara Do Juizado Especial da Fazenda, movido em desfavor da SEMUSA. Conforme sentença judicial a quantidade a ser fornecido deverá ser de acordo com receituário médico e de contínua e ininterrupta do insumo citado.				
FORNECEDOR				
Razão Social: DROGARIA VILAGE LTDA (CNPJ: 84.598.929/0001-54); Concordância 01/04/2020, fls. 56.				

O ordenador da despesa toma público, com base nas informações apresentadas acima, que ratifica a contratação por dispensa ou inexigibilidade.

Porto Velho, 23 de Abril de 2020

ELIANA PASINI

Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
TESTE SELETIVO PROGRAMAS**EDITAL Nº 0002/2020/ PM/RO**

A Prefeitura de Presidente Médici/RO, faz saber aos interessados que, nos termos da do art. 37, inciso IX da Constituição Federal; da art. 2º, inc. V da Lei Municipal nº 914/2001 alterada os artigos 2º, 3º 4º 7º e 9º pela lei 1996/2016; e demais instrumentos legais, mediante as condições estabelecidas neste Edital, torna pública a abertura das inscrições ao Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidatos para o provimento temporário de 21 vagas nos cargos do quadro da Secretaria Municipal de Saúde, constantes no Anexo I deste Edital, para atuação nos programas de Estratégia Saúde da Família - ESF, Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, Equipe de Apoio Ampliado Saúde da Família/Atenção Básica - e NASF/AB e Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição - HMEMC. Nas disposições regulamentares contidas no presente Edital e seus Anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 Considerando que o concurso realizado nesta municipalidade está sob júdice;
- 1.2 Considerando ainda, que os programas oferecidos pelo governo federal, ESF, CAPS (recurso próprio), e NASF/AB e HMEMC (recurso próprio). São serviços oferecidos pela Administração Pública em caráter contínuo, conforme estabelecem a Constituição Federal;
- 1.3 A presente seleção terá a validade no período compreendido entre junho de 2020 a junho de 2021 e poderá ser prorrogada por igual período caso haja necessidade da Rede Municipal de Saúde, e em decorrência de persistir impossibilidade da contratação através do Concurso Público nº 001/2015 (suspensão *sub judice*).
- 1.4 Todas as informações, referentes ao presente Edital de Processo Seletivo Simplificado, estarão disponíveis no site www.presidentemedici.ro.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato em acompanhar a divulgação de todos os Atos, Editais e Comunicados referentes a este Processo Seletivo.
- 1.5 A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas deste Edital, como também dos Comunicados e outros informativos a serem eventualmente divulgados.
- 1.6 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para este fim a publicação da lista dos candidatos classificados no site www.presidentemedici.ro.gov.br.
- 1.7 Ao inscrever-se, o candidato afirma estar ciente de todo o conteúdo deste edital e de que todas as exigências nele contidas deverão ser cumpridas, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas.
- 1.8 O resultado final será divulgado no site www.presidentemedici.ro.gov.br.
- 1.9 Os contratos de trabalho por tempo determinado firmados com esta Secretaria pelos candidatos convocados serão regidos pelo regime jurídico celetista- CLT;
- 1.10 A Prefeitura de Presidente Médici-RO, não se responsabilizará pelo transporte dos servidores, cada servidor contratado deverá se inscrever para a localidade pretendida e se responsabilizar pela locomoção.
- 1.11 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

2. DA DIVULGAÇÃO

- 2.1 Os avisos relativos ao Processo Seletivo Simplificado serão divulgados, via internet, no site www.presidentemedici.ro.gov.br, em ou pelo telefone (69) 3471-2551.
- 2.2 Os atos oficiais relativos a este Edital e ao Resultado Final deste Processo Seletivo Simplificado serão publicados via internet, no site www.presidentemedici.ro.gov.br, e no Diário Oficial dos Municípios – AROM.

3. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 3.1 Para as pessoas com deficiência, interessadas em concorrer nessa condição, serão adotadas os critérios previstos no art. 37, inciso VIII, da CF/88;
- 3.2 Fica assegurado às pessoas com deficiência o direito de se inscreverem neste Processo Seletivo para concorrerem a um quantitativo de 05% (cinco por cento) das vagas previstas para o preenchimento dos cargos, desde que a deficiência seja compatível com o desempenho das atribuições dos cargos;
- 3.3 As vagas que não forem providas por inexistência de candidatos portadores de deficiência serão automaticamente destinadas aos demais candidatos;
- 3.4 Será considerado para efeito de concorrência para deficiente físico, apenas o candidato que optar por esta condição no momento de sua inscrição e informar o tipo de sua deficiência.
- 3.5 A incompatibilidade das atribuições do cargo com a deficiência do candidato implicará na sua eliminação neste Processo Seletivo.

4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1 Para inscrição, o candidato deverá estar ciente de todas as informações sobre este Processo Seletivo Simplificado e certificar-se de que preencherá todos os requisitos exigidos quando da contratação;
- 4.2 Inscrever-se no período de 27/04/2020 e 30/04/2020, exclusivamente na sede da Prefeitura, no horário de 7h30min até às 13h00min,
- 4.3 As inscrições serão gratuitas;
- 4.4 A ficha de inscrição será preenchida pelo candidato ou pelo representante legal no ato da entrega do currículo, a qual valerá como comprovante de entrega;
- 4.5 A ficha de inscrição poderá ser encontrada no site www.presidentemedici.ro.gov.br, preenchida pelo candidato ou representante legal;
- 4.6 Os candidatos deverão entregar as fichas de inscrição devidamente preenchidas no local da inscrição; ou enviar email drh@presidentemedici.ro.gov.br.
- 4.7 Não serão aceitos após o envio da inscrição acréscimos ou alterações nas informações, salvo nos casos de retificação de documentos pessoais.

4.8 O Edital e seus Anexos estarão disponíveis no site www.presidentemedici.ro.gov.br, para consulta e impressão.

4.9 Os candidatos que prestarem qualquer declaração falsa ou inexata no ato da inscrição, ou caso não possam satisfazer a todas as condições enumeradas neste edital, terão a inscrição cancelada e anulado todos os atos dela decorrentes, mesmo que classificados.

4.10 A ficha de inscrição do candidato será enumerada de acordo com a ordem de entrega dos currículos e o mesmo número será registrado em seu currículo;

4.11 Local de inscrição: Secretaria Municipal de Administração, setor DRH prédio da Prefeitura Municipal, situada a Avenida São João Batista 1613 – Centro - Presidente Médici-RO;

4.12 Após o prazo de inscrição, a Comissão receptora desmembrará o Anexo IV – 2ª página, sem identificação do candidato e repassará à Comissão de Análise de Currículos dos Candidatos, em envelope lacrado e rubricado;

4.13 A homologação das inscrições será publicada até o quinto dia útil subsequente ao seu encerramento.

5. DAS VAGAS

5.1 As vagas serão disponibilizadas para preenchimento dos déficits nas vagas existentes no, ESF (estratégia da saúde da família), CAPS (Centro de Apoio Psicossocial, NASF e HMEMC (Hospital e maternidade Eufrásia Maria da Conceição). As vagas serão distribuídas de acordo com os cargos previstos no ANEXO I deste Edital.

6. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

6.1 O Processo seletivo Simplificado será realizado em etapa única: Análise da experiência profissional e títulos, de caráter eliminatório e classificatório;

7. AVALIAÇÃO

7.1 A avaliação dar-se-á mediante somatório dos pontos obtidos na Formação Profissional, especialização profissional na área pretendida e Experiências Profissionais no cargo pretendido, constantes no Anexo III, perfazendo um total de ***** pontos.

7.2 O candidato cuja documentação for considerada em desacordo com o edital estará eliminado automaticamente do processo seletivo.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Será considerado aprovado no Processo Seletivo Simplificado o candidato que alcançar maior pontuação.

8.2 Os candidatos aprovados serão ordenados em listas de classificação de acordo com o cargo pleiteado, obedecendo a ordem decrescente de pontuação, sendo uma de candidatos às vagas de ampla concorrência e outra de candidatos com deficiência;

8.3 Os candidatos classificados, até o número de vagas abertas neste edital, serão convocados obedecendo à ordem decrescente de classificação;

8.4 Os candidatos excedentes ao número de vagas divulgadas comporão o cadastro de reserva, e poderão ser convocados durante o prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado, conforme itens 1.1, 1.3 e 1.4, obedecida a ordem de classificação;

8.5 Para todos os cargos, na classificação final, entre candidatos com igual pontuação, será fator de desempate, consecutivamente:

a) O candidato com idade mais elevada; (em conformidade com a lei nº Lei Federal nº 10.741/2003)

b) O candidato que tiver maior número de prole;

• DO RESULTADO PRELIMINAR

9.1 O resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado será divulgado em 11/05/2020, por ordem de classificação, conforme Anexo I, no site www.presidentemedici.ro.gov.br;

9.2 Os resultados não serão informados via telefone.

• DOS RECURSOS

10.1 O candidato que desejar interpor recurso em face do resultado preliminar deste Processo Seletivo Simplificado disporá de 1 (um) dia para fazê-lo, contados a partir da divulgação do resultado preliminar.

10.2 Não serão aceitos recursos com justificativas alheias aos itens deste Edital;

10.3 O recurso será julgado por comissão designada conforme delegação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

10.4 A decisão do recurso será conhecida exclusivamente pelo candidato interessado, no prazo de 02 (dois) dias, através de edital publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Presidente Médici-RO e pelo site www.presidentemedici.ro.gov.br.

10.5 Somente serão aceitos recursos apresentados pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura Municipal;

10.6 Recursos fora das especificações estabelecidas neste Edital serão indeferidos;

10.7 Em caso de deferimento do recurso será feita a retificação do ato que deu motivo ao acolhimento do mesmo.

10.8 Não caberão pedidos de reconsideração da decisão proferida em face do recurso interposto pelo candidato.

• DO RESULTADO FINAL

11.1 O resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será divulgado no dia **15/05/2020**, após a avaliação dos currículos pela Comissão nomeada e homologado pelo Executivo Municipal e publicado no Mural de aviso da Prefeitura Municipal de Presidente Médici, no site www.presidentemedici.ro.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios – AROM.

11.2 A publicação do resultado será apresentada por meio da numeração dos currículos **não** contendo a identificação pessoal do candidato;

11.3 Os resultados não serão informados via telefone.

• DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 O Processo Seletivo Simplificado terá seu resultado final homologado pelo Executivo Municipal e será publicado conforme item 11.1 contendo a lista dos números das inscrições dos candidatos aprovados e classificados em ordem decrescente da nota obtida.

• DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1 Os candidatos aprovados, conforme Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, serão convocados de acordo com a necessidade da Rede Municipal de Saúde.

13.2 Os documentos serão conferidos no ato da contratação e somente após a conferência e comprovada a autenticidade dos mesmos, conforme informações prestadas no ato da inscrição, o candidato estará apto a iniciar suas atividades;

13.3 O candidato aprovado e convocado apresentará a documentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração localizada na Prefeitura de Presidente Médici/RO, sito à Avenida São João Batista 1613 – Centro - Presidente Médici-RO.

13.4 O candidato aprovado e convocado, conforme quantitativo de vagas do ANEXO I, terá 5 (cinco) dias úteis para se apresentar, a partir da data da publicação da convocação, entregar a documentação constante no item 14 deste Edital. Caso este não compareça no prazo estabelecido, perderá o direito à vaga, podendo esta Secretaria proceder a convocação de outro candidato classificado.

13.4.1 O candidato aprovado e convocado, que firmar contrato de trabalho por tempo determinado por um período de 06 (seis) meses, poderá ter seu contrato prorrogado por igual período, nos termos da Lei 1996/2016, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

• DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS

14.1 O candidato convocado deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, munido de cópias dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade, serão aceitas carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Institutos de Identificação; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.), desde que possuam o número do Registro Geral (RG) com sua data de expedição;

b) CPF;

c) Título de Eleitor

d) Certidão de quitação eleitoral;

e) Certificado de Reservista (homens);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento ou averbação do divórcio;

g) PIS/PASEP;

h) Comprovante de endereço atualizado;

i) Comprovações de Títulos e experiência profissional, conforme informado no currículo;

j) Diploma frente e verso (escolaridade): Na falta do diploma, será aceita cópia da Certidão de Conclusão de Curso, com validade de 01 (um) ano da data de expedição, que conste a data da colação de grau ou original da Declaração, com validade de 30 (trinta) dias da data de expedição também constando a data da colação de grau.

l) Certidão de Nascimento dos dependentes - menores de 14 anos e caderneta de vacina menores de 05 anos;

m) Documentos (certificados, declarações) que comprove todas as informações declaradas no currículo.

n) Declaração de bens;

o) Certidão negativa das varas cíveis e criminais;

p) Certidão negativa emitida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCER);

14.2 Os candidatos com deficiência, deverão, além dos documentos citados acima, apresentar Laudo Médico.

14.3 O laudo médico deverá conter:

a. O nome e o documento de identidade do candidato;

b. A assinatura, carimbo e CRM do profissional e deverá especificar que o candidato é deficiente;

c. Descrever a espécie, o grau ou o nível de deficiência; bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID;

14.4 O candidato cujo Laudo for considerado em desacordo com o Edital será ELIMINADO automaticamente do processo seletivo.

• DO LOCAL DE TRABALHO

15.1 As atividades serão exercidas na Rede Municipal de Saúde, conforme quadro de vagas.

• DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

16.1 São requisitos básicos para a contratação temporária de Profissionais da Saúde.

a) Cumprir as determinações do presente edital;

b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

c) Estar quite com a Justiça Eleitoral;

d) Estar quite com o Serviço Militar (sexo masculino);

e) Não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com a nova investidura;

f) Não ser servidor investido em cargo comissionado, exceto se optar pela exoneração;

g) **Não ser servidor efetivo do Município de Presidente Médici, nos termos do Art. 37 inciso XVI da Constituição Federal.**

h) **Não ser servidor ativo da administração direta ou indireta da União, do Estado, dos Municípios e do Distrito Federal, nos termos do Art. 37 inciso XVI da Constituição Federal.**

i) Não ter sido aposentado por invalidez;

j) Não ter sido aposentado compulsoriamente aos 70 anos de idade;

k) Ser aprovado neste Processo Seletivo, possuir a experiência e o nível de escolaridade exigidos para o exercício do cargo conforme estabelecido no Edital;

• DA VALIDADE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

17.1 Este Processo Seletivo Simplificado terá validade no período compreendido entre junho de 2020 a junho de 2021 conforme Lei 1996/2016 e poderá ser prorrogado igual período, conforme necessidade da Rede Municipal de Saúde e em decorrência de persistir impossibilidade da contratação através do Concurso Público nº 001/2015 (suspensão *sub judice*).

• DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1 Os contratos de trabalho por prazo determinado extinguir-se-ão:

- a) pelo término do prazo contratual;
- b) por iniciativa da administração pública;
- c) por iniciativa do contratado.

• DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DOS CASOS OMISSOS

19.1 Será excluído, por ato do Presidente da Comissão de Análise dos Currículos do processo seletivo simplificado o candidato que:

- a) Fazer declaração falsa ou inexata em qualquer documento;
- b) Usar de falsa identificação pessoal;
- c) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros no processo seletivo;
- d) o candidato poderá se inscrever em apenas 1 (uma) vaga.

19.2 Os casos omissos ou situações não previstas neste edital serão resolvidos pela Advocacia Geral do Município.

Presidente Médici-RO, 13 de abril de 2020.

EDILSON FERREIRA DE ALENCAR

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Anexo I

SEMUSA

CAPS

Nº de vagas	Função	Carga Horária	Venc.	Gratificação	ESF /lei municipal 1839/2013	Venc. Total
01	ENFERMEIRO, com especialização e experiência em saúde mental.	40	817,13	1.500,00 lei mun. Nº1986/2016	*****	2.317,13
01	PSICOLOGO, com especialização e experiência em saúde mental.	40	817,13	1.500,00 lei mun. Nº1986/2016	*****	2.317,13
01	Técnico em enfermagem	40	998,00		*****	998,00

UBS - DISTRITO DE NOVO RIACHUELO

Nº de vagas	Função	Carga horária	Vencimentos	ESF/ UBS*	VENC. TOTAL
01	ENFERMEIRO (especialização e experiência em ESF)	40	817,13	2.100,00 Lei 1839/2013	2.917,13
01	Técnico em enfermagem /ESF (Morar na Região do Distrito)	40	998,00	600,00 Lei 1839/2013	1.598,00
01	Técnico em enfermagem * (Morar na Região do Distrito)	40	998,00	*****	998,00
01	Operacional de serviços diversos (Morar no Distrito)	40	998,00	*****	998,00

UBS - ESTRELA DE RONDONIA

Nº de vagas	Função	Carga horária	Vencimentos	ESF/UBS*	VENC. TOTAL
01	ENFERMEIRO (com especialização e experiência em ESF)	40	817,13	2.100,00 Lei 1839/2013	2.917,13
01	Técnico / em Enfermagem* (Morar na Região do Distrito)	40	998,00	*****	998,00
01	Operacional de serviços diversos (Morar na Região Distrito)	40	998,00	*****	998,00

UBS – VILA CAMARGO

Nº de vagas	Função	Carga horária	Vencimentos	ESF/SB	VENC. TOTAL
01	Técnico em enfermagem /ESF	40	998,00	600,00 Lei 1839/2013	1.598,00
01	Técnico em enfermagem/SB	40	998,00	600,00 Lei 1839/2013	1.598,00

UBS ERNANDES GONÇALCES

Nº de vagas	Função	Carga horária	Vencimentos	ESF/UBS*	VENC. TOTAL
01	ENFERMEIRO (especialização e experiência em ESF)	40	817,13	2.100,00 Lei 1839/2013	2.917,13
01	Técnico em enfermagem UBS*	40	998,00	*****	998,00

UBS – ASSENTAMENTO CHICO MENDES - 7ª LINHA Agrovila 6,7,8

Nº de vagas	Função	Carga horária	Vencimentos	UBS	VENC. TOTAL
01	Operacional de serviços diversos (Morar no Assentamento Agrovila 6,7 ou 8)	40	998,00	*****	998,00

UBS – BANDEIRA BRANCA

Nº de vagas	Função	Carga horária	Vencimentos	UBS	VENC. TOTAL
01	Técnico em enfermagem	40	998,00	*****	998,00
01	Operacional de serviços diversos (Morar no Distrito)	40	998,00	*****	998,00

ESF- ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA (ATENDER AS 7 EQUIPES)

Nº de vagas	Função	Carga horária	Vencimentos	GRATIFICACAO ESF	VENC. TOTAL
01	FARMACEUTICO	40	817,13	2.100,00 Lei 1840/2013	2.917,13

NASF

Nº de vagas	Função	Carga horária	Vencimentos	GRATIFICAÇÃO NASF	VENC. TOTAL
01	FARMACEUTICO	40	817,13	2.100,00 Lei 1840/2013	2.917,13

HOSPITAL E MATERNIDADE EUFRASIA MARIA DA CONCEIÇÃO

Nº de vagas	Função	Carga horária	Vencimentos	Periculosidade 40%	VENC. TOTAL
01	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	20	1.709,80	683,92	2.393,72

ANEXO II

EDITAL Nº 002/PM-RO/2018

DAS ATRIBUIÇÕES

Enfermeiro-CAPS com especialização em saúde mental	<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Planejar, organizar, supervisionar e executar serviços de enfermagem empregando processos de rotina e ou específicos que possibilitem a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva. -Participar da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades que visam o aprimoramento e desenvolvimento das atividades de interesse da instituição; -Identificar as necessidades de enfermagem, programando e coordenando as atividades da equipe de enfermagem, visando a preservação e recuperação da saúde; -Elaborar plano de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas, para determinar a assistência a ser prestada pela equipe; -Planejar, coordenar e organizar campanhas de saúde, como campanhas de vacinação e outras; -Supervisionar a equipe de trabalho da enfermagem em todos os segmentos para manter uma adequada assistência aos clientes com eficiência, qualidade e segurança; - Executar diversas tarefas de enfermagem de maior complexidade, valendo-se de seus conhecimentos técnicos, para proporcionar o maior grau possível de bem estar físico, mental e social aos seus pacientes; - Efetuar testes de sensibilidade, aplicando substâncias alergênicas e fazendo a leitura das reações para obter subsídios diagnósticos; - Participar na elaboração, execução e avaliação dos planos, de saúde, visando a melhoria da qualidade da assistência; - Executar a distribuição de medicamentos valendo-se de prescrição médica; - Elaborar escalas de serviço e atividades diárias da equipe de enfermagem sob sua responsabilidade; - Fazer medicação intramuscular e endovenosa, curativos, retirada de pontos, etc; - Manter uma previsão a fim de requisitar materiais e medicamentos necessários, para assegurar o desempenho adequado dos trabalhos de enfermagem; - Realizar reuniões de orientação e avaliação, visando o aprimoramento da equipe de trabalho; - Fazer a triagem nos casos de ausência do médico e presta atendimento nos casos de emergência; - Providenciar o recolhimento dos relatórios das unidades da Prefeitura Municipal, bem como realiza uma análise dos mesmos; - Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; - Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
Psicólogo -CAPS com especialização em saúde mental	<ul style="list-style-type: none"> -Proceder ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano, elaborando e aplicando técnicas psicológicas, como testes, para a determinação de características afetivas, intelectuais e motoras e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento no campo profissional; emite parecer técnico, programa, desenvolve e acompanha serviços, participar de equipe multiprofissional. - Avaliar pacientes, utilizando métodos e técnicas próprias, analisando, diagnosticando e emitindo parecer técnico, para acompanhamento, atendimento ou encaminhamento a outros serviços especializados; - Elaborar e aplicar testes, utilizando seu conhecimento e prática de métodos psicológicos, para determinar o nível de inteligência, faculdades, aptidões, traços de personalidade e outras características pessoais, possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomenda a terapia adequada; - Prestar atendimento psicológico de ordem psicoterápica e ou de curso preventivo, através de sessões individuais e grupais; -Diagnosticar a existência de possíveis problemas na área da psicomotricidade, disfunções cerebrais mímicas, disritmias, dislexias e outros distúrbios psíquicos, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades momentaneamente; - Participar de programa de saúde mental, através de atividades com a comunidade, visando o esclarecimento e co-participação; -Colaborar nos serviços de assistência social, analisando e diagnosticando casos na área de sua competência; - Participar na elaboração de normas programáticas de materiais e de instrumentos necessários a realização de atividades da área, visando dinamizar e padronizar serviços para atingir objetivos estabelecidos; - Encarregar se de se ocupar dos aspectos psicológicos dos programas e medidas de prevenção de acidentes nas atividades da Prefeitura; - Participar da equipe multiprofissional, em atividades de pesquisas e de projetos, de acordo com padrões técnicos propostos, visando o incremento, aprimoramento e desenvolvimento de áreas de trabalho e de interesse da Prefeitura Municipal; - Colaborar nas atividades de readaptação de indivíduos incapacitados por acidentes e outras causas; - Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; - Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato
Enfermeiro (ESF) Especialização Em saúde da Família	<p>R -Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; durante o tempo e frequência necessários de acordo com as necessidades de cada paciente;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS; -Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem; -Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Auxiliar de Enfermagem, ACD e THD; e -Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF. - Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF.
Farmacêutico (atender 7 equipes ESF)	<ul style="list-style-type: none"> -Fazer a manipulação dos insumos farmacêuticos, como medicação, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, para atender a produção de remédios e outros preparos; -Controlar entorpecentes e produtos equiparados; -Analisar produtos farmacêuticos acabados e em fase de elaboração ou seus insumos, -Analisar soro antifidídico, pirogênio e outras substâncias; -Proceder à análise legal de peças anatômicas, substâncias suspeitas de estarem envenenado; --Desempenhar outras atividades correlatas e afins ao cargo.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	<p>Atribuições:</p> <p>Atividade envolvendo a execução de serviços técnicos de Enfermagem, sob supervisão médica, cirurgião dentista ou enfermeiro, no atendimento à pacientes do território da UBS, verificando temperatura, pressão, levantando dados biométricos e outros; preparar e esterilizar materiais e instrumentos, ambientes e equipamentos, para a realização de exames, tratamentos, etc.; preparar e aplicar vacinas e injeções, observando as dosagens indicadas; orientar pacientes, prestando informações relativas a higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde; acompanhar as condições dos pacientes, exames, medindo pressão e temperatura, controlando pulso, respiração, troca de soros e ministrando medicamentos, segundo prescrição do médico; Desempenhar outras atividades correlatas e afins.</p>
AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS	<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Recolher o lixo, acondicionando-o em latões, sacos plásticos, cestos, carrinhos de tração manual e outros depósitos adequados; * Carpir e roçar terrenos; * Zelar pela conservação dos utensílios e equipamentos utilizados nos trabalhos de limpeza pública, recolhendo-os e mantendo-os limpos; * Limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas; * Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas; * Percorrer as dependências da Secretaria Municipal de Saúde, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos; * Preparar e servir café e pequenos lanches a visitantes e servidores da Unidade Mista de Saúde e demais órgãos dependentes da Secretaria; * Manter limpos os utensílios de cozinha; * Auxiliar no preparo de refeições, lavando, selecionando e cortando alimentos, * Carregar e descarregar veículos, empilhando os materiais nos locais indicados; * Transportar materiais de construção, móveis, equipamentos e ferramentas de acordo com instruções recebidas; * Auxiliar no plantio, adubagem e poda das árvores, flores e grama para conservação e ornamentação de praças, parques e jardins; * Limpar, lubrificar e guardar ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho que não exijam conhecimentos especiais; Manter limpo e arrumado o material sob sua guarda; * Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; Executar outras atribuições afins.
TECNICO EM RAIOS-X	<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> Colocar os filmes nos chassi, posicionando-os e fixando letras e números radiopacos; Preparar o paciente para assegurar a validade do exame; Acionar o aparelho de Raios-X, observando as instruções de funcionamento; Colocar o paciente nas posições, medindo distâncias para a focalização da área a ser radiografada; Registrar o número de radiografias realizadas, discriminando tipos, regiões e requisitantes; Manter a ordem e a higiene do ambiente de trabalho, seguindo as normas para evitar acidentes; Encaminhar o chassi com o filme a câmara escura para ser feita a revelação; Operar máquinas reveladoras automáticas; Selecionar os filmes a serem utilizados, atendendo o tipo de radiografia requisitada, para facilitar execução do trabalho; e

Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente

ANEXO III

EDITAL Nº 002/PM-RO/2020

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA AVALIAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR

Critérios	Valor dos Critérios	Valor máximo dos critérios
Graduação	50,00	50,00
Doutorado	20,00	20,00
Curso de Pós graduação em Saúde da Família(Enfermeiro) ESF	5,00	10,00
Curso de Pós graduação em Saúde Mental (Enfermeiro/Psicólogo) - CAPS	5,00	10,00
Especialização em áreas afins (farmacêutico-ESF/NASF)	5,00	10,00
*Experiências em atividades profissionais a qual concorre o cargo:		
6 meses a 1 ano-	1,00	1,00
1 ano a 2 anos-	1,50	1,50
2 anos a 3 anos-	2,00	2,00
3 anos a 4 anos-	2,50	2,50
4 anos a 5 anos-	3,00	3,00
Os pontos não serão cumulativos	4,00	4,00
Curso de aperfeiçoamento em área afim superior a 80 horas. (até 3)	1,00	3,00
Certificado/Declaração de Participação na Planificação (ENFERMEIROS)	2,0	2,00

Critérios	Valor dos Critérios	Valor máximo dos critérios
Graduação		
Doutorado		
Curso de Pós graduação em Saúde da (Enfermeiro - ESF)		
Curso de Pós graduação em Saúde Mental (Enfermeiro/Psicólogo) CAPS		
Especialização em áreas afins (farmacêutico-ESF/NASF)		
*Experiências em atividades profissionais a qual concorre o cargo:		
Os pontos não serão cumulativos		
Curso de aperfeiçoamento em área afim superior a 80 horas. (até 3)		
Certificado/Declaração de Participação na Planificação (ENFERMEIROS)		
PONTUAÇÃO FINAL OBTIDA		

ANEXO III

(modelo II)

Nº INSCRIÇÃO: _____ CARGO: _____

EDITAL Nº 002/PM-RO/2020

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA AVALIAÇÃO

NÍVEL MÉDIO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM /TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Critérios	Valor dos Critérios
1	CURSO NA ÁREA (Técnico em enfermagem / técnico em Radiologia
2	Curso de aperfeiçoamento em área afim até 40 horas (1 certificado)
3	Curso de aperfeiçoamento em área afim acima de 40 horas (1 certificado)
4*	Experiências anteriores em atividades profissionais a qual concorre o cargo até (2) dois anos
5*	Experiências anteriores em atividades profissionais a qual concorre o cargo acima de (2) dois anos.
	Acumulado de pontos máximo: 10 pontos

* (Os itens 2 e 3 não serão acumulativos)

**(Os itens 4 e 5 não serão acumulativos)

Critérios	Valor dos Critérios
1	CURSO NA ÁREA (Técnico em enfermagem / técnico em Radiologia)
2	Curso de aperfeiçoamento em área afim até 40 horas (1 certificado)
3	Curso de aperfeiçoamento em área afim acima de 40 horas(1 certificado)
4*	Experiências anteriores em atividades profissionais a qual concorre o cargo até (2) dois anos
5*	Experiências anteriores em atividades profissionais a qual concorre o cargo acima de (2) dois anos.
PONTUAÇÃO FINAL OBTIDA	

* (Os itens 2 e 3 não serão acumulativos)

**(Os itens 4 e 5 não serão acumulativos)

ANEXO III

(modelo IV)

Nº INSCRIÇÃO: _____ CARGO: _____

EDITAL Nº 002/PM-RO/2020

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA AVALIAÇÃO

NÍVEL FUNDAMENTAL: AUX. SERV. GERAIS

Critérios	Valor dos Critérios
1	Certificado de nível fundamental ou médio
2	Cursos de qualificação (atendimento ao público, ...
3	Experiências anteriores em atividades profissionais a qual concorre o cargo acima de (2) dois anos
4*	Experiências anteriores em atividades profissionais a qual concorre o cargo totalizando até (2) dois anos
	Acumulado de pontos máximo: 09 pontos

* (Os itens 3 e 4 não serão acumulativos)

Crêterios	Valor dos Crêterios
1	Certificado de nível fundamental ou médio
2	Cursos de qualificação (atendimento ao público, ...
3	Experiências anteriores em atividades profissionais a qual concorre o cargo acima de (2) dois anos
4*	Experiências anteriores em atividades profissionais a qual concorre o cargo totalizando até (2) dois anos
PONTUAÇÃO FINAL OBTIDA	

* (Os itens 3 e 4 não serão acumulativos)

ANEXO IV**EDITAL Nº 002/PM-RO/2020 (via do candidato)****FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

CARGO: _____ LOCAL DA VAGA _____

INSCRIÇÃO Nº _____

NOME: _____

RG: _____ CPF _____

RUA/AV. _____ Nº _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

FONE: _____

CARGO: _____ LOCAL _____

NÍVEL: () SUPERIOR () MÉDIO

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA: () SIM () NÃO

ESPECIFICAR: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO OU RESPONSÁVEL_____
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO**ANEXO V**

1ª PÁGINA

CURRICULUM VITAE - DRH

Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: _____ LOCAL DA VAGA _____

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ FONE _____

CIDADE: _____

ESTADO: _____

FILIAÇÃO: _____

PAI: _____

MÃE: _____

NACIONALIDADE: _____

NATURALIDADE: _____

DATA NASCIMENTO: _____

ESTADO CIVIL: _____

RG: _____ CPF _____

CARTEIRA DE TRABALHO Nº _____ SÉRIE _____

RESERVISTA: _____

TÍTULO ELEITORAL: _____ ZONA _____

REGISTRO CONSELHO _____

(SEM IDENTIFICAÇÃO PESSOAL) – NÍVEL SUPERIOR

ANEXO V - 2ª PÁGINA

Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: __ENFERMEIRO LOCAL DA VAGA_(ESF NOVO RIACHUELO)

DADOS CURRICULARES:

GRADUAÇÃO: _____

MESTRADO: _____

ESPECIALIZAÇÃO: _____

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIENCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? ()SIM ()NÃO
QUAL? _____

(SEM IDENTIFICAÇÃO PESSOAL) – NIVEL SUPERIOR

ANEXO V - 2ª PÁGINA

Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: __ENFERMEIRO LOCAL DA VAGA_(ESF - ESTRELA DE RONDONIA)

DADOS CURRICULARES:

GRADUAÇÃO: _____

MESTRADO: _____

ESPECIALIZAÇÃO: _____

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIENCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? ()SIM ()NÃO
QUAL? _____

(SEM IDENTIFICAÇÃO PESSOAL) – NIVEL SUPERIOR

ANEXO V - 2ª PÁGINA

Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: __ENFERMEIRO LOCAL DA VAGA_(ESF - ERNANDES GONÇALVES):

DADOS CURRICULARES:

GRADUAÇÃO: _____

MESTRADO: _____

ESPECIALIZAÇÃO: _____

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIENCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? ()SIM ()NÃO
QUAL? _____

(SEM IDENTIFICAÇÃO PESSOAL) – NIVEL SUPERIOR

ANEXO V - 2ª PÁGINA

Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: __ENFERMEIRO - SAUDE MENTAL LOCAL DA VAGA_(CAPS)

DADOS CURRICULARES:

GRADUAÇÃO: _____

MESTRADO: _____

ESPECIALIZAÇÃO: _____

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIENCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? ()SIM ()NÃO
QUAL? _____

(SEM IDENTIFICAÇÃO PESSOAL) – NIVEL SUPERIOR

ANEXO V - 2ª PÁGINA

Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: __PSICOLOGO – SAUDE MENTAL LOCAL DA VAGA_(CAPS)**DADOS CURRICULARES:****GRADUAÇÃO:** _____**MESTRADO:** _____**ESPECIALIZAÇÃO:** _____**CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA:** _____**EXPERIENCIAS PROFISSIONAIS:** _____PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? ()SIM ()NÃO
QUAL? _____

(SEM IDENTIFICAÇÃO PESSOAL) – NIVEL SUPERIOR

ANEXO V - 2ª PÁGINA

Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: __FARMACEUTICO - (ATENDER AS 7 EQUIPES ESF)**DADOS CURRICULARES:****GRADUAÇÃO:** _____**MESTRADO:** _____**ESPECIALIZAÇÃO:** _____**CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA:** _____**EXPERIENCIAS PROFISSIONAIS:** _____PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? ()SIM ()NÃO
QUAL? _____

SEM IDENTIFICAÇÃO PESSOAL) – NIVEL SUPERIOR

ANEXO V - 2ª PÁGINA

Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: __FARMACEUTICO - (NASF)**DADOS CURRICULARES:****GRADUAÇÃO:** _____**MESTRADO:** _____**ESPECIALIZAÇÃO:** _____**CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA:** _____**EXPERIENCIAS PROFISSIONAIS:** _____PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? ()SIM ()NÃO
QUAL? _____**FICHA DE INSCRIÇÃO – MÉDIO –**

Nº DE INSCRIÇÃO _____

**CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM – NOVO RIACHUELO
(UBS)****CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA:** _____**EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:** _____PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM ()NÃO
QUAL? _____**FICHA DE INSCRIÇÃO – MÉDIO –**

Nº DE INSCRIÇÃO _____

**CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM – VILA CAMARGO
(UBS)****CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA:** _____**EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:** _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM () NÃO
QUAL? _____

FICHA DE INSCRIÇÃO – MÉDIO –
Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM (VILA CAMARGO)
(ESF)

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM () NÃO
QUAL? _____

FICHA DE INSCRIÇÃO – MÉDIO –
Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM (NOVO RIACHUELO)
(ESF)

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM () NÃO
QUAL? _____

FICHA DE INSCRIÇÃO – MÉDIO –
Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM (ESTRELA DE RONDONIA)
(UBS)

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM () NÃO
QUAL? _____

FICHA DE INSCRIÇÃO – MÉDIO –
Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM (BANDEIRA BRANCA)
(UBS)

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM () NÃO
QUAL? _____

FICHA DE INSCRIÇÃO – MÉDIO –
Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM (ERNANDES GOLÇALVES)
(UBS)

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM () NÃO
QUAL? _____

FICHA DE INSCRIÇÃO – MÉDIO –
Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM (CAPS)

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM () NÃO
QUAL? _____**FICHA DE INSCRIÇÃO – MÉDIO –**
Nº DE INSCRIÇÃO _____**CARGO: TECNICO EM RADIOLOGIA (HOSPITAL E MATERNIDADE)**

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM () NÃO
QUAL? _____**FICHA DE INSCRIÇÃO – MÉDIO –**
Nº DE INSCRIÇÃO _____**CARGO: OPERACIONAL SERVIÇOS DIVERSOS (NOVO RIACHUELO)**
MORAR NA REGIÃO DO DISTRITO

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM () NÃO
QUAL? _____**FICHA DE INSCRIÇÃO – FUNDAMENTAL –**
Nº DE INSCRIÇÃO _____**CARGO: OPERACIONAL SERVIÇOS DIVERSOS (ESTRELA DE RONDONIA)**
MORAR NA REGIÃO DO DISTRITO

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM () NÃO
QUAL? _____**FICHA DE INSCRIÇÃO – FUNDAMENTAL –**
Nº DE INSCRIÇÃO _____**CARGO: OPERACIONAL SERVIÇOS DIVERSOS (ASSENTAMENTO CHICO MENDES)**
MORAR NA REGIÃO

CURSOS COMPLEMENTARES COM CARGA HORÁRIA: _____

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: _____

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS? () SIM () NÃO
QUAL? _____**ANEXO VI - 1ª PAGINA**

Nº DE INSCRIÇÃO _____

REQUERIMENTO – SAÚDE**CARGO:** _____
LOCAL DA VAGA: _____

Presidente Médi,/...../2020.

Venho requerer minha inscrição no **TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO** da Prefeitura Municipal de Presidente, na **Secretaria Municipal de Saúde**, na função especificada desta ficha, declarando estar de acordo com as normas constantes no **EDITAL Nº 002/2020/PM/RO**.

Declaro, para fins de direito, estar ciente do inteiro teor dos itens do edital citado e que concordo com todos os seus termos, nada a objetar à sua aplicação, e que preencho as condições legais para o ato de inscrição.

Declaro, ainda sob as penas da lei, que possuo os demais documentos comprobatórios das condições exigidas no edital.

Declaro que ao assinar esta Ficha de Inscrição, assumo total responsabilidade pelo seu preenchimento.
Termos em que, peço deferimento.

ASSINATURA DO CANDIDATO

Publicado por:
Gerlinda Prochnow
Código Identificador:B9AE0F5C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 001/SEMUSA/2020

PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 001/SEMUSA/2020

TORNA PÚBLICA A INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE PROFISSIONAIS POR TEMPO DETERMINADO, com vistas à ampliação imediata da cobertura assistencial à população, em decorrência da pandemia provocada pelo COVID-19 (Novo Coronavírus).

O Município de Rolim de Moura, neste ato representado pelo Prefeito, senhor LUIZ ADEMIR STORCH, através da Secretaria Municipal de Saúde, por sua secretária Interina, SIMONE APARECIDA PAES no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público de contratação de profissionais habilitados, com base nos termos de inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, em harmonia com o inciso I, Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde,

Considerando o Decreto n. 24.887, de 20 de março de 2020, que versa sobre o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Rondônia, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19, e ainda

Considerando o Decreto 4842 de 20 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo corona-vírus, e dá outras providências, torna público as normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado de Avaliação de Títulos, para atender, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Rolim de Moura-RO.

Para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público para **AMPLIAÇÃO IMEDIATA** das equipes de saúde, de forma a atuar de maneira rápida e célere no enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19 (Novo Coronavírus) mediante as condições especiais estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O quantitativo de vagas não está limitado ao número inicialmente previsto neste edital, podendo ser redimensionado continuamente, considerando que o número de leitos geridos pode ser ampliado sistematicamente de acordo com a demanda de atendimento.

Devido ao caráter emergencial, a contratação do profissional poderá se dar imediatamente após o comparecimento do candidato na data, horário e local determinados na convocação. As vagas serão providas conforme a necessidade da função.

O requisito de tempo de experiência do candidato no exercício da função será utilizado como critério de prioridade para o provimento da vaga, desde que o profissional compareça na data, horário e local determinados na convocação.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente Processo Seletivo Simplificado tem como objetivo o recrutamento e a seleção de candidatos, visando à contratação imediata temporária de vários cargos, para atender, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Rolim de Moura, especificamente no Hospital Municipal Amélio João da Silva e Unidade Sentinela.

DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições somente serão permitidas aos candidatos que não se enquadrem na Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020, ou seja:

Pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais de idade;

Grávidas;

Portadores de doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outros problemas de saúde – que integram grupo de risco da doença.

DAS VAGAS DESTINADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscreverem no Processo seleção simplificada, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

3.1.2 5% (cinco por cento) das vagas serão reservadas para candidatos portadores de necessidades especiais, nos termos do artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal.

3.1.3 O candidato que desejar concorrer às vagas definidas no subitem anterior deverá no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência.

3.1.4 O candidato que se inscrever na condição de portador de necessidades especiais, posteriormente, se convocado, deverá submeter-se à perícia médica, que terá decisão conclusiva sobre a qualificação do candidato com deficiência ou não e o grau da deficiência que determinará estar ou não, o candidato capacitado para o exercício da especialidade / área de atuação.

3.1.5 O candidato portador com deficiência, classificado dentro do número de vagas, deverá comparecer à perícia médica munido de laudo médico atestando a espécie e o nível de deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência.

3.1.6 A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

Os portadores com deficiência participarão do Processo de seleção simplificada em igualdade de condições com os demais candidatos.

Os candidatos que no ato da inscrição que se declarar com deficiência, se classificados, além de figurarem na lista geral de classificação terão seus nomes publicados em relação à parte, observados a respectiva ordem de classificação.

Antes de inscrever-se o candidato deverá tomar conhecimento das normas e condições estabelecidas neste Edital, incluindo seus Anexos, partes integrantes das normas que regem o presente Processo Seletivo, das quais, não poderá alegar desconhecimento em nenhuma hipótese.

A inscrição exprime a ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

A inscrição parcial será realizada somente via Internet no portal <http://rolimdemoura.ro.gov.br/>, no prazo estabelecido no Anexo II - Cronograma Previsto. Quando o candidato informar o cadastro e curriculum, não será cobrada taxa de inscrição.

O profissionais contratados para o trabalho deverão desempenhar suas atividades junto ao Hospital Municipal Amélio João da Silva e Unidade Sentinela.

Sendo constatada, a qualquer tempo, como falsa, qualquer documentação entregue será cancelada a inscrição por ventura efetivada e anulados todos os atos dela decorrentes, respondendo ainda, seu autor, pela falsidade, na forma da lei.

O candidato somente será considerado efetivamente inscrito no presente Processo Seletivo após ter cumprido todas as instruções descritas no item 2 deste Edital.

DA INSCRIÇÃO PELA INTERNET

Para se inscrever o candidato deverá acessar o portal <http://rolimdemoura.ro.gov.br/>, onde consta link específico que disponibiliza o Edital, a Ficha de Inscrição e os procedimentos necessários à efetivação da inscrição. A inscrição estará disponível durante as 24 horas do dia, ininterruptamente, desde as 7:30 h horas do 1º dia de inscrição até às 23h59min do último dia de inscrição, conforme estabelecido no Anexo II,- Cronograma Previsto, considerando-se o horário oficial de Rondônia.

4.1. O descumprimento de qualquer das instruções implicará no cancelamento da mesma.

4.2 A inscrição é de inteira responsabilidade do candidato e deve ser feita com antecedência, evitando-se o possível congestionamento de comunicação dos portais <http://rolimdemoura.ro.gov.br/>.

A Administração não será responsável por problemas na inscrição via Internet, motivados por falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de comunicação que venha a impossibilitar a transferência e o recebimento de dados.

5. DOS REQUISITOS E REMUNERAÇÃO

5.1. O valor da remuneração é o equivalente ao do Nível da Referência inicial do cargo correspondente ao do Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria Municipal da Saúde, representado na tabela a seguir:

NÍVEL SUPERIOR – Cargos: Médicos		
Cargos	Requisitos	Vencimento Inicial
Médico Clínico Geral	Requisitos Obrigatórios Diploma de Curso Superior em Medicina; Experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação.	VENCIMENTO: R\$ 7.748,55 + Insalubridade + Auxílio Alimentação
Médico Pediatra	Diploma de Curso Superior em Medicina; Experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação Título de Escialidade ou Residência na área inscrita (RQE- Registro de qualificação de Especialidade).	
NÍVEL SUPERIOR – Cargos: demais Cargos - 40 HORAS SEMANAIS		
Cargos	Requisitos	Vencimento Inicial
Enfermeiro (sala de Estabilização e Protocolo de Manchester)	Diploma de Curso Superior na área a que concorre; Requisito Desejável Experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação.	VENCIMENTO: R\$ 2.539,38 + Insalubridade + Auxílio Alimentação
Farmacêutico		
Fisioterapeuta (ventilação Mecânica)		
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – 40 HORAS SEMANAIS		
Cargos	Requisitos	Vencimento Inicial
Técnico em Enfermagem	Requisitos Obrigatórios Diploma de Curso Médio na área a que concorre; Registro no Conselho Profissional equivalente. Requisito Desejável Experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação.	VENCIMENTO: R\$ 895,62 + complemento Salário Mínimo + Insalubridade + Auxílio Alimentação

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL – 40 HORAS SEMANAIS		
Cargos	Requisitos	Vencimento Inicial
Zeladora	Requisito Obrigatório Nível Fundamental Incompleto mínimo 5º (4ª série do Antigo primário) Idade entre 18 e 59 anos Justificamos os requisitos acima tendo em vista que a área de atuação exigirá esforço físico para carregamento de cilindros de oxigênio. Também, no carregamento de insumos e materiais de suprimentos hospitalares.	VENCIMENTO: R\$ 798,17 + complemento Salário Mínimo + Insalubridade + Auxílio Alimentação
	Requisito Desejável Experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação.	

DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Os candidatos selecionados serão classificados por ordem decrescente, de acordo com os pontos obtidos na avaliação de títulos e critérios de desempate a seguir:

Persistindo empate quanto ao número de pontos obtidos, o desempate será decidido beneficiando o candidato mais idoso.

Critérios para análise de currículos e títulos de Nível Superior e Técnico		Pontuação
A	Diploma do curso de Licenciatura Plena na área específica que estiver concorrendo no certame. Inscrição no Conselho Específico Em Caso de Cargos Técnicos: Diploma de Curso Médio na área que concorre e Registro no Conselho Profissional equivalente	2.0 (dois) pontos
B	Participação em congressos, simpósios, publicações, revistas, estágios extracurriculares	0,5 (meio) ponto para cada. Máximo 04
C	Tempo de Serviço, Registro de Contrato de Trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS. Certidão Tempo de serviço como profissional liberal autônomo: certidões ou atestados de órgãos públicos ou de empresas privadas. Também serão aceitos comprovantes de recolhimento ao INSS como autônomos, acompanhados de alvará e identidade profissional (registro de classe).	0,25 (vinte e cinco décimo) ponto para cada 06 meses. Máximo 48 meses
D	Certidão de serviço prestado ao Município	1.0 (um) ponto
E	Certificado de Especialização na área em que estiver concorrendo Pós-graduação Mestrado e Doutorado.	1.0 (um) 2.0 (dois) 3.0 (três)

Critérios para análise de currículos de nível fundamental Incompleto:		Pontuação
A	Tempo de Serviço, Registro de Contrato de Trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS. Certidão Tempo de serviço como profissional liberal autônomo: certidões ou atestados de órgãos públicos ou de empresas privadas. Também serão aceitos comprovantes de recolhimento ao INSS como autônomos, acompanhados de alvará e identidade profissional (registro de classe).	0,5 (meio) ponto para cada 06 meses.
B	Certidão de serviço prestado ao Município	1.0 (um) ponto

DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Para a assinatura do Contrato Temporário o candidato terá que apresentar as seguintes condições:

Ter sido selecionado para a vaga ofertada no Processo Seletivo;

Estar quite com a justiça eleitoral;

Se, do sexo masculino, estar quite com as obrigações militares;

Possuir o nível de escolaridade/habilitação exigidas para o exercício do emprego;

Ter aptidão física e mental, para o exercício das atribuições do emprego, devendo ser certificado através de Atestado Médico;

Firmar declaração de que possui ou não possui vínculo empregatício com órgãos públicos;

Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal;

Documentos comprobatórios dos títulos e currículo, auto declarados durante inscrição online;

Cumprir na íntegra as determinações deste Edital.

DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO E REGIME DE TRABALHO

Os candidatos selecionados, dentro do quantitativo de vagas ofertadas, serão admitidos em caráter emergencial e temporário pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura do Contrato Temporário, ou pelo período que perdurar a Pandemia de Coronavírus, podendo o candidato ser dispensado ou ter seu contrato prorrogado por igual período, a depender do sucesso no combate a referida Pandemia.

Os candidatos que forem selecionados serão contratados por tempo determinado.

DOS LOCAIS DE LOTAÇÃO

Os contratados deverão desempenhar suas atividades profissionais exclusivamente junto ao Hospital Municipal Amélio João da Silva e Unidade Sentinela, sob a administração da Secretaria Municipal de Saúde.

DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E LOTAÇÃO

Os candidatos selecionados, quando convocados, atuarão no Hospital Municipal Amélio João da Silva e Unidade Sentinela, com a finalidade de combater a ação do Coronavírus (Covid-19), em regime de plantão ou diarista, de acordo com o interesse e a necessidade da administração pública, com carga horária especificada neste Edital.

Os candidatos que forem selecionados serão convocados de acordo com o número de vagas ofertadas no presente Processo Seletivo Simplificado, mediante a conveniência da administração, através de Edital publicado no site <http://rolimdemoura.ro.gov.br/> e no Diário Oficial dos municípios, para assinatura do Contrato Temporário, devendo se apresentar em local a ser divulgado por ocasião da convocação e fazer entrega dos seguintes documentos.

Segue listagem da documentação necessária para contratação:

DOCUMENTOS	
1.	Cédula de Identidade
2.	CPF/MF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet.
3.	Comprovante de Escolaridade, correspondente a área que concorre.
4.	Registro no Conselho de Classe equivalente, para os profissionais que couber. (Não serão aceitos declarações ou Protocolos).
5.	Declaração do candidato informando que não se enquadra na Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020.
6.	Declaração do candidato informando se ocupa ou não cargo público. Obs.: Caso ocupa, deverá apresentar também Certidão, expedida pelo órgão empregador contendo as seguintes especificações: o cargo, escolaridade exigida para o exercício do cargo, a carga horária contratual, o vínculo jurídico do cargo, dias, horários, escala de plantão (se for o caso) e a unidade administrativa em que exerce suas funções.
7.	Declaração do candidato de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do Serviço Público (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes).
8.	Declaração do candidato informando sobre a existência ou não de Investigações Criminais, Ações Cíveis, Penais ou Processo Administrativo em que figure como indiciado ou parte, com firma reconhecida, (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes).
9.	Certidão de Nascimento ou Casamento
10.	Certidão de Nascimento dos Dependentes Legais
11.	Cartão de Vacina dos Dependentes
12.	Título de Eleitor
13.	Cartão do Programa de Integração Social – PIS ou Programa de Assistência ao Servidor Público – PASEP (se o candidato não for cadastrado deverá Declarar não ser cadastrado)
14.	Certificado de Reservista
15.	Comprovante de Residência (caso o comprovante não esteja em nome do candidato, apresentar Declaração do proprietário do imóvel que ali reside ou se for o caso cópia do contrato de locação).
16.	Se possuir, comprovante de conta corrente da Caixa Econômica Federal (Pessoa Física).
17.	Comprovante que está quite com a Justiça Eleitoral.
18.	Prova de Quitação com a Fazenda Pública do Estado de Rondônia.
19.	Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
20.	Atestado de Sanidade Física e Mental.
21.	Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
22.	Fotografia 3x4.
23.	Certidão Negativa da Justiça Federal, da comarca aonde residiu nos últimos 5 (cinco) anos.
24.	Certidão Negativa expedida pelo Cartório de Distribuição Cível e Criminal do Fórum da Comarca, de residência do candidato no Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos.

Atenção: No ato da contratação o candidato deverá estar de posse dos documentos originais.

O candidato convocado para assinatura do Contrato Temporário que não comparecer dentro do prazo que será estabelecido em edital expedido pela SEMACOL, será tido como desistente, podendo, a Secretaria Municipal de Administração convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação.

A assinatura do Contrato se dará no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, no endereço: Av. João Pessoa, 4478 – Centro, Rolim de Moura-RO.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas financeiras para a contratação correrão por conta de projeto atividade 2.144 - folha de pagamento de média e alta complexidade 15%.

DA RESCISÃO DE CONTRATO

Terá o contrato rescindido o profissional que não cumprir as cláusulas previstas em Contrato Temporário específico, firmado entre as partes contratantes.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade de 06 (seis) meses, ou pelo período que perdurar a Pandemia de Coronavírus, podendo o candidato ser dispensado ou ter seu contrato prorrogado por igual período, a depender do sucesso no combate a referida Pandemia.

Será excluído do certame o candidato que fizer declaração falsa ou inexata ou, por sua inteira responsabilidade, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos neste Edital, incluindo-se os exigidos para a confirmação de sua inscrição.

Em caso de desistência, óbito ou mudança de domicílio do profissional contratado e, para não haver prejuízo na continuidade da oferta de serviço, a administração poderá dispensar e substituir o contratado por outro que atenda aos dispositivos legais.

Não será fornecido ao candidato documento comprobatório de classificação no presente Processo Seletivo Público, valendo, para esse fim, a homologação divulgada no Diário Oficial dos Municípios.

Em caso de não preenchimento das vagas ofertadas, seja pela falta de candidatos inscritos e/ou não aprovados, abrir-se-ão novas datas para inscrição e entrega de títulos para preenchimento destas, tendo este novo processo adequação à publicidade e prazos legalmente exigidos.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão designada para acompanhamento do referido Processo Seletivo.

ANEXOS

Anexo I – Quadro de Vagas;

Anexo II – Cronograma Previsto;

Rolim de Moura-RO, 22 de abril de 2020.

ROSENILDA MARIA COSTA

Presidente da Comissão

ANEXO I – QUADRO DE VAGAS:

Cargo	Vagas Iniciais
Enfermeiro	08
Fisioterapeuta	03
Farmacêutico	03
Médico Clínico Geral 40 horas	09
Médico Pediatra	03
Técnico em Enfermagem	20
Zeladora	15

ANEXO II - CRONOGRAMA PREVISTO

EVENTO	DATA PREVISTA
Publicação na internet do Edital de Abertura do Processo Seletivo nos sites: http://rolimdemoura.ro.gov.br/ http://www.diariomunicipal.com.br/arom/	24/04/2020
Início das Inscrições (internet)	27/04/2020
Término das Inscrições	28/04/2020
Análise e classificação	29 e 30/04/2020
Publicação de Resultado	05/05/2020
Convocação	Conforme Edital emitido pela SEMACOL

Obs. 1. As convocações referentes a este edital serão realizadas continuamente e disponibilizadas no site <http://rolimdemoura.ro.gov.br/>, redes sociais oficiais, e posteriormente publicadas no Diário Oficial dos Municípios <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>.

O presente cronograma poderá ser alterado mediante a conveniência da Administração Pública Municipal. Quaisquer alterações serão divulgadas nos veículos de comunicação dispostos neste edital.

Publicado por:
Fernanda Natalia Carvalho Sol
Código Identificador:DAA7FCFA

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO ANEXO 12 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO PREFEITURA

PODER EXECUTIVO				
CNPJ- 15.845.365/0001-94				0
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO 2019				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)

Receitas Correntes (I)	23.579.963,88	27.774.500,01	23.736.056,58	-4.038.443,43
Receita Tributária	1.276.780,85	1.276.780,85	2.110.734,02	833.953,17
Receita de Contribuições	95.000,00	95.000,00	108.859,30	13.859,30
Receita Patrimonial	454.232,45	454.232,45	143.664,05	-310.568,40
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	21.579.111,11	25.773.647,24	21.307.374,67	-4.466.272,57
Outras Receitas Correntes	174.839,47	174.839,47	65.424,54	-109.414,93
Receitas de Capital (II)	0,00	3.425.280,74	3.147.568,10	-277.712,64
Transferências de Capital	0,00	3.425.280,74	3.147.568,10	-277.712,64
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	23.579.963,88	31.199.780,75	26.883.624,68	-4.316.156,07
Operação de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	23.579.963,88	31.199.780,75	26.883.624,68	-4.316.156,07
Déficit (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	23.579.963,88	31.199.780,75	26.883.624,68	-4.316.156,07
Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	3.587.184,08	3.587.184,08	
Superávit Financeiro	0,00	3.587.184,08	3.587.184,08	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	22.394.191,88	26.313.247,52	23.423.398,31	22.512.884,90	22.469.807,16	2.889.849,21
Pessoal e Encargos Sociais	13.799.978,50	15.114.383,39	14.017.483,11	14.017.483,11	14.013.538,09	1.096.900,28
Outras Despesas Correntes	8.594.213,38	11.198.864,13	9.405.915,20	8.495.401,79	8.456.269,07	1.792.948,93
Despesas de Capital (IX)	610.772,00	4.522.160,35	2.362.804,81	1.441.939,96	1.417.214,07	2.159.355,54
Investimentos	610.772,00	4.522.160,35	2.362.804,81	1.441.939,96	1.417.214,07	2.159.355,54
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (X)	235.000,00	372,88				372,88
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	23.239.963,88	30.835.780,75	25.786.203,12	23.954.824,86	23.887.021,23	5.049.577,63
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)	340.000,00	364.000,00	349.934,68	349.934,68	349.934,68	14.065,32
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	23.579.963,88	31.199.780,75	26.136.137,80	24.304.759,54	24.236.955,91	5.063.642,95
Superávit (XIII)			747.486,88			
TOTAL (XIV) = (XIII + XIII)	23.579.963,88	31.199.780,75	26.883.624,68	24.304.759,54	24.236.955,91	5.063.642,95

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Restos a Pagar não Processados	Exercícios Anteriores (A)	Inscritos em de Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a + b - d - e)
Despesas de Capital	275.627,03	521.800,53	428.793,24	428.780,26	139.453,06	224.436,98
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	275.627,03	521.800,53	428.793,24	428.780,26	139.453,06	224.436,98
Despesas de Capital	3.570.096,85	812.516,24	1.756.185,29	1.756.185,29	162.739,22	2.463.688,58
Investimentos	3.570.096,85	812.516,24	1.756.185,29	1.756.185,29	162.739,22	2.463.688,58
TOTAL	3.845.723,88	1.334.316,77	2.184.978,53	2.184.965,55	302.192,28	2.688.125,56

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Restos a Pagar Processados	Inscritos em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a + b - d - c)
Despesas de Capital	37.424,47	177.470,55	177.427,57	19.487,18	22.724,55
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	37.424,47	177.470,55	177.427,57	19.487,18	22.724,55
Despesas de Capital	0,00	370.252,77	370.252,77	0,00	0,00
Investimentos	0,00	369.671,83	369.671,83	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	580,94	580,94	0,00	0,00
TOTAL	37.424,47	547.723,32	547.680,34	19.487,18	22.724,55

Balanço Elaborado Conforme Portaria STN nº 840/2016

NOTAS EXPLICATIVAS:

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA Nº 01- RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES CONSOLIDADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO

Quadro 1	
ÓRGÃO	CNPJ
PODER LEGISLATIVO	
Camara Municipal de Santa de Luzia Do Oeste	05.881.214.0001-38
PODE EXECUTIVO	
Prefeitura de Santa Luzia Do Oeste	15.845.365/0001-94
Fundo Municipal de Saúde - FMS	11.811.613/0001-25
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	18.929.934.0001-78

Fonte: SEMAF

NOTA Nº 02 - DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA

O percentual da execução da receita é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a

Quadro 2			R\$
DESCRIÇÃO	2017	2018	2019
Previsão Inicial da Receita (a)	20.800.262,00	21.750.000,00	23.579.963,88
Receita Realizada (b)	23.054.825,18	25.594.816,11	26.883.624,68
Variação % (b/a)	1.10	1.17	1.14

Fonte: SEMAF

O Quociente de Execução da Receita calculado para o exercício de 2019 demonstra que houve superávit na arrecadação da receita em relação a receita prevista, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista Atualizada, o Município arrecadou R\$ 1,14.

NOTA Nº 03 - UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

O cálculo é resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação e o total do excesso de arrecadação, indicando a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.

Quadro 3			RS
DESCRIÇÃO	2017	2018	2019
Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação) (a)	2.365.564,54	9.301.176,52	7.619.816,87
Déficit/Superávit de Arrecadação (b)	2.254.563,18	3.844.816,11	3.303.660,80
Resultado (b - a)	111.001,36	5.456.360,41	4.316.156,07

Fonte: SEMAF

De acordo com a Lei 4320/64 art.43 §3º, entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

A Utilização do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2019 apresenta saldo negativo, mas a abertura dos créditos se deu por fonte de recursos. Os créditos abertos foram principalmente pelo excesso apurado nos recursos vinculados, e convênios não previsto no orçamento da utilização do excesso. Os créditos abertos estão detalhados na

Nota Explicativa nº 002 do TC 18 da IN nº 013/TCE-RO/2004 e resumidos no quadro abaixo:

Quadro 4	R\$
DETALHAMENTO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO	VALOR
Programas e Convênios Federais e Estaduais vinculados a Saúde	2.403.097,46
Recursos vinculados a Programas e Convênios da Educação	0
Recursos vinculados a Progr. E Convênios Federais Assistência Social	540.972,15
Recursos vinculados a Progr. E Convênios e Estaduais Prefeitura	2.365.564,54
Recursos próprios	2.310.182,72
Operações de Crédito	0,00
TOTAL	7.619.816,87

Fonte: SEMAF

Na nota explicativa nº 001 do TC 18 - Quadro demonstrativo das Alterações Orçamentárias, este valor utilizado por Superávit tem um detalhamento mais minucioso, onde é registrado o nome de todos os programas de saúde e assistência social que foram suplementados, bem como o número dos decretos, com as respectivas fichas orçamentárias utilizadas. Consta também o número de cada Convênio da Prefeitura, e sua finalidade.

NOTA Nº 04 - EXECUÇÃO DA DESPESA

É resultante da relação entre a Despesa Executada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

Quadro 5				R\$
DESCRIÇÃO	2017	2018	2019	
Despesa Empenhada (a)	21.540.869,21	23.795.671,14	26.136.137,80	
Dotação Atualizada da Despesa (b)	24.610.335,86	31.051.176,22	31.199.780,73	
Resultado (b-a)	3.069.466,65	7.255.505,08	5.063.642,93	
Variação % (a/b)	87,52%	76,63%	83,77%	

Fonte: SEMAF

O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2019 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 5.063.642,93. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei. Podemos observar que em 2019 para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Município executou R\$ 0,83.

NOTA Nº 05 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit orçamentário.

e Resultado da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, marcando a existência de superávit ou déficit orçamentário.			
Quadro 6			RS
DESCRIÇÃO	2017	2018	2019
Receita Realizada (a)	23.054.825,18	25.594.816,11	26.883.624,68
Despesa Empenhada (b)	21.540.869,21	23.795.671,14	26.136.137,80
Resultado (b-a)	1.513.955,97	1.799.144,97	747.486,88

Fonte: SEMAF

No exercício de 2019, o Município apresentou superávit orçamentário no montante de R\$ 747.486,88. O Resultado Orçamentário calculado para o exercício de 2019 demonstra que houve equilíbrio, indicando que o Município arrecadou sua receita no valor superior a despesa empenhada.

NOTA Nº 06 - QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa paga.

Quadro 7			RS
DESCRIÇÃO	2017	2018	2019
Receita Realizada (a)	23.054.825,18	25.594.816,11	26.883.624,68
Despesa Paga (b)	19.552.684,76	21.913.631,05	24.236.955,91
Variação % (a/b)	1.18%	1.17%	1,11%

Fonte: SEMAF

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária apurado para o exercício de 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa paga, o Município dispõe de R\$ 1,11 de Receita Realizada. Esse índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no exercício, logo obtendo um superávit financeiro.

NOTA Nº 07 - DESPESA EXECUTADA POR TIPO DE CRÉDITO

A despesa executada no exercício de 2019 foi de R\$ 31.199.780,75 e no quadro abaixo está detalhada a execução por tipo de crédito:

Quadro 8	R\$
DESCRIÇÃO DO TIPO DE CRÉDITO	2019
Inicial	23.579.963,88
Suplementar	3.729.628,87
Especial	3.890.188,00
Extraordinário	0
Total	31.199.780,75

Fonte: SEMAF

Despesa executada refere-se a despesa empenhada no Balanço Orçamentário.

NOTA Nº 08 - RESUMO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL

No quadro 11 está detalhado o orçamento anual com as suas devidas alterações bem como os recursos utilizados para a abertura dos créditos adicionais:

Quadro 9	R\$
ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR
Dotação Inicial	
(+) Créditos Suplementares	3.729.628,87
(+) Créditos Especiais	7.619.816,87
(+) Créditos Extraordinários	0
(+) Reformulações Administrativas	0
(-) Anulações das Reformulações	0
(-) Anulações de Créditos	3.729.628,87
(=) Dotação Atualizada	31.199.780,75
(-) Despesa Empenhada	26.136.137,80
(=) Recursos não utilizados	0
RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	VALOR
Suplementares	3.729.628,87
Superávit Financeiro	3.587.184,08
Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios	23.761,30
Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados	4.008.871,49
Anulações de Dotação	(-)3.729.628,87
Operações de Crédito	0
Total	7.619.816,87

Fonte: SEMAF

No Anexo TC 18 está o detalhamento de todas as movimentações ocorridas no orçamento, inclusive este anexo esta acompanhado de notas explicativas, que permitem a melhor compreensão dos principais fatos modificativos do Orçamento do Município.

NOTA Nº 09 - RESTOS A PAGAR

Quadro 10	R\$
DESCRIÇÃO	VALOR
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	
Inscrição em Exercícios Anteriores	585.147,79
(-) Pagamentos	547.680,34

(-) Cancelamento	19.487,48
Saldo Final	22.724,55
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
Inscrição em Exercícios Anteriores	5.180.040,65
(-) Pagamentos	2.184.965,55
(-) Cancelamento	302.192,38
Saldo Final	2.688.125,56
Total Geral a Pagar	2.710.850,11
Fonte: SEMAF	
9.1 – Anexo 1 – Quadro dos Restos a Pagar Não Processados Neste quadro tem a pagar o valor de R\$ 2.688.125,56 referente a Convênios com a União que estão em execução e com contratos vigentes, relacionados a Programas de Educação e Obras. Deste valor, destaca-se o valor de R\$ 2.445.712,20, que são restos a pagar não processados cujo valores refere-se a Construção da Creche e das 12 (doze) salas de aula, além da Construção da Capela mortuária. De acordo com o MCASP, 7ª Edição, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentário, no. Capítulo que trata dos Restos a Pagar, diz que os RPNP liquidados no exercício, mas não pagos devem ser transferidos para RPP. Esta rotina pode ocorrer no encerramento, abertura ou processo de transferência entre os exercícios. A política de contabilização utilizada pelo Município é a transferência na abertura do exercício, portanto apesar deste valor estar na coluna “F” do Anexo 1 do Balanço Orçamentário trata-se de Restos a Pagar Processado para fins de apuração do Resultado Financeiro do Exercício.	
9.2 – Anexo 2 – Quadro dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados Do valor inscrito neste quadro ficou a pagar R\$ 22.724,55 que refere-se a valores de Convênios da Assistência Social, cujo o processo encontra-se sobrestado, aguardando parecer Ministério Público.	

Santa Luzia Do Oeste, 31 de Dezembro 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZA

Contadora

CRC/3983/0-0

NELSON JOSE VELHO

Prefeito Municipal

CPF- 27439070100

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:93ED09B5

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO 13 BALANÇO FINANCEIRO PREFEITURA

PODER EXECUTIVO

CNPJ- 15.845.365/0001-94

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO 2019

INGRESSOS	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Receita orçamentária (I)	26.883.624,68	25.594.816,11
Ordinária	18.871.685,42	14.348.467,57
Recursos Ordinários	18.871.685,42	14.348.467,57
Vinculada	8.011.939,26	11.246.348,54
Recursos Vinculados à Educação	2.790.787,82	1.762.375,93
Recursos Vinculados à Saúde	2.787.525,11	4.612.093,42
Recursos Vinculados à Assistência Social	259.540,42	96.973,10
Recursos Vinculados ao Fundeb	489.655,47	3.187.559,15
Outras Destinações de Recursos Vinculadas	1.684.430,44	1.587.346,94
Transferências Financeiras Recebidas (II)	8.565.345,36	10.098.847,02
Transferências Recebidas para a execução Orçamentária	8.565.345,36	10.098.847,02
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.092.080,02	2.072.603,25
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.831.378,26	1.334.316,77
Inscrição de Restos a Pagar Processados	67.803,63	547.723,32
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	191.717,33	189.738,70
Outros Ingressos Extraorçamentários	1.180,80	824,46
Saldo do Exercício Anterior (IV)	6.757.216,64	5.833.699,39
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.757.216,64	5.833.699,39
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	44.298.266,70	43.599.965,77
DISPÊNDIOS	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	26.136.137,80	23.795.671,14
Ordinária	9.774.981,49	8.468.259,93
Recursos Ordinários	9.774.981,49	8.468.259,93
Vinculada	16.361.156,31	15.327.411,21
Recursos Vinculados à Educação	4.422.318,15	3.084.862,61
Recursos Vinculados à Saúde	6.104.372,74	6.627.219,30
Recursos Vinculados à Assistência Social	115.085,52	289.127,03
Recursos Vinculados ao Fundeb	3.427.097,24	3.533.531,81
Outras Destinações de Recursos Vinculadas	2.292.282,66	1.792.670,46
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	8.565.345,36	10.098.847,02
Transferências Concedidas para a execução Orçamentária	8.565.345,36	10.098.847,02
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.925.544,02	2.948.230,97
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.184.965,55	2.285.994,25
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	547.680,34	471.673,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	191.717,33	189.738,70
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.180,80	824,46
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	6.671.239,52	6.757.216,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.671.239,52	6.757.216,64
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	44.298.266,70	43.599.965,77

#REF!

NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas monstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO FINANCEIRO

exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Esta Demonstração Contábil foi elaborada com base nos dados extraídos do Sistema da Contabilidade Pública Integrado (SCPI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Município, constantes na Nota Explicativa nº 01.

NOTA Nº 01- RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES CONSOLIDADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO

Quadro 1		
ORGÃO		CNPJ
PODER LEGISLATIVO		
Camara Municipal de Santa Luzia Do Oeste		05.881.214.0001-38
PODE EXECUTIVO		
Prefeitura de Santa Luzia do Oeste		15.845.365/0001-94
Fundo Municipal de Saúde - FMS		11.811.613/0001-25
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS		18.929.934.0001-78
Fonte: SEMAF		

NOTA Nº 02 - ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

. No exercício de 2019 de acordo com a estrutura em conformidade com o MCASP, pois o manual na parte que trata da Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, no capítulo do Balanço Financeiro nos itens 3.3 e 3.5 quando se refere a Receita Orçamentária diz que: "...as receitas orçamentária serão apresentadas líquidas de deduções e que o detalhamento das deduções poder ser apresentados em quadros anexos ou em notas explicativas..." A nota seguinte detalhará as deduções.

NOTA Nº 03 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIA POR FONTE/DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Quadro 2			R\$
FONTE/DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR BRUTO	DEDUÇÕES	VALOR LÍQUIDO
ORDINÁRIO	18.871.685,42		18.871.685,42
Recursos Ordinários	18.871.685,42		18.871.685,42
VINCULADO	8.011.939,26		8.011.939,26
Recursos Vinculados a Educação	2.790.787,82		2.790.787,82
Recursos Vinculados a Saúde	2.787.525,11		2.787.525,11
Recursos Vinculados a Assistência Social	259.540,42		259.540,42
Recursos Vinculados ao Fundeb	489.655,47		489.655,47
Outros Destinações de Recursos Vinculados	1.684.430,44		1.684.430,44
ORDINÁRIO	26.883.624,68		26.883.624,68
Fonte: SEMAF			

Obs: Já estão deduzidos da receita orçamentária no exercício as deduções para formação do FUNDEB, da fonte de recurso ordinário, sobre as receitas correntes do FPM, ICMS, IPVA, ITR, IPI, ICMS DESONERAÇÃO, conforme determinação das NOTA Nº 04 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS E RECEBIDAS

Quadro 3			R\$
ENTIDADE	CONCEDIDA	RECEBIDA	
Poder Legislativo	1.144.057,32	118.654,92	
Fundo Municipal de Saúde	5.916.781,95	0	
Fundo Municipal de Assistência Social	1.385.851,17	0	
Total	8.446.690,44	118.654,92	
Fonte: SEMAF			

As transferências financeiras são feitas de forma extraorçamentária, destinadas a manutenção dos Fundos, Fundações e Autarquias bem como em cumprimento a determinações constitucionais, como é o caso do repasse ao Poder Legislativo, à Saúde e Educação, totalizando as concedidas e recebida em R\$ 8.565.345,36 (oito milhões e quinhentos e sessenta e cinco mil e trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos).

NOTA Nº 05 - MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DEPÓSITOS/CONSIGNAÇÕES

Quadro 4		R\$
DESCRIÇÃO	VALOR	
Saldo do exercício anterior		0
(+) Inscrição		0
(-) Despesas		0
(=) Saldo para o exercício seguinte		0
Fonte: SEMAF		

Não houve movimentação no quadro 5 referente valores de depósitos de caução e depósitos judiciais oriundos de dívida ativa ajuizada, pendentes de regularização pela Procuradoria do Município em conjunto com a Gerência de Arrecadação.

5.1 – POLÍTICA DE CONTABILIZAÇÃO DAS RETENÇÕES/CONSIGNAÇÕES Para retenções feitas em Folha de Pagamento de Servidor, bem como os valores retidos de prestadores de serviços, é adotado o Regime de Competência, ou seja por ocasião da liquidação gera uma obrigação financeira no Passivo Circulante. A despesa orçamentária é considerada pelo seu valor bruto, quando da liquidação. Concomitantemente gera-se um empenho extraorçamentário, que ao ser pago, baixa do Passivo Circulante a obrigação financeira. Todos os valores retidos no exercício foram pagos.

NOTA Nº 06 - VARIAÇÃO DO SALDO FINANCEIRO

Quadro 5		R\$
DESCRIÇÃO	VALOR	
1. Receita Orçamentária		26.883.624,68
2. Despesas Orçamentária		26.136.137,80

3. Ingressos Extraorçamentários	8.565.345,36
4. Dispendios Extraorçamentários	8.565.345,36
5. Recebimentos Extraorçamentários	2.092.080,02
6-Pagamentos Extraorçamentários	2.925.544,02
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	747.486,88
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4+5-6) (-)	833.464,00
8. Variação do Período apurada (6 +7)	-85.977,12
9. Saldo financeiro do exercício anterior	6.757.216,64
10. Saldo para o exercício seguinte (8 + 9)	6.671.239,52
Fonte: SEMAF	

Pode se observar que a variação do período apurada entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior no montante positivo de R\$ 6.671.239,52, indicando que os pagamentos do exercício foram superiores aos recebimentos, demonstrando assim que houve equilíbrio financeiro e a geração de superávit. A variação do período está de acordo com a geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa do Anexo 18 - Demonstrativos dos Fluxos de Caixa.

Santa Luzia Do Oeste, 31 de Dezembro de 2019,

CLEUSA MENDES DE SOUZA

Contadora

CRC 003983/O-0

NELSON JOSE VELHO

Prefeito Municipal

CPF 274.390.701-00

Publicado por:
Cleusa Mendes de Souza
Código Identificador:796B753A

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 15 DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS- PREFEITURA

PODER EXECUTIVO
CNPJ- 15.845.365/0001-94

ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO 2019		
	Exrcício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.099.189,71	1.692.746,29
Impostos	1.946.415,64	1.550.355,32
Taxas	152.774,07	142.390,97
Contribuições	108.859,30	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	108.859,30	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	147.202,88	326.331,27
Juros e Encargos de Mora	3.538,83	29.614,66
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	143.664,05	173.428,94
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas- Financeiras	0,00	123.287,67
Transferências e Delegações Recebidas	33.022.862,69	36.642.393,05
Transferências Intragovernamentais	8.567.919,92	10.131.577,11
Transferências Intergovernamentais	24.004.942,77	26.506.615,94
Transferências a Instituições Ptvada	450.000,00	
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.200,00
Valorização e ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	2.920.139,71	5.700,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.520.386,05	5.700,00
Ganhos com Desincorporação de de Passivos	399.753,66	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	67.069,11	76.793,40
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	59,49	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentaivas	67.009,62	76.793,40
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	38.365.323,40	38.743.964,01
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	14.666.169,76	13.797.247,49
Remuneração de Pessoal	10.730.812,40	10.048.760,14
Encargos Patronais	3.786.695,45	3.390.283,39
Benefícios a Pessoal	0,00	239.561,76
Outras Variações patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	148.661,91	118.642,20
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.546.777,86	6.341.347,87
Uso de Material de Consumo	1.345.654,52	1.864.055,40
Serviços	6.172.184,67	4.459.113,87
Depreciação, Amortização e Exaustão	28.938,67	18.178,60
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.480,00	2.557,14
Outras Variações Patrimoniais Financeiras	6.480,00	2.557,14
Transferências e Delegações Concedidas	8.582.893,52	12.939.159,79
Transferências Intragovernamentais	8.565.345,36	10.098.847,02
Transferências Intergovernamentais	0,00	2.818.312,77
Transferências a Instituições Privadas	17.548,16	22.000,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.660.398,72	236.093,69
Reavaliação, Redução a Valor Recuperavel e Ajustes para Perdas	1.539,38	4.137,21
Perdas Involuntárias		7.125,82
Desincorporação de Passivos	0,00	70.000,00
Desincorporação de Ativos	2.658.859,34	154.830,66
Tributárias	267.213,08	278.264,38

Contribuições	267.213,08	278.264,38
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.186.353,28	539.199,03
Premiações	6.900,00	
Incentivos	144.440,00	63.013,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.035.013,28	476.186,03
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	34.916.286,22	34.133.869,39
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	3.449.037,18	4.610.094,62

#REF!

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota nº 01 – RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial de 2019 foi superavitário no valor de R\$ 3.449.037,18, evidenciado pela diferença positiva entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas e Diminutivas, conforme valores das Variações Patrimoniais Aumentativas R\$ 38.365.323,40 e Variações Patrimoniais diminutivas no valor de R\$ 34.916.286,22.

Nota nº 02 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nesta conta estão as Variações decorrentes da arrecadação da Receita Orçamentária de Impostos e Taxas (Anexo 10) acrescido do valor, lançado a receber de IPTU e ISS os que não foi recebido no exercício, ficando, portanto inscrito no exercício como Dívida Ativa Tributária.

Nota nº 03 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Representa o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. São exemplos: resultado positivo de equivalência patrimonial, reversão de provisões e ajustes de perdas, etc.s: R\$ 3.538,83 - que é referente ao recebimento de receitas de Multas e Juros de Mora de Tributos;

Nota nº 04 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

R\$ 8.567.919,92 - são os repasses extraorçamentários recebidos pelas diversas entidades mantidas pelo Poder Executivo;

R\$ 24.004.942,77 - Transferências Inter Governamentais são as receitas de Transferências Constitucionais e Legais recebidas pelo Município.

R\$ 450.000,00 - Outras Transferências das instituições Privadas+B82:F85

Nota nº 05 – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

R\$ 2.520.386,05 - Receita orçamentária referente multas administrativas, indenizações, restituições e reversão de Provisões.

R\$ 399.753,66 - Ganhos com Desincorporação de Passivos

Nota nº 06 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS Representa o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. São exemplos: resultado positivo de equivalência patrimonial, reversão de provisões e ajustes de perdas, etc.a R\$ 59,49 - Reversão de provisões e Ajustes para Perdas da Dívida Ativa R\$ 67.009,62 - Diversas VARIAÇÕES Patrimoniais Aumentativas

Nota nº 07 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – PESSOAL E ENCARGOS

Os valores de R\$ 14.666.169,76 das variações de pessoal e encargos liquidadas com remuneração de pessoal, registram-se também as provisões para pagamento de férias e décimo terceiro salário, obedecendo assim o princípio da competência, conforme determina o MCASP.

Nota nº 08 – USO DE BENS SERVIÇO E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços De terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

R\$ 7.546.777,86 - refere-se material de consumo, prestação de serviços e depreciação amortização e exaustão de bens.

Nota nº 09 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA FINANCEIRAS

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias R\$ 6.480,00 - Outras variações patrimoniais diminutivas refere-se as aplicações monetárias

Nota nº 10 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

R\$ 8.565.345,36 Transferências as Entidades mantidas pelo Poder Executivo

R\$ 17.548,16 - Transferências a Instituição da iniciativa Privada para o Poder Público

Nota nº 11 – DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DO ATIVO E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo e desincorporação de ativos, como por exemplo a desincorporação da dívida ativa tributária.

R\$ 1.539,38 Ajustes para perdas da dívida ativa tributária e não tributária R\$ 2.858.859,34- Transferências a Instituição da iniciativa Privada para o Poder Público

Nota nº 12 – TRIBUTARIAS

R\$ 267.213,08 - compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas relativas às obrigações de responsabilidade do ente ou entidades públicas relativas à impostos, taxas e contribuições de melhoria

Nota nº 13 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreendem: premiações culturais, artísticas e científicas, incentivos, equalizações de preços e taxas, resultado negativo de participações, entre outros.

R\$ 1.186.353,28 - Nas variações foram premiações e incentivos e baixas dos materiais de consumo

Santa Luzia Do Oeste, 31 de Dezembro 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZAContadora
CRC 003983/O-0**NELSON JOSE VELHO**Prefeito Municipal
CPF 274390701-00Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:AE030BB7**GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 16 DÍVIDA FUNDADA INTERNA PREFEITURA****Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada Interna 2019**

LEI	DATA	QTDE DE EMPRÉSTIMO	VALOR EMPRÉTIMO	ENTIDADE FINANCEIRA	SALDO ANTERIOR EMPRÉSTIMO	EMPRÉSTIMO + CORREÇÕES	AMORTIZAÇÕES	QTDE. PRESTAÇÕES	VALOR
	31/12/2018	216	504.958,65	PREVIDENCIA SOCIAL	323.535,48	648.686,65	472.222,13	204	500.000,00
	31/12/2018	42	17.944,35	CERON S/A	13.921,59	0,00	13.921,59	0,00	0,00
	31/12/2018	12	7.230,14	CERON S/A	7.230,14	0,00	7.230,14	0,00	0,00
	31/12/2018	24	18.126,00	CAERD	16.844,80	0,00	16.544,84	0,00	0,00
	31/12/2018	36	41.829,44	CERON S/A	35.715,77	0,00	35.923,18	0,00	0,00
	31/12/2018	12	60.831,32	CERON S/A	21.554,87	0,00	19.417,40	01	1.930,06
	31/12/2018	280	645.849,93	CAERD	575.220,33	0,00	134.610,08	268	440.610,25
	31/12/2018	12	0,00	CERON/FUNDO/SAUDE	30.331,80	0,00	30.331,90	0,00	0,00
TOTAL.....					1.024.054,82	648.686,65	730.201,26	0,00	942.540,31

SANTA LUZIA D OESTE, 31 de Dezembro de 2019**CLEUSA MENDES DE SOUZA**CRC003983/RO
Contadora**NELSON JOSE VELHO**CPF 274.390.701-00
Prefeito Municipal

42.1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO OESTE
94.1 - CAMARA MUNIIPAL
424.1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA DO OESTE
489.1 - FUNDO MUN DE ASSIST SOCIAL DE SANTA LUZIA D'OESTE

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:C62AAFFE**GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 18 DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA- PREFEITURA****PODER EXECUTIVO
CNPJ 15.845.365/0001-94**

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS EXERCÍCIO 2019		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos	32.301.401,94	33.217.212,89
Receita Tributaria	2.110.734,02	1.593.188,03
Receitas de Contribuições	108.859,30	
Remuneração das Disponibilidades	143.664,05	173.428,94
Receitas Derivadas e Originarias	65.424,54	139.895,97
Transferências Correntes Recebidas	29.872.720,03	31.310.699,95
Desembolsos	31.641.360,35	31.343.872,37
Pessoal e Demais Despesas	23.058.466,83	21.223.025,35
Transferências Concedidas	8.582.893,52	10.120.847,02
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	660.041,59	1.873.340,52
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ingressos	0,00	0,00
Desembolsos	3.543.071,19	3.053.807,64
Aquisição de Ativo não Circulante	3.543.071,19	3.053.807,64
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	-3.543.071,19	-3.053.807,64
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	0,00	2.476.450,24
Transferências de Capital Recebidas	0,00	2.476.450,24
Desembolsos	350.515,62	372.465,87
Amortização de ativo não circulante	350.515,62	372.465,87
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-350.515,62	2.103.984,37
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)	-3.233.545,22	923.517,25
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	#REF!	5.833.699,39
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-85.977,12	923.517,25
Ingressos Extraorçamentários	129.705,95	190.563,16
Egressos Extraorçamentários	129.705,95	190.563,16

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	#REF!	6.757.216,64
	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	9.055.442,49	38.767.282,76
Da União	8.698.925,82	19.033.641,38
De Estados e Distrito Federal	23.761,30	350.000,00
De Municípios		
Intragovernamentais	8.565.345,36	10.098.847,02
Outras Transferência Correntes Recebidas	3.529.245,06	1.828.211,55
Total das Transferências Correntes Recebidas	29.872.720,03	31.310.699,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00
De Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
De Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	8.565.345,36	10.098.847,02
Outras Transferência Correntes Concedidas	17.548,16	22.000,00
Total das Transferências Correntes Concedidas	8.582.893,52	10.120.847,02
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	1.004.683,89	941.404,01
Administração	6.100.043,93	5.300.502,48
Assistência Social	1.063.416,12	968.839,47
Saúde	5.900.098,46	5.887.275,28
Trabalho		
Educação	6.857.609,85	6.537.489,80
Cultura	4.826,10	
Urbanismo	335.824,49	216.053,28
Saneamento		
Gestão Ambiental	4.868,52	
Agricultura	833.287,31	605.945,63
Energia		
Transporte	535.629,81	750.030,40
Desporto e Lazer	418.178,35	15.485,00
Encargos Especiais		
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas Por	23.058.466,83	21.223.025,35
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Ouros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

#REF!

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Tem por finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa do Município ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais déficits.

Nota nº 01 – Esta Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações havidas no Nota nº 01 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES

Compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimentos ou financiamentos.

Os ingressos estão compostos pelas Receitas Correntes e de Capital, as Transferências Correntes, as Transferências Intragovernamentais, que são os repasses financeiros recebidos pelas entidades consolidadas do Poder Executivo.

Os desembolsos representam os valores pagos da despesa orçamentária, bem como os restos a pagar processados e não Nos ingressos e desembolsos das operações foi acrescentado as conta OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS e OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS que não estão no Modelo apresentado no MCASP e na IPC 08. Estas linhas referem-se aos INGRESSOS E DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS, tais como recebimento de Caução, consignações, Depósitos Judiciais e outros depósitos. A necessidade desta informação acessória é manter a integridade dos valores da receita orçamentária recebida, bem como os valores pagos demonstrados por função de governo e que podem ser conferidos com as demais peças que compõem as contas de governo através do SIGAP Contábil. Também com a finalidade de, ao final do demonstrativo, a informação pertencente ao valor do campo CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, confira com o saldo do mesmo grupo no Balanço Patrimonial. Essa metodologia atendeu orientação da IPC 08- Metodologia de Elaboração do Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, publicada em 23/12/2014, nos itens 19 e 20, que previa esta situação, a saber: “19. Esta Instrução de Procedimento Contábil não esgota possibilidades válidas de registro contábil para certos eventos, como, por exemplo, retenções. A depender do momento de reconhecimento do pagamento da retenção (na liquidação ou na baixa da obrigação), o ente poderá promover ajustes na DFC de modo a refletir o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. 20. Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá- los conforme suas necessidades.

Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: recebimentos e pagamentos extraorçamentários; transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente; aplicações e resgates de investimentos temporários.”

O fluxo líquido das atividades operacionais no exercício de 2019 foi de R\$ 660.041,59, evidenciando o quanto o Município gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios e fazer novos investimentos.

Nota nº 02 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo líquido das atividades de investimento foi deficitário, pois as despesas de investimento foram custeadas com as receitas de capital registradas como transferências de capital no fluxo de financiamentos.

Nota nº 03 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos, bem como as Transferências de Capital recebidas.

Não houve valores de desembolso pois os recursos recebidos ainda não foram executados.

Nota nº 04 – APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO**Quadro 1**

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	26.883.624,68
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	24.236.955,91
3. Transferências Financeiras Recebidas + recebimentos extraorçamentários (Balanço Fin	10.594.233,20
4. Inscrição de Restos a Pagar (Balanço Financeiro)	1.899.181,89
5. Transferências Financeiras Concedidas + pagamentos extraorçamentários (Balanço F	11.427.697,20
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	2.646.668,77
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	2.732.645,89
8. Variação do período (6+7)	85.977,12
9. Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (DFC)	-85.977,12
10. Resultado (8-9) Confere?: 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsis	0,00
11. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (Balanço Patrimonial)	6.757.216,64
12. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (DFC)	6.757.216,64
13. Resultado (11-12) Confere?: 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (incon	0,00
14. Caixa e Equivalente de Caixa Final (Balanço Patrimonial)	6.671.239,52
15. Caixa e Equivalente de Caixa Final (DFC)	6.671.239,52
16. Resultado (14-15) Confere?: 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (incon	0,00

Fazendo um comparativo entre a variação apurada no período através das movimentações ocorridas no Balanço Financeiro com a Geração Líquida de Caixa da DFC podemos verificar que um demonstrativo confirma o que está registrado no outro.

Nota nº 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**Quadro 2**

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1. Caixa e Equivalentes de Caixa (BP)	6.671.239,52
2. Total de Caixa e Equivalentes do (BP) (1+2)	6.671.239,52
3. Caixa Equivalente de caixa Final (DFC)	6.671.239,52

O saldo do Balanço Patrimonial estão equivalente ao saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, consideradas na mesma conta no Fluxo de Caixa, pois que geram este saldo financeiro que fazem parte da composição dos fluxos de caixa das atividades operacionais.

O valor de R\$ 6.671.239,52, que representa o saldo financeiro da entidade é de livre movimentação e está registrado no Demonstrativo de Contas Bancos

Santa Luzia Do Oeste, 31 de Dezembro de 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZA

Contadora

CRC 003983/O-0

NELSON JOSE VELHO

Prefeito Municipal

CPF 274.390.701-00

Publicado por:
Cleusa Mendes de Souza
Código Identificador: 79059FBD

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 19 DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PODER EXECUTIVO
CNPJ 15.845.365/0001-94

ANEXO 19 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMONIO LÍQUIDO EXERCÍCIO 2019									
Especificação	Patrimônio Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Valor
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.514.248,99	0,00	24.514.248,99
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.610.094,62	0,00	4.610.094,62
Constituição / Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.124.343,61	0,00	29.124.343,61
Saldo Inicial do Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.124.343,61	0,00	29.124.343,61
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.449.037,18	0,00	3.449.037,18
Constituição / Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sado Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.573.380,79	0,00	32.573.380,79

Santa Luzia do Oeste, 31 de Dezembro de 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZA

Contadora

CRC 003983/O-0

NELSON JOSÉ VELHO

Prefeito Municipal

CPF 274.390.701-00

Publicado por:
Cleusa Mendes de Souza
Código Identificador:ADD90982

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 14 BALANÇO PATRIMONIAL PREFEITURA

PODER EXECUTIVO
CNPJ- 15.845.365/0001-94

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2019		
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.671.239,52	6.757.216,64
Crédito a Curto Prazo	5.000,00	5.000,00
Adiantamentos Concedidos	5.000,00	5.000,00
Estoques	19.180,53	16.217,00
Almoxarifado	19.180,53	16.217,00
Total do Ativo Circulante	6.695.420,05	6.778.433,64
Ativo Não Circulante	322.014,32	313.180,77
Ativo Realizável a Longo Prazo	322.014,32	147.913,86
Créditos a Longo Prazo		165.266,91
Imobilizado	26.795.050,02	23.777.696,01
Bens Móveis	12.914.514,35	11.616.011,19
Bens Imóveis	13.952.796,60	12.209.584,68
(-) Depreciação, Exaustão e amortização Acumulados	-72.217,54	-49.856,47
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	-43,39	-43,39
Total do Ativo Não Circulante	27.117.064,34	24.090.876,78
TOTAL DO ATIVO	33.812.484,39	30.869.310,42
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.945,02	1.400,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	86.372,39	586.111,13
Demais Obrigações a Curto Prazo	31.819,84	33.977,03
Total do Passivo Circulante	122.137,25	621.488,16
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	500.000,00	353.867,28
Empréstimos Financiamento a Longo Prazo	0,00	13.921,59
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	75.002,21	
Demais Obrigações a Longo Prazo	442.540,31	656.265,95
Total do Passivo Não Circulante	1.017.542,52	1.024.054,82
Patrimônio Líquido		
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos	99.423,83	99.423,83
Resultados Acumulados	32.573.380,79	29.124.343,61
Total do Patrimônio Líquido	32.672.804,62	29.223.767,44
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.812.484,39	30.869.310,42
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - (LEI Nº 4.320/1964)		
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	6.671.239,52	6.757.216,64
Ativo Permanente	27.141.244,87	24.112.093,78
Total do Ativo	33.812.484,39	30.869.310,42
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	4.641.641,07	5.796.784,53
Passivo Permanente	1.017.542,52	1.024.054,82
Total do Passivo	5.659.183,59	6.820.839,35
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	28.153.300,80	24.048.471,07
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - (LEI Nº 4.320/1964)		
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigações Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL - (LEI Nº 4.320/1964)		
FONTE DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
1000-Recursos do Tesouro- Exercício Corrente	1.487.581,95	1.664.750,08

1001-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos- Educação	612,91	10.629,68
1002-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos- Saúde	2.561,66	16.857,47
1008-Transferências de Recursos do FNDE	38.129,94	35.716,34
1011-Transferências do FUNDEB	69.805,22	-14.955,04
1015-Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social- FNAS	231.917,94	54.747,37
1027-Transferências de Recursos do SUS- Custeio	1.507.541,41	1.757.789,76
2012-Transferências de Convênios Educação	-1.737.059,68	-2.873.998,34
2013-Transferências de Convênios- Saúde	439.084,77	26.445,84
2014-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde)	-10.577,67	282.448,95
Total das Fontes de Recursos	2.029.598,45	960.432,11

#REF!

NOTAS EXPLICATIVAS

Este balanço foi elaborado em obediência às normas Legais, em especial às estabelecidas na Lei Federal nº. 4.230/64 e às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, parte V, 5ª edição.

1) O valor de R\$ 6.671.239,52 demonstrado no grupo de conta Caixa e Equivalentes de Caixa conferem com os valores apresentados no Balanço Financeiro, campo Saldo em Espécie do Exercício Atual, e com o Anexo 18 – Demonstração do Fluxo de Caixa, conta Caixa e Equivalente de Caixa Final.

2) O valor de R\$ 5.000,00 refere-se a suprimento de fundo, lançando no anexo TC 23 e o valor de R\$ 19.180,53 , demonstrado na conta Estoques confere com o demonstrativo das Movimentações de almoxarifado que acompanha a prestação de contas.

3) O valor de R\$ 27.117.054,34 , demonstrado no grupo de contas pertencentes ao Ativo Não Circulante, é composto das contas "valores Realizável a Longo Prazo R\$ 322.014,32 e Imobilizado R\$ 26.795.050,02, confere com os valores demonstrados no anexo TC-23 e também confere com o relatório disponibilizado pelo setor de patrimônio somado com o valor informado pelo setor de contas e receber é composto pelos valores dos grupos dos bens Móveis, Bens Imóveis e o grupo de Depreciações, Exaustão e Amortização Acumulada.

4) O Ativo Realizável a Longo Prazo, no valor de R\$ 322.014,32 é composto por créditos que estão inscritos na dívida tributária e não tributária em 31/12/2019, sendo que sua composição está da seguinte forma.

Movimentações	Dívida Ativa IPTU	Dívida Ativa ISS	Dívida não Tributária	Total
Saldo de Exercício Anterior	113.178,66	34.932,28	165.266,91	313.377,85
Inscrição do Exercício (valor Principal) (+)	68.148,90	11.906,05	16.733,84	96.788,79
Inscrição de Juros/Multas (+)	16.448,46	4.900,35	0,00	21.348,81
Valores Recebidos do Exercícios (-)	81.836,44	8.237,80	182.000,75	107.824,16
Arrecadação da Receita de Dívida Ativa Tributária	65.092,44	5.568,80	0,00	70.661,24
Arrecadação da Receita de Dívida Não Ativa Tributária	0,00	0,00	17.749,92	17.749,92
Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária	16.744,00	2.669,00	0,00	19.413,00
Multas e Juros da Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
Cancelamentos (-)	1.012,95	285,61	0,00	1.298,56
Saldo conforme Anexo 14	114.926,63	43.215,27	164.250,83	322.392,73
Provisões para Perdas (-)	137,59	240,82	0,00	378,41
Saldo Líquido da Dívida Ativa com as Deduções de Provisões	114.789,04	42.974,45	164.250,83	322.014,32

O valor referente à cobrança da dívida ativa tributária na entidade totalizou o valor de R\$ 90.074,24 e foram registradas nas seguintes rubricas da receita orçamentária:

1.9.1.3.11.00.01	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IPTU	16.744,00
1.9.1.3.13.00.01	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS	2.669,00
1.9.3.1.11.00.01	Receita da Dívida Ativa Tributária IPTU	65.092,44
1.9.3.1.13.00.01	Receita da Dívida Ativa Tributária ISS	5.568,80
Total de Receitas		90.074,24

5) A Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, editada pelo Ministério da Fazenda, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; as Resoluções CFC nº 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, que aprovam a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão e a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, respectivamente; o disposto na Portaria STN/MF nº 406, de 20 de junho de 2011 (alterada pelas Portarias nº 828/2011 e 231/2012), que aprova a Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP; normatizado pelo Decreto nº 82/2019/PMSL/RO que dispõe da avaliação dos bens móveis.

CLASSE	VIDA ÚTIL	VALOR RESIDUAL
	(anos)	
Aparelhos de medição e orientação	10	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	8	12%
Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	16	15%
Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	10	10%
Equipamentos de proteção, segurança e socorro	10	10%
Máquinas e equipamentos de natureza industrial	16	20%
Máquinas e equipamentos energéticos	16	20%
Máquinas e equipamentos gráficos	16	20%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	15%
Semoventes e equipamentos de montaria	10	10%
Equipamento de mergulho e salvamento	16	10%
Equipamentos de manobras e patrulhamento	20	5%
Equipamentos e sistema de proteção e vigilância ambiental	10	10%
Máquinas e equipamentos agrícolas/agropecuários e rodoviários	10	10%
Equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos	10	10%
Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	20	10%
Equipamentos para processamento de dados	5	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
Máquinas, instalações e equipamentos para escritório	8	10%
Mobiliário em geral	16	15%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%

Discotecas e filmotecas	5	10%
Instrumentos musicais	20	30%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Veículos diversos	16	10%
Veículos de tração mecânica	8	60%
Acessórios para automóveis	8	20%
Armamentos	20	15%

6) O valor de R\$ 122.137,25, demonstrado no grupo de contas pertencente ao Passivo Circulante, confere com a soma dos valores dos saldos para o exercício seguinte das contas Restos a Pagar Processados e conta Depósitos, todas do anexo 17 da Lei 4.320/64 - Demonstrativo da Dívida Flutuante. É válido lembrar que o valor dos restos a pagar não processados demonstrados no anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante, não mais figura no novo modelo do Balanço Patrimonial. Segue tabela comparando o Passivo Circulante com a Dívida Flutuante:

Composição do Passivo Circulante	
Saldo do Exercício Anterior	589.892,07
(+) Inscrição da dívida	99.399,72
(-) Baixa da dívida	567.167,52
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	122.127,27
A diferença de R\$ 12,98 saldo de restos a pagar não processados liquidados	12,98
TOTALSALDO PARA EXERCICIO SEGUINTE	122.137,25
Composição do Não Passivo Circulante	
Saldo do Exercício Anterior	5.175.296,37
(+) Inscrição da dívida	1.831.378,26
(-) Baixa da dívida	2.487.157,83
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	4.195.516,80
A diferença de R\$ 12,98 corresponde valor de saldo restos a pagar liquidação	(-) 12,98
TOTAL SALDO PARA EXERCICIO SEGUINTE	4.519.503,82
Composição da Dívida Flutuante	
Saldo do Exercício Anterior	5.796.784,53
(+) Inscrição da dívida	2.027.620,36
(-) Baixa da dívida	2.861.084,36
(-) Cancelamento da dívida	321.679,46
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	4.641.641,07

A diferença apresentada entre os quadros acima é referente à movimentação de inscrito em restos a pagar não processados.

7) O total do Patrimônio Líquido no exercício anterior era de R\$ 29.223.767,44, que somado ao Resultado Patrimonial do Exercício apurado no anexo das Demonstrações das Variações Patrimoniais, um Superávit do Exercício no valor de R\$ 3.449.037,18, no final do exercício em referência encontramos um saldo do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 32.672.804,62.

Quadro comparativo da Evolução Patrimonial dos últimos 03 exercícios.

Nome	2017	2018	2019
Ativo Circulante	5.898.334,13	6.778.433,64	6.695.420,05
Ativo Não Circulante	20.609.963,84	24.090.876,78	27.117.064,34
Passivo Circulante	567.523,52	621.488,16	122.137,25
Passivo Não Circulante	1.327.101,63	1.024.054,82	1.017.542,52
Total do Patrimônio Líquido	24.613.672,82	29.223.767,44	32.672.804,62

8) Convertendo as informações do Balanço Patrimonial adequado às novas normas de contabilidade para o Balanço Patrimonial previsto na Lei Federal nº 4.320/64, as informações ficam da seguinte forma:

Ativo Financeiro	6.671.239,52
Ativo Permanente	27.141.244,87
Passivo Financeiro	4.641.641,07
Passivo Permanente	1.017.542,52
Saldo Patrimonial	28.153.300,80

A diferença entre os valores do Passivo Circulante com o Passivo Financeiro é referente aos Restos a Pagar Não Processados das despesas cujas obrigações contratuais encontram-se em 31 de dezembro, com a parcela ainda no prazo de execução ou que, apesar de cumpridas ainda não tenham recebido o aceite da administração e estão devidamente justificados nas peças que compõem o balanço geral do município. A diferença entre os valores do Saldo Patrimonial como o Total do Patrimônio Líquido é referente aos Restos a Pagar Não Processados.

Para a apuração do superávit financeiro previsto na Lei Federal 4.320/64, consideramos o valor de R\$ 6.671.239,52, pertencentes ao Ativo Financeiro, deduzimos o valor de R\$ 4.641.641,07, pertencente ao grupo de contas do Passivo Financeiro e chegamos ao valor do superávit financeiro de R\$ 2.029.598,45. O valor encontrado confere com o total do Demonstrativo do Superávit / Déficit Apurado no Balanço Patrimonial das novas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, confirmando a veracidade dos registros e informações contábeis.

8) De acordo com o novo anexo exigido nas demonstrações contábeis para melhor visualização do superávit / déficit financeiro por destinação de recursos, no geral o resultado encontrado foi de um superávit no valor de R\$ 2.029.598,45, valor este que confere com o encontrado no quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial na estrutura da Lei 4.320/64.

Santa Luzia Do Oeste, 31 de Dezembro de 2019,

CLEUSA MENDES DE SOUZA

Contadora

CRC 003983/O-0

NELSON JOSE VELHO

Prefeito Municipal

CPF 27439070100

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:B4DC13AF

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 17 DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE-PREFEITURA

PODER EXECUTIVO
CNPJ 15.894.365.0001.94

ANEXO 17 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE EXERCÍCIO 2019					
Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação do Exercício			Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	Cancelamento	
RESTOS A PAGAR					
Restos a Pagar de 2019	0,00	1.899.181,89	0,00	0,00	1.899.181,89
R.P. Processado	0,00	67.803,63	0,00	0,00	67.803,63
R.P. Não Processado	0,00	1.831.378,26	0,00	0,00	1.831.378,26
Restos a Pagar de 2018	1.882.040,09	0,00	1.717.642,11	71.646,81	92.751,17
Restos a Pagar de 2017	274.218,68	0,00	210.996,01	49.248,72	13.973,95
Restos a Pagar de 2016	1.524.998,41	0,00	95.524,85	157.602,18	1.271.871,38
Restos a Pagar de 2015	2.017.107,34	0,00	688.474,97	43.181,75	1.285.450,62
Restos a Pagar de 2014	45.707,95	0,00	20.007,95	0,00	25.700,00
Restos a Pagar de 2012	21.115,97	0,00	0,00	0,00	21.115,97
Total	5.765.188,44	1.899.181,89	2.732.645,89	321.679,46	4.610.044,98
CONSIGNAÇÕES, DEPÓSITOS E CAUÇÕES					
2.1.8.8.1.01.02.00- CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00	58.142,69	58.142,69	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00- Impostos Sobre a Renda Retido na Fonte-	0,00	8.436,75	8.436,75	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.00-ISS	0,00	1.261,30	1.261,30	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00-Pensão Alimentícia	0,00	1.980,00	1.980,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.15.00-Retensões - Empréstimos e Financiamentos	0,00	58.617,73	58.617,73	0,00	0,00
2.1.8.8.1.04.01.00-Depositos e Cauções	31.596,09	0,00	0,00	0,00	31.596,09
Total	31.596,09	128.438,47	128.438,47	0,00	31.596,09
TOTAL GERAL	5.796.784,53	2.027.620,36	2.861.084,36	321.679,46	4.641.641,07

Santa Luzia Do Oeste, 31 de Dezembro de 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZA
Contadora
CRC 003983/O-O

NELSON JOSE VELHO
Prefeito Municipal
CPF 27439070100

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:F4421912

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 12 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO SAÚDE

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº 11.811.613/0001-25

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO 2019				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)				
Receitas de Capital (II)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operação de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit (VI)			6.126.850,94	
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	6.126.850,94	0,00
Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	1.996.578,02	1.996.578,02	
Superávit Financeiro	0,00	1.996.578,02	1.996.578,02	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	5.626.762,00	7.738.340,02	6.004.135,70	5.761.483,08	5.748.226,21	1.734.204,32
Pessoal e Encargos Sociais	4.271.762,00	4.852.762,00	4.282.187,07	4.282.187,07	4.281.749,47	570.574,93
Outras Despesas Correntes	1.355.000,00	2.885.578,02	1.721.948,63	1.479.296,01	1.466.476,74	1.163.629,39
Despesas de Capital (IX)	134.072,00	425.591,44	122.715,24	31.089,96	28.684,99	302.876,20
Investimentos	134.072,00	425.591,44	122.715,24	31.089,96	28.684,99	302.876,20
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (X)	100.000,00					
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	5.760.834,00	8.163.931,46	6.126.850,94	5.792.573,04	5.776.911,20	2.037.080,52
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	5.760.834,00	8.163.931,46	6.126.850,94	5.792.573,04	5.776.911,20	2.037.080,52

(XIII) = (XI + XII)						
Superávit (XIII)			0,00			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	5.760.834,00	8.163.931,46	6.126.850,94	5.792.573,04	5.776.911,20	2.037.080,52

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Restos a Pagar não Processados	Inscritos em Exercícios Anteriores (A)	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a + b - d - e)
Despesas de Capital	40.234,79	207.384,46	136.159,83	22.862,58	22.862,58	201.894,09
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	40.234,79	207.384,46	136.159,83	22.862,58	22.862,58	201.894,09
Despesas de Capital	0,00	133.720,56	110.139,90	9.145,14	9.145,04	115.430,38
Investimentos	0,00	133.720,56	110.139,90	9.145,14	9.145,04	115.430,38
TOTAL	40.234,79	341.105,02	246.299,73	32.007,72	32.007,62	317.324,47

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Restos a Pagar Processados	Inscritos em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a + b - d - c)
Despesas de Capital	20.589,72	15.530,81	15.712,42	19.027,11	1.381,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.589,72	15.530,81	15.712,42	19.027,11	1.381,00
Despesas de Capital	362.197,25	362.197,25	362.197,25	0,00	0,00
Investimentos	0,00	362.197,25	362.197,25	0,00	0,00
TOTAL	20.589,72	377.728,06	377.909,67	19.027,11	0,00

Balanço Elaborado Conforme Portaria STN nº 840/2016

NOTAS EXPLICATIVAS:**BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício.

Quanto as receitas e despesas intraorçamentárias foram mantidas no Demonstrativo de acordo com a Lei do Orçamento inicialmente aprovado para o exercício, e conforme orientação do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, no seu anexo de perguntas e respostas.

Esta Demonstração Contábil foi elaborada com base nos dados extraídos do Sistema da Contabilidade Pública Integrado (SCPI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e atrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Município.

NOTA Nº 01- RELAÇÃO DA ENTIDADES E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO

Quadro 1

ORGÃO	CNPJ
PODE EXECUTIVO	
Fundo Municipal de Saúde - FMS	11.811.613/0001-25
Fonte: SEMAF	

A Lei Municipal n.928 de 18 de dezembro de 2018 aprovou o orçamento para o exercício, estimando a previsão das transferências intragovernamentais e fixando a Despesa na importância de R\$ 5.760.834,00, a previsão inicial do orçamentária foi atualizada e passou a ser de R\$ 8.163.931,46, sendo que a sua efetiva receitas de transferências foi de R\$ 5.916.781,95, demonstrada no Balanço Financeiro, portanto, menor que o valor fixado em R\$ 2.247.149,51 (Dois milhões e duzentos e quarenta e sete mil e cento e nove reais e cinquenta e um centavos).

NOTA Nº 02 - DESEMPENHO DA PREVISÃO E FIXAÇÃO DA DESPESA

O percentual da execução é resultante da relação entre a Fixação e Previsão da Despesa , indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas.

Quadro 2	R\$
DESCRIÇÃO	2019
Fixação Orçamentária (a)	5.760.834,00
Transferências Intragovernamental a (b)	5.916.781,95
Varição % (b/a)	1,02
Fonte: SEMAF	

O Quociente de Execução da Receita calculado para o exercício de 2019 demonstra que houve superávit na arrecadação da receita em relação a receita prevista, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista Atualizada,o Município arrecadou R\$ 1,02.

NOTA Nº 03 - UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

O cálculo é resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação e o total do excesso de arrecadação, indicando a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.

Quadro 3	R\$
DESCRIÇÃO	2019
Créditos Adicionais Especiais (Excesso de Arrecadação) (a)	406.519,44
Déficit/Superávit de Financeiro (b)	1.996.578,02
Resultado (b + a)	2.405.116,46
Fonte: SEMAF	

Os créditos abertos foram principalmente pelo superavit financeiro e creditos suplementares especiais recursos vinculados a Programas da Saúde . Os créditos abertos estão detalhados no do TC 18 da IN nº 013/TCE-RO/2004 e resumidos no quadro abaixo:

NOTA Nº 04 - DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

DETALHAMENTO DOS CREDITOS ADICIONAIS	R\$
VALOR	
Creditos Adicionais Suplementares	3.134.097,46
Creditos adicionais por excesso de arrecadação	0,00
Creditos por superavit financeiro	1.996.578,02
creditos especiais	406.519,44
Anulação de Dotação	(-) 731.000,00
Operações de Crédito	0
Fonte: SEMAF	

Na nota explicativa nº 001 do TC 18 - Quadro demonstrativo das Alterações Orçamentárias, este valor utilizado por Superávit tem um detalhamento mais minucioso, onde é registrado o nome de todos os programas de saúde e assistência social que foram suplementados, bem como o número dos decretos, com as respectivas fichas orçamentárias utilizadas. Consta também o número de cada Convênio da Prefeitura, e sua finalidade.

NOTA Nº 05 - EXECUÇÃO DA DESPESA

É resultante da relação entre a Despesa Executada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

Quadro 5	R\$
DESCRIÇÃO	2019
Despesa Empenhada (a)	6.126.850,94
Dotação Atualizada da Despesa (b)	8.163.931,46
Resultado (b-a)	2.037.080,52
Varição % (a/b)	0,75%
Fonte: SEMAF	

O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2019 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 2.037.080,52. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei. Podemos observar que em 2019 para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Município executou R\$ 075%.

NOTA Nº 06 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit orçamentário.

Quadro 6	R\$
DESCRIÇÃO	2019

Transferências intragovernamentais (a)	5.916.781,95
Despesa Empenhada (b)	6.126.850,94
Resultado (b-a)	210.068,99
Fonte: SEMAF	
No exercício de 2019, o Município apresentou déficit orçamentário no montante de R\$ 210.068,99. O Resultado Orçamentário calculado para o exercício de 2019 demonstra a princípio que houve desequilíbrio, indicando que as transferências foram menores que a despesa empenhada.	
NOTA Nº 07 - QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
É resultante da relação entre a Receita Transferência e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa paga.	
Quadro 7	R\$
DESCRIÇÃO	2019
Transferências Intragovernamentais (a)	5.916.781,95
Despesa Paga (b)	5.776.911,20
Variação % (a/b)	1,02
Fonte: SEMAF	
O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária apurado para o exercício de 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa paga, o Município dispõe de R\$ 1,02 de Receita Realizada. Esse índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no exercício, logo obtendo um superávit financeiro.	
NOTA Nº 08 - RESTOS A PAGAR	
Quadro 8	R\$
DESCRIÇÃO	VALOR
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	0,00
Inscrição em Exercícios Anteriores	398.317,78
(-) Pagamentos	377.909,67
(-) Cancelamento	19.027,11
Saldo Final	1.381,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
Inscrição em Exercícios Anteriores	381.339,81
(-) Pagamentos	246.299,73
(-) Cancelamento	32.007,72
Saldo Final	103.032,36
Total Geral a Pagar	104.413,36
Fonte: SEMAF	
8.1 – Anexo 1 – Quadro dos Restos a Pagar Não Processados	
Neste quadro tem o valor de R\$ 104.413,36 de restos a pagar não processados dos exercícios anteriores, relacionados a Programas de Saúde. Deste valor, destaca-se o valor de R\$ 1.381,00 que são restos a pagar processados e não liquidados no exercício. De acordo com o MCASP, 7ª Edição, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentário, no. Capítulo que trata dos Restos a Pagar, diz que os RPNP liquidados no exercício, mas não pagos devem ser transferidos para RPP. Esta rotina pode ocorrer no encerramento, abertura ou processo de transferência entre os exercícios.	
8.2 – Anexo 2 – Quadro dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	
Do valor inscrito neste quadro ficou a pagar não processados R\$ 103.032,36 e restos a pagar processados R\$ 1.381,00, totalizam do o montante de R\$ 104.413,36, conforme anexo no Demonstrativo da dívida flutuante do exercício, o total de restos a pagar do exercício foi de R\$ 454.353,10 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e três reais e dez centavos).	

Santa Luzia Do Oeste, 31 de dezembro de 2019.

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC0039830/0

Contadora

PATRICIA MAGALHÃES DO VALLE

Port 126/GP/2018

Secretaria De Saúde

Publicado por:
Cleusa Mendes de Souza
Código Identificador:55EF4DB8

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 13 BALANÇO FINANCEIRO SAÚDE

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 11.811.613.0001-25

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO 2019	
INGRESSOS	Exercício Atual
Receita orçamentária (I)	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	5.916.781,95
Transferências Recebidas para a execução Orçamentária	5.916.781,95
Recebimentos Extraorçamentários (III)	349.939,74
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	334.277,90
Inscrição de Restos a Pagar Processados	15.661,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	3.304.832,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.304.832,96
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	9.571.554,65
DISPÊNDIOS	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)	6.126.850,94
Ordinária	22.478,20
Recursos Ordinários	22.478,20
Vinculada	6.104.372,74
Recursos Vinculados à Saúde	6.104.372,74
Outras Destinações de Recursos Vinculadas	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00
Transferências Concedidas para a execução Orçamentária	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	624.209,40
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	246.299,73
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	377.909,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00

Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	2.820.494,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.820.494,31
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	9.571.554,65
#REF!	
NOTAS EXPLICATIVAS	
As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas monstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais. As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.	
BALANÇO FINANCEIRO	
O Balanço Financeiro do exercício anterior, transfere-de o saldos para o exercício seguinte. Esta Demonstração Contábil é elaborada com base nos dados extraídos do Sistema da Contabilidade Pública Integrado (SCPI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão do Município.	
NOTA Nº 01- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO	
ORGÃO	CNPJ
Fundo Municipal de Saúde - FMS	11.611.813/0001/25
Fonte: SEMAF	
NOTA Nº 02 - ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO	
O Balanço Financeiro teve sua estrutura sendo os Ingressos que apresenta a Transferência financeira recebida, os recebimentos extraorçamentário que refere-se aos restos a pagar não porcessados e processados, acrescido do saldo financeiro do exercício anterior, e o Dispendio, são as despesa orçamentária, e pagamentos extraorçamentário que foram os restos a pagar processados e não processados além do saldo para o execicio seguinte da entidade em conformidade com o MCASP, das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público .	
NOTA Nº 03 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	
ENTIDADE	RECEBIDAS
Fundo Municipal de Saúde	5.916.781,95
Total	5.916.781,95
Fonte: SEMAF	
As transferências financeiras são feitas de forma extraorçamentária, destinadas a manutenção dos Fundos, em cumprimento a determinações constitucionais.	
NOTA Nº 04 - MOVIMENTAÇÃO DOS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIO	
DESCRIÇÃO	VALOR
Inscrição de restos a pagar não processados	334.277,90
Inscrição de restos a pagar processados	15.661,84
TOTAL	349.939,74
Inscrição de restos a pagar não processados significa que a Empresa ainda não realizou os serviços ou a entrega dos materias, e restos a pagar processados significa que a Empresa ja realizou os serviços e a entrega do bem licitado, estando no aguardo do pagamento.	
NOTA Nº 05 - DESPESA AORÇAMENTÁRIA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Ordinária/Vinculada	
Despesa realizadas orçamentária	6.126.850,94
As despesa realizadas orçamentária, foram com folha de pagamento, encargos patronais, material de consumo, laboratorias, medicamentos combustiveis, serviços entre outros.	
NOTA Nº 06 TRANSFERÊNCIAS FINANEIRAS CONCEDIDAS	
DESCRIÇÃO	VALOR
Pagamentos de restos a pagar não processados	246.299,73
Pagamentos Inscrição de restos a pagar processados	377.909,67
TOTAL	624.209,40
Os pagamentos de restos a pagar processados e não processados foram de empresas de exercicios anteriores que realizarão os serv iços e a entrega de materias.	
NOTA Nº 07 - VARIAÇÃO DO SALDO FINANCEIRO	
DESCRIÇÃO	RS VALOR
1. Transferencias Financeiras Recebiveis	5.916.781,95
2. Despesas Orçamentária	6.126.850,94
3. Ingressos Extraorçamentários	349.939,74
4. Dispendios Extraorçamentários	624.209,40
5. Ajuste de Perdas em Investimento	0
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	-210.068,99
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	-274.269,66
8. Variação do Período apurada (6 +7)	-484.338,65
9. Saldo financeiro do exercício anterior	3.304.832,96
10. Saldo para o exercício seguinte (8 + 9)	2.820.494,31
Fonte: SEMAF	
Pode se observar que a variação do período apurada entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior no montante positivo de R\$ 2.820.494,31, indicando que os pagamentos do exercício foram inferiores aos recebimentos, demonstrando assim que houve equilíbrio financeiro e a geração de superávit. A variação do período está de acordo com a geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa do Anexo 18 - Demonstrativos dos Fluxos de Caixa.	

Santa Luzia do Oeste, 31 de Dezembro de 2019.

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC0039830/0

Contadora

PATRICIA MAGALHÃES DO VALLE

Port 126/Gp/2018

Secretaria De Saúde

Publicado por:
Cleusa Mendes de Souza
Código Identificador:ADCE9F90

GABINETE DO PREFEITO ANEXO 14 BALANÇO PATRIMONIAL SAÚDE

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 11.811.613/0001-25

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2019		
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULNTE		
Caixa e Equivalente de Caixa	2.820.494,31	3.304.832,90

Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional	2.820.494,31	3.304.832,96
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	2.820.494,31	3.304.832,96
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	5.129.676,27	4.991.696,86
Bens Móveis	2.297.789,96	2.168.325,54
Bens Imóveis	2.831.886,31	2.823.371,32
Total do Ativo Circulante	5.129.676,27	4.991.696,86
TOTAL DO ATIVO	7.950.170,58	8.296.529,82
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	437,60	1.400,00
Pessoal	197,60	1.400,00
Encargos Sociais a pagar	240,00	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16.381,49	395.717,78
Demais obrigações a curto prazo	223,75	1.200,00
Outras obrigações a curto prazo	223,75	1.200,00
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	17.042,84	398.317,78
Passivo- Não Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		30.331,80
Encargos Sociais a pagar		30.331,80
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		30.331,80
Patrimônio Líquido		
Resultado Acumulados		7.867.880,24
Superávits ou Déficits Acumulaos	7.933.127,74	7.867.880,24
Total do Patrimônio Líquido	7.933.127,74	7.867.880,24
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO	7.950.170,58	8.296.529,82
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - (LEI Nº 4.320/1964)		
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	2.820.494,31	3.304.832,96
Ativo permanente	5.129.676,27	4.991.696,86
Total do Aivo	7.950.170,58	8.296.529,82
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	454.353,10	779.657,59
Passivo Permanente		30.331,80
Total do Passivo	454.353,10	809.989,39
Saldo Patrimonial (III)= (I - II)	7.495.817,48	7.486.540,43
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - (LEI Nº 4.320/1964)		
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas		0,00
Direito Conveniados e outros in strumentos congêneros		0,00
Direitos Contratuais		0,00
Outros Atos Potenciais Ativos		0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos		0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Recebidas		0,00
Direito Conveniados e outros in strumentos congêneros		0,00
Direitos Contratuais		0,00
Outros Atos Potenciais Passivos		0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		0,00
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL - (LEI Nº 4.320/1964)		
FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
1000- Recursos de Tesouro- Exercício Corrente	289.788,22	208.490,99
1002-Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto- Saúde	2.561,66	16.857,47
1027-Transferência de Recursos do Sus - Custeio	1.507.541,41	1.757.789,76
2013-Transferência de Convênio- Saúde	280.918,01	26.445,84
2014-Transferência de onvênios- outros (não relacionados à educação /saúde)	285.331,91	515.591,31
	2.366.141,21	2.525.175,37

NOTAS EXPLICATIVAS

Este balanço foi elaborado em obediência às normas Legais, em especial às estabelecidas na Lei Federal nº. 4.230/64 e às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, parte V, 5ª edição.

1) O valor de R\$ 2.820.494,31, demonstrado no grupo de conta Caixa e Equivalentes de Caixa conferem com os valores apresentados no Balanço Financeiro, campo Saldo em Espécie do Exercício Atual, e com o Anexo 18 – Demonstração do Fluxo de Caixa, conta Caixa e Equivalente de Caixa Final.

2) Na conta Estoques não houve saldo das Movimentações de almoxarifado que acompanha a prestação de contas.

3) O valor de R\$ 5.129.676,27, demonstrado no grupo de contas pertencentes ao Ativo Não Circulante, do Imobilizado dos bens móveis e imoveis, que confere com os valores demonstrados no anexo TC-23 e o relatório disponibilizado pelo setor de patrimônio somado com o valores informado pelo setor de contas, composto pelos valores dos grupos dos bens Móveis, Bens Imóveis e o grupo de Depreciações, Exaustão e Amortização Acumulada.

4)O valor dos cancelamentos da entidade prefeitura totalizou o montante de R\$ 704,88 estando devidamente justificado através do relatório anual especificando as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do município elaborado pelo setor tributário e enviado ao TCER O valor das provisões para perdas de R\$ 556.529,18 foram incluídas no TC 23 na coluna das baixas independente da execução orçamentária para fins de fechamento dos saldos.

5) A Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, editada pelo Ministério da Fazenda, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; as Resoluções CFC nº 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, que aprovam a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão e a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, respetivamente; o disposto na Portaria STN/MF nº 406, de 20 de junho de 2011 (alterada pelas Portarias nº 828/2011 e 231/2012), que aprova a Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP; normatizado pelo Decreto nº 82/2019/PMSL/RO que dispõe da avaliação dos bens móveis.

CLASSE	VALOR RESIDUAL
Aparelhos de medição e orientação	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	12%
Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15%
Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	10%
Equipamentos de proteção, segurança e socorro	10%
Máquinas e equipamentos de natureza industrial	20%
Máquinas e equipamentos energéticos	20%
Máquinas e equipamentos gráficos	20%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	15%
Semoventes e equipamentos de montaria	10%
Equipamento de mergulho e salvamento	10%
Equipamentos de manobras e patrulhamento	5%
Equipamentos e sistema de proteção e vigilância ambiental	10%
Máquinas e equipamentos agrícolas/agropecuários e rodoviários	10%
Equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos	10%
Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	10%
Equipamentos para processamento de dados	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10%
Máquinas, instalações e equipamentos para escritório	10%
Mobiliário em geral	15%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10%
Coleções e materiais bibliográficos	0%
Discotecas e filmotecas	10%
Instrumentos musicais	30%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10%
Veículos diversos	10%
Veículos de tração mecânica	60%
Acessórios para automóveis	20%
Armamentos	15%

6) O valor de R\$ 454.353,10 demonstrado no grupo de contas pertencente ao Passivo Circulante, confere com a soma dos valores dos saldos para o exercício seguinte das contas Restos a Pagar Processados e conta Depósitos, todas do anexo 17 da Lei 4.320/64 - Demonstrativo da Dívida Flutuante. É válido lembrar que o valor dos restos a pagar não processados demonstrados no anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante, não mais figura no novo modelo do Balanço Patrimonial. Segue tabela comparando o Passivo Circulante com a Dívida

Composição do Dívida Flutuante	
Saldo do Exercício Anterior	779.657,59
(+) Inscrição da dívida	349.939,74
(-) Baixa da dívida	624.209,40
(-) Cancelamento da dívida	51.034,83
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	454.353,10
Restos a pagar processados	
Saldo do Exercício Anterior	398.317,78
(+) Inscrição de exercício	15.661,84
(-) Pagamentos restos a pagar	377.909,67
(-) Cancelamento	19.027,11
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	17.042,84
Restos a Pagar não Processados	
Saldo do Exercício Anterior	381.339,81
(+) Inscrição de exercício	334.277,90
(-) Pagamentos restos a pagar	246.299,73
(-) Cancelamento	32.007,72
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	437.310,26

A diferença apresentada entre os quadros acima é referente à movimentação de inscrito em restos a pagar não processados.

7) O total do Patrimônio Líquido no exercício anterior era de R\$ 7.867.880,24, que somado ao Resultado Patrimonial do Exercício apurado no anexo das Demonstrações das Variações Patrimoniais, um Superávit do Exercício no valor de R\$ 65.247,50, no final do exercício em referência encontramos um saldo do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 7.933.127,74.

QUADRO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO	2019
Ativo Circulante	2.820.494,31
Ativo Não Circulante	5.129.676,27
Passivo Circulante	17.042,84
Passivo Não Circulante	0,00
Total do Patrimônio Líquido	7.933.127,74

8) Convertendo as informações do Balanço Patrimonial adequado às novas normas de contabilidade para o Balanço Patrimonial previsto na Lei Federal nº 4.320/64, as informações ficam da seguinte forma:

Ativo Financeiro	2.820.494,31
Ativo Permanente	5.129.676,27
Passivo Financeiro	454.353,10
Passivo Permanente	0,00
Saldo Patrimonial	7.495.817,48

A diferença entre os valores do Passivo Circulante com o Passivo Financeiro é referente aos Restos a Pagar Não Processados das despesas cujas obrigações contratuais encontram-se em 31 de dezembro, com a parcela ainda no prazo de execução ou que, apesar de cumpridas ainda não tenham recebido o aceite da administração e estão devidamente justificados nas peças que compõem o balanço geral do município. A diferença entre os valores do Saldo Patrimonial como o Total do Patrimônio Líquido é referente aos Restos a Pagar Não Processados.

Para a apuração do superávit financeiro previsto na Lei Federal 4.320/64, consideramos o valor de R\$ 2.820.494,31, pertencentes ao Ativo Financeiro, deduzimos o valor de R\$ 454.353,10 pertencente ao grupo de contas do Passivo Financeiro e chegamos ao valor do superávit financeiro

de R\$ 2.366.141,21. O valor encontrado confere com o total do Demonstrativo do Superávit / Déficit Apurado no Balanço Patrimonial das novas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, confirmando a veracidade dos registros e informações contábeis.

8) De acordo com o novo anexo exigido nas demonstrações contábeis para melhor visualização do superávit / déficit financeiro por destinação de recursos, no geral o resultado encontrado foi de um superávit no valor de R\$ 2.366.141,21, valor este que confere com o encontrado no quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial na estrutura da Lei 4.320/64.

Santa Luzia Do Oeste, 31 de dezembro de 2019.

PATRICIA MAGALHAES DO VALLE

Por. 126/GP/2018

Secretari A De Saúde

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC 3983/0-O

Contadora

Publicado por:
Cleusa Mendes de Souza
Código Identificador:C9B4492E

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 15 DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS-SAÚDE

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.811.613/0001-25

ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO 2019		
VARIAÇÃO PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Exrcício Atual	Exercício Anterior
Transferências e Delegações Recebidas	5.916.781,95	8.185.740,43
Transferências Intragovernamentais	5.916.781,95	8.185.740,43
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Valorização e ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	57.873,90	0,00
Reavaliação de Ativos	8.514,99	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	49.358,91	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	1.773,99
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	1.773,99
Diversas Variações Patrimoniais Aumentaivas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	5.974.655,85	8.187.514,42
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	4.282.187,07	4.397.723,46
Remuneração de Pessoal	3.472.523,63	3.175.921,11
Encargos Patronais	783.609,51	1.095.880,57
Benefícios a Pessoal	0,00	89.945,89
Outras Variações patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	26.053,93	35.975,89
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.504.639,34	1.216.715,52
Uso de Material de Consumo	389.077,00	554.378,08
Serviços	1.115.562,34	662.337,44
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	11.765,44	6.665,00
Desincorporação de Ativos	11.765,44	6.665,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	110.816,50	137.800,29
Incentivos	79.200,00	7.800,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	31.616,50	130.000,29
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	5.909.408,35	5.758.904,27
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	65.247,50	2.428.610,15
#REF!		
BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática. As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes. Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Nota nº 01 – RESULTADO PATRIMONIAL O Resultado Patrimonial de 2019 foi superavitário no valor de R\$ 65.247,50, evidenciado pela diferença positiva entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas e Diminutivas. Nota nº 02 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior e execuções orçamentárias delegadas. São exemplos: repasse recebido, doações recebidas de bens imóveis, transferências recebidas de bens móveis, cota-parte FPE, cota-parte FPM, transferências de recursos do sus, etc. R\$ 5.916.781,95 - são os repasses extraorçamentários recebidos pelo Poder Executivo; Nota nº 03 – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS Representa o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos. São exemplos: reavaliação de imobilizado, reavaliação de intangíveis, ganhos com alienação de investimentos, ganhos com alienação de imobilizado, ganhos com incorporação de ativos por descobertas, ganhos com desincorporação de passivos, etc. R\$ 57.873,90 - Receita orçamentária referente multas administrativas, indenizações, restituições e reversão de Provisões Nota nº 04 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – PESSOAL E ENCARGOS R\$ 4.282.187,07 Nas variações de pessoal e encargos além das despesas liquidadas com remuneração de pessoal, registram-se também as provisões para pagamento de férias e décimo terceiro salário, obedecendo assim o princípio da competência, conforme determina o MCASP. Nota nº 05 – USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL Fixo Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras. R\$1.504.639,34- Uso de material de consumo, combustivel, medicamentos, alimentação e serviços de terceiros entre outro		
Nota nº 06- DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DO ATIVO E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo e desincorporação de ativos, como por exemplo a desincorporação da dívida ativa tributária. R\$ 11.765,44 Desincorporação de ativos		
Nota nº 07- OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreendem: premiações culturais, artísticas e científicas, incentivos, equalizações de preços e taxas, resultado negativo de participações, entre outros sendo o valor de incentivo no montante R\$ 110.816,50.		

Santa Luzia Do Oeste, 31 de dezembro de 2019.

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC0039830/0

Contadora

PATRICIA MAGALHÃES DO VALLE

Port 126/GP/2018

Secretaria De Saúde

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:9EF11E9A

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 16 DIVIDA FUNDADA INTERNA SAÚDE

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 11.811.613/0001-25

ANEXO 16 - DEMONSTRAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA EXERCÍCIO 2019									
Autorizações				Entidade Financeira	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo do Exercício Seguinte	
Lei	Data	QDT	valor			Emprestimos +Correções	Amortizações /Baixas	QTD	Valor
Sem Movimento									

Santa Luzia do Oeste, 31 de Dezembro de 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC0039830/0 Contadora

PATRICIA MAGALHÃES DO VALLE

Port 126/GP/2018

Secretaria De Saúde

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:1EEA853C

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 17 DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FLUTUANTE-SAÚDE

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 11.811.613/0001-25

ANEXO 17 - DEMONSTRAÇÃO DA DIVIDA FLUTUANTE EXERCÍCIO 2019					
Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação do Exercício			Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	Cancelamento	
RESTOS A PAGAR					
Restos a Pagar de 2019	0,00	349.939,74	0,00	0,00	349.939,74
R.P. Processado	0,00	15.661,84	0,00	0,00	15.661,84
R.P. Não Processado	0,00	334.277,90	0,00	0,00	334.277,90
Restos a Pagar de 2018	718.833,08		602.837,26	25.328,83	90.666,99
Restos a Pagar de 2017	21.311,84	0,00	77,05	7.488,42	13.746,37
Restos a Pagar de 2016	5.317,14	0,00	1.287,14	4.030,00	0,00
Restos a Pagar de 2015	14.187,58	0,00	0,00	14.187,58	0,00
Restos a Pagar de 2014	20.007,95		20.007,95	0,00	0,00
Total	779.657,59	349.939,74	624.209,40	51.034,83	454.353,10
CONSIGNAÇÕES, DEPÓSITOS E CAUCÕES					
TOTAL GERAL	779.657,59	349.939,74	624.209,40	51.034,83	454.353,10

Santa Luzia doOeste, 31 de Dezembro de 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC 003983/O-0

Contadora

PATRICIA MAGALHÃES DO VALLE

Port 126/GP/2018

Secretaria De Saúde

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:06273FEB

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 18 DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA- SAÚDE

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ 11.811.613/0001/25

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS EXERCÍCIO 2019		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	5.916.781,95	8.154.307,99
Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00
Transferências Correntes Recebidas	5.916.781,95	8.154.307,99
Outros Ingressos Operacionais (IPC 08 DFC - Itens 19 e 20 - L19 e L61)	0,00	0,00
Desembolsos	5.900.098,46	5.887.275,28
Pessoal e Demais Despesas	5.900.098,46	5.887.275,28
Transferências Concedidas	0,00	0,00
Outros Desembolsos Operacionais (IPC 08 DFC - Itens 19 e 20 - L19 e L61)	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	16.683,49	2.267.032,71
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ingressos	0,00	0,00
Desembolsos	501.022,14	527.386,18
Aquisição de Ativo não Circulante	501.022,14	527.386,18
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	-501.022,14	-527.386,18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Transferências de Capital Recebidas	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)	-484.338,65	1.739.646,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	3.304.832,96	1.565.186,43
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-484.338,65	1.739.646,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.820.494,31	3.304.832,96
	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00
De Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
De Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	5.916.781,95	8.154.307,99
Outras Transferência Correntes Recebidas	0,00	0,00
Total das Transferências Correntes Recebidas	5.916.781,95	8.154.307,99
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		
Da União		
De Estados e Distrito Federal		
De Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferência Correntes Concedidas		
Total das Transferências Correntes Concedidas	0,00	0,00
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa		
Administração		
Assistência Social		
Saúde	5.900.098,46	5.887.275,28
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Urbanismo		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Agricultura		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Encargos Especiais		
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas Por	5.900.098,46	5.887.275,28
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Ouros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

#REF!

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Tem por finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa do Município ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais déficits.

Nota nº 01 – Esta Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações havidas no caixa e seus

Nota nº 01 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES

Compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimentos ou financiamentos.

Os ingressos estão compostos pelas Receitas Correntes e de Capital, as Transferências Correntes, as Transferências Intragovernamentais, que são os repasses financeiros recebidos pelas entidades consolidadas do Poder Executivo.

Os desembolsos representam os valores pagos da despesa orçamentária, bem como os restos a pagar processados e não processados. É formado também pelas Transferências Intragovernamentais, que são os repasses concedidos para as entidades consolidadas do Poder Executivo.

Nos ingressos e desembolsos das operações foi acrescentado as conta OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS e OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS, referem-se aos INGRESSOS E DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS, tais como recebimento de Caução, consignações, Depósitos Judiciais e outros depósitos. A necessidade desta informação acessória é manter a integridade dos valores da receita orçamentária recebida, bem como os valores pagos demonstrados por função de governo e que podem ser conferidos com as demais peças que compõem as contas de através do SIGAP Contábil. Também com a finalidade de, ao final do demonstrativo, a informação pertencente ao valor do campo CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, confira com o saldo do mesmo grupo no Balanço Patrimonial. Essa metodologia atendeu orientação e metodologia de Elaboração do Demonstrativo dos Fluxos de Caixa. Esta Instrução de Procedimento Contábil não esgota possibilidades válidas de registro contábil para certos eventos, como, por exemplo, retenções. A depender do momento de reconhecimento do pagamento da retenção (na liquidação ou na baixa da obrigação), o ente poderá promover ajustes na DFC de modo a refletir o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades.

Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos:

recebimentos e pagamentos extraorçamentários; transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente; aplicações e resgates de investimentos temporários.”

O fluxo líquido das atividades operacionais no exercício de 2019 foi de; os ingressos R\$ 5.916.781,95 e os desembolsos R\$ 5.900.098,46 restando saldo de R\$ 16.683,49, evidenciando o quanto o Município gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios e fazer novos investimentos.

Nota nº 02 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo líquido das atividades de investimento foi deficitário R\$ 501.022,14 , pois as despesas de investimento foram custeadas com as receitas de capital registradas como transferências de capital no fluxo de financiamentos.

Nota nº 03 – APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

Quadro 1

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	0,00
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	5.776.911,20
3. Transferências Financeiras Recebidas + recebimentos extraorçamentários (Balanço Financeiro)	6.266.721,69
4. Inscrição de Restos a Pagar (Balanço Financeiro)	349.939,74
5. Transferências Financeiras Concedidas + pagamentos extraorçamentários (Balanço Financeiro)	624.209,40
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	-5.776.911,20
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	5.292.572,55
8. Variação do período (6+7)	-484.338,65
9. Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (DFC)	-484.338,65
10. Resultado (8-9) Confere?: 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00
11. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (Balanço Patrimonial)	3.304.832,96
12. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (DFC)	3.304.832,96
13. Resultado (11-12) Confere?: 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00
14. Caixa e Equivalente de Caixa Final (Balanço Patrimonial)	2.820.494,31
15. Caixa e Equivalente de Caixa Final (DFC)	2.820.494,31
16. Resultado (14-15) Confere?: 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00

Fazendo um comparativo entre a variação apurada no período através das movimentações ocorridas no Balanço Financeiro com a Geração Líquida de Caixa da DFC podemos verificar que um demonstrativo confirma o que está registrado no outro.

Nota nº 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Quadro 2

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1. Caixa e Equivalentes de Caixa (BP)	2.820.494,31
2. Investimentos e Aplicações Financeiras de Renda Fixa e Variável do	0,00
3. Total de Caixa e Equivalentes do (BP) (1+2)	2.820.494,31
4. Caixa Equivalente de caixa Final (DFC)	2.820.494,31

O valor de R\$ 2.820.494,31 do saldo Caixa equivalente de caixa final , que representa o saldo financeiro da entidade é de livre movimentação e está registrado no Demonstrativo de Contas Bancos e que não existe nenhuma restrição legal ou controle cambial que cause indisponibilidade das contas.

Santa Luzia do Oeste, 31 de Dezembro de 2019.

PATRICIA MAGALHÃES DO VALLE

Port. Nº 126/GP/2018

Secretaria De Saúde

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC0039830/0

Contadora

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:68B6A02A

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 12 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO AÇÃO SOCIAL

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ Nº 18.929.934/0001-78

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO 2019						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)	
Receitas Correntes (I)						
Receita Tributária						
Receita de Contribuições						
Receita Patrimonial						
Receita de Serviços						
Transferências Correntes						
Outras Receitas Correntes						
Receitas de Capital (II)						
Transferências de Capital						
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)						
Operação de Crédito / Refinanciamento (IV)						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	
Déficit (VI)				1.361.191,22		
TOTAL (VII) = (V + VI)		0,00	0,00	1.361.191,22	0,00	
Saldo de Exercícios Anteriores		0,00	347.210,85	347.210,85		
Superávit Financeiro		0,00	347.210,85	347.210,85		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	1.169.596,11	1.238.405,97	1.123.450,06	1.060.885,44	1.056.751,64	114.955,91
Pessoal e Encargos Sociais	759.000,00	775.405,99	757.103,38	757.103,38	757.103,38	18.302,61
Outras Despesas Correntes	410.596,11	462.999,98	366.346,68	303.782,06	299.648,26	96.653,30
Despesas de Capital (IX)	21.700,00	493.862,29	237.741,16	168.020,00	168.020,00	256.121,13
Investimentos	21.700,00	493.862,29	237.741,16	168.020,00	168.020,00	256.121,13
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (X)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	1.191.296,11	1.732.268,26	1.361.191,22	1.228.905,44	1.224.771,64	371.077,04
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	1.191.296,11	1.732.268,26	1.361.191,22	1.228.905,44	1.224.771,64	371.077,04
Superávit (XIII)			0,00			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.191.296,11	1.732.268,26	1.361.191,22	1.228.905,44	1.224.771,64	371.077,04
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
Restos a Pagar não Processados	Inscritos em Exercícios Anteriores (A)	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	0
Despesas de Capital	0,00	2(b9),199,98	19.054,83	19.054,83	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	29.199,98	19.054,83	19.054,83	10.145,15	0,00
Despesas de Capital	0,00	11.441,93	11.441,93	11.441,93	0,00	0,00
Investimentos	0,00	11.441,93	11.441,93	11.441,93	0,00	0,00
TOTAL	0,00	40.641,91	30.496,76	30.496,76	10.145,15	0,00
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
Restos a Pagar Processados	Inscritos em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a + b - d - c)	
Despesas de Capital	142,50	5.015,31	5.157,81	0,00	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	142,50	5.015,31	5.157,81	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	142,50	5.015,31	5.157,81	0,00	0,00	
Balanço Elaborado Conforme Portaria STN nº 840/2016						
NOTAS EXPLICATIVAS:						
BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS						
As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais. As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.						
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício. Quanto as receitas e despesas intraorçamentárias foram mantidas no Demonstrativo de acordo com a Lei do Orçamento inicialmente aprovado para o exercício, e conforme orientação do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, no seu anexo de perguntas e respostas. Esta Demonstração Contábil foi elaborada com base nos dados extraídos do Sistema da Contabilidade Pública Integrado (SCPI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e atrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Município, constantes na Nota Explicativa nº 01.						

NOTA Nº 01- RELAÇÃO DA ENTIDADE DO EXERCÍCIO	
ORGÃO	CNPJ
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	18.929.934/0001-78
Fonte: SEMAF A Lei Municipal n.928 de 18 de dezembro de 2018 aprovou o orçamento para o exercício, estimando a previsão das transferências intragovernamentais e fixando a Despesa na importância de R\$. 1.191.296,11, A previsão inicial do orçamentária foi atualizada passou a ser de R\$ 1.732.268, 26, sendo que a sua efetiva receitas foi de R\$ 1.385.851,17 demonstrada no Balanço Financeiro, portanto, maior que a fixada no valor de R\$194.555,06 (Cento e noventa e quatro mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos)	
Quadro 4	R\$
NOTA Nº - 02 DETALHAMENTO DAS RECEITAS DE TRANSFERENCIAS VALOR	
Recursos vinculados a Progr. E Convênios Federais Assistência Social 480.738,65	
Recursos próprios	905.113,52
TOTAL	1.385.851,17
Fonte: SEMAF Obs: BALANÇO FINANCEIRO.	
NOTA Nº 03 - UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS POR TIPO E SUPERÁVIT FINANCEIRO	
E resultante da relação entre os créditos adicionais abertos por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.	
CRÉDITOS	2019
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro) (a)	193.761,30
Superávit Financeiro do Exercício anterior (b)	347.210,85

TOTAL	540.972,15
Fonte: SEMAF	
No quadro abaixo está detalhado a utilização dos recursos de exercícios anteriores:	
CREDITOS ADICIONAIS POR TIPO DE CREDITOS VALOR	
Creditos Suplementares	781.156,16
Creditos Especiais	23.761,30
Superavit Financeiro	347.210,85
Excesso de Arrecadação	170.000,00
Anulação de Dotação	240.184,01
Fonte: SEMAF	
Na Anexo do TC 18 - Quadro demonstrativo das Alterações Orçamentárias, este valor utilizado por Superávit e demais creditos estão registrado detalhadamente as suplementações, bem como o número dos decretos, Leis e seus respectivos valores	
NOTA Nº 04 - EXECUÇÃO DA DESPESA	
É resultante da relação entre a Despesa Executada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.	
	R\$
DESCRIÇÃO	2019
Despesa Empenhada (a)	1.361.191,22
Dotação Atualizada da Despesa (b)	1.732.268,26
Resultado (b-a)	371.077,04
Variação % (a/b)	0,78%
Fonte: SEMAF	
O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2019 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 371.077,04. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei. Podemos observar que em 2019 para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Município executou R\$ 0,78%.	
NOTA Nº 05 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	
É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit orçamentário.	
	R\$
DESCRIÇÃO	2019
Receita Realizada (a)	1.385.851,17
Despesa Empenhada (b)	1.361.191,22
Resultado (b-a)	24.659,95
Fonte: SEMAF	
No exercício de 2019, o Município apresentou superávit orçamentário no montante de R\$ 24.659,95. O Resultado Orçamentário calculado para o exercício de 2019 demonstra que houve equilíbrio, indicando que a Entidade recebeu o valor superior a despesa empenhada.	
NOTA Nº 06 - QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa paga.	
	R\$
DESCRIÇÃO	2019
Receita Realizada (a)	1.385.851,17
Despesa Paga (b)	1.224.771,64
Variação % (a/b)	1,13%
Fonte: SEMAF	
O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária apurado para o exercício de 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa paga, o Município dispõe de R\$ 1,13 de Receita Realizada. Esse índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no exercício, logo obtendo um superávit financeiro.	
Fonte: SEMAF	
Fonte: SEMAF	
No Anexo TC 18 está o detalhamento de todas as movimentações ocorridas no orçamento, inclusive este anexo esta acompanhado de notas explicativas, que permitem a melhor compreensão dos principais fatos modificativos do Orçamento do Município.	
NOTA Nº 07 - RESTOS A PAGAR	
	R\$
DESCRIÇÃO	VALOR
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	
Inscrição em Exercícios Anteriores	5.157,81
(-) Pagamentos	5.157,81
(-) Cancelamento	0
Saldo Final	0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
Inscrição em Exercícios Anteriores	40.641,91
(-) Pagamentos	30.496,76
(-) Cancelamento	10.145,15
Saldo Final	0
Total Geral a Pagar	0
Fonte: SEMAF	
7.1 – Anexo 1 – Quadro dos Restos a Pagar Não Processados	
Neste quadro podemos concluir que os valores de restos a pagar não processados do exercício anterior foram todos pagos e cancelados . De acordo com o MCASP, 7ª Edição, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentário, no. Capítulo que trata dos Restos a Pagar, diz que os RPNP liquidados no exercício, mas não pagos devem ser transferidos para RPP. Esta rotina pode ocorrer no encerramento, abertura ou processo de transferência entre os exercícios. A política de contabilização utilizada pelo Município é a transferência na abertura do exercício, portanto apesar deste valor estar na coluna “F” do Anexo 1 do Balanço Orçamentário trata-se de Restos a Pagar Processado para fins de apuração do Resultado Financeiro do Exercício.	
7.2 – Anexo 2 – Quadro dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	
Do valor neste quadro foi totalmente quitados que eram restos a pagar processados que foram pagos, não restando portato dívida de exercícios anteriores.	

Santa Luzia Do Oeste, 31 de dezembro de 2019.

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC-RO 003983/O-0

Contadora

NEUSA SOARES MOREIRA DOS SANTOS

Port. Nº 072/GP/2019

Secretaria Municipal

Publicado por:
Cleusa Mendes de Souza
Código Identificador:79EB2B84

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 13 BALANÇO FINANCEIRO AÇÃO SOCIAL

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18929.934/0001-78

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO 2019		
INGRESSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita orçamentária (I)	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.385.851,13	847.453,00
Transferências Recebidas para a execução Orçamentária	1.385.851,13	847.453,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	136.419,58	45.657,22
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	132.285,78	40.641,91
Inscrição de Restos a Pagar Processados	4.133,80	5.015,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	284.984,94	453.583,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	284.984,94	453.583,35
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.807.255,65	1.346.693,57
DISPÊNDIOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	1.361.191,22	1.022.257,10
Ordinária	1.075.861,70	730.535,10
Recursos Ordinários	1.075.861,70	730.535,10
Vinculada	285.329,52	291.722,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	115.085,52	291.722,00
Outras Destinações de Recursos Vinculadas	170.244,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transferências Concedidas para a execução Orçamentária	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	35.654,57	39.471,53
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	30.496,76	13.680,67
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	5.157,81	25.790,86
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	410.389,90	284.964,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	410.389,90	284.964,94
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	1.807.235,69	1.346.693,57
#REF!		

NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO FINANCEIRO

exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Esta Demonstração Contábil foi elaborada com base nos dados extraídos do Sistema da Contabilidade Pública Integrado (SCPI) e incluem os dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Entidade do Município.

NOTA Nº 01- RELAÇÃO DA ENTIDADES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO

Quadro 1	
ORGÃO	CNPJ
PODE EXECUTIVO	
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	18.929.934/0001-78
Fonte: SEMAF	

NOTA Nº 02 - ESTRUTURA DE BALANÇO FINANCEIRO

A estrutura apresentada esta em conformidade com o MCASP, pois o manual na parte que trata da Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, no capítulo do Balanço Financeiro nos itens 3.3 e 3.5 quando se refere a Receita Orçamentária diz que: "...as receitas orçamentária serão apresentadas líquidas de deduções e que o detalhamento das deduções poder ser apresentados em quadros anexos ou em notas explicativas.

NOTA Nº 03 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS E RECEBIDAS

Quadro 3	
ENTIDADE	RS
Fundo Municipal de Assistência Social	1.385.851,17
Total	1.385.851,17
Fonte: SEMAF	

As transferências financeiras são feitas de forma extraorçamentária, destinadas a manutenção dos Fundos, bem como em cumprimento a determinações constitucionais.

NOTA Nº 04-

Quadro 4	R\$
DESCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS	VALOR 45.799,72
(+) Restos a Pagar Processados Inscrição	4.133,80
(+) Restos a pagar não Processados Inscrição	132.285,78
(-) Restos a Pagar Processados pagos	5.157,81
(-) Restos a pagar não Processados pagos	30.496,76
(-) Cancelados	10.145,15
(=) Saldo para o exercício seguinte	136.419,58
Fonte: SEMAF	

5. – POLÍTICA DE CONTABILIZAÇÃO DAS RETENÇÕES/CONSIGNAÇÕES

Para retenções feitas em Folha de Pagamento de Servidor, bem como os valores retidos de prestadores de serviços, é adotado o Regime de Competência, ou seja por ocasião da liquidação gera uma obrigação financeira no Passivo Circulante. A despesa orçamentária é considerada pelo seu valor bruto, quando da liquidação. Concomitantemente gera-se um empenho extraorçamentário, que ao ser pago, baixa do Passivo Circulante a obrigação financeira. Todos os valores retidos no exercício foram pagos.

NOTA Nº 06 - VARIAÇÃO DO SALDO FINANCEIRO

Quadro 5	R\$
DESCRIÇÃO	VALOR
1. Transferências Financeiras	1.385.851,17
2. Despesas Orçamentária	1.361.191,22
3. Ingressos Extraorçamentários	136.419,58
4. Dispêndios Extraorçamentários	35.654,57
5. Ajuste de Perdas em Investimento	0
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	24.659,95
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	100.765,01
8. Variação do Período apurada (6 +7)	125.424,96
9. Saldo financeiro do exercício anterior	284.964,94
10. Saldo para o exercício seguinte (8 + 9)	410.389,90
Fonte: SEMAF	

Pode se observar que a variação do período apurada entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior no montante positivo de R\$ 410.389,90, indicando que os pagamentos do exercício foram inferiores aos recebimentos, demonstrando assim que houve equilíbrio financeiro e a geração de superávit. A variação do período está de acordo com a geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa do Anexo 18 - Demonstrativos dos Fluxos de Caixa.

Santa Luzia do Oeste, 31 de Dezembro de 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC-RO 003983/O-0

Contadora

NEUSA SOARES MOREIRA DOS SANTOS

Port. Nº 072/GP/2019

Secretaria Municipal

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:56855976

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO 15 DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS- AÇÃO SOCIAL

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ 18.929.934/0001-78

ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO 2019		
	Exrcício Atual	Exercicio Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Transferências e Delegações Recebidas	1.385.851,17	847.453,00
Transferências Intragovernamentais	1.385.851,17	847.453,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	8.093,04
Diversas Variações Patrimoniais Aumentaivas	0,00	8.093,04
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	1.385.851,17	855.546,04
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	757.103,38	703.392,45
Remuneração de Pessoal	596.663,89	541.760,39
Encargos Patronais	153.656,94	150.362,32
Benefícios a Pessoal	0,00	11.269,74
Outras Variações patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	6.782,55	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	280.304,73	225.799,00
Uso de Material de Consumo	78.848,80	96.008,41
Serviços	201.455,93	129.790,59
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	17.548,16	12.000,00
Transferências a Instituições Privadas	17.548,16	12.000,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	6.219,00
Desincorporação de Ativos	0,00	6.219,00

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24.984,00	14.014,97
Incentivos	11.240,00	11.420,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	13.744,00	2.594,97
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	1.079.940,27	961.425,42
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	305.910,90	-105.879,38
Balanco Elaborado Conforme Portaria STN nº 840/2016		

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes. Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota nº 01 – RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial de 2019 foi superavitário, evidenciado pela diferença positiva entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas e Diminutivas, as aumentativas são as transferências recebidas, as diminutivas são as despesas com pessoal e encargos, materiais de consumo, serviços, além das transferências privadas com outras entidades, e incentivos diversos. sendo aumentativas R\$ 1.385.851,17 e as diminutivas 1.079.940,27, gerando resultado patrimonial de superavitário de R\$ 305.910,90.

Nota nº 02 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior e execuções orçamentárias delegadas. São exemplos: repasse recebido, doações recebidas de bens imóveis, transferências recebidas de bens móveis, cota-parte FPE, cota-parte FPM, transferências de recursos do SUS, etc. sendo o valor de R\$ 1.385.851,17 (um milhão e trezentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos).

Nota nº 03 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PESSOAS E ENCARGOS

DVP representa o valor das variações resultantes da remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados, sendo o total de R\$ 757.103,38 (setecentos e cinquenta e sete mil e cento e três reais e trinta e oito centavos).

Nota nº 04 – USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos).

Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras, foi de R\$ 280.304,73 (duzentos e oitenta mil e trezentos e quatro reais e setenta e três centavos).

Nota nº 05 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas, o valor foi de R\$ 17.548,16 (dezessete mil e quinhentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos).

Nota nº 06 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreendem: premiações culturais, artísticas e científicas, incentivos, equalizações de preços e taxas, resultado negativo de participações, entre outros, foi de R\$ 24.984,00 (vinte e quatro mil e novecentos e oitenta e quatro reais).

Santa Luzia Do Oeste, 31 de dezembro de 2019.

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC 003983/O-0

Contadora

SOARES MOREIRA DOS SANTOS

Port. Nº 072/GP/2019

Secretaria Municipal

Publicado por:
Cleusa Mendes de Souza
Código Identificador:9CBE9DF8

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 16 DÍVIDA FUNDADA INTERNA AÇÃO SOCIAL

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ 18.929.934/0001-79

ANEXO 16 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA EXERCÍCIO 2019									
Autorizações				Entidade Financeira	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo do Exercício Seguinte	
Lei	Data	QDT	valor			Empréstimos +Correções	Amortizações /Baixas	QTD	Valor
Sem Movimento									

Santa Luzia Do Oeste, 31 de dezembro de 2019.

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC 003983/O-0

Contadora

NEUSA SOARES MOREIRA DO S SANTOS

Port. Nº 072/GP/2019

Secretaria Municipal

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:384A7922

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 19 DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO- SAÚDE

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ- 11.811.813/0001-25

ANEXO 19 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMONIO LIQUIDO EXERCÍCIO 2019									
Especificação	Patrimônio Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Rserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Rserva de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Valor
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.439.270,09	0,00	5.439.270,09
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.428.610,15	0,00	2.428.610,15
Constituição / Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.867.880,24	0,00	7.867.880,24
Saldo Inicial do Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.867.880,24	0,00	7.867.880,24
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.247,50	0,00	65.247,50
Constituição / Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sado Final Erxercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.933.127,74	0,00	7.933.127,74

Santa Luzia do oeste, 31 de Dezembro de 2019.

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC/RO 0039830/0

Contadora

PATRICIA MAGALHAES DO VALLE

Port 126/GP/2018

Secretaria De Saude

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:574A96C2

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 14 BALANÇO PATRIMONIAL AÇÃO SOCIAL

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18.929.934/0001-78

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2019		
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	410.389,90	284.964,94
Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	410.389,90	284.964,94
Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Imobilizado	710.310,94	530.849,01
Bens Moveis	338.743,87	159.281,74
Bens imoveis	371.567,27	371.567,27
Total do Ativo Não Circulante	710.311,14	530.849,01
TOTAL DO ATIVO	1.120.701,04	815.813,95
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.133,80	5.157,81
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
Total do Passivo Circulante	4.133,80	5.157,81
Passivo Não Circulante		

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
Patrimônio Líquido		
Resultados Acumulados	1.116.567,04	810.656,14
Total do Patrimônio Líquido	1.116.567,04	810.656,14
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.120.700,84	815.813,95
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - (LEI Nº 4.320/1964)		
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	410.389,90	284.964,94
Ativo Permanente	710.310,94	530.849,01
Total do Ativo	1.120.700,84	815.813,95
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	136.419,58	45.799,72
Passivo Permanente	0,00	0,00
Total do Passivo	136.419,58	45.799,72
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	984.281,26	770.014,23
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - (LEI Nº 4.320/1964)		
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigações Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL - (LEI Nº 4.320/1964)		
 FONTE DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
1000- Recursos do Tesouro- Exercício Corrente	42.052,38	184.417,85
1015- Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social- FNAS	231.917,94	54.747,37
Total das Fontes de Recursos	273.970,32	239.165,22
NOTAS EXPLICATIVAS		
Este balanço foi elaborado em obediência às normas Legais, em especial às estabelecidas na Lei Federal nº. 4.230/64 e às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, parte V, 5ª edição.		
1) O valor de R\$ 410.389,90, demonstrado no grupo de conta Caixa e Equivalentes de Caixa conferem com os valores apresentados no Balanço Financeiro, campo Saldo em Espécie do Exercício Atual, e com o Anexo 18 – Demonstração do Fluxo de Caixa, conta Caixa e Equivalente de Caixa Final.		
2) Não houve saldo de Estoques das demonstrativo das Movimentações de almoxarifado que acompanha a prestação de contas.		
3) O valor de R\$ 710.310,94, demonstrado no grupo de contas pertencentes ao Ativo Não Circulante, é composto do Imobilizado, e confere com o relatório disponibilizado pelo setor de patrimônio dos grupos dos bens Móveis, Bens Imóveis e o grupo de Depreciações, Exaustão e Amortização Acumulada.		
4) A Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, editada pelo Ministério da Fazenda, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; as Resoluções CFC nº 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, que aprovam a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão e a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, respectivamente; o disposto na Portaria STN/MF nº 406, de 20 de junho de 2011 (alterada pelas Portarias nº 828/2011 e 231/2012), que aprova a Parte II - Procedimentos Contábeis		
Patrimoniais, da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP; normatizado pelo Decreto nº 82/2019/PMSL/RO que dispõe da avaliação dos bens móveis.		

CLASSE	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	VALOR RESIDUAL
	(anos)	(anual)	
Aparelhos de medição e orientação	10	10%	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	8	12,50%	12%
Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	16	6,25%	15%
Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	10	10%	10%
Equipamentos de proteção, segurança e socorro	10	10%	10%
Máquinas e equipamentos de natureza industrial	16	6,25%	20%
Máquinas e equipamentos energéticos	16	6,25%	20%
Máquinas e equipamentos gráficos	16	6,25%	20%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%	15%
Semoventes e equipamentos de montaria	10	10%	10%
Equipamento de mergulho e salvamento	16	6,25%	10%
Equipamentos de manobras e patrulhamento	20	5%	5%
Equipamentos e sistema de proteção e vigilância ambiental	10	10%	10%
Máquinas e equipamentos agrícolas/agropecuários e rodoviários	10	10%	10%
Equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos	10	10%	10%
Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	20	5%	10%
Equipamentos para processamento de dados	5	20%	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%	10%
Máquinas, instalações e equipamentos para escritório	8	12,50%	10%
Mobiliário em geral	16	6,25%	15%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%	10%
Coleções e materiais bibliográficos	10	10%	0%
Discotecas e filmotecas	5	20%	10%
Instrumentos musicais	20	5%	30%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%	10%
Veículos diversos	16	6,25%	10%
Veículos de tração mecânica	8	12,50%	60%
Acessórios para automóveis	8	12,50%	20%
Armamentos	20	5%	15%
5) O valor de R\$ 4.133,80, demonstrado no grupo de contas pertencente ao Passivo Circulante, confere com a soma dos valores dos saldos para o exercício seguinte das contas Restos a Pagar Processados e conta Depósitos, todas do anexo 17 da Lei 4.320/64 - Demonstrativo da Dívida Flutuante. Vale lembrar que o valor dos restos a pagar não processados demonstrados no anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante, não mais figura no novo modelo do Balanço Patrimonial. Segue tabela comparando o Passivo Circulante com a Dívida Flutuante:			

Composição do Passivo Circulante		
Saldo do Exercício Anterior		5.157,81
(+) Inscrição da dívida		4.133,80
(-) Baixa da dívida		5.157,81
(-) Cancelamento da dívida		0
(=) Saldo para o Exercício Seguinte		4.133,80
Composição do Passivo não Circulante		

Saldo do Exercício Anterior	40.641,91
(+) Inscrição da dívida	132.285,78
(-) Baixa da dívida	30.496,76
(-) Cancelamento da dívida	10.145,15
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	132.285,78
Composição da Dívida Flutuante	
Saldo do Exercício Anterior	45.799,72
(+) Inscrição da dívida	136.419,58
(-) Baixa da dívida	35.654,57
(-) Cancelamento da dívida	10.145,15
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	136.419,58
A diferença apresentada entre os quadros acima é referente à movimentação de inscrito em restos a pagar não processados.	
6) O total do Patrimônio Líquido no exercício anterior era de R\$ 810.656,14, que somado ao Resultado Patrimonial do Exercício apurado no anexo das Demonstrações das Variações Patrimoniais, um Superávit do Exercício no valor de R\$ 305.910,90 no final do exercício em referência encontramos um saldo do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 1.116.567,04 Quadro comparativo da Evolução Patrimonial	
Nome	2019
Ativo Circulante	410.389,90
Ativo Não Circulante	710.310,94
Passivo Circulante	4.133,80
Passivo Não Circulante	0,00
Total do Patrimônio Líquido	1.116.567,04
7) Convertendo as informações do Balanço Patrimonial adequado às novas normas de contabilidade para o Balanço Patrimonial previsto na Lei Federal nº 4.320/64, as informações ficam da seguinte forma:	
Ativo Financeiro	410.389,90
Ativo Permanente	710.310,84
Passivo Financeiro	136.419,58
Passivo Permanente	0,00
Saldo Patrimonial	984.281,16
A diferença entre os valores do Passivo Circulante com o Passivo Financeiro é referente aos Restos a Pagar Não Processados das despesas cujas obrigações contratuais encontram-se em 31 de dezembro, com a parcela ainda no prazo de execução ou que, apesar de cumpridas ainda não tenham recebido o aceite da administração e estão devidamente justificados nas peças que compõem o balanço geral do município. A diferença entre os valores do Saldo Patrimonial como o Total do Patrimônio Líquido é referente aos Restos a Pagar Não Processados.	
Para a apuração do superávit financeiro previsto na Lei Federal 4.320/64, consideramos o valor de R\$ 410.389,90, pertencentes ao Ativo Financeiro, deduzimos o valor de R\$ 136.419,58, pertencente ao grupo de contas do Passivo Financeiro e chegamos ao valor do superávit financeiro de R\$ 273.970,32. O valor encontrado confere com o total do Demonstrativo do Superávit / Déficit Apurado no Balanço Patrimonial das novas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, confirmando a veracidade dos registros e informações contábeis.	
8) De acordo com o novo anexo exigido nas demonstrações contábeis para melhor visualização do superávit / déficit financeiro por destinação de recursos, no geral o resultado encontrado foi de um superávit no valor de R\$ 273.970,32, valor este que confere com o encontrado no quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial na estrutura da Lei 4.320/64.	

Santa Luzia Do Oeste, 31 de Dezembro de 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC 003983/O-0

Contadora

NEUSA SOARES MOREIRA DOS SANTOS

Port Nº 072/GP/2019

Secretaria Municipal

Publicado por:
Cleusa Mendes de Souza
Código Identificador:10D5D07E

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 19 DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO- AÇÃO SOCIAL

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18.929.934/000178

ANEXO 19 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMONIO LIQUIDO EXERCÍCIO 2019									
Especificação	Patrimônio Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Rserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Rserva de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Valor
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	916.535,52	0,00	916.535,52
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-105.879,38	0,00	-105.879,38
Constituição / Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	810.656,14	0,00	810.656,14
Saldo Inicial do Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	810.656,14	0,00	810.656,14
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.910,90	0,00	305.910,90
Constituição / Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sado Final Erxercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.116.567,04	0,00	1.116.567,04

Santa Luzia Do Oeste, 31 de Dezembro de 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC 003983/O-0

Contadora

NEUSA SOARES DOS SANTOS MOREIRA

Port. Nº 072/GP/2019

Secretaria Municipal

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:49B879CA

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 17 DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE-AÇÃO SOCIAL

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CNP 18.929.934/0001-78

ANEXO 17 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE EXERCÍCIO 2019					
Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação do Exercício			Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	Cancelamento	
RESTOS A PAGAR					
Restos a Pagar de 2018	0,00	136.419,58	0,00	0,00	136.419,58
R.P. Processado	0,00	4.133,80	0,00	0,00	4.133,80
R.P. Não Processado	0,00	132.285,78	0,00	0,00	132.285,78
Restos a Pagar de 2018	45.657,22	0,00	35.512,07	10.145,15	0,00
Restos a Pagar de 2017	142,50	0,00	142,50	0,00	0,00
Total	45.799,72	136.419,58	35.654,57	10.145,15	136.419,58
TOTAL GERAL	45.657,22	136.419,58	35.512,07	10.145,15	136.419,58

Santa Luzia Do oeste, 31 de Dezembro de 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZA
CRC 003983/O-0
Contadora

NEUSA SOARES MOREIRA DOS SANTOS
Port Nº 072/GP/2019
Secretaria Municipal

Publicado por:
Cleuza Mendes de Souza
Código Identificador:157DB0B0

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 18 DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA-AÇÃO SOCIAL

PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ 18.929.934/0001-78

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS EXERCÍCIO 2019		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	1.385.851,17	847.453,00
Transferências Correntes Recebidas	1.385.851,17	847.453,00
Desembolsos	1.080.964,28	980.839,47
Pessoal e Demais Despesas	1.063.416,12	968.839,47
Transferências Concedidas	17.548,16	12.000,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	304.886,89	-133.386,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ingressos	0,00	0,00
Desembolsos	179.461,93	35.231,34
Aquisição de Ativo não Circulante	179.461,93	35.231,34
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	-179.461,93	-35.231,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Transferências de Capital Recebidas	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)	125.424,96	-168.617,81
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	284.964,94	453.583,35
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	125.424,96	-168.617,81
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	410.389,90	284.965,54
	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00
De Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
De Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferência Correntes Recebidas	1.385.851,17	847.453,00
Total das Transferências Correntes Recebidas	1.385.851,17	847.453,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00
De Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
De Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferência Correntes Concedidas	17.548,16	12.000,00

Total das Transferências Correntes Concedidas	17.548,16	12.000,00
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00
Assistência Social	1.063.416,12	968.839,47
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas Por Função	1.063.416,12	968.839,47
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Ouros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

Balanco Elaborado Conforme Portaria STN nº 840/2016**BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Tem por finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa do Município ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais déficits.

Nota nº 01 – Esta Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: das operações; dos investimentos e dos financiamentos.

Nota nº 02 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES

Compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimentos ou financiamentos.

Os ingressos estão compostos pelas Receitas Correntes e de Capital, as Transferências Correntes, as Transferências Intragovernamentais, que são os repasses financeiros recebidos pelas entidades consolidadas do Poder Executivo.

Os desembolsos representam os valores pagos da despesa orçamentária, bem como os restos a pagar processados e não processados. É formado também pelas Transferências Intragovernamentais, que são os repasses concedidos para as entidades consolidadas do Poder Executivo.

Nos ingressos e desembolsos das operações foi acrescentado as conta OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS e OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS, também temos INGRESSOS E DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS, tais como recebimento de Caução, consignações, Depósitos Judiciais e outros depósitos. A necessidade desta informação acessória é manter a integridade dos valores da receita orçamentária recebida, bem como os valores pagos demonstrados por função de governo e que podem ser conferidos com as demais peças que compõem as contas de governo através do SIGAP Contábil. Também com a finalidade de, ao final do demonstrativo, a informação pertencente ao valor do campo CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, confira com o saldo do mesmo grupo no Balanço Patrimonial. Essa metodologia atendeu orientação da IPC 08- Metodologia de Elaboração do Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, publicada em 23/12/2014, nos itens 19 e 20, que previa esta situação, a saber: “19. Esta Instrução de Procedimento Contábil não esgota possibilidades válidas de registro contábil para certos eventos, como, por exemplo, retenções. . Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades.

Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos:

recebimentos e pagamentos extraorçamentários; transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente; aplicações e resgates de investimentos temporários.”

O fluxo líquido das atividades operacionais no exercício de 2019 foi de R\$ 304.886,89, evidenciando o quanto o Município gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios e fazer novos investimentos.

Nota nº 03 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo líquido das atividades de investimento foi deficitário, pois as despesas de investimento foram custeadas com as receitas de capital registradas como transferências de capital no fluxo de financiamentos.

Nota nº 04 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos, bem como as Transferências de Capital recebidas.

Nota nº 05 – APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

Quadro 1	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1. Receitas Orçamentária (Balanço Orçamentário)	0,00
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	1.224.771,64
3. Transferências Financeiras Recebidas + recebimentos extraorçamentários (Balanço Financeiro)	1.522.270,75
4. Inscrição de Restos a Pagar (Balanço Financeiro)	136.419,58
5. Transferências Financeiras Concedidas + pagamentos extraorçamentários (Balanço Financeiro)	35.654,57

6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	-1.224.771,64
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	1.350.196,60
8. Variação do período (6+7)	125.424,96
9. Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (DFC)	125.424,96
10. Resultado (8-9) Confere?: 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00
11. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (Balanço Patrimonial)	284.964,94
12. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (DFC)	284.964,94
13. Resultado (11-12) Confere?: 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00
14. Caixa e Equivalente de Caixa Final (Balanço Patrimonial)	410.389,90
15. Caixa e Equivalente de Caixa Final (DFC)	410.389,90
16. Resultado (14-15) Confere?: 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00

Fazendo um comparativo entre a variação apurada no período através das movimentações ocorridas no Balanço Financeiro com a Geração Líquida de Caixa da DFC podemos verificar que um demonstrativo confirma o que está registrado no outro.

Nota nº 06 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Quadro 2	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1. Caixa e Equivalentes de Caixa (BP)	410.389,90
2. Investimentos e Aplicações Financeiras de Renda Fixa e Variável do RPPS (BP)	0,00
3. Total de Caixa e Equivalentes do (BP) (1+2)	410.389,90
4. Caixa Equivalente de caixa Final (DFC)	410.389,90

O Balanço Patrimonial se classificam com saldo a Conta Caixa e Equivalentes de Caixa, elas devem ser consideradas a mesma conta no Fluxo de Caixa, que geram este saldo financeiro, e que fazem parte da composição dos fluxos de caixa das atividades operacionais.

O valor de R\$ 410.389,90, representa o saldo financeiro da entidade é de livre movimentação e está registrado no Demonstrativo de Contas Bancos.

Santa Luzia do Oeste, 31 de Dezembro de 2019

CLEUSA MENDES DE SOUZA

CRC 003983/O-O

Contadora

NEUSA SOARES MOREIRA DOS SANTOS

Port. Nº 072/GP/2019

Secretaria Municipal

Publicado por:
Cleusa Mendes de Souza
Código Identificador:ADEAB4B1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013-SEMPHAD.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2020/ARP
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/CPL/2020/SRP

Ata de Registro de Preços nº: 013/2020/ARP Data da Abertura: 18/03/2020

Pregão Eletrônico nº: 011/2020/CPL Data de Julgamento: 06/04/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE Processo: 1-148/2020

Data Homologação: 06/04/2020

Às dez horas (10h00min) do dia oito de Abril do ano de dois mil e vinte (08/04/2020), na sede da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO, inscrita no CNPJ sob o nº. 63.786.990/0001-55, situada à Av. Paraíso, 2601 – Bairro Centro, Vale do Paraíso – RO, neste ato representado pelo Chefe de Divisão de Gerenciamento de Sistema de Registro de Preços - CGSRP o Sr. Jose Luis Pereira Carvalho, nomeado pela Portaria de nº 5.483 de 18 de Maio de 2018, com interveniência da Secretaria **SEMOSP, SEMPLAD, SEMTAS, SEMAPEM, SEMSAU, GABINETE e SEMECE** e a(s) empresa(s) qualificada(s) na Clausula I, sob a regência da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 12.846/13 e alterações, Decreto Federal 7.892/13 e alterações devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal 4.224/2014 e demais normas legais aplicáveis, em virtude da homologação do procedimento licitatório pelo Gabinete do Prefeito, firmam a presente ATA visando ao REGISTRO DE PREÇOS ofertados no PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/CPL/2020, em conformidade com a proposta ofertada na licitação, especificações e demais condições constantes do Edital e seus anexos, que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas clausulas que se seguem:

CLAUSULA I – DO OBJETO

1. Registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas e condições minuciosamente descritas no item 02 do Termo de Referência anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 011/CPL/2020, e propostas ofertadas pelos licitantes, seguindo a ordem de classificação na licitação, para atender as necessidades das Secretarias Municipais conforme SMS de nº **SEMOSP/92/2020, SEMSAU/90/2020, SEMTAS/87/2020, SEMAPEM/94/2020, SEMPLAD/93/2020, SEMECE/88/2020 e GABINETE/89/2020.**

Fornecedor:	M C INDÚSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA		
CNPJ:	19.288.898/0001-09	TEL. FAX.:	(69) 3226-2504
Endereço:	AV. JOSE VIEIRA CAULA Nº 5201	Cidade/UF:	PORTO VELHO - RO
Complemento:	IGARAPE	CEP:	76.806-478
E-mail:	PAPELMC@HOTMAIL.COM		
Representante:	CAROLINA NAZIF RASUL		

[illegible]

Valor Total desta contratação: R\$ 34.185,00 (trinta e quatro mil cento e oitenta e cinco reais).

O presente Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua Publicação.

EMPRESA (S) VENCEDORA(S) DO CERTAME:

► FORNECEDOR: M C INDÚSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA ► Venceu o item (5) Total R\$: 34.185,00

CNPJ: 19.288.989/0001-09

REPRESENTANTE:

CPF: 936.979.962-15

Qualificado no Anexo Único desta Ata: **013/2020/ARP**

Vale do Paraíso RO, Em 08 de Abril de 2020.

WANDERLEY FERREIRA BARBOSA

Secretario Mun. de Obras, Serv. Públicos-SEMOSP

Portaria n° 5.658

MARIA AP. ALVES CAO CORDEIRO

Sec.Mun. de Assistência social-SEMTAS

Portaria n° 4.902

CLEMILSON GONÇALVES DOS SANTOS

Sec. Mun. de Plan. e Administração-SEMPHAD

Portaria n° 5.641

PAULO CEZAR MARINHO DE OLIVEIRA

Sec. Mun. de Agri. Pec. e Meio Ambiente-SEMAPEM

Portaria n° 5.239

CLEREA SOARES DA SILVA VALADARES

Sec. Mun. de Edu. Cul. Espor. e Turismo-SEMECE

Portaria n°5.091

FRANCYELLI GOMES NOGUEIRA

Secretaria. Mun. de Saúde-SEMSAU

Portaria nº 5.016

SIDNEY LEMOS DA SILVA

Chefe de Gabinete

Portaria 4.900

Membros da Comissão de Gerenciamento de Sistema de Registro de Preços – CGSRP.

LACIDIO PEREIRA LIMA

Membro

LUCIMAR CRISTINA RECH

Membro

NATANAEL FRANCISCO CHAGAS

Membro

HENTONY CLAYTON LIMA PINTO

Secretario da CGSRP

JOSÉ LUIS PEREIRA CARVALHO

Chefe da Divisão de Registro de Preços - CGSRP

Portaria de nº 5.483

Aprovo o presente extrato da Ata Em / /2020.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES

Prefeito Municipal

196

PAULO CEZAR MARINHO DE OLIVEIRA

Sec. Mun. de Agri. Pecu. E Meio ambiente-SEMAPEM
Port. 5239 14/09/2017

CLEREA SOARES DA SILVA VALADARES

Sec. Mun. de Edu. Cul. Esp. Turismo-SEMECE
Port. de nº 5091 02/06/2017

Membros da Comissão de Gerenciamento de Sistema de Registro de Preços – CGSRP.

LACIDIO PEREIRA LIMA

Membro

LUCIMAR CRISTINA RECH

Membro

NATANAEL FRANCISCO CHAGAS

Membro

HENTONY CLAYTON LIMA PINTO

Secretario da CGSRP

JOSÉ LUIS PEREIRA CARVALHO

Chefe da Divisão de Registro de Preços - CGSRP
Portaria de nº 5.483

Aprovo o presente Extrato da Ata Em ____/____/2020.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Dineia Tigre dos Santos
Código Identificador:ED083FDA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007-SEMOSP.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2020/ARP**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 004/CPL/2020/SRP**

Ata de Registro de Preço: nº 007/2020/ARP **Data da Abertura:** 04/02/2020

Pregão Eletrônico: nº 004/CPL/2020/SRP **Data de Julgamento:** 13/03/2020

Objeto: Aquisição de Placas de Identificações Materiais Gráficos **Processo:** 1-836/2020/SRP

Data Homologação: 13/03/2020

Às dez horas (10h00min) do dia dezoito de Março do ano de dois mil e vinte (18/03/2020), na sede da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO, inscrita no CNPJ sob o nº. 63.786.990/0001-55, situada à Av. Paraíso, 2601 – Bairro Centro, Vale do Paraíso – RO, neste ato representado pelo Chefe de Divisão de Gerenciamento de Sistema de Registro de Preços - CGSRP o Sr. Jose Luis Pereira Carvalho, nomeado pela Portaria de nº 5.483 de 18 de Maio de 2018, com interveniência da Secretarias Municipais SEMAPEM, SEMPLAD, SEMECE, SEMTAS e SEMOSP e a(s) empresa(s) qualificada(s) na Clausula I, sob a regência da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 12.846/13 e alterações, Decreto Federal 7.892/13 e alterações devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal 4.224/2014 e demais normas legais aplicáveis, em virtude da homologação do procedimento licitatório pelo Gabinete do Prefeito, firmam a presente ATA visando ao REGISTRO DE PREÇOS ofertados no PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/CPL/2020, em conformidade com a proposta ofertada na licitação, especificações e demais condições constantes do Edital e seus anexos, que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas clausulas que se seguem:

CLAUSULA I – DO OBJETO

1. Registro de preços para futuro e eventual **Aquisição de Placas de Identificações Materiais Gráficos**, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas e condições minuciosamente descritas no item 02 do Termo de Referência anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 004/CPL/2020/ARP e propostas ofertadas pelos licitantes, seguindo a ordem de classificação na Licitação, para atender as necessidades da Secretarias Municipais conforme Solicitação de nº **576/2019/SEMPHAD, 587/2019/SEMTAS, 577/2019/SEMECE, 571/2019/SEMOSP e 580/2019/SEMAPEM.**

Fornecedor:	ARROBA ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME		
CNPJ:	11.903.434/0001-18	TEL. FAX.:	(69) 3451-3742/98446-2001
Endereço:	AV. DOS BANDEIRANTES Nº 664	Cidade/UF:	PIMENTA BUENO - RO
Complemento:	BAIRRO. PIONEIROS	CEP:	76.970-000
E-mail:	ARTS-ADESIVOS@HOTMAIL.COM		
Representante:	RENATA ALBERTO		

ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	und	10	Confeção de placa de informação de obra (chapa de aço galvanizada nº 16) 2,00x1, 50m, A= 3,00 m³, com a base de madeira podendo conter slogan do convênio e da prefeitura municipal, número do contrato, nome da empresa e CNPJ, valor e o nome do engenheiro responsável. (Informação a serem colocadas na placa será conforme solicitado pela Secretaria da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso).	STARPAC	645,00	6.450,00
VALOR TOTAL			RS 6.450,00			

Valor Total desta contratação: R\$ **6.450,00** (seis mil quatro centos e cinquenta reais).

A integra da Ata encontra-se á disposição dos interessados no site [HTTP://transparência.valedoparaíso.ro.gov.br](http://transparência.valedoparaíso.ro.gov.br) e na PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAISO/RO.

O presente Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua Publicação.

EMPRESA (S) VENCEDORA(S) DO CERTAME:

► **FORNECEDOR:** ARROBA ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME ► **Venceu o item (01) Total R\$: 6.450,00**
CNPJ: 11.903.434/0001-18

REPRESENTANTE: _____
CPF: 940.225.852-34 _____

Qualificado no Anexo Único desta Ata: **007/2020/ARP**

Vale do paraíso – RO, em 18 de Março de 2020.

WANDERLEY FERREIRA BARBOSA
Se. Mun. de Obras-SEMOSP
Port. de nº 5658 06/03/2019

MARIA AP. ALVES COA CORDEIRO
Sec. Mun. de Assistência social-SEMTAS
Port de nº 4902 03/01/2017

CLEMILSON GONÇALVES DOS SANTOS
Sec. Mun. de Agri. Pec. E Meio ambiente-SEMAPEM
Port. 5239 14/09/2017

PAULO CEZAR MARINHO DE OLIVEIRA
Sec. Mun. de Plan. Administração-SEMPHAD
Port. de nº 5.641 04/02/2019

CLEREA SOARES DA SILVA VALADARES
Sec. Mun. de Edu. Cul. Esp. Turismo-SEMECE
Port. de nº 5091 02/06/2017

Membros da Comissão de Gerenciamento de Sistema de Registro de Preços – CGSRP.

LACIDIO PEREIRA LIMA
Membro

LUCIMAR CRISTINA RECH
Membro

NATANAEL FRANCISCO CHAGAS
Membro

HENTONY CLAYTON LIMA PINTO
Secretario da CGSRP

JOSÉ LUIS PEREIRA CARVALHO
Chefe da Divisão de Registro de Preços - CGSRP
Portaria de nº 5.483

Aprovo o presente Extrato da Ata Em / /2020.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dineia Tigre dos Santos
Código Identificador:7196EBE8